



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA - ILEEL
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**



WELISSON MARQUES

**MENSALÃO E CRISE POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
NAS INSCRIÇÕES ENUNCIATIVAS DA REVISTA VEJA AO
SIGNIFICAREM O PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**UBERLÂNDIA (MG)
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA - ILEEL
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**



WELISSON MARQUES

**MENSALÃO E CRISE POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
NAS INSCRIÇÕES ENUNCIATIVAS DA REVISTA VEJA AO
SIGNIFICAREM O PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**UBERLÂNDIA (MG)
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

WELISSON MARQUES

**MENSALÃO E CRISE POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
NAS INSCRIÇÕES ENUNCIATIVAS DA REVISTA VEJA AO
SIGNIFICAREM O PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

**UBERLÂNDIA (MG)
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M357m Marques, Welisson, 1979 –
 Mensalão e Crise Política [manuscrito]: a constituição do sujeito nas
 inscrições enunciativas da Revista Veja ao significarem o Partido dos
 Trabalhadores / Welisson Marques. – Uberlândia, 2010.
 148 f.

 Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
 Inclui bibliografia.

 1. Análise do discurso – Teses. 2. Discursos parlamentares – Teses. I.
 Fernandes, Cleudemar Alves. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

WELISSON MARQUES

**MENSALÃO E CRISE POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
NAS INSCRIÇÕES ENUNCIATIVAS DA REVISTA VEJA AO
SIGNIFICAREM O PARTIDO DOS TRABALHADORES**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____
Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Examinador: _____
Prof. Dr. Carlos Piovezani Filho
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Examinador: _____
Profa. Dra. Fernanda Mussalim
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Data da defesa: ____ / ____ / ____.

A linguagem humana é profunda como o mar.

Bíblia Sagrada

Dedico a minha esposa que sempre me
motivou na caminhada.
Dedico também a todos aqueles a quem
este trabalho possa ter utilidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo-Poderoso, o autor da vida, pelo amor e presença constante na caminhada. Obrigado Deus por estar sempre comigo.

À Doris, meu amor eterno. O sábio Salomão dela profetizara há cerca de três mil anos “Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de rubins”¹.

Aos meus filhos, Caio e Bruno. Vocês fazem a vida ter mais cor.

Aos meus pais, sempre atenciosos e prestativos por sempre me apoiarem em meus estudos e decisões. Nessa caminhada vocês são meu suporte.

Ao “Ti” Wander e “Ti” Werllon, meus irmãos, que amiúde distantes estão sempre torcendo por minhas conquistas. Amo vocês.

Aos meus primos Hebert, Elvis e Ju por abrirem as portas de sua casa. Obrigado por tornarem minha estada em Uberlândia sempre mais agradável. Vocês são especiais!

Ao meu orientador, Dr. Cleudemar Alves Fernandes, pela orientação, estímulo, direcionamento e sábia interlocução que não apenas modelaram meu trabalho como ajudaram na construção do meu ser. Aprendi a ver a pesquisa de uma maneira muito mais prazerosa. A amizade e o respeito construídos nesta jornada eu levarei para sempre comigo.

Ao professor Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, pelos apontamentos e interlocuções. Suas reflexões foram essenciais nesta caminhada e sua voz é constitutiva desta pesquisa.

À professora Dra. Carmem Hernandes Agustini, pelas instruções e diálogos que fizeram toda diferença! Suas aulas foram sempre prazerosas e o nível das discussões percuciente.

Ao Prof. Dr. Waldenor Barros de Moraes Filho pelo seu dinamismo e competência *sui generis* que fazem diferença no ILEEL.

À professora Dra. Dilma Maria de Mello que nos causou constantes inquietudes, e por ser uma batalhadora em prol de melhorias na pós-graduação, em especial, do corpo discente.

À professora Dra. Sueli Tiemi Hashiguti pelas úteis e relevantes sugestões na Banca de Qualificação.

¹ Provérbios 31.10: para esta, bem como para outras citações da Bíblia, utilizamos a edição revista e corrigida traduzida por João Ferreira de ALMEIDA, publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil.

À professora Dra. Fernanda Mussalim pelas preciosas contribuições no momento da Qualificação, e que carinhosamente aceitou fazer parte da Banca de Defesa.

Ao professor Dr. Carlos Piovezani que, de modo solícito, atendeu nosso convite para, também, compor a Banca de Defesa.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF-UFU), que juntamente conosco compartilharam (e continuarão a compartilhar) momentos ímpares de reflexões sobre o discurso: Júnior, Cida, Karina, Rosely, Janaína, Málder e Jaciane.

Ao ILEEL, Instituto de Letras e Linguística da UFU e toda a equipe do PPGEL que, de modo direto ou indireto, contribuíram para a realização desta pesquisa.

À CAPES, pela bolsa, auxílio essencial neste período de aprendizagem.

A todos que, de algum modo, contribuíram para minha formação, muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito analisar o sujeito discursivo e como ele se constitui nas inscrições enunciativas da Revista Veja ao significarem o Partido dos Trabalhadores. Em sua realização, fomos interpelados pelo construto teórico da Análise do Discurso de vertente francesa, utilizando-se como pilares do escopo teórico as noções de sujeito, sentido, história, heterogeneidades, memória, poder e intericonicidade; conceitos buscados em Pêcheux ([1975] 1988; [1969] 1990; [1983] 2002; [1981] 2009), Courtine ([1990] 1999; 2003; 2005; 2006; [1981] 2009), Foucault ([1969] 1992; [1969] 1995; [1971] 1996; [1979] 2007; [1982] 1994) e Authier-Revuz ([1983] 1990; [1982] 2004). Utilizamos, também, como aporte teórico que balizaram as análises, o conceito de identidade postulado pelos estudos culturais contemporâneos, conceito este que coaduna com a noção de sujeito discursivo. Ademais, ainda constitutivo do arcabouço teórico, discurremos sobre a noção de discurso político e qual perspectiva foi adotada nesta pesquisa. O objetivo geral foi demonstrar, por meio das regularidades da linguagem, a emergência de sujeitos inscritos nestes discursos, bem como os efeitos de sentido produzidos pelas inscrições enunciativas da revista. A constituição do *corpus* se deu por recortes de elementos verbais e não-verbais de artigos que remontam os anos de 2005 a 2007, período de maior ebulição da crise do mensalão, sendo que, ao todo, foram selecionadas sete matérias. Destarte, as análises via recorte (Orlandi, 1989) dos enunciados (Foucault, [1969] 1995) possibilitaram-nos problematizar e explicitar quais vozes ecoam no discurso do sujeito e assim apontar em quais posições estes enunciadores se inscrevem. As estratégias de poder, inerentes aos discursos, se revelaram na descaracterização e ilegitimidade do outro nos planos verbal e não-verbal. No plano verbal, algumas estratégias foram: a ativação de memórias antagônicas ao partido e reiteração de discursos inscritos em posições contrárias ao governo, como estratégia de chancela de sua posição e conspurcação de seu referente. Ou, quando ecoam vozes favoráveis ao partido, estas emergem para, em dado momento, serem refutadas e/ou reconfiguradas pelo sujeito. No que tange à relação entre o verbal e não-verbal, observamos as legendas como norteadoras de sentidos da imagem, somando-se ao não-verbal, restringindo e/ou ampliando sua polissemia. No plano não-verbal, percebemos certa regularidade na produção de imagens possibilitadas pelas novas ferramentas tecnológicas, como criação, retoque e transmutação de cenas, criando novos lugares; permitindo, assim, validar o dito no plano verbal. Em tempos de infinitas possibilidades no plano imagético, esta produção não-verbal é uma espécie de chancela ao materializado no verbal. Desse modo, verificamos no exercício analítico, a importância de se agregar todos os elementos constitutivos do artigo como, por exemplo, da capa (*layout*, diagramação, formas, cores, o verbal) com a matéria dentro da revista. Assim, as análises empreendidas, nesta pesquisa, permitem-nos afirmar que a resistência do sujeito se dá, tanto em relação à reeleição e continuidade político-partidária petista pós-mensalão, como também marca seu desfavorecimento a este desde seu surgimento. Outrossim, em tempos de espetacularização política, o enunciadador utiliza-se da ironia e zombaria como meios de desqualificação de seu referente. Estas técnicas perpassam estes discursos, marcam sua posição e ratificam nossas pressuposições.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Memória Discursiva. Partido dos Trabalhadores. Revista Veja. Sujeito.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze the discursive subject and how it is constituted in the enunciative inscriptions of *Veja* Magazine when it means the Brazilian Labor Party (PT). In its realization we selected the theoretical construction of the French Discourse Analysis making use of the notions of subject, meaning, history, heterogeneities, memory, micro-powers, and intericonicity in Pêcheux ([1975] 1988; [1969] 1990; [1983] 2002; [1981] 2009), Courtine ([1990] 1999; 2003; 2005; 2006; [1981] 2009), Foucault ([1969] 1992; [1969] 1995; [1971] 1996; [1979] 2007; [1982] 1994) and Authier-Revuz ([1983] 1990; [1982] 2004). We used as theoretical basis which sustained these analyses the notion of identity proposed by the contemporary cultural studies, which supports the notion of discursive subject. Apart from that, and also constitutive of our theoretical basis, we approached the notion of political discourse focusing on the perspective used in this research. Our general aim was to demonstrate, through the regularities of language, the emergence of subjects established in these discourses as well as the effects of meaning produced by the enunciative inscriptions in the magazine. The constitution of the *corpus* was made through cuttings of verbal and non-verbal elements of articles published between the years of 2005 and 2007, period of the biggest crisis of the “big monthly allowance”, and seven articles were selected on the whole. In this way, the analyses through cuttings (Orlandi, 1989) of the enunciations (Foucault, [1969] 1995) made it possible for us to verify and explicit which voices echoed in the discourse of the subject and, thus, point at the positions occupied by these enunciators. The intrinsic strategies of power to these discourses were revealed in the specific characterization and illegitimacy of the other in the verbal and also in the non-verbal plan. In the verbal plan, the activation of antagonistic memories about the political party and the reiteration of discourses, established in contrary positions to that of the government, as a strategy of confirmation of this position and affront of its referent. Or, when favorable voices are echoed in these discourses, these emerge just for, in a certain moment, be disproved and reconfigured by the subject. As far as the relation between the verbal and the non-verbal is concerned, we observed the captions as a conductor of the meaning of the images, aggregating to the non-verbal, restricting or enhancing its polysemy. In the non-verbal plan, we verified some regularities in the production of images made possible by the new technological softwares, as the creation, tampering with the scenes or collage, creating new places and, permitting, then, validate what is enounced in the verbal plan. In times when *everything is possible* in the image field, this non-verbal production is a kind of “postmark” or reinforcement of what is materialized in the verbal plan. In times of infinity possibilities in the image field, this non-verbal production is a kind of assurance to what is materialized in the verbal. Thus, we verified, in the analytical work, the importance of aggregating all constitutive elements of the article like, for instance, the cover (layout, diagram, forms, colors, the verbal) with the subject inside the magazine. Then, the analysis undertaken in this research, allow us to assert that the resistance occurs not only in relation to the re-election and post-scandal continuity of the political party, but mark its disapproval since its creation. Additionally, in times of political spectacularization, the enunciator makes use of irony and mockery as ways of disqualification and illegitimacy of its referent. These techniques, which go through these discourses, mark its position and confirm our hypotheses.

Key-words: Discourse Analysis. Discursive Memory. Brazilian Labour Party (PT). *Veja* Magazine. Subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPA 1	Capa da edição 1910 publicada em 22/06/2005 e integrante da matéria <i>Nocaute</i> .	68
CAPA 2	Capa da edição 1911 publicada em 29/06/2005 que integra a matéria <i>O assalto ao Estado</i> .	74
IMAGEM 1	Imagem integrante da matéria <i>O assalto ao Estado</i> , e cuja legenda intitula-se <i>Qual deles é o presidente?</i>	77
IMAGEM 2	Imagem do “mestre”, integrante da matéria <i>O assalto ao Estado</i> .	81
CAPA 3	Capa da edição 1917 de 10/08/2005 cujo artigo publicado denomina-se <i>As cores da crise</i> .	85
IMAGENS 3, 4 e 5	A imagem da força (3), do Pinóquio (4) e do Pinóquio sem nariz (5), integrantes do <i>Diário da Crise</i> constitutivo da matéria <i>As Cores da Crise</i> .	89
IMAGEM 6	Imagem intitulada <i>Longe de Brasília</i> , da edição 1917, e constitutiva do artigo <i>As cores da crise</i> .	91
CAPA 4	Capa integrante da edição 1918, datada de 17/08/2005, e cuja matéria publicada intitula-se <i>A agonia de um partido</i> .	94
IMAGEM 7	Imagem integrante da matéria <i>A agonia de um partido</i> , cuja legenda é <i>cúpula esfacelada</i> .	97
IMAGEM 8	Imagem intitulada <i>o sonho acabou</i> , também integrante da edição 1918.	98
CAPA 5	Capa vinculada à matéria <i>Da utopia ao caos</i> da edição 1923 publicada em 21/09/2005.	107
IMAGEM 9	Imagem integrante da matéria <i>A Second-life do petismo</i> publicada em 12/09/2007.	126

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	13
1. Considerações gerais.....	13
2. Contexto motivador.....	14
3. Dados sobre a pesquisa.....	18
3.1. Objetivos da pesquisa.....	18
3.2. Sobre a base teórico-metodológica.....	19
3.3. Sobre o <i>corpus</i>	21
1. ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO POLÍTICO	24
1.1. Sobre a Fundamentação Teórica.....	24
1.2. Análise do Discurso: Sujeito e Sentido.....	24
1.3. Discurso Político.....	38
2. HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER	49
2.1. História e Memória	49
2.2. Memória das Imagens e Policromia.....	54
2.3. A Noção de Poder em Foucault.....	61
3. O CORPUS EM ANÁLISE	66
3.1. <i>Nocaute</i>	67
3.2. <i>O assalto ao Estado</i>	73
3.3. <i>As cores da crise</i>	84
3.4. <i>A agonia de um partido</i>	93
3.5. <i>Da utopia ao caos</i>	106
3.6. <i>O candidato dos pobres</i>	116
3.7. <i>A second-life do petismo</i>	122
EPÍLOGO: POR UMA ILUSÃO DE COMPLETUDE.....	129
REFERÊNCIAS	136
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	143
ANEXOS.....	147
ÍNDICE DOS ANEXOS.....	148

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1 Considerações gerais

Esta Dissertação tem como finalidade apresentar o texto “Mensalão e Crise Política: a constituição do sujeito nas inscrições enunciativas da Revista Veja ao significarem o Partido dos Trabalhadores” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como Dissertação de Mestrado.

O texto será composto pelos seguintes tópicos: esta parte introdutória em que se apresenta o contexto motivador, os dados sobre a pesquisa, a metodologia adotada, e os critérios de seleção do *corpus*. Na sequência, apresentaremos os três capítulos que compõem a dissertação, sendo os dois primeiros de exposição teórica intitulados: **1. Análise do Discurso e Discurso Político; 2. História, Memória e Poder** – e o terceiro em que se procederá à análise discursiva dos recortes integrantes do *corpus* – **3. O Corpus em Análise**.

No primeiro capítulo, desenvolveremos um tópico introdutório – 1.1. Sobre a Fundamentação Teórica – em que realizaremos uma breve apresentação do capítulo bem como explicitaremos a razão de as noções de recorte e enunciado estarem dispostas na parte metodológica. No tópico seguinte – 1.2. Análise do Discurso: Sujeito e Sentido –, apresentaremos a trajetória da Análise do Discurso de vertente francesa, enfocando os conceitos de sujeito e sentido a partir das reflexões de Michel Pêcheux, conceitos essenciais neste trabalho, bem como as noções de heterogeneidades enunciativas. Na última parte deste capítulo – 1.3. Discurso Político –, discorreremos sobre o discurso político pela sua relevância tanto na propositura desta pesquisa como na fundação da AD enquanto disciplina. Definiremos, também, qual é a concepção de “discurso político” aqui adotada. Ainda neste tópico, sem realizar um levantamento exaustivo do *state-of-the-art*, mas na esteira de autores que já o fizeram² e que tratam do discurso político contemporâneo, exporemos algumas tendências nesse campo de pesquisas na atualidade.

² Os autores que serão mencionados nos capítulos teóricos realizaram levantamentos significativos sobre os estudos em AD no Brasil e França. Não obstante a pertinência e contribuição ímpar de cada um, esses trabalhos não foram exaustivos.

Continuaremos a discorrer sobre os aportes teóricos que balizarão nossas análises no segundo capítulo. No primeiro tópico – 2.1. História e Memória –, trataremos destas noções evidenciadas no título. No segundo tópico – 2.2. Memória das Imagens –, serão explicitadas as noções de intericonicidade e policromia que darão sustentação às análises imagéticas presentes no *corpus* desta pesquisa e, por fim, fechando este capítulo teórico, no item subsequente – 2.3. A Noção de Poder em Foucault –, discorreremos sobre o conceito de micro-poderes a partir das reflexões foucaultianas.

No terceiro capítulo, em que será realizada a análise do *corpus*, selecionaremos sete reportagens publicadas entre junho de 2005 e setembro de 2007 e, em algumas delas, as capas e/ou imagens imbricadas às mesmas. Para procedermos à análise discursiva, faremos uso do recorte como dispositivo analítico, e o parâmetro seletivo adotado será o das regularidades que perpassam os discursos antagônicos e de resistência ao Partido dos Trabalhadores que possibilitará a constituição e a emergência do sujeito discursivo.

2 Contexto Motivador

A proposta de realização deste trabalho nasceu a partir de uma inquietude gerada em meio a embates de cunho político, tanto no setor midiático impresso, quanto televisivo, e propõe analisar os discursos da Revista Veja que abordem o escândalo do “mensalão”, ocorrido em 2005, visando verificar sua posição sócio-ideológica ao referir-se ao Partido dos Trabalhadores. Diante de tal problemática, algumas questões, norteadoras deste trabalho, surgiram: como se constitui o sujeito enunciativo Revista Veja e quais são as suas posições ideológicas ao discursar sobre o partido político supracitado? Quais são os efeitos de sentidos produzidos por meio das posições que esse sujeito social e ideologicamente marcado assume em relação ao seu tema-objeto?

O termo mensalão, variante de mensalidade, faz referência ao maior escândalo e consequente crise política sofrida pelo Partido dos Trabalhadores após a afirmação, por parte do deputado federal Roberto Jefferson, da existência de pagamento de “mesadas” a deputados para votarem a favor de projetos do Poder Executivo. Embora a crise tenha se iniciado em meados de 2005 e se estendido até 2008, percebemos que o período de maior efervescência da mesma ocorreu entre 2005 e 2006, concomitantemente com o período pré-eleitoral. Desse modo e a partir de inúmeros discursos veiculados pela mídia, em especial, pela Revista Veja, questionamos quais são os lugares construídos pelas enunciações na revista e como ela

posiciona e marca sua posição-sujeito nesses espaços enunciativos.

Concernente à mídia e aos discursos políticos, há mais de duas décadas, Michel Pêcheux (2002) já percebia as transformações políticas operadas pela mídia na França. Assim como os enunciados dos jornais franceses acerca da vitória de François Mitterrand naquela época remetiam a um mesmo fato, mas revelavam diferentes posições ideológicas, encontramos-nos, na proposta deste trabalho, em situação análoga: analisar qual é a posição do sujeito discursivo em artigos da revista supracitada quando o mesmo se refere ao partido em questão.

Jean-Jacques Courtine (2003) em artigo escrito sobre os deslizamentos do espetáculo político expõe mudanças nas formas de comunicação política operadas pela mídia e questiona até que ponto a democracia corre o risco de ser perdida frente às influências e poder que os meios de comunicação têm de transformar os discursos políticos em um espetáculo banal. Pierre Bourdieu, sociólogo francês e crítico midiático, declara, por sua vez, que a mídia “se pensa como um quarto poder” e que “a atividade jornalística não tem mais muita coisa de crítica e contribui muito para reforçar as forças mais conservadoras da economia e da política” (2002, p. 237). Em outras palavras, a mídia não é instigadora e veiculadora de verdades³, e sim reforçadora do sistema político a que se atrelou. Desse modo e a despeito de se tentar mostrar certo distanciamento ou neutralidade, o sujeito sempre revela as inscrições ideológicas que o constituem mediante seus discursos.

Isto posto, alvitramos nesta pesquisa um estudo que objetiva verificar, por meio da análise de recortes de reportagens referentes ao partido político cujo integrante é o atual presidente da República, qual é a constituição do sujeito discursivo em artigos da revista *Veja*; quais são as vozes presentes e consequentes ideologias ecoadas em sua(s) voz(es); e os efeitos de sentido produzidos pela materialidade linguística destes discursos depreendidos do *corpus*.

Para compreendermos o sujeito que pretendemos analisar, remontaremos, *a priori*, à noção de sujeito discursivo sob os pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, que o considera como um ser social, enunciador de uma dada posição em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica, cuja voz é constituída de vozes sociais. Para compreender o sujeito discursivo é necessário “compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz” (FERNANDES, 2007a, p. 35). Rompendo com a noção de língua fechada em si, Pêcheux ([1975] 1988) toma como objeto o discurso e para tal leva em conta a relação da

³ Pode parecer implícita a ideia de que a mídia em dado momento já foi imparcial e/ou instigadora de verdades. Todavia, compreendemos tal impossibilidade no discurso.

língua com a exterioridade. O sujeito, para ele, é descentrado, pois é interpelado pela ideologia, por aquilo que lhe é exterior, como também pelo inconsciente, pelo real da língua. É no social que o sujeito se constitui e por meio da materialidade linguística que se pode interpretar os discursos e suas ideologias. O sentido, destarte, não é único, mas são efeitos de sentido determinados pelas posições ocupadas pelos sujeitos.

Para se constituir a Análise do Discurso, Pêcheux toca no ponto nevralgico da linguística, o sentido, e que abarca resíduos suspensos por Saussure ([1916] 1971) na propositura de uma ciência que estabelece o que o linguista faz. Pêcheux critica os semanticistas que tentam explicar os enunciados por meio da lógica ou do cálculo buscando uma homogeneização dos sentidos. Esse teórico não ignora o fato de já haver tentativas de incluir esses resíduos nos estudos semânticos; na verdade, a enunciação benvenistiana já havia sido bem elaborada, mas Pêcheux tinha mais em mente: trabalhar a questão do sentido em um novo patamar. Em sua célebre definição sobre o sentido de uma palavra, ele afirma que o mesmo "não existe 'em si mesmo', isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras e expressões são produzidas" (PÊCHEUX, [1975] 1988, p.160). As condições histórico-sociais não podem ser desprezadas, ao contrário, se enlaçam às significações e são constitutivas dos sentidos. Esse teórico articula o materialismo histórico marxista, compreendido como a teoria que trata da ideologia, com a Linguística que lida com os mecanismos sintáticos e os processos de enunciação. Assim, nestes moldes a teoria do discurso é o lugar onde se intrincam língua, sujeito e história. Todos esses elementos formam uma rede conceitual de modo que os sentidos estão imbricados aos lugares que os sujeitos ocupam e que são ideologicamente marcados.

A noção de identidade advinda dos estudos culturais ser-nos-á relevante, pois coaduna com a noção de sujeito discursivo. Nesta perspectiva, a identidade também é fragmentada, plural, heterogênea e marcada pela diferença. Para Hall (2007, p. 109), este conceito deve ser entendido “mais [como] produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica”. As identidades, assinaladas pela diferença, emergem nas relações específicas de poder e podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por sua capacidade para *excluir*, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em objeto. A diferença é, na verdade, a marca da identidade, “é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que ela não é, com precisamente aquilo que falta que o significado da identidade pode ser construído”; assim, “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL,

p. 110).

Buscaremos embasamento, também, em Jacqueline Authier-Revuz ([1982] 2004), uma vez que essa autora fundamenta os conceitos das heterogeneidades enunciativas, que tanto podem ser *constitutiva* – o resultado de um entrelaçamento de discursos face à interação/imersão do sujeito na sociedade, constituindo-o –, quanto *mostrada*, que é a voz do “Outro” e/ou do outro explicitada no discurso do sujeito enunciador. Suas reflexões são de grande relevância, pois nos permitem verificar a presença de diferentes vozes entrecruzadas no *corpus*, visto que o sujeito, segundo a perspectiva da Análise do Discurso, é atravessado por múltiplas vozes.

Como serão realizadas análises tanto dos enunciados verbais materializados no *corpus*, quanto dos não-verbais, as noções de memória e intericonicidade postuladas por Courtine (2003) constituem, também, um referencial teórico fundamental para a execução desta pesquisa. Em relação à noção de memória, Courtine (2003) pontua que concerne à existência histórica do enunciado. Ora, um discurso faz parte de uma teia discursiva que, em sua formulação, aciona outros discursos não apenas retomando-os, mas também possibilitando a refutação, o apagamento de outros discursos que também significam.

Ainda discorrendo sobre memória, há uma memória das imagens, uma memória coletiva visual e cultural sendo que, quando uma imagem é vista, outras são lembradas, rememoradas. É o funcionamento de uma exterioridade ecoada na imagem, ou, em outros termos, o diálogo de uma imagem com outras exteriores a ela. Essa noção proposta por Courtine (*apud* MILANEZ, 2006, p. 168) denomina-se intericonicidade. Courtine pensa essa noção e a compara com a noção de enunciado em Foucault ([1969] 1995). Assim como um enunciado pertence a uma rede de formulações, “a imagem está inscrita em uma série de imagens” (COURTINE *apud* MILANEZ, p. 168). Esta noção de intericonicidade possibilita-nos verificar quais imagens são ressurgidas no suporte que as recebe.

Ainda no que tange à análise do não-verbal, buscaremos embasamento em Souza (1998), que propõe a noção de policromia. Para esta autora, tal conceito “revela a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma co-relação entre si, emprestam à imagem a sua identidade”. Assim como no plano verbal o discurso é constituído de diferentes vozes, no plano imagético o discurso se estabelece pelo jogo existente entre os operadores discursivos não-verbais, quer sejam as formas, cores, ângulo da câmara, elementos da paisagem, imagens, luz e sombra. A apreensão dessas relações faz conhecer o discurso que se instaura pelas imagens, independente de sua relação

com qualquer palavra⁴.

Pautar-nos-emos, também, em Foucault ([1979] 2007) acerca da noção de poder que, segundo ele, não é exercido apenas de forma descendente, ou seja, partindo-se dos níveis macro, dos aparelhos reguladores estatais⁵ sobre os indivíduos, mas é algo que se institui nas relações do cotidiano, em todas as instâncias. Sua proposta se insurge contra a ideia de um poder único, unilateral, centralizado no Estado. Ao contrário, é pluralizado e opera-se como uma rede de dispositivos a que nada ou ninguém escapa. Desse modo, segundo esse autor, os embates e lutas em que se inscreve o sujeito perpassarão seus discursos, evidenciando suas posições, como também suas oposições e resistências a outros sujeitos.

Sendo assim, analisaremos as inscrições ideológicas do sujeito em sete artigos relacionados ao Partido dos Trabalhadores durante o período do suposto escândalo do mensalão. Esses artigos nos possibilitarão explicitar como se constitui o sujeito enunciativo e quais são as diferentes vozes materializadas no *corpus*. Nossa proposta é buscar na historicidade, no social, as regularidades da linguagem como forma de significar os discursos produzidos pelo sujeito-enunciador supramencionado.

3 Dados sobre a pesquisa

3.1 Objetivos da pesquisa

Nosso objetivo geral é demonstrar como se constitui o sujeito-enunciador Revista Veja quando o mesmo significa o PT. A partir do objetivo geral, arrolamos outros, a saber: a. Verificar quais são os efeitos de sentido produzidos pela materialidade linguística dos discursos depreendidos do *corpus*; b. Analisar quais lugares são construídos pelo sujeito-enunciador ao discorrer sobre o seu tema-objeto - o PT; c. Explicitar quais as posições assumidas por este sujeito e quais vozes se fazem presentes em seus discursos; d. Analisar a relação das imagens presentes nas capas e artigos e suas relações com a memória, uma vez que, para Courtine, toda imagem tem um eco, e quais imagens são ressurgidas a partir daquelas materializadas no *corpus* em análise; e, finalmente: e. Verificar a relação existente entre as imagens e os textos verbais ligados a elas.

⁴ Como se verá no capítulo teórico, avançaremos no sentido de considerar as relações entre o verbal e o não-verbal na análise do *corpus*.

⁵ A noção de poder em Foucault implica uma ruptura com a noção de ideologia em Althusser. Para ele o poder não é centrado, exercido somente por meio dos Aparelhos Reguladores e/ou Ideológicos do Estado, nem se prende às instituições de um modo global, mas se expande, sendo descentrado, multilateral, se exercendo nas práticas discursivas.

Esta pesquisa parte das seguintes indagações: a primeira é se os enunciados selecionados e materializados no *corpus* inscrevem-se em uma posição contrária e resistente ao PT; a segunda, verificar se o sujeito-enunciador revista Veja nega qualquer sentido que se volte para a melhoria e o bem-estar de classes menos favorecidas ou das propostas políticas que se distanciem dos anseios de uma elite.

3.2 Sobre a base teórico-metodológica:

A metodologia da análise seguirá os pressupostos teóricos da AD francesa e terá um caráter qualitativo-interpretativista. Estabelecemos como base epistemológica as noções de sujeito e sentido propostas por Pêcheux ([1969] 1990; [1975] 1988; [1981] 2009; [1983] 2002), memória e intericonicidade consoante com Courtine ([1981] 2009; [1990] 1999; 2003; 2005; 2006), história, poder e enunciado segundo Foucault ([1969] 1992; [1969] 1995; [1971] 1996; [1979] 2007; [1982] 1984; [1982] 1994), heterogeneidades enunciativas segundo Authier-Revuz ([1982] 2004; [1983] 1990), e policromia a partir das reflexões de Souza (1997), somado à proposta de recorte que se apresenta em Orlandi (1989).

Pautar-nos-emos, também, em outros teóricos que, malgrado suas diferentes inscrições teóricas, trarão noções complementares a esta pesquisa, como Achard (1999), Althusser ([1967] 1998), Bauman (2005), Bourdieu (1989), Burke (1992), de Certeau (2002), Hall (2006, 2007), Malidier ([1990] 2003; 1997), Silva (2007) e Souza (1997). Ainda sim, faremos frequentes remissões a autores que, não apenas complementam, bem como avançam os estudos contemporâneos em Análise do Discurso no Brasil. Serão recorrentes os estudos em Fernandes (2007a, 2007b), Gregolin (2003, 2004, 2006, 2007a, 2007b), Indursky (2005), Navarro (2004, 2006), Orlandi (1989, 1995, 2009) e Piovezani (2006, 2009). A concatenação das ideias e reflexões destes autores nos darão sustentação teórica e possibilitará uma análise pertinente e adequada do *corpus*.

Para se proceder às análises, utilizaremos da noção de recorte segundo Orlandi (1989, p. 36), que afirma ser uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Para essa autora, cada texto é um conjunto de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam; um recorte é um fragmento da situação discursiva e a análise empreendida efetua-se por meio da seleção dessas unidades extraídas do *corpus*, ou mesmo de recortes de recortes, observados os objetivos da pesquisa. Nesses recortes, analisaremos cada enunciado como Foucault ([1969] 1995, p. 90) o concebe, que é como um “elemento suscetível de ser isolado e capaz de entrar em jogo de relações com

outros elementos semelhantes a ele”. Para este autor, o enunciado é um pequeno fragmento que precisa de um suporte material, tem uma data e lugar, e é produzido por um sujeito, não podendo ser confundido com palavra ou frase.

O conceito de enunciado não se limita ao de signo linguístico, pois língua e enunciado não estão no mesmo patamar de existência. Nesse sentido, Courtine ([1990] 1999, p. 16) afirma que ao tratar do discurso não se está tratando da língua, mas “de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, [...] que se realiza na língua: não na ordem do *gramatical*, mas na ordem do *enunciável*”. Um enunciado pode ser, além de palavras ou frases, símbolos, imagens, gráficos, tabelas, organogramas, desenhos. É como “um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo no discurso” (FOUCAULT, [1969] 1995, p. 90), sendo “ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (*Ibidem*, p. 126). Ora, é não oculto, pois materializa-se sob a forma de signos efetivamente produzidos; e não visível, pois no momento de sua irrupção ele não é mais o mesmo, sendo “necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo” (*Ibidem*, p. 128). Lembremo-nos de que “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’” (*Ibidem*, p. 28).

Não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo. (FOUCAULT, [1969] 1995, p. 114)

Analisar os enunciados nos leva a refletir sobre as regras que estabelecem suas condições de existência, de aparição, sua produção na história, quais são suas co-relações com outros enunciados, qual seu papel desempenhado em meio a outros neste jogo enunciativo, seus limites e qual a memória retomada e efeitos de sentidos produzidos nesse contexto. Desse modo, sob essa base teórico-metodológica, a análise dar-se-á não na busca de um sentido veraz, mas do “real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”, como expõe Orlandi (2009, p. 59). Buscaremos, nesse processo de interpretação, apreender as margens discursivas, considerando a opacidade, a não-fixidez dos sentidos, as heterogeneidades, as inconsistências e as contradições próprias do discurso.

Para respondermos à questão acerca dos efeitos de sentidos produzidos por meio das posições que esse sujeito social e ideologicamente marcado assume em relação ao seu tema-objeto, tomaremos por base a noção de que esses lugares não são físicos ou concretos,

mas representações imaginárias que o sujeito faz tanto de si mesmo e do outro, quanto dos lugares em que se encontram no processo discursivo. Esses diferentes lugares e representações dos sujeitos implicam deslocamentos de sentidos. Lembremo-nos do que Pêcheux ([1969] 1990, p. 82) afirma sobre o discurso: “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Todavia, os sentidos não estão soltos, não se faz qualquer interpretação, pelo contrário, eles “estão sempre ‘administrados’”, adverte-nos Orlandi (2009), conforme as regularidades que os compõem.

Desse modo, a metodologia de análise não consiste em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão, do início ao fim do texto tentando buscar uma completude de sentido, um conteúdo que pudesse ser resgatado, uma vez que todo discurso é incompleto. Mas, realizar-se-á uma análise em profundidade, buscando uma “exaustividade vertical” como dispositivo analítico (ORLANDI, 2009, p. 62), considerando os efeitos de memória, o sócio-histórico-ideológico, as heterogeneidades constitutivas, de forma a demonstrar o funcionamento discursivo e os efeitos de sentidos produzidos pela/na materialidade verbal e não-verbal.

Ao final desta pesquisa, pretendemos ter respondido satisfatoriamente às perguntas que se fazem: 1. Quais são os efeitos de sentido produzidos pela materialidade linguística dos discursos depreendidos do *corpus*? 2. Quais são os lugares construídos pelo sujeito-enunciador ao discorrer sobre o seu tema-objeto – o PT? 3. Quais são as posições assumidas pelo sujeito e quais vozes se fazem presentes em seu discurso? 4. Qual a relação das imagens presentes nas capas e nos artigos com a memória; ou seja, quais imagens são ressurgidas e/ou evocadas a partir daquelas materializadas no *corpus* em análise? 5. Quais os efeitos de sentidos produzidos na relação entre as imagens e os textos verbais ligados a elas?

3.3 Sobre o *corpus*:

O *corpus* entendido como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a certo estado das condições de produção do discurso” (Courtine, [1981] 2009, p. 34) será estruturado obedecendo aos procedimentos abaixo elencados, quer sejam, os enunciados produzidos por um sujeito, em um campo discursivo específico, tratando determinado tema, sob delimitação histórico-temporal. Embora nossa proposta seja extrair excertos das matérias e os analisar separadamente, em cada análise,

levaremos em consideração os sentidos produzidos por cada artigo em seu conjunto, atentando para a relação existente entre eles, mesmo que haja elementos que não estejam explicitados na sequência específica sob análise.

As matérias que compõem o *corpus*, integrantes da revista Veja, possuem caráter informativo-opinativo e são artigos de opinião assinados por diferentes jornalistas pertencentes à redação. A Revista Veja é uma publicação semanal da Editora Abril, nela há inúmeras matérias publicadas em diferentes seções com diversos temas. Segundo informações da própria redação: “Veja é a maior e mais influente revista do Brasil. Com cerca de um milhão de assinantes e dois milhões de exemplares vendidos em bancas todas as semanas, firmou-se como a quarta maior revista de informação do mundo em circulação” (VEJA, 16/07/03, ed. 1891, p. 9). Estes informes, produzidos pela própria editoria da revista, nos interessam na medida em que nos levam a pensar acerca da grande influência exercida por este veículo midiático na formação da opinião pública brasileira. Assim, pensando a amplitude de informações, a delimitação do objeto se deu a partir do tema proposto.

Sobre o recorte temático, optamos pelo escândalo do mensalão, conforme assinalamos acima na exposição do contexto motivador. Decidimos, também, pela seleção das imagens e capas ligadas a estas matérias por entendermos que as imagens se ligam ao texto verbal e têm grande relevância na produção de sentidos: “os discursos estão imbricados em práticas não-verbais [...], o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem” (Courtine, 2006, p. 57). Procuraremos, portanto, compreender a relação do verbal com o não-verbal.

A partir da delimitação temática, realizamos o recorte temporal, como um dos critérios de seleção do *corpus*. O termo mensalão foi utilizado pela primeira vez em 6 de junho de 2005 na Folha de São Paulo, não obstante já estar pululando em capas da Revista Veja enunciados sobre o escândalo. Na coleta, efetuamos, em um primeiro momento, uma leitura escaneada das capas, índices, títulos e subtítulos de todas as edições do período compreendido entre janeiro de 2005 a dezembro de 2008. Nesse primeiro momento, foram observadas, ao todo, mais de 150 revistas. Destas, foram sendo descartadas aquelas que não apresentavam alguma matéria sobre o partido, ou que, mesmo discorrendo sobre o PT, não tratavam especificamente do escândalo. Optamos pelas matérias que utilizaram a capa como destaque. Após toda triagem, chegou-se ao total de sete revistas. Este número baseou-se na perspectiva de viabilidade de cumprimento do prazo exigido para conclusão da pesquisa em nível de Mestrado.

Nas análises, para se evitar o uso excessivo do termo “sujeito-enunciador”, serão utilizados outros sintagmas com o mesmo sentido e na mesma concepção, tais como: sujeito, enunciador, Veja, Revista ou Revista Veja, sempre pensando este veículo midiático como um sujeito discursivo cujos artigos devem, primeiramente, passar pelo crivo editorial e receber sua aprovação para, então, serem publicados.

O *corpus* será composto pelos seguintes artigos (na sequência, há o mês e ano de publicação): *Nocaute* (junho/2005), *O assalto ao Estado* (junho/2005), *As cores da crise* (agosto/2005), *A agonia de um partido* (agosto/2005), *Da utopia ao caos* (setembro/2005), *O candidato dos pobres* (fevereiro/2006) e, por fim, *A second-life do petismo* (setembro/2007). A seleção dos recortes se deu mediante as regularidades enunciativo-discursivas que embasam a análise que se propõe realizar.

1 ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO POLÍTICO

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso.

Michel Pêcheux

1.1 Sobre a Fundamentação Teórica

Neste capítulo, apresentaremos a primeira parte teórica, calcada na teoria francesa do discurso, que fundamentará nossa pesquisa. Pautar-nos-emos nas noções de sujeito e sentido a partir da conceituação de Pêcheux ([1975] 1988; [1969] 1990; [1983] 2002), e das heterogeneidades enunciativas, mostrada e constitutiva, segundo as reflexões de Authier-Revuz ([1983] 1990; [1982] 2004). Devido aos entrelaçamentos teóricos constitutivos da AD, estes conceitos se apresentam conjuntamente no primeiro tópico. Ainda neste capítulo, no tópico seguinte, discutiremos sobre o discurso político pela sua relevância tanto na fundação da AD enquanto objeto de análise, quanto pela perspectiva desta pesquisa.

No capítulo seguinte, trataremos das noções de história e poder propostas por Foucault ([1982] 1984; [1982] 1994; [1969] 1995; [1979] 2007); memória e intericonicidade em Courtine ([1990] 1999; 2003; 2005; 2006; [1981] 2009); e policromia, a partir das reflexões de Souza (1998). Por meio dos entrecruzamentos teóricos pontuados nos tópicos aqui apresentados, e observadas as condições de produção, o contexto sócio-histórico e político brasileiro contemporâneo, bem como as relações de poder constitutivas dos/nos discursos, procuraremos concatenar todos esses pressupostos, a fim de realizar uma análise apropriada e pertinente do *corpus*.

1.2 Análise do Discurso: Sujeito e Sentido

O que faz com que textos e sequências orais venham, em um momento histórico preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se? Como reconstruir, através

desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o espaço de memória de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado por divisões heterogêneas, por rupturas e contradições? Como tal corpo interdiscursivo de traços se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela, mas também nela?

Michel Pêcheux

Neste primeiro tópico, discorreremos sobre a teoria do discurso preconizada por Pêcheux ([1969] 1990; [1975] 1988; [1983] 2003) e como se deu o trajeto teórico-epistemológico deste procedimento de análise até que se chegasse a dois conceitos essenciais que fundamentam essa pesquisa, quais sejam as noções de sujeito e sentido.

Pêcheux ([1975] 1988) afirma que o sujeito tem lugar no social, não como um ser empírico, individualizado, mas um ser que ocupa uma posição sócio-histórico-ideológica. Nessa perspectiva, ele rompe com a noção de língua enquanto sistema ou estrutura, para ele a língua é a materialidade do discurso que traz a ideologia em si, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela própria ideologia. Para se chegar às noções de sujeito e sentido, este teórico demonstra inquietude diante do fato de que o significado das coisas esteja intrincado a uma concepção estruturalista e crítica, por exemplo, os semanticistas que tendem a buscar uma homogeneização semântica, ignorando outros elementos envolvidos no ato enunciativo. Ele critica essas vertentes teóricas, como no caso da semântica estrutural, em que há o apagamento da ideologia e da história. Pautado em Schaff, ele nos remete à importância do sócio-histórico como forma de compreensão daquilo que é efetivamente enunciado. Schaff demonstra como aspectos pragmáticos e funcionais devem ser levados em consideração quando se trata dos processos semânticos, e é justamente esse o ponto de partida para a teoria do discurso pecheutiana: reconhecer a semântica como ponto nodal das contradições da Linguística e como ela está ligada à filosofia por meio do materialismo histórico marxista.

Pêcheux (*Ibidem*) é norteado pela relação da língua com a história e com os sujeitos falantes. E é nesse contexto que entra o materialismo histórico e a propositura de formular uma teoria que consiga explicar os processos semânticos não mais à luz da lógica-estrutural, mas considerando que, ao mesmo tempo em que a língua faz parte de um sistema, ela também é histórica: “nessa medida, e especialmente no que diz respeito à ‘Semântica’, o estruturalismo linguístico não pode deixar de desembocar em um *estruturalismo filosófico* que tenta abarcar no explicável o resíduo inexplicável” (PÊCHEUX, *Ibidem*, p. 23). Em

comentários posteriores⁶, referindo-se a essa “objetividade minuciosa”, vemos urgir em Pêcheux aquilo que o inquieta: o que é tido como falta, deficiência, carência, ou mesmo paralisia na análise linguística de textos em sua época, que fazia até mesmo com que se criasse uma “*prótese teórico-técnica*” para tentar resolver o problema do apagamento da ideologia (*Ibidem*, p. 22). Sendo assim, adentrar a noção de sentido é romper com a perspectiva lógico-estrutural. Para Pêcheux, a classe social, a interpelação cultural e sócio-histórica do sujeito são elementos determinantes dos sentidos. Ele afirma que:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. [...], não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 160)

Em outras palavras, o sujeito discursivo mobiliza determinadas formas lexicais para evidenciar uma tomada de posição enunciativa, “o que quer dizer que elas (as palavras) adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 160). Nesse ínterim, o sujeito em AD se inscreve enunciativamente em dado lugar discursivo, pois ao enunciar, manifesta-se inscrito em determinada formação discursiva (doravante FD). Pêcheux (*Ibidem*, 160-161) argumenta: “chamaremos, então, formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 160-161)

A FD, segundo Pêcheux, é então um lugar de construção de sentido, posto que as palavras e expressões não têm sentido em si mesmas, o sentido é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico. Para Foucault ([1969] 1995), uma formação

⁶ Referimo-nos aqui ao texto originalmente publicado em 1981 prefaciando o livro de Courtine (2009) sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos.

discursiva existe quando um número de enunciados puderem ser agrupados e definidos por certo princípio de regularidade, seja ele de objetos, conceitos, tipos de enunciação ou escolhas temáticas. Desse modo, o sentido de uma palavra muda conforme a formação discursiva em que ela é proferida, ou seja, uma FD determina o sentido das palavras. Destarte, para se analisar a constituição do sujeito enunciador no *corpus* deste trabalho, relevante será procurar compreender os enunciados nele presentes, e quais formações discursivas eles integram. Ora, se uma formação discursiva é um lugar de construção de sentidos determinada pelas posições ideológicas, relevante será analisar em quais formações discursivas o sujeito em análise se inscreve e quais formações ideológicas são materializadas ao significarem o Partido dos Trabalhadores.

Ainda sobre esta relação, formação discursiva – formação ideológica, Navarro (2006, p. 74) pontua que “como não existe ideologia separada da linguagem, uma formação ideológica ganha existência quando materializada por uma formação discursiva.” Dentro da AD, entende-se, portanto, que os processos semânticos são construídos por determinações históricas, e que os enunciados buscam na exterioridade do texto, atravessada pelas suas condições de produção, utilizando-se dos conceitos de ideologia, história e linguagem, elementos constitutivos dos sentidos. Ademais, a AD mantém diálogos com outras teorias e campos do saber. Nesse ínterim, verifica-se, *verbi gratia*, como o conceito de identidade, postulado pelas pesquisas culturais da atualidade, corrobora com a noção de sujeito discursivo segundo a linha francesa do discurso adotada nesta pesquisa.

Nos estudos sociológicos, a identidade não é mais tida como fixa, coerente e estável, mas fragmentada e multifacetada. Para Hall (2007), a noção de identidade tem sido discutida em várias áreas do saber e em todas elas existe a crítica a uma identidade integral, unificada, originária. Em face de sua complexidade e, por ser tratada em diferentes campos de estudo, é um dos conceitos que clamam melhor delineamento. Hall (2006) demonstra que há atualmente uma “crise de identidade”, resultado das mudanças na sociedade moderna, e que existem diferentes concepções de identidade. A primeira é a do sujeito do Iluminismo em que o indivíduo era totalmente centrado, dotado de razão, sendo o “centro” de suas decisões e discursos, um sujeito capaz de escolha e possuidor de uma internalidade reguladora face ao que lhe é exterior. Era um indivíduo imutável no sentido de que possuía uma identidade fixa e permanente ao longo de sua existência. Outra concepção é a do sujeito sociológico, cuja identidade é o resultado do “eu real”, de um núcleo subjetivo clivado na interação com o mundo exterior. Aqui o sujeito se constitui a partir do preenchimento de espaços de um mundo interior e um mundo exterior imaginários. Todavia, devido às mudanças estruturais e

institucionais, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, tornou-se fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2006, p. 12). Dessa maneira, o sujeito que antes tinha uma identidade única ou “individualizada” agora é fragmentado, composto de inúmeras identidades⁷. Nasce, portanto, o sujeito pós-moderno. Isto posto, verificamos a relação desse último, do sujeito pós-moderno, com a do sujeito na Análise do Discurso que, como lembra Fernandes (2007a, p. 35-36), se refere a “um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais. Compreendê-lo, portanto, requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz”. Pela abordagem discursiva, a identidade é sempre vista em construção, sempre “em processo”, nunca completamente ajustada. Assim, longe de ser pensada como um núcleo estável, como um “mesmo” que não sofre mutações, ela deve ser compreendida como um “eu” coletivo.

Essa mudança de paradigma na identidade do sujeito está ligada a uma ruptura no campo sociológico: a sociedade não é mais vista como um todo unificado e bem delimitado, nem possui um ponto referencial como núcleo, “as sociedades modernas, argumenta Laclau, não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador, único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única ‘causa’ ou ‘lei’” (HALL, 2006, p. 16). Dessa maneira, o descentramento do sujeito cartesiano não se deu de imediato, mas a partir de deslocamentos de um núcleo de poder para vários outros, pois a sociedade não é regulada por um centro único e homogêneo, como assinalado anteriormente, mas por vários órgãos e instituições. Isso faz com que esse sujeito pós-moderno encontre-se inserido em conjunturas sociais de diversas naturezas (educacionais, trabalhistas, religiosas, etc.), sendo participante de inúmeras atividades no seio da sociedade e constituído por identidades fragmentadas. Há, portanto, uma ruptura com o paradigma de sociedade unificada e bem delimitada; por conseguinte, como existem diversos núcleos de poder operando a todo instante, isso resulta na fragmentação das identidades dos indivíduos.

Ainda nesta vertente, Bauman (2005) afirma que, em uma época líquido-moderna, as identidades apresentam múltiplas facetas, são transitórias e instáveis. Há identidades que são expostas e outras que são escondidas “sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder, ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar. Há

⁷ Dentro dessa perspectiva sociológica, as declarações aqui arroladas não conduzem a um *apagamento* da possibilidade de existência de identidades heterogêneas constitutivas deste sujeito tido como “antigo”, por exemplo, mas, o que se vê é uma mudança de perspectiva teórica.

diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras” (BAUMAN, 2005, p. 19). Dito de outro modo, malgrado haver opacidade de certos traços identitários, eles co-existem e são identificáveis: “algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas; por exemplo, a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero” (WOODWARD, 2007, p. 14). A identidade pode ser comparada a um quebra-cabeça, fragmentada por possuir várias peças com a exceção de que não se sabe antecipadamente o que será formado ao final: “*ajustar* pedaços – infinitamente – sim, não há outra coisa que se possa fazer. Mas *conseguir* ajustá-los, encontrar o *melhor* ajuste que possa pôr um fim ao jogo do ajustamento? Não obrigado, é melhor viver sem isso” reitera Bauman (2005, p. 60-61, grifos do autor).

Em outros termos, Bauman está demonstrando que a identidade é complexa, heterogênea e plural. Em uma perspectiva discursiva, o sujeito apresenta as mesmas peculiaridades e se constitui na relação com o exterior, na interação com o outro, conforme assinalado anteriormente: “O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, *mas o resultado de uma estrutura complexa*” (CLÉMENT *apud* AUTHIER-REVUZ, [1982] 2004, p. 65, grifo do autor).

A identidade reivindica qualidades, mas não somente, ela também é *relacional* afirma Hall (2006) ao postular como a identidade do outro é afirmada tomando a si próprio como referência. O sujeito reivindica, traz pra si, para sua identidade o que é positivo, como por exemplo, ser pertencente a uma elite, à classe alta, a um grupo que deve comandar e ditar as normas. A identidade também é assinalada na relação com o outro, com o qual ele se (des)identifica, aceitando-o ou excluindo-o. Acreditamos que a identidade do sujeito enunciador revista Veja é afirmada e reforçada quando o mesmo constrói uma posição para a identidade petista. A identidade também é *simbólica* complementa Woodward (2007, p. 10), “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa”.

Percebemos, também, como elementos *culturais* são tomados do passado e não apenas estabelecem, como reforçam a identidade no presente. À guisa de ilustração, em uma visita ao Iraque em 15 de dezembro de 2008, o presidente norte-americano George Bush foi quase alvejado por um par de sapatos arremessado por Al Zaide, um jornalista iraquiano e, em seguida, chamado de “cachorro”. Para nós, brasileiros, poderia ser uma atitude *simplesmente* agressiva por parte de um radical islâmico. Todavia, adentrando a cultura daquele povo descobre-se que os sapatos representam impureza; as solas dos sapatos retêm muita sujeira e várias doenças adentram nosso corpo por meio dos pés. Assim, todo mulçumano, ao entrar em uma mesquita, deve tirar os sapatos como símbolo de purificação. Atirar os sapatos em

alguém é uma das *maiores ofensas* que se pode imaginar nessa cultura; além de Bush ter sido, também, chamado de “cachorro”, que é considerado um animal impuro na cultura islâmica. Sendo assim, esses elementos que fazem parte do legado daquele povo e que aparecem em tais condições de produção, inseridos em uma cultura específica, são operadores na compreensão dos discursos, pois ativam uma memória social.

A identidade também é assinalada pela *diferença* (SILVA, 2007). Na verdade, a identidade possui a característica de ambivalência, pois nas práticas de significação, ela se liga à diferença, envolvendo o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteiras. Dito de outro modo, para se compreender o seu processo é preciso verificar aquilo que é deixado de fora, o que lhe é exterior, e que ajuda a entender sua constituição. A identidade é construída dentro do discurso, sendo que, por meio de seus dizeres, pode-se visualizar aspectos da identidade do sujeito (Hall, 2007). Identidade e diferença partem de uma concepção estruturalista, mais especificamente da teoria do valor saussuriano, para demonstrar que uma unidade tem seu valor nas relações e oposições com os demais elementos do sistema. Deslocado para o campo sociológico, a identidade é marcada na sua relação de oposição com o outro: “o exemplo da identidade e da diferença cultural, a declaração de identidade ‘sou brasileiro’, ou seja, a identidade brasileira, carrega, contém em si mesma, o traço do outro, da diferença – ‘não sou italiano’, ‘não sou chinês’, etc. A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)”, (SILVA, 2007, p. 79).

Desse modo, o sujeito em análise, inscrito em dado lugar sócio-histórico revela-se em oposição ao outro. É relevante salientar também como elementos históricos (do passado) não apenas estabelecem, mas reforçam a identidade no presente, construindo nesse processo novas identidades. Como ressaltamos, as mudanças sociais são constitutivas da fragmentação de identidades do sujeito, que são antagônicas e produzem diferentes “posições de sujeito”, ou seja, identidades para os indivíduos (HALL, 2006, p. 17). Todavia, o deslocamento de concepções do sujeito iluminista até chegar ao pós-moderno não ocorreu de imediato, mas se deu em um longo processo histórico e podemos citar três grandes pensadores que contribuíram para que essa ruptura ocorresse: Marx, Freud e Saussure.

As reflexões de Karl Marx, considerado o maior filósofo de todos os tempos⁸, influenciaram diversas áreas do conhecimento humano, entre elas a linguística, a psicologia e

⁸ Segundo a rede de comunicação BBC da Inglaterra, Karl Marx foi o vencedor do prêmio voto ao maior filósofo da história. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/radio4/history/inourtime/inourtime_20050714.shtml Acesso em 02/10/2009.

a história, campos que se entrecruzam na constituição da AD enquanto teoria. Este filósofo alemão do século XIX era crítico do sistema político a que estava submetido e refletia sobre a sociedade capitalista de sua época. Para ele, as relações de produção e relações sociais são elementos que fundam todo o processo constitutivo da humanidade. Assim, a autonomia de decisão ou escolha do indivíduo é deslocada para as estruturas sociais e as formas de organização de trabalho. Este é o cerne de sua proposta materialista: expurgar a ideia de homem livre e capaz de determinar suas atitudes nos diversos âmbitos sociais. Pelo contrário, o sujeito, segundo ele, estava submetido às condições sociais, econômicas e políticas que lhe eram impostas, rompendo, portanto, com a concepção de sujeito cartesiano, centrado, “nuclear”.

Os estudos de Sigmund Freud também corroboram para “arrasar com o conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada” (HALL, 2006, p. 36), uma vez que em seus experimentos Freud demonstra que a personalidade do indivíduo é formada em sua relação com os outros, com a exterioridade. Ele explica a origem contraditória da identidade ao demonstrar que é no exterior, através dos sistemas de representação simbólicos que a personalidade é formada, sendo a fase infantil um estágio marcado por sentimentos contraditórios, antagônicos e não-resolvidos que perpassam o inconsciente e permanecem até a fase adulta constituindo o sujeito. Além disso, segundo Freud, a identidade está sempre em formação sendo, portanto, inacabada, pois o indivíduo está sempre em busca de completude.

Os escritos de Ferdinand de Saussure ([1916] 1971) também coadunam com a noção de descentramento do sujeito pelo fato deste linguísta conceber a língua como um sistema social. Suas reflexões arroladas no *Curso de Linguística Geral* levam-nos a compreender que ele retira do indivíduo a “autoria” da língua quando conceitua o signo, e demonstra que o mesmo é arbitrário e convencionado coletivamente, no social, portanto preexistente e exterior ao indivíduo. Outra característica do signo postulado por Saussure é o fato de o mesmo ter o caráter de imutabilidade⁹: “se com relação à ideia que representa, o significante aparece, como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre: é imposto” (SAUSSURE, [1916] 1971, p. 85). Um indivíduo não tem autonomia para modificá-lo, mas as mudanças pelas quais uma

⁹ Paradoxalmente, o signo linguístico também possui como característica a *mutabilidade*. Todavia, essa mutação pela qual o significado passa em relação ao significante dependerá de fatores externos a um indivíduo, ou seja, da convenção coletiva. “O signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis porque o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade” (SAUSSURE, [1916] 1971, p. 89).

língua passa dependem da sociedade, ou seja, de fatores externos ao sujeito.

Desse modo, o conceito de sujeito na perspectiva da teoria do discurso é caudatário das reflexões desses três grandes pensadores cujas ideias causaram “rupturas nos discursos do conhecimento moderno” (HALL, 2006, p. 34), impactando as ciências humanas em geral, sendo, nesse sentido, impossível pensar a AD sem remontarmos a Saussure, Freud e Marx. Na verdade, esta teoria nasceu a partir da proposta pecheutiana em fundir a língua, o sujeito e a história. Tocamos neste ponto sobre o descentramento para explicitar que os sentidos produzidos pelos discursos do sujeito em análise não se dão por sua vontade, não há um sujeito nuclear produtor de sentidos, mas os efeitos de sentidos são determinados pela sua inscrição sócio-ideológica. Desse modo, embora os recortes a serem analisados sejam *já-ditos*, eles são *jamais-ditos*.

Ademais, a releitura de Freud nas reflexões lacanianas¹⁰ “corroboram a compreensão do sujeito como descentrado considerando que *sempre sob as palavras outras palavras são ditas*. O sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a exterioridade está no interior do sujeito” lembra-nos Fernandes (2007a, p. 40, grifo do autor). Posteriormente, Foucault aparece e anuncia a “morte” do sujeito, como nos lembra Prado Filho (2005, p. 72):

Eu diria que Michel Foucault ficou, talvez, celebrizado pelo episódio da morte do sujeito, que é muitas vezes mal compreendido e mal interpretado. Não é porque Michel Foucault coloca a morte do sujeito como categoria do conhecimento, não é porque ele mostra a fragilidade e falência desta figura central da filosofia moderna, que ele nega a existência dos sujeitos, ou deixa de tratar desta problemática, muito pelo contrário! [...] ele se ocupa das nossas formas contemporâneas de existência [...] Agora, sujeito como centro do pensamento, como ponto de partida, como categoria *a priori* e transcendental do conhecimento, este é uma produção histórica do discurso, uma ilusão, um auto-elogio humano, demasiado moderno... Esta é a

¹⁰ Em relação a essa mobilização de conceitos originários da psicanálise freudiana nas releituras de Lacan, Conti (2007, p. 33-34) afirma: “É válido dizer que, sendo uma disciplina de entremeio, principalmente na contradição em relação às ciências sociais e à linguística, com quem se avizinha e se debate no campo da interseção, a AD se mostra atravessada pela teoria do sujeito advinda da psicanálise. Os estudos lacanianos postulam que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (não por fantasias que um analista compreenderia e traduziria). Jacques Lacan, estudioso das teorias freudianas, foi quem focalizou os registros do imaginário, simbólico e real, e é a partir das noções por ele exemplificadas que se passou a entender, a partir da linguagem, muitas das articulações realizadas pelo sujeito. Subvertendo os conceitos saussurianos de significante e significado, Lacan considera o conceito de significante essencial para o entendimento do conceito de sujeito. Em Saussure, o significante é a imagem acústica do signo e tem, em relação ao significado (conceito, conteúdo semântico), absoluta independência, aparecendo como um par associado, mas estanque e fixo. Em Lacan, o significante, mais que autônomo em relação ao significado, tem importância essencial: os significantes dialogam entre si, revelando sempre um sentido expresso e outro latente, sendo que o sentido latente só é parcialmente claro pela emergência de um outro significante. E, a partir dessa noção de significante, podemos entender que, na psicanálise lacaniana, o sujeito não é o indivíduo biológico, mas o resultado do efeito da linguagem na relação entre significantes. Importa o desconhecimento que o sujeito tem daquilo que fala, do que está no inconsciente, ‘o inconsciente é o discurso do Outro’, preconiza Lacan”.

crítica, a recusa de Michel Foucault à centralidade e primazia desta figura na relação do conhecimento – não exatamente, negação do sujeito.

Pensar a identidade do ponto de vista linguístico, mais especificamente em uma concepção foucaultiana, é pensá-la como efeitos de sentidos que são produzidos pela linguagem na e pela história. Portanto, o indivíduo se constitui sujeito discursivo mediante complexas e diversas práxis que são diferentes em cada momento da história: “A subjetividade, para Foucault, diz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de ‘verdade’. Esses processos de subjetivação são diferentes e diversos nas diferentes épocas” explica Gregolin (2004, p. 12).

Esses diálogos com os estudos culturais sobre identidade, bem como as contribuições trazidas por Foucault acerca da subjetividade, reiteramos, contribuem para a construção de nosso arcabouço teórico. Identidade, diferença, exclusão, relação de oposição, subjetividade são elementos relevantes na construção do processo de representação identitária do sujeito discursivo. Ademais, a noção de sujeito, como apresentada acima, sofre alguns deslocamentos teóricos mesmo dentro da AD também. Estes deslocamentos se dão a partir da interpelação foucaultiana em Pêcheux, bem como das reflexões trazidas por Authier-Revuz. Somado a isso, as reflexões lacanianas sobre o processo de interpelação que se dá no inconsciente não aparecem de imediato, mas posteriormente. Em um primeiro momento, denominado AD1, o sujeito é colocado como assujeitado: “Os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 311). Trata-se, na verdade, das ideias de Marx relidas por Althusser ([1967] 1998).

Na concepção althusseriana, a sociedade dividida em classes precisava se organizar para assegurar a produção industrial e intelectual; a manual, operada pela classe dominada, o proletariado; e a intelectual, pela classe dominante, a burguesia. Desse modo, para garantir e perpetuar tais condições de exploração o Estado atuaria como Aparelho Repressivo (AR) por meio de suas organizações, quer sejam militares ou políticas. Esse AR atuaria conjuntamente com os Aparelhos Ideológicos através dos sistemas de educação, imprensa, sistema religioso, etc. A esse respeito, a posição teórica adotada por Pêcheux nesse período é a de que “um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 311). Segundo Pêcheux ([1969] 1990, p. 312):

O ponto de partida de uma AD-1 é um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

Em suma, os espaços discursivos são fechados e homogêneos (percebe-se que a questão da Formação Discursiva cuja noção foi cunhada por Foucault posteriormente ainda não aparece aqui) e o sujeito da AD1 é tido como assujeitado. Sobre a posição teórica adotada nessa época, Courtine (2006) comenta:

Essa posição produziu uma forma máxima de tensão entre objetivos que a dividiam: ela quis, com efeito, cumprir, absolutamente ao mesmo tempo, uma função política e crítica e uma função científica e “positiva”; quis sustentar o conjunto, cimentar a aliança entre uma teoria marxista do discurso, uma leitura engajada dos textos, por um lado, e uma análise automática do discurso, por outro; análise concebida como um dispositivo neutro de reconhecimento das frases, uma espécie de “máquina de leitura”, da qual se esperava a produção de uma “leitura (informaticamente) dessubjetivada”. Desde a origem, estava inscrita nessa posição uma instabilidade que iria se agravar. Até se tornar insustentável, quando começa a desabar pouco a pouco, minado pelos acontecimentos políticos e pelas transformações ideológicas, o projeto de uma teoria do discurso. (2006, p. 55)

No segundo momento (AD2), seguindo as palavras de Pêcheux, há “um deslocamento teórico [...] uma conversão ‘filosófica’ do olhar pelo qual são as *relações entre* as “máquinas” discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD” ([1969] 1990, p. 313-314, grifos do autor). Nesse momento, a noção de Formação Discursiva (FD) tomada de Foucault

começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...]. ([1969] 1990, p. 314)

Sendo assim, uma FD não é mais fechada em si mesma, mas está aberta, relaciona-se com outras FDs, sendo “invadida” por elementos externos. Este é o momento em que se introduz também a noção de interdiscurso, que é a relação do discurso com outros. Metodologicamente, Pêcheux afirma que há poucas inovações em relação a AD1: “o deslocamento é, sobretudo, sensível ao nível da *construção dos corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada” ([1969] 1990, p. 315). Atenta-se então para os diferentes *corpora*

presentes em uma FD que se ligam a elementos externos a ela e volta-se também para a história.

A inserção das reflexões de Authier-Revuz na disciplina é uma das características que marcam a terceira época (AD3). Esta é a fase em que o “primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” afirma Pêcheux ([1969] 1990, p. 315, grifos do autor) sendo que “o procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente”. Authier-Revuz ([1983] 1990; [1982] 2004) discorre acerca da exterioridade na constituição do sujeito discursivo e demonstra que um discurso nunca nasce do nada, ele surge em meio a outros discursos, um discurso traz outros em si, ele é “produto de interdiscursos”. Ora, um sujeito se constitui no meio-social por meio da linguagem em suas mais variadas formas. Essa linguagem é exterior ao indivíduo e, portanto, como bem nota Authier ([1983] 1990, p. 26) “no sujeito e no seu discurso está o Outro”.

Face à pretensão – espontânea ou teoricamente conduzida – do sujeito como fonte autônoma do sentido que comunica através da língua, abordagens teóricas diversas têm mostrado que toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este “é mais falado do que fala”. Este “de fora” não é o que, inevitavelmente, o sujeito portador de um sentido encontraria e em função do qual se determinariam as formas concretas de sua existência e aquela de seu discurso; está no exterior ao sujeito, no discurso, como condição constitutiva de existência. ([1983] 1990, p. 26)

O sujeito acredita, tem a ilusão de ser a fonte de seu discurso, mas, na verdade, ele é o suporte e o efeito do funcionamento discursivo que lhe é exterior. Segundo a autora em questão, o sujeito é o resultado de uma estrutura complexa, é efeito da linguagem, daí a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso, também denominada heterogeneidade radical por ser não localizável e não representável.

O fato é que sempre sob nossas palavras outras palavras se dizem; que por trás da linearidade conforme, a emissão por uma só voz, se faz entender uma polifonia e, que todo discurso se confirma e se alinha sobre várias pautas de uma partitura que o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do outro. (AUTHIER-REVUZ, [1982] 2004, p. 38)

Em suma, a heterogeneidade constitutiva conforme as reflexões de Authier-Revuz referem-se ao outro, ao social presente no discurso do sujeito pelo fato dele estar inscrito em vários segmentos sociais e se constituir nas relações discursivas. Esta forma de heterogeneidade refere-se ao discurso que é sempre produto de interdiscursos, aponta para discursos anteriores, mas que não se mostram visíveis no fio discursivo.

Há também as formas de heterogeneidade mostrada que são aquelas em que se

inscreve o outro na sequência do discurso “segundo modalidades diferentes, com ou sem marcas unívocas de ancoragem” afirma Authier-Revuz ([1983] 1990, p. 29). Esse outro é identificado quando se difere da cadeia enunciativa, remete a um exterior, contrastando com o “interior discursivo”. São modalidades marcadas, explícitas em uma sequência. Citações de um outro discurso como o técnico ou feminista, um outro registro discursivo, um outro interlocutor aparecendo implicitamente ou explicitamente, uma outra modalidade de consideração de sentido para uma palavra são alguns exemplos de heterogeneidade mostrada.

A noção de heterogeneidades formulada por Authier-Revuz parte da noção de dialogismo bakhtiniano para quem os discursos sempre dialogam com outros discursos. Não obstante o sujeito ter a ilusão de ser a fonte de seu dizer, ele não é, ele é efeito da linguagem. Nesta relação dialógica o discurso é atravessado pelo outro “sempre onipresente, e que está em toda parte” (AUTHIER-REVUZ, [1982] 2004, p. 21), ou seja, pelo social, pelo interdiscurso como também pelo inconsciente. O “Outro” refere-se à manifestação do desejo pelo inconsciente, sendo que o “outro”, de natureza social é constitutivo do “Outro” de natureza psicanalítica. O sujeito, na ilusão de ser dono de si ou centro do seu dizer, delimita o seu lugar, operando como um retorno ao domínio, à ilusão de autonomia do seu dizer. O sujeito-enunciador, sócio-historicamente produzido pelos discursos, se revela inscrito em lugares que apontam para sua construção identitária. Como efeito da linguagem, o discurso do sujeito é constantemente atravessado pelo inconsciente, pelo “Outro” como pelo “outro” de natureza social.

Enfim, as formas de heterogeneidades enunciativas são constitutivas do sujeito discursivo, sujeito este que não é empírico, e que rompe com o “eu” centrado, subjetivo, pois, como reiteramos, ele é constituído no nexos social. As reflexões dessa autora nos fornecem fundamentação para analisarmos as diversas vozes presentes na voz do sujeito enunciador, vozes que afirmam ou negam, aceitam ou excluem, vozes que marcam sua posição social bem como a posição do Partido dos Trabalhadores. Percebemos, portanto, a ruptura na concepção homogênea do discurso da AD-1 e que, segundo Authier-Revuz, implica o abandono do conceito de formação discursiva. Todavia, discordamos da autora no que concerne à condenação da existência deste conceito. A esse respeito, orientados por outras reflexões, seguimos na perspectiva de Indursky (2005, p. 8), que afirma: “uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva” (INDURSKY, 2005, p. 8). Desse modo,

importa compreender a formação discursiva como uma região aberta e em relação constante com outras formações discursivas, e não o seu completo abandono, conforme postula Authier.

Isto posto, percebemos que a AD3 é o momento de reajustes e revisões teóricas na disciplina: da incorporação das noções de heterogeneidade como explicitamos acima, do diálogo com a nova história e com Courtine acerca da memória discursiva, como veremos no capítulo seguinte, e da ampliação nos *corpora* passando a analisar, além dos textos escritos, os textos orais. Pêcheux ([1983] 2002) demonstra na análise de *on a gagné* que a materialidade do enunciado se funde com o acontecimento histórico, em outras palavras, língua e história são inseparáveis. Neste texto, ele também analisa as diferentes posições-sujeito, deixando em suspenso a resposta sobre quem realmente ganhou em face da opacidade do enunciado. Em suas reflexões, a questão da estabilização dos sentidos é completamente descartada, o que é um grande avanço e um completo deslocamento teórico desde a análise automática dos discursos.

Diante destas reflexões, o analista precisa atentar-se para a problemática de que os discursos são atravessados por uma divisão entre dois espaços discursivos: o da manipulação das significações estabilizadas, normalizadas, bem como o das transformações do sentido (GREGOLIN, 2006). Esse trabalho propõe seguir estes passos, pensando o discurso no interior de um feixe de relações entre a língua e a história. É conveniente pontuar também que a trajetória realizada até aqui das três fases da AD não é para nos pautarmos nas reflexões elaboradas por Pêcheux no final dos anos 60, em especial, na maquinaria discursiva em que se utilizava de *softwares* computacionais para o tratamento dos *corpora*. Apesar das fragilidades¹¹ e ambiguidades de *Por uma Análise Automática do Discurso* e reconhecendo as retificações que a teoria sofre posteriormente, o peso desta publicação está na nova concepção de discurso que rompe com todas as teorias comunicacionais de linguagem da época (GREGOLIN, 2004). Assim, não lhe negando a importância devida, é impossível compreender adequadamente o legado deixado por Pêcheux sem remontarmos às primeiras épocas, com o intuito de visualizarmos o desenvolvimento e reconfigurações epistemológicas na disciplina como um todo.

No tópico seguinte, discorreremos sobre o discurso político. Para tal, avançaremos no sentido de melhor delinear nosso objeto de análise partindo dos trabalhos de

¹¹ Algumas observações de Maltidier ([1990] 2003, p. 24) sobre o método utilizado por Pêcheux na AAD: “Ele comporta sinais de fraqueza. Podemos rir de suas ingenuidades científicas, de seu caráter às vezes improvisado avizinando as formalizações eruditas”. Em sua opinião esta obra é o primeiro momento de um itinerário, ou seja, marca apenas o início da teoria do discurso.

Pêcheux em suas últimas reflexões, como também dos trabalhos de Courtine.

1.3 Discurso Político

O sujeito político é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política.

Jean-Jacques Courtine

Neste tópico, discorreremos sobre o discurso político na AD, cuja relevância se deu como objeto central de análise¹² na constituição desta disciplina, tanto pela presença dos ideais marxistas nas décadas de 60-70, como pela conjuntura política francesa daquela época. Posteriormente, a AD abre espaço para a análise de outros tipos de discursos.

Inicialmente, havia um desejo crítico fundado em um engajamento político que reclamava a inclusão do ideológico no domínio da linguagem¹³. Neste íterim, Courtine (2006, p. 39) afirma: “querer analisar os discursos era, então, querer fazer mais que um simples trabalho de linguista, era também, de certa maneira, desejar ocupar uma posição heróica numa luta teórico-política: reintegrar num gesto libertador, o que uma decisão arbitrária¹⁴ havia excluído”. Destarte, a questão que emergia era: “Como um discurso ideológico pode ser reconhecido?”. Para compreendermos a relação do marxismo com a linguística na década de 1960, faz-se necessário situar o lugar dessas disciplinas nos debates teóricos e políticos da época. Em maio de 1968 há uma revolta estudantil, rememorada por Courtine (2006) da seguinte maneira:

¹² Segundo Courtine (2006) a totalidade de trabalhos realizados em Análise do Discurso nas décadas de 60 e 70 do século passado apresentava *corpora* de discursos políticos como predominantes. De acordo com este teórico, isto não significa que eram realizadas apenas análises deste tipo discursivo, pois outros trabalhos que analisavam outros tipos de discurso como o pedagógico, científico, etc. eram considerados também.

¹³ A lista de teóricos citados nesta pesquisa não é exaustiva. À guisa de exemplificação, Mالدیدier (1997) coloca o nome de Jean Dubois ao lado de Pêcheux na elaboração/formação da AD francesa. Todavia seus estudos se voltam para outra vertente: a AD é pensada em um *continuum*, sendo que a passagem do estudo de palavras (estudos lexicológicos) ao estudo enunciativo (discursivo) se dá naturalmente, como uma extensão, permitida pela linguística. Esta autora também cita Harris (1969) que publica na *Langages* em março de 1969 um artigo intitulado “Análise do Discurso” cujo método centrado sobre a palavra seguia os pressupostos estruturais da lexicologia e se empenhava em descrever as regularidades distribucionais em textos científicos.

¹⁴ A decisão arbitrária sobre a qual ele discorre refere-se ao que “o corte saussuriano havia talhado”, ou seja, ao seu “gesto decisivo de separação” da língua e da história. (*Ibidem*, p. 39)

A revolta estudantil foi uma obsessão discursiva: maio de 68 foi uma revolução discursiva – uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação, uma inundação verbal que enchia as ruas e as mídias – deixou numerosas marcas textuais, que cobriam os muros das cidades. É o paradoxo de Maio: o processo de modernização das estruturas e das mentalidades que se completava por meio da revolta estudantil foi narrado com as formas discursivas amplamente arcaicas de uma fraseologia revolucionária, que, desde cedo, estava destinada a desaparecer. Sendo a primeira “revolução” midiaticizada, ela deveu boa parte de seu impacto às imagens; no entanto, ela se auto-celebrou numa profusão barroca dos discursos, que aliava a irrupção das falas espontâneas e os últimos murmúrios das línguas de madeira. (p. 51-52)

Para Courtine, a revolução de maio de 68 foi uma revolução discursiva. Os pensadores da época, reafirmamos, reivindicavam a presença da ideologia na leitura dos textos políticos¹⁵. Althusser ([1967] 1998) faz uma releitura do *Capital* explicitando a questão da reprodução das condições de produção. Para ele, a produção só se torna possível se for assegurada a reprodução das condições materiais de produção, ou seja, a reprodução dos meios de produção. Sendo assim, é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho. Nas palavras de Althusser isso equivale a reconhecer a presença efetiva de uma nova realidade: a ideologia ([1967] 1998, p. 106-9). Como consequência, as reflexões althusserianas abriram espaço para debates sobre a presença do ideológico na leitura de textos políticos.

Em 1969, Foucault publica *Arqueologia do Saber*, demonstrando a relação constitutiva do poder nos discursos. Outrossim, conforme pontuamos no tópico anterior, o paradigma estruturalista ainda vigente na época influenciou as primeiras propostas de Pêcheux ao propor um dispositivo analítico que pudesse resolver tanto o problema político-ideológico como o científico na análise automática dos discursos. Entretanto, essa forma de análise tornou-se insustentável. Daí, Pêcheux apresentar posteriormente uma teoria¹⁶ que permitia enxergar os laços ideológicos invisíveis que tecem os discursos de modo que, sob essa visada teórica, torna-se possível ler a ideologia burguesa implícita nos mesmos.

Pêcheux ([1975] 1988) desenvolve e aprofunda as reflexões althusserianas. Contrariando as teorias da linguagem em voga da época e reclamando a presença da história na linguística, a AD nasce neste percurso e, doravante, há a possibilidade de inclusão das relações ideológicas de classe na leitura de textos. Para ele, a ideologia é determinante dos sentidos. Todavia, não são essas questões mencionadas as únicas razões que levaram a AD a

¹⁵ Pêcheux, por exemplo, define como “imbecilidade” a forma como o discurso político era analisado na década de 70. Essa afirmação encontra-se presente em *O Estranho espelho da Análise do Discurso* (1981).

¹⁶ Referimo-nos aqui à publicação de *Les Vérités de La Palice* (1975) cuja tradução em língua portuguesa é *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*.

tomar esse objeto de análise em seu processo constitutivo. Outros fatores também colaboraram para a irrupção deste dispositivo analítico. Um deles foi o esgotamento do paradigma estrutural influenciado pelo desenvolvimento da perspectiva gerativista nos estudos linguísticos que, conseqüentemente, trouxeram críticas desta àquela (Courtine, 2006). Outro fator refere-se às novas relações interdisciplinares que contribuíram para que houvesse diálogo entre a linguística e a história. Nas palavras de Robin, a AD “trabalha nos limites dos grandes recortes disciplinares, constituindo para cada um deles um dentro/fora/ inquieto. Longe de qualquer polêmica, *a priori*, com as ciências humanas e/ou com a linguística, ela tenta quebrar o eterno mal-entendido que tornava os diálogos difíceis” (*apud* COURTINE, 2006, p.48-49). Nessa efervescência teórica, não havia mais como manter o histórico-ideológico fora dos procedimentos de análise dos textos políticos.

Estas discussões sobre o discurso político e sua relevância para a AD nos interessam com o intuito de podermos demarcar algumas fronteiras sobre o tipo de discurso a que nos referimos nesta pesquisa. Se considerarmos as afirmações de Foucault ([1972] 1999, p. 89) de que “a política é a atividade do poder, e o poder é um multifacetado conjunto de relações de forças que está em todo lugar, logo tudo é política”, compreende-se que qualquer discurso é um discurso político, pois o poder é inerente aos discursos. Este filósofo se pauta em uma vertente filosófica aristotélica para quem o homem é sempre um animal político (ARISTÓTELES, [384 a.C – 322 a.C.] 2006). Não é esta a dimensão de discurso político a que nos referimos¹⁷. Por outro lado, Le Bart (1998) apresenta-nos uma definição *stricto sensu* deste tipo de discurso. Para ele, o discurso político é aquele produzido somente pelos homens políticos em suas falas ou debates. Também não nos limitaremos a esta definição no empreendimento desta pesquisa.

Quando utilizarmos a expressão “discurso político” em nossas análises, referir-nos-emos ao “discurso sobre política”. Assim, lançamos mão deste sintagma uma vez que analisamos um sujeito que discorre sobre determinado *partido político* e sobre as conjunturas que o envolvem; mas que, ao enunciar, assume um posicionamento que também é político. Partindo da crise sofrida pelo Partido dos Trabalhadores após o escândalo do mensalão, derivam-se inúmeros enunciados, cujo tema central é a *política*: as querelas partidárias, a pré-campanha, a busca por votos, a re-eleição do presidente Lula, o discurso do Partido.

¹⁷ Para Foucault ([1969] 1995) todo discurso é político, sendo o poder inerente aos discursos. Apesar de nos pautarmos neste teórico acerca da noção de poder constitutiva dos discursos, ao utilizarmos o sintagma “discurso político” estaremos discorrendo sobre os discursos produzidos por um sujeito que assume posição política, conforme delineamos acima.

O discurso político na voz do sujeito-enunciador, como delineamos acima, é na verdade uma modalidade de discurso (Mariani, 1996, p. 64) que se aproxima da definição de *discurso sobre*. Nas palavras de Indursky (1999), os *discursos sobre* são discursos intermediários, que ao falarem sobre um discurso, situam-se entre aquele que discursa e o seu interlocutor. O discurso midiático funciona como uma modalidade de *discurso sobre*. Há lugar para vozes, mas há *alteração* da voz do outro, “o que mostra que a imprensa não é neutra, que ela assume um posicionamento, muito embora haja lugar, em seu âmbito, para a polifonia” (Indursky, 1999, p. 185). Nas análises do discurso midiático sobre os Sem-Terra, esta analista destaca que ao relatar a voz do outro, há alteração dos dizeres daquele, sendo que o veículo midiático imprime determinada direção aos sentidos.

Ainda em relação à formação da AD, nas palavras de Maldidier (1997), o projeto de constituição da disciplina se inscreve “num objetivo político: a arma científica da linguística oferece meios novos para abordar a política”. Sendo assim, dentro desta conjuntura teórica, o marxismo e a linguística marcam o nascimento da AD.

Pêcheux discorre em seus últimos textos, mais especificamente em *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*, sobre as metamorfoses do discurso político estarem intrinsecamente relacionadas ao seu suporte midiático. Era o momento de rupturas, de derivas em direção ao espetáculo da mídia. O tempo de lutas de classes é virado, parece se desconstruir e inicia-se o tempo de novas tentativas teóricas, de re-pensar o discurso face aos debates televisivos. Ele nos convida “a aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da ‘classe política’ sobretudo depois dos anos 70” (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 21). Desse modo, ele já prevê as diferentes possibilidades de mutações que o discurso político sofreria posteriormente. Nas palavras de Gregolin (2004, p. 154):

era chegado o tempo de incorporar à análise a “língua de vento” da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo “pós-moderno” que se concretizavam nos discursos. Para poder alcançar essas mudanças seria necessário desconstruir vários pontos do seu projeto teórico.

A AD, portanto, não nasce completa, pois é um campo de pesquisas que precisa desenvolver dispositivos teóricos face às transformações sociais e consequente evolução tecnológica dos suportes midiáticos. Nas palavras de Pêcheux:

o paradoxo da Análise do Discurso encontra-se na prática indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores:

de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as transformações no campo político-histórico. São, portanto, dois estados de crise que se encontram no ponto crítico da Análise do Discurso. (PÊCHEUX, [1981] 2009, p. 21)

Após a constituição desta disciplina e da morte de Pêcheux em 1983, os trabalhos em AD na França se desviaram do paradigma histórico e se voltaram para estudos lexicométricos e gramaticais¹⁸. Neste ínterim, Courtine (2009, p. 13) afirma que Pêcheux “jamais foi reconhecido” em seu país, pontuando o distanciamento entre os estudos franceses contemporâneos e as ideias originárias desse filósofo. No Brasil, em contrapartida, diversos estudos mantiveram o enfoque na dimensão histórica do enunciado¹⁹. Certamente, isso não significa pressupor a exclusividade de trabalhos nessa vertente²⁰. Todavia, é salutar afirmar que as sementes lançadas por Pêcheux encontraram terreno fértil no Brasil mais do que em seu próprio país. Da década de 1980 até hoje, é indiscutível os avanços ocorridos dentro da Análise do Discurso; entretanto, não podemos fechar os olhos para a realidade de que a “mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global” (COURTINE, 2006, p. 85).

Courtine (2006) alerta-nos sobre a insuficiência dos métodos que se restringem a análises puramente linguísticas: “uma das consequências mais marcantes do desenvolvimento de uma tecnologia da comunicação política terá sido a de modificar a relação entre enunciação do discurso e espetáculo do corpo falante, em proveito deste último” (2003, p. 24-25). Nesse contexto, o corpo do homem político – o visual –, o qual ele alude como

¹⁸ Há uma tendência lexicométrica nos trabalhos publicados pela revista francesa *Mots, Les langages du politique* sobre o discurso político nas duas últimas décadas. Os trabalhos de Patrick Charaudeau também não contemplam a dimensão histórica do enunciado, além de minimizar a relação dos *media* com o discurso. As pesquisas de Damon Mayaffre também se voltam para a tendência lexicométrica nos estudos sobre o discurso político contemporâneo (PIOVEZANI, 2006, p. 248).

¹⁹ À título de exemplificação, citaremos alguns grupos de pesquisas que contemplam a dimensão histórica do enunciado em seus estudos: além dos estudos promovidos pelo GPAD – Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso e o LEDIF – Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos da Universidade Federal de Uberlândia citamos outros grupos de destaque nacional, entre eles: o GEADA – Grupo de Estudos de Análise do Discurso da UNESP/Araraquara coordenado pela Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin; LABOR – Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar coordenado pela professora Dra. Vanice Sargentini; PALADIS – Grupo de Pesquisa Palavra, Discurso e Silêncio da UNESP/São José do Rio Preto dirigido pelo Prof. Dr. José Horta Nunes; GEDUEM da UEM/Maringá-PR liderado pelo Prof. Dr. Pedro Navarro; GRUDIOCORPO da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia coordenado pelo prof. Dr. Nilton Milanez. Estes são alguns grupos que apesar das heterogeneidades apresentam eixos de trabalho semelhantes. Além destes há vários outros grupos de pesquisas espalhados pelo Brasil com enfoques diversificados (linguístico textual, psicanalítico, etc.).

²⁰ “A Análise do Discurso no/do Brasil trabalha hoje com materialidades discursivas das mais diversas, que vão desde os discursos institucionalizados até aqueles do cotidiano, podendo com isso abarcar o discurso religioso, indígena, dos movimentos sociais, midiático, pedagógico, questões de gênero, o discurso do corpo e das corporalidades, o discurso dos esquizofrênicos, dos afásicos e por aí segue essa lista meramente exemplificativa”. (GREGOLIN, 2007a, p.18)

“espetáculo do corpo”, é amiúde considerado mais do que as próprias palavras nas novas práticas de discurso político. Suas considerações apontam na direção de uma semiologia da política, e são pautadas na necessidade de se considerar a articulação do visual com o verbal, cuja relevância na produção de sentidos se torna ímpar na análise de discursos.

Portanto, desvincular as imagens dos textos verbais seria como uma amputação na análise do discurso político, pois eles não estão dissociados, pelo contrário, agregam-se na produção de sentidos: “de agora em diante, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem” (COURTINE, 2006, p. 84). Pensando a veiculação das imagens por parte do sujeito discursivo sob análise, em tempos de infinitas possibilidades de produção das mesmas, estas emergem para complementar o dito no plano verbal, como por exemplo, possibilitam facilmente o riso por meio do dichote ou zombaria. Indo além, Courtine ainda afirma que a imagem recebe mais atenção do que a página impressa (*Ibidem*, p. 84). Entretanto, por ora, limitar-nos-emos a estas considerações pelo fato de discorrermos sobre análise imagética no capítulo seguinte.

Acreditamos que ainda se faz necessário realizar alguns apontamentos sobre a caracterização do discurso político contemporâneo. Para tal, avançaremos na esteira de Bourdieu (1989), Courtine ([1990] 1999; 2003; 2005; 2006; [1981] 2009), Le Bart (1998) e Piovezani (2006, 2009).

De modo geral, o discurso político deve ser pensado como um lugar marcado, por excelência, pela *tensão* e por *embates*. Bourdieu (1989, p. 14) discorre sobre as “lutas simbólicas” que se desenrolam no interior do campo político e acrescenta que existe uma tendência dos dominados em produzirem discursos políticos subversivos aos que se encontram em posição de domínio, ao passo que estes tendem a produzir discursos que objetivam a perpetuação de sua dominância. Para este teórico, os discursos políticos devem as suas características mais específicas aos interesses daqueles que os produzem (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, Bourdieu está discorrendo sobre a resistência dos sujeitos inscritos em posições antagônicas. Todavia, é necessário pontuar que suas reflexões se inscrevem no campo da sociologia. Nessa direção, pensando os entrecruzamentos do sujeito e poder, constitutivos da AD, suas palavras atestam o desejo de poder em que os sujeitos se veem investidos, sujeitos estes que digladiam entre si na busca por dominação.

Tocar no discurso político é vislumbrar uma área marcada por conflitos, em virtude dos interesses de grupos sociais em oposição entre si estarem em jogo. A palavra “política” do grego *politeía* origina-se das *polis*, cidades autônomas na Grécia Antiga. Estas

eram dotadas de poder político (*politeía*) para exercê-lo nos procedimentos de controle da *polis*. A concepção grega de cidade liga-se ao de comunidade política e revela a importância desta prática na sociedade desde então²¹. Portanto, a política e o exercício do poder estão intrinsecamente ligados. Em Maquiavel²², a noção de política refere-se não apenas à arte de conquistar, mas também de exercer e manter o poder, o governo (BOBBIO, 2002). Isso significa que aqueles que ocupam esta posição digladiarão por uma maior permanência possível no exercício do poder.

Nas últimas décadas, há uma tendência, também, à *espetacularização* do discurso político promovida pelos meios de comunicação. A esse respeito, Courtine realiza um estudo sobre suas metamorfoses e, para tal, observa as discursividades políticas produzidas desde a metade dos anos de 1970 pela imprensa americana. Embora seu olhar se volte para os Estados Unidos, percebemos que essas derivas se estenderam, com nuances específicas, para outros lugares, incluindo o Brasil. Vários fatores corroboraram com estas mudanças, entre eles, a concorrência entre as mídias que “privilegiam os efeitos de anúncios espetaculares” (COURTINE, 2006, p. 141), bem como o acesso a fontes duvidosas, instigado pela aceleração dos ritmos da informação, o qual favorece a produção de trabalhos superficiais e duvidosos (*Ibidem*).

Tais mudanças alteraram significativamente o modo de produção do discurso político na atualidade e apontam para a produção de subjetividades: “a orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas” (*Ibidem*, p. 143). Essa desconfiança que reside o discurso político é ecoada em frases do cotidiano como “político é *tudo* [sic] ladrão”, atestando o descrédito social latente em relação aos agentes políticos. Isso se agrava com as

²¹ Algumas considerações de Aristóteles a esse respeito: “Ao considerar os elementos dos quais a cidade se compõe, veremos melhor em que diferem as formas de autoridade mencionadas, e se é possível obter delas um conhecimento exato. A comunidade formada por muitas aldeias é a cidade (*pólis*) no pleno sentido da palavra; da qual se pode dizer que atinge desde então a completa auto-suficiência (*autarkéias*). Surgindo para permitir viver (*tôu zên*), ela existe para permitir viver bem (*tôu êu zên*). Portanto, se as primeiras comunidades são um fato da natureza, também o é a cidade, porque ela é o fim daquelas comunidades, e a natureza de uma coisa é o seu fim: aquilo que cada coisa se torna quanto atinge seu completo desenvolvimento, nós chamamos de natureza daquela coisa, quer se trate de um homem, de um cavalo ou de uma família. Além disso, a causa final e o fim (*télos*) de uma coisa é o que é o melhor para ela; ora, bastar-se a si mesma é, ao mesmo tempo, um fim e um bem por excelência. Essas considerações tornam evidente que a cidade é uma realidade natural e que o homem é, por natureza, um animal político (*politikón zôon*)”. (ARISTÓTELES, [384 a.C – 322 a.C.] 2006, p. 5-6)

²² Nicolau Maquiavel (1469-1527) é considerado o pai da ciência política. Sua obra principal “O Príncipe” foi escrita em 1513. Em uma de suas cartas, sumariza o conteúdo de seu livro: “não se faz ciência sem registrar o que se aprende, eu tenho anotado tudo nas conversas que me parece essencial, e compus um pequeno livro chamado *De principatibus*, onde investigo profundamente o quanto posso cogitar desse assunto, debatendo o que é um principado, que tipos de principado existem, como são conquistados, mantidos, e como se perdem”. Disponível em: http://www.classicitaliani.it/machiav/mac64_let_05.htm. Acesso em 1º de julho de 2010.

constantes divulgações de corrupção e falta de punição dos culpados. O resultado é que “a noção de informação perde sua referencialidade e a realidade política se enfraquece” (*Ibidem*, p. 142).

Os debates televisivos, e mais recentemente, a configuração de determinados programas jornalísticos²³ em que se realizam perguntas sobre as mais diversas áreas, algumas até inusitadas, para colocar o candidato à prova, indicam que, ao mesmo tempo em que a desconfiança permeia, ela também fomenta a busca por legitimidade no discurso político (BOURDIEU, 1989). O *homo politicus*²⁴ deve se portar com confiança e construir o *ethos*²⁵ de competente para governar. A hesitação, dúvida, ou mesmo o excesso de confiança podem arruinar toda uma campanha²⁶. Já o discurso político veiculado pela mídia impressa, diferentemente da TV, não possibilita a intervenção direta de outro candidato, ou mesmo da reação de uma platéia. A única “voz” é a do sujeito enunciador, e sua manifestação impossibilita a interpelação do candidato, a indagação, o questionamento²⁷. Certos espaços enunciativos construídos até criam a ilusão de diálogo, de se fazer ouvir a voz do outro, como na capa da edição 1918 de *Veja* – integrante do *corpus* desta pesquisa –; todavia, o enunciador, obviamente, é o único “regulador”²⁸ de tais discursos. Nessa conjuntura, Piovezani (2009, p. 347) afirma:

Considerando que a busca pela legitimidade é um fator essencial da política, o discurso político contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, na medida em que, de modo explícito ou latente, apresenta as seguintes propriedades: o agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social; pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade.

O sujeito político busca construir a imagem de conhecedor percuciente de sua área e apresenta-se detentor de dado saber cujo atributo outorga-lhe credibilidade: “anunciar-se como sendo aquele que sabe e pode promover a elisão ou o abrandamento da insatisfação que,

²³ Em âmbito nacional, podemos citar o programa Canal Livre da TV Bandeirantes. Em âmbito regional, sempre há entrevistas e debates com estas peculiaridades em telejornais como SPTV, RJTV e MGTV da Rede Globo.

²⁴ Do latim: homem político.

²⁵ O conceito de *ethos* pauta-se nas reflexões de Maingueneau (2005).

²⁶ Nas eleições de 2006, o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, agiu com bastante agressividade no debate com Lula. Sua postura ofensiva foi considerada o fator principal de sua derrota nas referidas eleições presidenciais.

²⁷ Referimo-nos a questionamentos diretos como os realizados em entrevistas televisivas. De modo mediato, leitores e os próprios partidos participam por meio de cartas e *e-mails* enviados à redação. Entretanto, mesmo desse modo, a publicação dos mesmos condiciona-se a aprovação editorial da revista.

²⁸ Não queremos com este enunciado transparecer que o sujeito enunciador “escolhe” seus discursos, como “dono” da língua. Apesar de, na prática, a revista *Veja*, nos moldes aqui apresentados, configurar-se um sujeito discursivo, a escolha das matérias e imagens veiculadas se estabelece sob uma ilusão necessária de autonomia e consciência dos discursos deste sujeito.

de fato, lhe é estrutural e necessária, parece ser uma das características do discurso do campo político” (Piovezani, 2009, p. 136). A ausência do mesmo, ou seja, a falta de conhecimento implica incompetência e, conseqüentemente, descrédito para o exercício de sua função. Nesse ponto, a legitimidade concerne, dentre outros aspectos, o falar iniludível que possibilita a construção de efeitos de verdade sobre si e o discurso (do) político se submete à exigência da injunção à verdade, do falar-verdadeiro: “não podemos deixar de vislumbrar uma estreita relação entre a busca constante da política pela legitimidade e pelo poder e as incessantes tentativas do discurso político de produzir efeitos de verdade sobre si” (*Ibidem*, p. 352).

O sujeito político não pode pestanejar, precisa ter respostas de imediato como forma de fazer sobressair sua *competência*. Essa auto-legitimação implica o apagamento de falhas e realce de acertos. Em contrapartida, em relação a sujeitos que ocupam posições antagônicas, evidenciar-se-á o contrário. Haverá o recrudescimento de erros e debilidades, bem como o apagamento de acertos, conquistas ou vitórias desses adversários. Nesse sentido, a necessidade de boa persuasão, de argumentos convincentes se faz presente. O político precisa ser um influenciador para que consiga interpelar os eleitores e deles conquistar os votos. Isso pode acarretar, muitas vezes, no desrespeito aos limites e à perda do bom senso. Daí a tendência em se pender para o espetáculo político – conforme pontuamos acima.

Assim, se por um lado, o sujeito afirma a própria capacidade, por outro, tentará retirá-la de seu(s) oponente(s). Essas considerações trazem-nos à memória o conceito de poder foucaultiano, inerente ao sujeito, e exercido em práticas discursivas. Se o sujeito busca se legitimar, sujeitos em oposição a dado sujeito serão tachados de incapazes, desqualificados e submetidos a desconfianças e acusações, conforme observa Piovezani (2009, p. 133):

constantemente submetido a desconfianças, denúncias e acusações, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, ou seja, visto que suas *fides* e *auctoritas* advêm de onde brotam dúvidas, dívidas e descréditos, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de legitimidade.

Neste ínterim, a *ridicularização*, seja ela verbal ou não-verbal é outro aspecto pertinente acerca da caracterização do discurso político, que acreditamos emergir sob regularidades nas análises que se apresentarão. A desqualificação se revela nas denúncias, ou simplesmente, desconfianças marcadas pela ironia e/ou zombaria, mas que se apresentam “atenuadas” face a essas acusações, tidas como “incontestáveis”. Em um campo onde a busca por legitimidade se faz presente, conforme assinalado anteriormente, e em tempos de

espetacularização política, o mensalão parece ser apenas um pano de fundo em um palco onde os atores-políticos principais são reiteradamente desqualificados. Portanto, realçar a impotência e a debilidade com o intuito de desqualificar o adversário é uma marca desse tipo de discurso. Acreditamos, também, que os discursos veiculados possibilitar-nos-ão visualizar regularidades que apontam para a ilegitimidade do Partido dos Trabalhadores, conforme assinalamos nas hipóteses da pesquisa; assim, o sujeito enunciador não narra os acontecimentos simplesmente, mas seu discurso, perpassado pelo poder que lhe é constitutivo, explicita seus favorecimentos político-partidários.

Ridicularização, ironia, zombaria, auto-legitimidade, deslegitimação do outro, espetacularização, tensão, embates, são, portanto, algumas características do discurso político que expusemos neste tópico. Longe de ser exaustiva, esta lista aponta, em linhas gerais, alguns traços que permeiam essa forma de discurso e que, até aqui, parecem se revelar suficientes para o que se propõe empreender.

Todavia, longe da fixidez, compreendemos que os discursos em geral, e o discurso político em especial, sofrem metamorfoses e rupturas; especialmente se considerarmos as rápidas transformações sociológicas e tecnológicas na atualidade. Neste ínterim, Courtine (2010) destaca que

assistimos, portanto, a uma feminização da fala pública, que afeta profundamente as formas do carisma secular que esperamos do orador democrático, quer seja homem ou mulher: devido a isso, tanto para uns como para outros, estranhos desdobramentos de personalidade, em que se trata, ao mesmo tempo, de “falar viril” e de “falar sensível”. (Jean-Jacques Courtine em entrevista ao prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes – artigo no prelo, 2010).

As reflexões de Courtine (2010) se inscrevem no campo da história cultural, e se referem à questão do gênero no campo da fala pública, observações a que os analistas do discurso político devem estar sensíveis. Ainda sim, em que essas observações de Courtine nos interessam especificamente? Ora, compreendendo que as evoluções sociais acarretam novos desdobramentos no discurso político, observam-se mudanças de regime da fala pública determinadas por diversos fatores. Essas questões são pertinentes em virtude de poderem surgir nas materialidades sob análise, quer sejam verbal ou não-verbal, novas nuances, novas marcas que aqui não foram pontuadas. Apesar de determinados traços serem observados, em tempos de *reality shows*, outros podem surgir, resultantes das transformações operadas por diversos fatores (sociais, ideológicos, tecnológicos). Entendemos, portanto, que estas mudanças possibilitam novas formas do discurso político veiculado *pela mídia*, como por exemplo, poder-se-ia pensar em um novo tratamento dado ao mesmo de forma que ele se

apresente mais carismático, mais dócil, marcado pela amabilidade, resultante dessa “feminilidade” a qual Courtine se refere. Portanto, atentar-nos-emos para estas questões, para novas nuances que porventura o discurso político, nas formas desta pesquisa, possa vir a se apresentar. No capítulo seguinte, intitulado História, Memória e Poder, continuaremos a discorrer sobre o aporte teórico que fundamenta esta pesquisa.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER

É preciso estar atento à irrupção de um discurso, nessa pontualidade e dispersão em que aparece e que permite que seja repetido, sabido, esquecido, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

Michel Foucault

No capítulo anterior, buscamos abordar os fundamentos teóricos da AD, contemplando, em especial, as noções de sujeito e sentido. Ademais, explicitamos acerca da relevância do discurso político como objeto central na constituição dessa disciplina, além de delimitar nosso objeto de análise. Nas linhas que se seguem, discorreremos primeiramente sobre história e memória, dois conceitos bastante relevantes nesta pesquisa. No tópico subsequente, exporemos os conceitos de intericonicidade e policromia que darão sustentação às análises imagéticas. Para concluir este capítulo, será explicitada a noção de poder a partir das reflexões foucaultianas.

2.1 História e Memória

Conforme pontuado no primeiro capítulo, os sentidos em AD são construídos não dentro do próprio texto, mas vinculam-se à exterioridade, ao social, a eventos históricos externos ao texto, como forma de explicá-los.

Foucault ([1969] 1995) apresenta a noção de história marcada por rupturas, deslocamentos e descontinuidades, e os discursos são explicados e esclarecidos quando recorremo-nos a acontecimentos anteriores, a determinações históricas dispersas no meio social.

Nas palavras de Orlandi (2009), a recorrência à História se faz necessário não por se tratar da história refletida no texto, como se o texto fosse o conteúdo da história apenas (embora haja essa relação entre a história “externa” e a historicidade presente na materialidade linguística, na trama dos sentidos), mas ao se falar em historicidade na AD volta-se para o trabalho dos sentidos no discurso, para o acontecimento do texto como discurso na história, uma vez que todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior e aponta para outro discurso futuro.

A noção de história está intimamente ligada à noção de memória discursiva, conforme conceitua Courtine ([1981] 2009, p. 105):

A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos, ela visa o que Foucault levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, e falas que as retomam, as transformam, são ditas, permanecem ditas e restam ainda a dizer”.

Portanto, a noção de memória não se refere às lembranças que um indivíduo tem do passado. Segundo Courtine, a memória discursiva designa algo distinto de qualquer lembrança ou memorização psicológica. Tal noção diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos. Ou seja, um texto se inscreve em uma FD em função de uma memória discursiva que o texto retoma e do qual é parte. Destarte, quando determinada análise é realizada sob a ótica da Análise do Discurso e, mais especificamente, nessa perspectiva de memória discursiva courtineana, é necessário olhar para o aspecto histórico-social, para os elementos constitutivos da materialidade linguística que se vinculam a FDs específicas: “o domínio de memória é constituído, assim, por um conjunto de sequências que preexistem a um certo enunciado” afirma Possenti (2004). Portanto para Courtine, diante do acontecimento, o funcionamento da memória se dá no ressurgimento de um discurso anterior, mas em novas condições sócio-históricas.

Ao discorrer sobre memória discursiva, Pêcheux postula que diante de um texto que emerge como acontecimento, ela vem restabelecer os implícitos de que sua leitura necessita. Ele a define como “um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices legíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, [1969] 1990). A memória é a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, assim é um espaço móvel de divisões, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização.

Bakhtin (*apud* PÊCHEUX, [1983] 1999), a seu turno, argumenta que: “o caráter mais importante, e também mais ignorado de todo enunciado é seu dialogismo, isto é, sua dimensão intertextual. A cultura é composta de discursos que preservam a memória coletiva (tanto os lugares comuns e os estereótipos quanto as falas excepcionais) em relação aos quais todo sujeito é obrigado a se situar”.

Para Achard (1999), (re)lembrar um acontecimento não é suficiente para que ele faça parte da memória social. É necessário que ele seja vivificado, bem reconstituído a partir

de dados e noções comuns por diversos membros da sociedade. Este teórico postula que a memória não é estabilizada, mas sofre reconstruções em face dos acontecimentos que precisam ser relevantes e ter força para imprimirem seus traços nela. Dito de outro modo, a memória não é fixa, estabilizada, mas os acontecimentos podem desregular e deslocar os implícitos associados aos sistemas de regularização anterior. Os acontecimentos midiáticos têm força para produzirem nela (na memória) uma ruptura.

Isto posto, entendemos que realizar uma análise sob tais perspectivas rompe com a análise de conteúdo. O que importa para a Análise do Discurso não é simplesmente explicar o que um texto *contém* ou quais informações o constituem, o que seria próprio das teorias da informação, mas, sim que os enunciados fazem parte da história, retomam uma memória e que em uma instância de enunciação específica, o enunciador vincula-se à FDs específicas. Pêcheux e Fuchs ([1975] 1988, p. 182), por sua vez, argumentam que “um *corpus* é constituído por um conjunto de discursos concretos e de objetos discursivos, estando essas superfícies dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas”. Ora, se os discursos, segundo esses autores, são dominados pelas condições de produção fica claro que os mesmos são históricos.

Concernente à relação história e memória, pode-se sempre afirmar que há uma ligação íntima entre as duas. É impossível desvincular uma da outra, pois a primeira é constitutiva da segunda. Segundo Foucault ([1969] 1995), os processos históricos são descontínuos, e essa descontinuidade histórica, deslocada para a análise do discurso, ajuda-nos a compreender os sentidos dos enunciados que são interpretados analisando o sócio-histórico, que não é linear, mas, reiteramos, descontínuo, opaco e marcado por rupturas. Ele afirma que ruptura significa instaurar uma problemática nova ou uma mudança epistemológica. A título de exemplificação, pode-se utilizar as próprias conceituações atinentes à AD que rompem com várias concepções da linguística, como, por exemplo, a do enunciado como sendo um propósito do autor, ou em relação ao sujeito que é denominado na linguística textual como emissor/falante/produtor, sujeito empírico, etc., ou mesmo em relação ao sentido proposto pela filologia como sendo único e transparente. A AD rompe com estas e outras concepções.

Uma das concepções com a qual a AD rompe é a do significado das palavras como algo imanente, prescrito pelos dicionários. Para que as compreendamos, é necessário olhar para a história, como afirmado anteriormente, para os acontecimentos e os discursos produzidos na e pela história como forma de entender suas formações, suas vinculações às entidades e grupos sociais e, conseqüentemente, às ideologias que interpelam tais discursos.

Foucault ([1969] 1995) propõe o método arqueológico como forma de interpretar os sentidos e podemos, grosso modo, resumir sua tese como uma proposta de explicitar a produção histórica do enunciado. Em relação ao método arqueológico, Gregolin (2004) elucida o pensamento foucaultiano:

por meio da exposição dos conceitos envolvidos na análise arqueológica, Foucault mostra sua compreensão das *relações que os discursos estabelecem com os sujeitos, com a História, com as práticas discursivas*. Por serem produto dessas práticas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: *não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer*. Há, sempre, que se submeter à ordem do discurso. (GREGOLIN, 2004, p. 96, grifos nossos)

Gregolin (2004) ainda citando Foucault pontua que:

Foucault parte do primado da relação: as coisas só existem por relação, tudo é histórico, tudo depende de tudo (e não unicamente das relações de produção), explicar um objeto consiste em mostrar de que contexto histórico ele depende. Por isso, o discurso é o que realmente é dito, sem que o sujeito saiba que está dizendo outros sentidos do dizer [...] podemos pensar, com Foucault, que a produção dos sentidos é uma luta discursiva travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade. (GREGOLIN, 2004, p. 41)

Foucault ([1969] 1995) se aproxima muito das concepções da nova história. Na *Arqueologia do Saber* ele se afasta das noções de linearidade e continuidade advindas da História tradicional e apresenta os conceitos de descontinuidade, transformação e ruptura, conforme anotado anteriormente, entre outros conceitos que são basilares em sua proposta para analisar o(s) discurso(s).

Mas o que vem a ser essa nova história? Segundo Burke (1992), a nova história traz uma transformação, uma ruptura no paradigma historiográfico. Há uma mudança de abordagens em analisá-la. A história diz respeito não somente à política, mas a toda atividade humana: “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma construção cultural sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Nessa nova perspectiva, percebe-se uma preocupação em ver a história em sua totalidade e não somente narrativas contadas “de cima para baixo”. Analisar a cultura popular agora é também relevante em oposição à focalização unilateral de grandes feitos. Segundo a perspectiva tradicional, os documentos oficiais eram colocados em um patamar acima de outras fontes, agora se busca uma maior variedade de evidências. De uma visão objetiva, volta-se para a heteroglossia.

Ainda sobre esta constituição da Nova História, Gregolin (2004, p. 160-161) elucida que

o movimento de renovação dos estudos históricos – que dará origem àquilo que, por generalização, tem sido denominado de “nova História” – é considerado como um fenômeno tipicamente francês, tendo em conta a importância que os estudos históricos sempre tiveram nesse país. Essa verdadeira “revolução francesa historiográfica” iniciou-se com Marc Bloch e Lucien Febvre, nas décadas de 1910-1920 e teve em sua raiz a insatisfação desses dois jovens historiadores com as análises históricas tradicionais, que reduziam a complexidade das situações a um jogo de poder entre grandes homens e países. O início do século XX, momento de grandes convulsões e rupturas com o passado, exigia um novo olhar sobre a história que permitisse captar a heterogeneidade das ações humanas no jogo histórico e, para essa empresa, era necessário dotar o fazer historiográfico de novos instrumentos, abrindo-o para a interdisciplinaridade.

De Certeau (2002), ao referir-se aos discursos, os define como históricos porque estão “ligados a operações e definidos por funcionamentos” e ainda que “também não se pode compreender o que *dizem* independentemente da *prática* de que resultam” (de CERTEAU, 2002, p. 32). Ora, é justamente essa relação do discurso com a história que é exposta por Foucault em sua *Arqueologia* e que influenciou (ou inquietou?) Michel Pêcheux posteriormente e, conseqüentemente, a AD como um todo. Os discursos nunca mais seriam analisados da mesma maneira.

Essa mudança em como observar/analisar a história sob diversos ângulos parece ter sido deslocada, pois vemos essas concepções de não homogeneidade, de inacabado, de “não haver bordas ou limites”, dos entrecruzamentos dos saberes nos estudos históricos presentes nas noções de sentido, sujeito e, também, das formações discursivas nas reflexões de Pêcheux, Foucault, e outros quando se referem ao discurso. É impossível pensarmos o discurso desvinculando-o de suas condições de produção, dos acontecimentos históricos (dispersos), uma vez que, para analisarmos o objeto da AD, faz-se necessário olhar para “a existência histórica do enunciado” como afirma Courtine, e para os sentidos que são produzidos externamente e não dentro do próprio texto. Foucault ([1969] 1995) nos lembra que o discurso é um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva e que o mesmo é “histórico, fragmento da história, unidade e descontinuidade na própria história” (FOUCAULT, [1969] 1995, p.135).

Assim, sob esta orientação teórica, o analista precisa sair do texto, do unicamente verbal e voltar-se para as condições de produção que não se restringem à situação de interlocução, aos sujeitos, e a quais formações discursivas eles pertencem, mas também é fundamental compreender as relações da história e memória com o linguístico, observando os

acontecimentos sociais, históricos e culturais durante o procedimento analítico. Outrossim, o “discurso não diz respeito à linguagem, a sua extensão mostra-se, desde o início, comprometida com uma problemática desta área. Isto é, discurso é a própria palavra em movimento, *cuja noção desloca-se no tempo e no espaço, assumindo múltiplos sentidos*” (MENEZES, 2004, p. 22, grifo nosso). No dizer de Fernandes (2007a), aspectos sociais e ideológicos são impregnados nas palavras quando elas são ditas e o discurso que se materializa na linguagem revela os lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos.

Por fim, para concluir, recorreremos novamente a Fernandes (2007a, p. 63) que esclarece a respeito da proficuidade da história na AD: “a recorrência à História faz-se presente na Análise do Discurso, pois trata-se dos sentidos produzidos no discurso, de acordo com as condições de produção histórico-sociais peculiares à existência dos sujeitos”. Portanto, observar este conceito é de suma relevância na propositura deste trabalho por ser na e pela história que o sujeito se constitui. Abordamos neste tópico, também, a noção de memória que implica uma relação da linguagem com a história e pensá-la requer observar as relações conflituosas dos aspectos de historicidade com os processos da linguagem. No tópico que se segue, exporemos a noção de memória das imagens, cunhada por Courtine como intericonicidade (*apud* MILANEZ 2006). Somado a esta, traremos as reflexões de Souza (1998) sobre policromia. Estes conceitos darão sustentáculo às análises imagéticas.

2.2 Memória das Imagens e Policromia

Toda imagem tem um eco.

Jean-Jacques Courtine

Neste tópico, discorreremos sobre duas noções que embasarão as análises dos textos não-verbais, a saber, os conceitos de intericonicidade, também intitulado memória das imagens, e policromia. Ora, se a proposta desta pesquisa é analisar a constituição do sujeito discursivo nas inscrições enunciativas de Veja ao significarem o Partido dos Trabalhadores, ser-nos-á relevante analisar, concomitantemente aos enunciados verbais, os enunciados não-verbais (fotos, imagens, gravuras, etc.) presentes e imbricados às matérias selecionadas.

Courtine (*apud* MILANEZ 2006, p. 168) pontua acerca de uma memória das

imagens. Para este teórico, toda imagem se inscreve em uma cultura visual, sendo que essa cultura supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Para ele, sempre que uma imagem é vista, outras são lembradas, rememoradas. Em outras palavras, toda imagem se vincula ao que lhe é exterior e se liga a elementos dispersos no social. Essa memória, intitulada *intericonicidade*, é definida por Courtine da seguinte maneira:

toda imagem se inscreve numa cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Toda imagem tem um eco. Essa memória das imagens se chama a história das imagens vistas, mas isso poderia ser também a memória das imagens sugeridas pela percepção exterior de uma imagem. Portanto, a noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe a relação de uma imagem externa, mas também interna. As imagens de lembranças, as imagens de memória, as imagens de impressão visual, armazenadas pelo indivíduo. Imagens que nos façam ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens sejam apenas vistas ou simplesmente imaginadas. (MILANEZ, 2006, p. 168)

Desse modo, sob a ótica de Courtine (2006) a noção de intericonicidade concerne às imagens que são ressurgidas, lembradas, evocadas quando vemos ou simplesmente imaginamos uma imagem. Essa noção refere-se ao diálogo de uma imagem com outras exteriores a ela. Para este teórico, a noção de intericonicidade é comparada com a noção de enunciado proposta por Foucault ([1969] 1995), pois da mesma maneira que um enunciado pertence a uma rede de formulações, uma imagem está inscrita em meio a uma série de imagens. Portanto, pensar uma memória das imagens é pensar uma história das imagens vistas que são sugeridas pela percepção exterior da mesma. Desse modo, a análise do não-verbal será possibilitada observando o funcionamento de dada exterioridade ecoada no suporte imagético.

Essas discussões de cunho semiótico interessam aos analistas do discurso na atualidade, sendo que o trabalho com imagens abre espaço para novas investigações e possibilita ao pesquisador em AD até mesmo contemplar brechas para reconfigurações epistemológicas. Como ilustração, em recente colóquio em AD²⁹ essa discussão foi levantada, e correu-se sobre a disparidade existente entre a imagem veiculada pela mídia e sua respectiva legenda. A este respeito, discutiu-se sobre o fato de se perceber, com certa regularidade, a questão do enunciado linguístico neutralizar a polissemia da imagem e orientar sua interpretação. Esses debates de caráter epistemológico são possíveis em virtude das

²⁹ Referimo-nos à fala da Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin no VII SEPELLA – Seminário de Pesquisa em Linguística e Linguística Aplicada realizado em dezembro de 2009 na Universidade Federal de Uberlândia.

condições históricas não serem mais as mesmas daquelas do início dos anos 1980; consequentemente, faz-se necessário estabelecer dispositivos de análise que venham ao encontro das novas materialidades nos diversos tipos de discursos que possam ser analisados. Neste sentido, Courtine afirma:

Não penso, portanto, que a Análise do discurso, tal como a praticávamos ontem e tal como ela é ainda hoje frequentemente concebida, essa que continua a ser uma análise do texto verbal, esteja apta a interpretar e a compreender essas transformações. É necessário pensar em outros objetos, inventar outras ferramentas, conceber outras Análise do Discurso (poderemos, aliás, ainda chamá-la assim?...), que continue tão atenta ao peso da história quanto às metamorfoses dos materiais discursivos significantes. (2008, p. 14)

Neste ponto, “a AD, ao menos, no que concerne ao discurso político, continuou a dar menos atenção que, de fato, os suportes materiais do discurso mereceriam” observa Piovezani (2006, p. 245). Para este autor, existe certo descompasso entre as transformações do objeto analisado e o alcance interpretativo da teoria e do método que tentam compreendê-lo. Nas reflexões deste analista, o desenvolvimento de estudos que se voltam para este campo do saber no Brasil poderia ter avançado mais. Dito de outro modo, as abordagens e estudos na atualidade não são suficientes e ainda não consideraram efetivamente as novas formas de discurso político, a despeito de já existirem diversas pesquisas que contemplam este tipo de discurso no Brasil, mas que se voltaram para *corpora* escritos ou orais que foram transcritos³⁰.

A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, *em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não pode mais separar linguagem e imagem* (Courtine, 2006, p. 57, grifo nosso).

Diante disso, percebemos que a AD é um campo aberto a revolvimentos em seu

³⁰ “No Brasil, ainda sem ter realizado um recenseamento exaustivo, acreditamos que, possivelmente, os trabalhos mais sólidos e mais relevantes sobre o discurso político debruçaram-se sobre *corpora* escritos ou orais que foram transcritos. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haquira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979), de Eni Orlandi, *A fala de muitos gumes* ([1985] 1996), e de José Luiz Fiorin *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988; numa conjunção entre alguns fundamentos da AD e uma forte base de semiótica greimasiana); mais recentemente, destacam-se os trabalhos de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997) e de Mônica Zoppi-Fontana, *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política* (1997). Embora a pertinência analítica e histórica desses estudos seja incontestável, existe ainda, segundo cremos, uma imperiosa necessidade de alargar o domínio dos objetos de análise pertinentes”. (PIOVEZANI, 2006, p. 247)

terreno epistemológico, pois o contato com novos objetos reclama a necessidade de novas ferramentas, novos conceitos. Negar o desenvolvimento da teoria é ir contra as ideias do próprio fundador da AD, pois Pêcheux ([1983] 2002) é enfático em criticar a simplificação unívoca, o mundo “semanticamente normal”, a aparente estabilidade lógica de regiões heterogêneas do real. Suas reflexões são marcadas por rupturas e avançam deixando abertura para pesquisas posteriores. Nesse sentido, ele leva em consideração as novas materialidades do discurso midiático, conforme pontuamos anteriormente. Desse modo, analisar os complexos dispositivos modernos e as recentes estratégias que envolvem palavras, imagens e sons – sendo que, nesta pesquisa, nosso enfoque voltar-se-á apenas para a linguagem verbal e imagética – são questões pertinentes na atualidade. Deparamos com um campo disciplinar fecundo, e que reclama novos procedimentos de análise face ao desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Recursos e técnicas de tratamento imagéticas por meio de *softwares* profissionais como o *Photoshop* e *Corel Draw* permitem possibilidades infinitas de criação e mutação de imagens. Pode-se afirmar que é o tempo da *fluidez imagética*, graças a tais ferramentas que permitem a invenção e manipulação de qualquer produto visual.

Isto posto, compreendemos que esta (r)evolução tecnológica no campo da arte e *design* demandará estudos que consigam lidar com a complexidade destas questões: “o discurso político não pode mais ser dissociado da produção e recepção de imagens. A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso que deixou de ser prioritariamente verbal” (COURTINE, 2006, p. 84-85).

Na esteira destas reflexões, percebemos que a imagem é constitutiva dos discursos na atualidade: “a imagem desempenha um papel importante, uma vez que possibilita agregar uma comunidade de olhares e colocar os possíveis leitores ou espectadores diante de um mesmo ponto de vista” (NAVARRO, 2006, p. 80). Assim como há diferentes formas de silêncio (ORLANDI, 1995), sendo que ele não precisa se referir ao dizer para significar, descentralizando a linguagem verbal do próprio silêncio, a interpretação do sentido das imagens pode estar desvinculada do plano verbal. É a visualidade que possibilita a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal.

Sobre o processo de significação da imagem, as discussões estão, em geral, restritas a duas vertentes principais: ou se toma a imagem da mesma forma como se toma o signo linguístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade, ou se toma a imagem nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura, etc, buscando-se a definição de que modo se dá

a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico [KLEE, 1973 e DAVIDSON, 1984]. (SOUZA, 1998)

Segundo esta autora, a questão da interpretação de imagens sofre uma problemática de natureza analítica, quer seja escolher o caminho que se deve trilhar para apreender as peculiaridades do objeto. Ainda pautados na discussão de natureza semiótica, neste viés discursivo, apresentamos esta longa, porém relevante citação de Souza (1998) que traz contribuições para nossa discussão:

O texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não-verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia (Souza, 1995) buscando analisar a imagem com mais pertinência. O conceito de policromia recobre o jogo de imagens e cores, no caso, elementos constitutivos da linguagem não-verbal, permitindo, assim, caminhar na análise do discurso do não-verbal. O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, etc. nos remete, à semelhança das vozes no texto, a diferentes perspectivas instauradas pelo eu na e pela imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano do sinestésico, bem como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem através de outra. Por isso, a policromia revela também a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma co-relação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa co-relação se faz através de operadores discursivos não-verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra, etc, os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos, todos não-verbais. Ao se interpretar a imagem pelo olhar - e não através da palavra - apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por esse efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais em que se inscreve tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador. O conjunto de elementos visuais possíveis de recorte - entendidos como operadores discursivos - favorece uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não-verbal. A apreensão dessas relações, por sua vez, revela o discurso que se instaura pelas imagens, independente da sua relação com qualquer palavra. O discurso, no caso, deixa antever o trabalho de um sincretismo de imagens (rede de associações) de caráter ideológico. Trata-se, então, como já referimos anteriormente, da possibilidade de falar de implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso), ou favorecendo a compreensão da narrativa de uma publicidade, filme, etc, sem se ater exclusivamente ao verbal, mas buscando uma articulação num plano discursivo não-verbal e revelando a tessitura da imagem em sua heterogeneidade. O estudo da imagem, como discurso produzido pelo não-verbal, abre perspectivas comumente não abordadas nas análises mais recorrentes. Abre-se a possibilidade de entender os elementos visuais como operadores de discurso, condição primeira para se desvincular o tratamento da imagem através da

sua co-relação com o verbal e de se descartarem os métodos que "alinham o verbal pelo não-verbal. (SOUZA, 1998)

É relevante a discussão da autora no que tange à compreensão do não-verbal pelo próprio não-verbal. Esta perspectiva policrômica agrega elementos que somados à noção de intericonicidade darão sustentação à análise dos textos não verbais presentes no *corpus*. Dentre estes elementos, a questão das imagens implícitas, como se fossem os “não-ditos” do plano verbal também significam no plano não-verbal. Ademais, outros operadores discursivos da imagem como cor, detalhe, ângulo, luz e sombra também instauram a produção de outros textos e geram efeitos de sentido.

Todavia, verifica-se que a interpretação do plano visual, pelo menos em uma pesquisa como esta, deve se submeter indubitavelmente a uma “redução” ao plano verbo-textual uma vez que o texto é o tipo de suporte material utilizado na análise imagética. Se compreendemos bem a discussão de Souza (1998), entendemos que o resultado de tal interpretação é a produção de outras imagens *exclusivamente* pelo olhar. A autora infelizmente não explicita mais sobre este processo de interpretação em nível exclusivamente não-verbal devido às limitações circunstanciais por se tratar de um artigo científico.

Nesta relação da imagem com o verbal, Foucault ([1972] 1999, p. 25) afirma: “A relação da linguagem com a imagem é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita e esteja num *déficit* que em vão se esforçaria por recuperar”. E acrescenta que uma é irreduzível a outra, pois “por mais que se diga o que se vê, o que se vê não aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem”.

Ainda a título de reflexão sobre análise imagética em *Análise do Discurso*, conquanto se entenda que este campo de pesquisas seja bastante fértil, indagamos se pesquisas que lidarão exclusivamente com textos não verbais devam ser interpretados neste nível – ou seja, aterem-se *exclusivamente* em análises de uma imagem por outra imagem ou outras imagens: “a impensabilidade de uma sintaxe do icônico me parece marcada pela inexistência da negação e da interrogação no interior da imagem” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 51). Com certeza, é um campo que reclama procedimentos e dispositivos de interpretação.

É relevante assinalar que tanto as noções de intericonicidade quanto policromia configuram-se conceitos que levam em consideração apenas a análise da imagem de modo

singular, desvinculando-a da relação com a palavra. São conceitos que dão sustentáculo teórico ao analista, possibilitando-lhe verificar, por exemplo, quais são as redes de associações entre dadas imagens, os implícitos, seus elementos constitutivos, apenas no âmbito da imagem *per si*. Cada noção apresentando suas peculiaridades epistemológicas: na intericonicidade, refere-se às imagens que são evocadas, advindas tanto da exterioridade, quando da relação da imagem consigo mesma. Na policromia, indo além, “abre a possibilidade de entender os elementos visuais como operadores de discurso, condição primeira para se desvincular o tratamento da imagem através da sua co-relação com o verbal e de se descartarem os métodos que ‘alinham o verbal pelo não-verbal’” (SOUZA, 1998). Ou seja, trata da análise da imagem pelo olhar, e não pela palavra. Entretanto, esta última noção nos interessa na medida em que determinados operadores discursivos como forma, tamanho da imagem, ângulo, luz, cores, sombra, etc. também instauram sentidos, conforme foi pontuado acima.

Todavia, é salutar ressaltar que tanto o verbal quanto o visual agregam-se na produção dos sentidos. Pensar a análise da imagem neste tipo de suporte midiático que a recebe, desvinculando-a do verbal, bem como pensar o verbal sem considerar as imagens que o integram, não garantiria consistência em relação à interpretação do *corpus*. Ambos se imbricam na produção de novos espaços discursivos cujos sentidos só são possibilitados na conjunção destes elementos. Nesta direção, pode-se pensar a legenda como norteadora de sentidos de dada imagem. Ou ainda, a este respeito, podemos adiantar uma observação realizada no capítulo analítico em que emerge em uma das capas de Veja, na ebulição da crise do mensalão, uma foto de Lula enquadrada em tamanho proporcional acima dos dois “LL” verde e amarelo – símbolo da queda de Collor. A disposição da imagem do presidente cabisbaixo mirando o emblema bicolor, somada à cor preta de fundo e a outros elementos que compõem o *layout* da capa, produzem efeitos de sentidos específicos, os quais serão mais bem explicitados no capítulo seguinte, de cunho analítico. Dessa forma, atentar-nos-emos para a relação da capa com o artigo dentro da revista e vice-versa, bem como para todos os elementos constitutivos da matéria de modo global (*layout*, imagens, etc.).

Por ora, acreditamos que as noções aqui apresentadas são suficientes para dar sustentação às análises que alvitramos realizar das imagens presentes no *corpus*. Ainda sim, é pertinente afirmar que a própria escolha de uma imagem em detrimento de outra é indicativo das posições mantidas pelo sujeito, e reforçam os lugares ocupados e sustentados por aqueles que lhas produziram e veicularam.

2.3 A Noção de Poder em Foucault

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder.

Michel Foucault

Neste último tópico, referente à fundamentação teórica de nossa pesquisa, apresentaremos o conceito de poder a partir dos escritos de Michel Foucault. Salientamos que o mesmo não aparece em apenas uma obra, mas vem diluído em vários de seus escritos (FOUCAULT, [1982] 1994; [1969] 1995; [1982] 1997; [1979] 2007). Esta noção foucaultiana avança a ideia de ideologia restrita a determinadas classes e dá sustentação para nossa análise³¹. A noção de poder em Foucault não nasce de um empreendimento pessoal para defini-lo e trabalhá-lo, pelo contrário, ele afirma que sua busca sempre foi estudar o homem, mas que seria necessário “estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, [1982] 1984, p. 232). Desse modo, o poder irrompe em seus estudos como um elemento complementar, porém necessário, que precisava ser teorizado.

Michel Foucault sempre se voltou para a objetivação do sujeito em todos os seus escritos e seus trabalhos podem ser divididos em momentos distintos (GREGOLIN, 2004). Um primeiro em que ele propõe o método arqueológico, voltando-se para os saberes e como eles são produzidos na (des)continuidade histórica embasando-se em conceitos advindos da nova história; o segundo momento, denominado genealógico, em que se articula o poder com o saber. No livro *Microfísica do Poder* ele coloca a questão do poder não como unilateral, mas presente em todos os campos, enraizado em todos os setores sociais. O poder é heterogêneo, não está relacionado apenas em mandar-obedecer, mas pulverizado em todos os segmentos sociais, é “uma maquinaria de que ninguém é titular” (FOUCAULT, [1979] 2007, p. 219); E o último momento, em que se investiga as práticas de subjetivação por meio das técnicas e do governo de si, demonstrando como o processo de construção identitária é

³¹ A ideologia de base althusseriana e a noção de poder em Foucault são perspectivas diferentes. Em nenhum momento pretendemos que os efeitos de sentidos deste texto produzam a ideia de que uma complementa a outra. Quando discorremos sobre a ideia de ideologia com base althusseriana foi para podermos chegar às últimas reflexões de Pêcheux que dialoga com outros pensadores e linguistas como Courtine, Authier-Revuz e principalmente Foucault e, conseqüentemente, realizar esta inflexão teórica.

histórico e se dá nas relações do sujeito com o mundo, com as coisas, com os outros e consigo próprio. É relevante salientar que, embora haja essa divisão temática, o segundo e terceiro momentos foucaultianos entrecruzam-se temporalmente, momentos esses em que a noção de poder é mais trabalhada em suas obras.

Como ele lembra, o exercício de poder não se limita àqueles operados pelas instituições, leis ou ideologias, em outras palavras, pelos Aparelhos Ideológicos ou Repressores do Estado, como propõe Althusser ([1967] 1998); mas é “um modo de ação de uns sobre outros”, ou seja, “só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’” (FOUCAULT, [1982] 1984, p. 242). O que Foucault postula é que o poder é exercido a todo tempo, não apenas nas relações hierárquicas entre dominador-dominado, ou seja, nos Aparelhos Ideológicos e/ou Repressores do Estado, mas também nas micro-instâncias, em todas as relações do cotidiano. Nos comentários de Machado ([1979] 2007, p. XIV), “não existe de um lado uns que tem o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder”.

Sob a ótica foucaultiana, tal exercício é “uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros” ([1982] 1984, p. 245). O poder instaurado na sociedade por meio dos micro-poderes atua em todos os lugares sempre. Desse modo, ele é descentrado e multilateral sendo que seu exercício se dá nas ações e práticas sociais. Neste ínterim, Fonseca ([1995] 2003, p.34) afirma:

Compreende-se assim, em função do caráter essencialmente produtor de sua atuação, que tais relações se deem por meio de uma difusão e capilaridade que atingem a totalidade dos discursos, das atitudes e dos pensamentos nos níveis pontuais em que acontecem. Se, de um lado, a noção de poder como entidade localizável, que atua mediante a dominação e a repressão, leva à identificação de focos centralizadores das atuações de tal entidade, de outro, a noção de poder como relações de forças produtoras leva ao conhecimento da difusão e da capilaridade por elas atingidas, uma vez que produzem pensamentos, discursos e atitudes. É justamente essa produção de ideias, palavras e atos, a partir de cada indivíduo, que assegura sua difusão e sua ramificação capilar. Daí as relações de poder poderem ser entendidas como micro-poderes, já que dizem respeito às realidades concretas e infinitesimais do cotidiano dos indivíduos.

Alguns pontos são necessários para a análise das relações de poder, entre eles, há certas modalidades instrumentais em que o poder se exerce pela ameaça, por exemplo, dos “efeitos da palavra” ou por “mecanismos mais ou menos complexos de controle” ([1982] 1984, p. 246). Acreditamos que, nesta pesquisa, estes mecanismos revelar-se-ão nos efeitos de

negação ligados às propostas do partido de melhoria econômico-social, como também, em uma forma de “controle” e “vigilância” operados pelo sujeito enunciador, assumindo a posição-sujeito de detentor da verdade.

Ademais, é relevante ressaltar que, para Foucault, a operacionalidade das relações de força é muito mais operatória ou produtiva no sentido de positivar, afirmar, suscitar, incitar, do que negativa, como reprimir, punir, proibir, restringir, culpar. Não ignorando a posição deste teórico ao postular que o poder deve ser visto, também, em uma concepção positiva (por ex., a forma de adestramento-aprimoramento do corpo na sociedade capitalista é também um exercício de poder), consideramos que o aspecto negativo do poder exercido mediante repressão, exclusão, negação ou censura se evidencia de modo claro nos discursos políticos.

No que tange às *relações* de poder, Foucault define a palavra estratégia, dentro desta concepção, como a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim, a um *objetivo*. É, em suma, “a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro* [...] um dos meios destinados a obter a *vitória*” ([1982] 1984, p. 247, grifo nosso). É relevante afirmar que em busca de manter uma determinada condição social e, pautando-se em nossa hipótese de pesquisa, o sujeito enunciador, a partir da análise dos recortes presentes no *corpus* deste trabalho, revelar-se-á portador de (uma) *estratégia(s)* cujo(s) *objetivo(s)* é a negação das ações tomadas pelo PT com o fim de obter (uma) *vitória(s)*. A principal delas é a não re-candidatura petista nas eleições presidenciais de 2006.

Foucault ([1979] 2007) também afirma que há inúmeras técnicas de poder e cita, como exemplo, a vigilância como forma de controle sobre os indivíduos. Ele analisa os projetos arquitetônicos de hospitais, prisões e escolas para demonstrar que estas estruturas apresentam formatos específicos de forma que um indivíduo, seja ele médico, carcereiro ou diretor possa, por meio do olhar, manter constante vigilância sobre um determinado grupo de pessoas e chega à conclusão de que a organização dos espaços objetivam alcançar benefícios econômicos e políticos.

As questões atinentes às técnicas, relações e exercício de poder são bem mais abrangentes, pois, *verbi gratia*, ao falar sobre as arquiteturas institucionais ele afirma que trabalhar tal problemática exigiria fazer uma “história dos espaços” ([1979] 2007, p. 212), algo que demandaria bastante tempo para ser trabalhado. Desse modo, ater-nos-emos à noção de micro-poder já explicitada acima e, em especial, a algumas das técnicas por ele abordadas que nos são relevantes.

Assim, o poder é constitutivo dos discursos e é por meio destas técnicas que os sujeitos são objetivados e subjetivados. Observando os enunciados presentes no discurso midiático de modo geral, principalmente no discurso político em que as querelas são latentes, percebemos como os sujeitos-enunciadores, “detentores do saber”, utilizam-se de técnicas argumentativas, apresentando seus discursos como verdades incontestáveis, autorizados a dizer a partir de suas posições constituídas sócio-historicamente. Afirmamos isso porque, até o final da década de 1980 na França, os veículos de comunicação possuíam total confiabilidade e credibilidade como veiculadores de informações fidedignas (RAMONET, 1999). Até então havia a ilusão de existir a notícia neutra, imparcial, pois não havia ainda dispositivo analítico que reivindicasse a presença do ideológico nos discursos³².

Portanto, a escolha do tema “mensalão” nesta pesquisa se justifica, pois é no discurso político que há maior demarcação dos lugares ocupados pelos sujeitos. Segundo Foucault, tratar do discurso político³³ é entrar em um local onde se exercem “os mais terríveis poderes” ([1971] 1996, p.10). O poder é latente nesses discursos e pensar a constituição de um sujeito-enunciador midiático como a revista *Veja* é compreender que o simples fato de se publicar certos artigos ou notícias em detrimento de outros já envolve a operação de poder. Se o poder é “a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*”, sendo “um dos meios destinados a obter a *vitória*” ([1982] 1984, p. 247, grifo nosso), e pensando o contexto pré-eleitoral em que os discursos foram produzidos; é pertinente observar as escolhas temáticas desse sujeito, o porquê de determinados enunciados aparecerem nesse momento e não outros em seus lugares, atesta a presença do poder constitutivo desses discursos.

Por fim, nesta acepção foucaultiana, as relações de poder existentes entre os sujeitos se evidenciam no modo de ação de uns sobre os outros; o que se almeja é a condução da ação do outro. Nas análises que se seguem, evidenciar-se-ão diversas técnicas utilizadas pelo sujeito enunciatador com o intuito de forjar a ação do outro, do sujeito (e)leitor. Seu desejo³⁴ é evidenciar a nulidade das propostas petistas e, como desfecho, a não recandidatura de seu referente. Estas reflexões são de relevância em nosso trabalho, pois as relações de poder são constantes nos discursos em análise e o sujeito enunciatador lança mão de diversas

³² É relevante pensarmos essa questão das notícias veiculadas pelos diversos instrumentos midiáticos serem tidas como verdades “neutras” até a década de 80. Isso não significa que não houvesse contestação diante dessas questões. Todavia, pensar o surgimento e expansão da AD como teoria analítica faz com que os discursos nunca mais sejam vistos da mesma maneira.

³³ Neste contexto, Foucault ([1971] 1996) coloca o discurso sexual ao lado do discurso político.

³⁴ Para Foucault ([1979] 2007), o sujeito *deseja* o poder e se utiliza de técnicas para conquistá-lo, sendo que essas técnicas sempre passarão seus discursos.

estratégias em benefício próprio, como se verá no capítulo seguinte em que procederemos à análise do *corpus*.

3 O CORPUS EM ANÁLISE

Se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio – inscrito nas suas formas – das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas. Fazer a análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado.

Jean-Jacques Courtine

Neste capítulo, procederemos às análises obedecendo aos critérios de seleção do *corpus*, pautados no construto teórico da Análise do Discurso de linha francesa. Foram selecionados sete artigos, publicados entre junho de 2005 e setembro de 2007, sendo, ao todo, seis coincidentes com o período pré-eleitoral e um com o período pós-eleitoral. Os artigos que compõem o *corpus*, seguidos pela data de publicação são respectivamente: *Nocaut* (22 de junho de 2005), *O assalto ao Estado* (29 de junho de 2005), *As cores da crise* (10 de agosto de 2005), *A agonia de um partido* (17 de agosto de 2005), *Da utopia ao caos* (21 de setembro de 2005), *O candidato dos pobres* (15 de fevereiro de 2006) e, por fim, *A second-life do petismo* (12 de setembro de 2007).

Utilizaremos a noção de recorte, conforme orienta Orlandi (1989, p. 14), como forma de organização dos fragmentos constitutivos do *corpus* selecionados para análise. Tal autora menciona que “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Para procedermos à análise desses recortes extraídos do *corpus*, selecionamos os enunciados neles presentes. Assim, tomamos, também, como base para nossa análise, a noção de enunciado formulada por Foucault ([1969] 1995). Apesar de não desconsiderarmos que a metodologia de determinado *corpus* em Análise do Discurso é indissociável dos pressupostos teóricos, discorreremos sobre esses últimos dois conceitos (recorte e enunciado) no capítulo introdutório concernente à metodologia adotada nesta pesquisa.

Como forma de organização do *corpus*, os artigos estão dispostos em ordem cronológica de publicação. Em todos eles buscamos verificar as regularidades que atestam as hipóteses levantadas. Cada subtítulo deste capítulo refere-se aos títulos das matérias *ipsis literis*, sendo que todas as análises imagéticas estão imbricadas às mesmas publicações.

Para as análises que se apresentam, embora não desconsideremos a pluralidade de vozes, as heterogeneidades constitutivas dos discursos, seus equívocos e contradições, tomamos como pressuposto a presença de dois sujeitos discursivos: por um lado, o sujeito-enunciador Revista Veja e, por outro, o Partido dos Trabalhadores. Assim, a partir dos acontecimentos envolvendo o “mensalão”, e na tensão dos discursos daí decorrentes, a análise do sujeito se possibilita no batimento descrição-interpretação em que se verificam as posições ocupadas e sustentadas pelo sujeito-enunciador, os lugares e imagens que esse sujeito constrói tanto de si quanto do outro mediante as regularidades apresentadas. Ainda sim, não propomos verificar se os discursos, refletindo de certo modo os acontecimentos, apontam de fato a “verdades”. Como pesquisa, objetivamos pontuar como se constituem traços identitários do sujeito enunciador Revista Veja por meio de suas tomadas de posição. Assim, a análise de posições-sujeito não implica tomada de posição político-partidária com o intuito de defesa do Partido dos Trabalhadores ou políticos a ele filiados.

3.1 Nocaute

Nocaute é o título da matéria publicada na edição 1910 em 22/06/2005. Este termo, utilizado em esportes de luta como o boxe³⁵, significa “fora de combate” e resulta da derrocada do adversário de modo que este não consegue mais se levantar, conferindo a vitória ao oponente. Apenas o árbitro é quem tem poder de decisão sobre a existência do nocaute no jogo. Sua utilização, metaforizando o combate político, faz referência à saída de José Dirceu e, por conseguinte, segundo o enunciador, à tentativa por parte de Lula em *salvar o governo e sua biografia*. Compreendendo que a identidade mantém relações intrínsecas com o poder, é construída no social, e pode ser imposta na batalha por lugares privilegiados, sendo que estes embates serão sempre perpassados nos/pelos discursos, Veja em posição de judicatura no certame político decide o nocaute *contra* o partido em questão.

Conforme pontuado nas reflexões sobre identidade, compreender a constituição de dado sujeito implicará sua (re)construção identitária, até mesmo silenciando outro [sujeito], (HALL, p. 110). Assim, nestes discursos, amiúde marcados pela opacidade, há o apagamento sobre quem venceu o combate, pois na luta esportiva a vitória é dada *a favor* de alguém. Se o PT foi nocauteado, implicitamente há a ideia de que alguém o fez e obteve vitória. Talvez,

³⁵ Outros esportes em que a vitória sobre o adversário se dá por meio do nocaute são o boxe tailandês (*muay-thai*) e o *kickboxing*.

para não demonstrar apoio explícito a algum partido oposicionista, o que se enuncia é que ele foi nocauteado, mas pelo próprio desejo de locupletação.

Essas considerações nos remontam a Pêcheux que, ainda em 1983, na análise de *on a gagné*, compara a comemoração da vitória presidencial de François Mitterrand ao triunfo de um time em uma decisão futebolística. A analogia ao esporte se evidencia nas configurações deste tipo de discurso, refletindo no político as demarcações claras de um vencedor e um perdedor advindas do combate esportivo. Discursos que marcam a competição, a rivalidade. Pensando ainda as condições em que se estabelece o fim da luta, nestas particularidades, os efeitos de memória referentes ao sujeito nocauteado trazem à lembrança dadas imagens: agonia, fadiga, dor, tristeza, derrota; memória essa possibilitada pelas condições de produção destes discursos e que se dirigem diretamente ao Partido dos Trabalhadores.

Ainda sobre o *nocaute*, tal lexema emerge no início do artigo, produz sentidos; mas, em nenhum outro momento é sugerido, nem tampouco repetido na materialidade. O título, como “antecedente” ao texto, funciona como um implícito que condiciona os efeitos de sentidos desses discursos incorporados ao longo do texto. Para o enunciatário, o nocaute está lá, está posto, como “diluído”, auferindo sentidos a esses discursos. Do mesmo modo que o nocaute se dá *uma vez*, geralmente após o combatente desferir o golpe certo em seu adversário; a saída de José Dirceu foi o revés final contra o partido em questão.



Capa 1

Na capa da revista se nos apresenta uma estátua de Lula com muitas rachaduras e

ruindo e com a seguinte indagação em caixa alta: “Tem conserto?”. O que retrata a visão do sujeito-enunciador sobre quem é o PT e Lula não é esta interrogação, mas as particularidades em que se encontra o político principal e símbolo do partido. Sua efígie se nos apresenta em processo de desmoronamento, com rachaduras e com um fundo em tonalidade lúgubre cuja cor azul-acinzentada – diferente de um céu azul claro – indica o cenário pouco auspicioso do momento e aponta para a falta de perspectiva política. A imobilidade inerente à estátua, representação do político, sugere sua inércia diante do escândalo. O fato de indagar se há conserto e mobilizar dada imagem demonstra que Lula já está *lá* neste lugar (imaginário e não real, PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 82), em desfalecimento, indolente, e não *em outro*. A estátua gélida e imóvel vai de encontro à necessidade de ação imposta pelo verbo tentar, em *tenta salvar*, e exprime oxímoro.

Além das peculiaridades da capa bosquejadas até aqui, produz-se, também, a ilusão de que a resposta ao questionamento sobre haver solução para o Partido do Trabalhadores é deixada à deriva do enunciatário. Todavia, como a AD implica “operações de leitura” (FERNANDES, 2007a, p. 81), a tese de não haver conserto se evidencia, de modo indireto, nos elementos acima apontados, e, de modo direto, na ligação existente entre tal questionamento e o título da matéria dentro da revista: o *Nocautê*. Conforme assinalamos, tal lexema indica a posição ocupada pelo PT sob a ótica de Veja nesse momento: um partido “nocauteado”, derrotado e que não tem conserto. Portanto, a leitura que se faz é que se no esporte o adversário, neste estado, não possui mais chances, no jogo político, o mesmo afligido pelo golpe perde as condições de disputa eleitoral³⁶. Assim, o sujeito-enunciador realiza a indagação, mas por meio da análise dos elementos constitutivos da capa, somado ao título da matéria, interpela seus enunciatários, evidenciando-lhes a resposta e assentando sua posição.

Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu, Lula voltou a ameaçar desistir da reeleição. “Eu não sou Collor. Não sou Fernando Henrique. Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição”, desabafou. O complicado é que Lula tem sido enfático apenas nas palavras. Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava “indignado” com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrá “pedra sobre pedra”. Mas dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como “consultores” da nova diretoria sem que se tenha colhido um único indício de que ambos sejam inocentes.

Com a saída de Dirceu, o presidente aproveitará para fazer uma reforma ministerial – panacéia que aparece em todos os momentos de dificuldade, mas que, até agora, nunca saiu do papel.

³⁶ Afirmamos isso com base nas outras análises aqui empenhadas em que o sujeito enunciatário mostrar-se-á favorável ao *impeachment* de Lula e a sua não recandidatura à presidência da república nas eleições de 2006.

No primeiro excerto, o sujeito-enunciador expõe que Lula mostra-se *indignado* com a corrupção. Sua fala até parece atestar-lhe certa honestidade: *não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição*. Todavia, esses dizeres são ironizados e suas afirmações colocadas em xeque quando se pontua com aspas os sintagmas *indignado* e *pedra sobre pedra*. Para o enunciador, o presidente está sendo indolente e essa ausência de coerção se reforça ao se afirmar que Lula fará uma reforma ministerial, mas que até então, a mesma *nunca saiu do papel*.

É relevante observar que o ponto principal destes excertos é a reeleição e percebemos o contraste entre os comentários sobre Lula desistir da recandidatura para não sujar sua biografia e a colocação do sujeito-enunciador que ele tem sido enfático *apenas em palavras*. O sujeito expõe sua expectativa por mudanças: *o presidente aproveitará para fazer uma reforma ministerial*, mas revela-se frustrado e decepcionado por não vê-las. Essa reforma é apenas *panacéia que aparece em todos os momentos de dificuldade, mas que, até agora, nunca saiu do papel*. Reitera-se a posição demagógica, de falastrão do outro e essa crítica deixa implícita sua discordância à continuidade partidária do mesmo.

Conforme pontuamos acima no tópico referente ao discurso político, um dos elementos caracterizadores deste tipo de discurso é a tendência à desqualificação do adversário. A imagem que se cria de Lula, por meio da análise destes excertos, é de um político que fala, porém, além de não agir, tampouco seus dizeres são tidos como verdadeiros. Assim, em um campo onde se busca constantemente a legitimidade, os discursos produzidos geram dúvidas e desconfianças acerca do referido candidato.

Valério compensava sua falta de experiência no ramo com a aptidão para a criação e o atendimento. **Criação de negócios e atendimento a poderosos, bem entendido** – nada a ver com aquelas duas áreas estratégicas da propaganda propriamente dita. (grifos nossos)

Neste excerto, embora não se discorra diretamente sobre o PT, a este se liga, de modo indireto, por meio desta rede de discursos enlaçados entre si e que corrobora com a ideia do *nocaute*, título da matéria, o qual envolve o referido partido. O enunciador faz menção a Marcos Valério Fernandes de Souza, vulgo “Valério”, acusado de ser o pagador do mensalão aos partidos de base aliada ao governo. A falta de experiência a que se refere é como publicitário. Suas aptidões para a criação e o atendimento restringem-se, segundo o enunciador, à *criação de negócios* e o *atendimento a poderosos*. O primeiro lexema grifado,

de sentido opaco, parece referir-se a falcatuas. Isso pode ser depreendido pelo intradiscurso. O segundo lexema, *poderosos*, alude aos parlamentares recebedores de vantagens pecuniárias ilícitas. Dessa forma, de modo irônico, o enunciador evidencia quais são as únicas aptidões do seu referente.

Procurando compreender o funcionamento do sujeito, a mobilização da locução *bem entendido*, funciona como uma auto-correção, uma reformulação do próprio dizer; é uma espécie de heterogeneidade mostrada do discurso que atesta a presença do Outro constitutivo deste sujeito, cuja forma o mesmo se serve para expressar seu desejo de dominância. Assim, o sujeito lança mão da ironia como recurso argumentativo, e que se dá nas declarações sobre as aptidões do acusado que *nada [tem] a ver com aquelas duas áreas estratégicas da propaganda*. Em outras palavras, o enunciador além de reconhecer que Valério não tem aptidão alguma para a propaganda – dizem ser ele um publicitário –, sustenta qual é sua única habilidade: a corrupção. Tais declarações suscitam o humor e funcionam como forma de deslegitimação direta de seu destinatário e, *mutatis mutandis*, de modo indireto, do PT.

Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé", José Dirceu deixa a Casa Civil.

Ao depor no processo de cassação de seu mandato, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, pediu a demissão de Dirceu. "Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula." E, olhando para a câmara de televisão, aduziu: "Rápido, sai daí rápido, Zé!". Cinquenta horas depois disso, o que aconteceu? O Zé saiu. Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas.

No primeiro fragmento, subtítulo da matéria, chama-nos atenção a sequência o *homem a quem o governo fez tudo para desqualificar*. O vocábulo *governo* refere-se a todo o Partido dos Trabalhadores que, embora tenha *feito de tudo*, ou seja, se esforçado ao máximo para deslegitimá-lo, mostrou-se equivocado; esta passagem *fez tudo para desqualificar* apresenta um tom de acusação contra Jefferson, mesmo que injustamente. Exprime a ideia de que não importariam as razões, ele deveria ser calado. Estas sequências destacam o equívoco do Partido. Em contrapartida, no segundo excerto, as também afirmações de Jefferson *você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula* não apresentam destaque ao longo da matéria. A inocência declarada sobre o presidente não é sublinhada pelo sujeito, pelo contrário, como se afirmou mais acima, se vislumbra o fim do partido, o *nocaute*. Inclusive na capa, enuncia-se que *Lula tenta salvar sua biografia*. Assim, na ambivalência dessa balança, o peso pende mais para o lado das suspeitas e desdouro do

Partido.

Ainda sim, observando os dois fragmentos expostos acima, é provável que Dirceu realmente comungara da corrupção com Jefferson. Essa hipótese se pauta em sua decisão de abandonar o cargo precocemente. Dirceu sairia da crise ileso, ao passo que Jefferson sofreria as consequências de suas confissões sozinho. Neste contexto, a repetição do vocativo “Zé”, redução de José, no discurso direto de Jefferson em *Zé Dirceu, se você...* e *Rápido, sai daí rápido, Zé!* atesta uma possível relação que ambos tinham antes do desfecho da crise. Nesse momento, alude de forma irônica ao seu desafeto. É muito provável essa ironia face às outras declarações abusadas de quem não tinha mais nada a perder. Na sequência do enunciado, o mesmo “Zé” (da pseudo-intimidade – carregada de ironia na voz do político) incorpora-se à voz do sujeito enunciator, não mais no discurso direto de Jefferson; ou seja, é materializada em seu próprio discurso, como que assumindo a mesma postura de Jefferson diante de seu malquistado. O resultado das declarações: *o Zé saiu*. E acrescenta: *Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas*.

O QUE VEJA PUBLICOU

Na edição de 22 de setembro de 2004, VEJA publicou reportagem na qual denunciava que o PTB estava se rebelando contra o governo por falta de dinheiro. A revista informou que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas só entregara parte do dinheiro. A reportagem dizia ainda que o acordo fora negociado por Jefferson com: José Genoíno, presidente do partido, e o então ministro José Dirceu, da Casa Civil.

O DESMENTIDO

Em nota oficial, o deputado Roberto Jefferson disse que a denúncia eram “maldosas insinuações” e garantiu que “não houve qualquer acordo financeiro entre o PT e o PTB, especialmente envolvendo o apoio às candidaturas de um ou outro partido. O acordo foi político”.

A CONFISSÃO

Em seu depoimento ele confessou que mentiu: “Naquele momento, essa informação prejudicaria violentamente a campanha de Marta Suplicy”. Jefferson disse que a mentira foi combinada com José Genoíno, presidente do PT. “Falei para o Zé Genoíno: ‘Deixa que eu mato no peito isso’”. Jefferson revelou que o valor do acordo era de 20 milhões de reais, e não de 10 milhões, como VEJA noticiara, mas o PT só pagou 4 milhões de reais.

Conforme pontuado anteriormente, as identidades dos sujeitos são marcadas pela busca por legitimidade para si. Segundo Hall (2006), o sujeito reivindica para sua identidade aquilo que é positivo. Neste íterim, um aspecto relevante sobre os discursos do enunciator refere-se aos efeitos de verdade produzidos sobre si. Na última parte deste artigo há uma seção em destaque intitulada *as confissões*. Nesta, se apresentam alguns fragmentos (iguais

aos excertos expostos acima) em que se encontram três sequências enunciativas: a primeira, retomando alguma publicação anterior de Veja, intitulada: *O que Veja publicou*; na sequência, há outro excerto: *o desmentido*, em que as afirmações da revista são contestadas (no fragmento selecionado, o contestante é Roberto Jefferson); e, por último, na parte *a confissão*, o mesmo contestante confessa sua prevaricação. Há ainda outras sequências com as mesmas peculiaridades neste artigo. Estes excertos, do modo como foram expostos, ou seja, uma afirmação, seguida por uma refutação, e depois, a *prova* de que tudo o que fora publicado pela revista era realmente verdadeiro, produzem efeitos de veracidade e confiabilidade do sujeito sobre si.

Ademais, compreendendo que a identidade do outro é afirmada tomando a si próprio como referência (HALL, 2006), a identidade do sujeito-enunciador é assinalada na relação com o outro, neste caso, com os parlamentares filiados ao Partido dos Trabalhadores. Assim, se o discurso político é submetido à exigência do “falar-verdadeiro”; enquanto o sujeito-enunciador, por um lado, reforça sua posição-sujeito, ou seja, seu lugar de verdade e confiabilidade, por outro lado, conforme se observou anteriormente nas análises deste artigo, os efeitos de sentidos que são produzidos atestam a ilegitimidade do outro por meio das críticas a suas ações. Neste contexto de produção de efeitos de verdade sobre si em que o sujeito-enunciador desfruta de um lugar de “onisciência”, reforça-se a ideia de que todas as acusações explicitadas são verídicas, que o partido dos trabalhadores comungando com a corrupção procede de forma indolente e dissimulada.

Por fim, compreendendo ser o discurso político um discurso de busca pelo poder, e re-analisando o artigo integralmente, percebemos que nenhum de seus elementos constituintes possibilita ao enunciatário responder “sim” à indagação feita pelo próprio enunciador na capa da revista. Dito de outro modo, a posição-sujeito ocupada por Veja é que o Partido não tem “conserto”, e, mais do que isso, o título da matéria direciona os sentidos e evidencia a impossibilidade do mesmo em seguir no certame político. Todas essas considerações são reforçadas pelos efeitos de veracidade e legitimidade produzidos pelo enunciador sobre si. Além disso, a abordagem das acusações, a *estátua* de Lula, o *Nocaute*, a saída do “Zé”, as *gargalhadas* de Jefferson se apresentam com uma pitada de sensacionalismo.

3.2 O assalto ao Estado



Capa 2

A matéria *O assalto ao Estado* é integrante da edição 1911, publicada em 29/06/2005. Na capa, há o brasão nacional coberto com a estrela do PT; ao invés de se ler República Federativa do Brasil, lê-se República Federativa do Zé (referência a José Dirceu); e na data, logo abaixo, sobreposto ao 15 de novembro de 1889 – data da proclamação da República –, lê-se 1º de Janeiro de 2003, início legal do mandato petista. O detalhe da imagem é o retoque não concluído, as fitas adesivas tipo esparadrapo mantendo o símbolo petista sobre a estrela do brasão. Esses retoques adesivos, somado aos esparadrapos, reproduz, de modo grotesco, a mudança de cenário político: o material colante “colocado” sobre a imagem representa a ocupação petista das estatais. Dito de outro modo, quando o PT assumiu o governo, na data especificada, tornou-se propriedade do Zé (ver análise anterior) e do partido (que era) dirigido, em grande parte, por ele.

Observando o texto verbal da capa, na faixa em diagonal no canto superior esquerdo, enuncia-se: “*Mensalão*” – Banco Central detectou saques milionários de Valério, amigo de Delúbio. Sobre este enunciado, duas observações merecem ser ponderadas. A primeira é lembrar ao enunciatório o personagem com o qual Valério tem relação: Delúbio Soares, o tesoureiro do PT. E, a segunda, é evidenciar qual o grau de relacionamento existente entre os dois: *amigão*. O aumentativo produz duplo sentido: além de uma forte amizade, tal relação íntima corrobora com a ideia de consentimento mútuo – comum entre grandes amigos – e, por consequência, conivência e/ou participação na corrupção.

Abaixo da imagem, há os dizeres: *O grande erro: confundir o partido com o governo*. A desconstrução desse erro implica apontá-lo e atesta a necessidade de mudanças. Na verdade, o sujeito-enunciador não somente aponta, como o acusa do erro; seu autor é o PT que confunde a si mesmo com o “governo”. Pelo menos, parece existir um consenso implícito no partido a esse respeito. Todavia, questionamos: qual é o sentido de *governo* ao qual se refere o enunciador? Observando este enunciado e sua relação com o artigo, e compreendendo que o discurso materializado no texto não tem o seu significado preso à palavra, o sentido de *governo* parece refletir um poder totalitário, dominador.

Importa para a AD o sujeito inserido em uma conjuntura social, autorizado a falar de dado lugar, e reconhecido pelas próprias ações, reveladas em práticas discursivas. Ao exercer esses discursos, materializados de diferentes meios, o visual agrega-se ao verbal na produção de sentidos. Examinando essa ligação, além da relação existente entre o político petista e o autor de saques milionários, evidenciada no texto verbal, há também a relação dos dizeres *mensalão*, em destaque no topo, e *o grande erro*, na parte inferior da página, com a imagem do partido. Todos esses elementos ambientam esse espaço e, com efeito, significam o Partido dos Trabalhadores. Nesta fusão do verbal com o não-verbal, a leitura e/ou apreensão conjuntas de seus elementos constitutivos permite-nos, neste exercício, agregar as seguintes palavras como produto dos sentidos da capa: Mensalão–PT–Erro.

Ainda sobre a imagem da capa, em conformidade com os postulados de Foucault sobre o poder, previamente apresentado, ao permanecer sobreposta ao brasão nacional, a estrela, ícone petista, representa o partido dominando todos os setores do governo. Na heráldica, campo de estudo do brasão, o mesmo é visto como uma peça de honra, representação da defesa e autonomia de uma entidade ou nação. A cobertura do símbolo oficial, possibilitada pela tecnologia visual, alude à abafadura e rejeição ao sistema democrático já estabelecido. Nesse sentido, o partido está indo contra o sistema e as regras da pátria. Essa disposição aponta, também, para uma inclinação ditatorial, conforme se observa nos seguintes fragmentos:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece ainda distante de corrigir o pecado capital cometido pelo PT: **permitir aos aliados e a si mesmo a ocupação predatória do Estado.** (grifo nosso)

A inclinação ditatorial explicitada acima pode ser reforçada nestes enunciados, em especial, a partir da *ocupação predatória*, de onde se pode depreender a característica abusiva

e totalitária do partido. O vocábulo *predatório* procedente do latim *praedatorius*, é relativo a roubo, advém de ladrão. O predador destrói, depreda, pilha, rouba. Neste enunciado não se cogita tal procedimento, pois o *pecado capital* já foi *cometido*. Nesse sentido, a ocupação do Estado se deu em 1º de Janeiro de 2003, época da posse do presidente Lula, conforme enunciado na capa, e que se evidencia na sequência: *O presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiu a si mesmo a ocupação predatória do Estado*. Sobre Lula, uma vez que o mesmo não exerce outra atividade, tal ato só pode se referir à posse do cargo político assumido. Este enunciado atesta a emergência de um sujeito inscrito em um lugar de resistência e daí pode-se haurir sentidos: se Lula “se permitiu” tal ocupação, não deveria fazê-la; se se tornou presidente, não deveria sê-lo. Essa observação somada à imagem da capa (a estrela sobreposta ao brasão) instiga a tendência ao regime totalitário. A leitura realizada é que o PT se coloca acima do Estado e está “passando por cima de tudo”.

Essas considerações se sobressaem a partir do título do artigo: *o assalto ao Estado*. A utilização do lexema *assalto* implica uma posição-sujeito. O assalto é cometido por um criminoso. Nesse caso, o Partido dos Trabalhadores, representado por aqueles encarregados de cumprir seus interesses, o cometeu. O título, como norteador de sentidos, aponta a posição ocupada pelo outro: assaltante. Além disso, o *Estado*, vitimado, inclui os enunciatários que são lesados indiretamente por meio da subtração de seus impostos. É relevante o enfoque do título; uma afirmação direta: *O assalto (do PT) ao Estado* (lugar onde “eu” e “você” estamos, e onde pagamos nossos impostos). Nesse exercício de análise, a conclusão a que chegamos é: estamos sendo roubados. Este direcionamento possibilitado pelo título soa desproporcional se atentarmos para o seguinte enunciado:

Já apareceram fartos sinais de que o mensalão **pode** mesmo ter existido no Congresso Nacional, mas, ao contrário do que diz Jefferson, **nada surgiu envolvendo o PT**. (grifos nossos)

Neste, o próprio enunciador afirma: *nada surgiu envolvendo o PT*. Se, segundo o enunciador, nada surgiu (pelo menos, *até então*), como o título pode ser *o assalto ao Estado*? Tal enunciado traz-nos à memória os dizeres de Courtine: “a orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas” (2006, p. 143). A especulação toma conta deste discurso: Em *já apareceram fartos sinais...* o lexema “sinal” significa indício, algo não evidente; já em *de que o mensalão pode ter existido*, o verbo “poder”, como modalizador, indica possibilidade, incerteza. Sob a lente teórica da teatralização política, a difusão destes enunciados se orienta

por “fontes razas” e “anúncios espetaculares” (COURTINE, 2006, p. 141). Assim, é evidente que estes discursos, regidos pela lógica do *assalto*, produzem no enunciatário o repúdio e a desconfiança em relação às ações do partido.

A contradição como conceito operatório na Análise do Discurso pode ser compreendida como a busca do sujeito para demarcar seu lugar: “a contradição funciona, então, ao longo do discurso, como um princípio de sua historicidade” (FOUCAULT, [1969] 1995, p. 170). Assim, se em dado momento, vem à tona a voz que reconhece a inocência do partido, em outro, estas declarações são “apagadas” e o presidente Lula torna-se partícipe da *ocupação predatória do Estado*. Como vimos, o sujeito-enunciador afirma que *o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece ainda distante de corrigir o pecado capital cometido pelo PT: permitir aos aliados e a si mesmo a ocupação predatória do Estado* (grifo nosso). Sendo assim, apesar de não desconsiderarmos a heterogeneidade operatória nos discursos do sujeito sob análise, as regularidades regidas pela oposição a Lula e ao PT perpassam estes dizeres e marcam sua posição-sujeito. Por conseguinte, apesar do sujeito, raras vezes, fornecer voz à possibilidade de inocência, em dado momento, este sujeito pende para a crítica, para a negação de tudo o que se refere ao partido, marcando o “todo complexo com dominante”: a prevalência da crítica e da resistência no intradiscurso.



Imagem 1

QUAL DELES É O PRESIDENTE?

Lula: no discurso, combate à corrupção. Na prática, aliança com corruptos.

O PRESIDENTE

“Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”.

O presidente Lula, *em pronunciamento à nação*.

Esta imagem, imbricada à matéria, se nos apresenta com um consumidor-telespectador em uma loja de eletrodomésticos, diante de algumas prateleiras com muitos aparelhos televisores. Em todos os equipamentos há a mesma transmissão: o rosto de Lula

provavelmente em um pronunciamento à nação. Na legenda, abaixo da imagem, questiona-se: *Qual deles é o presidente?* Ora, uma interrogação, em sua essência, presume a procura por uma resposta. Todavia, neste caso, a resposta já é posta. O sujeito-enunciador indaga, mas apresenta informações que interpelam seus enunciatários acerca de qual resposta dar, ou, em outras palavras, qual posição devam assumir. Concomitantemente à indagação e demarcando sua posição-sujeito, interpela os (e)leitores por meio da assertiva: *Lula: no discurso, combate à corrupção. Na prática, aliança com corruptos*. Há um questionamento, mas na própria materialidade linguística, se determina a resposta contrária à posição do outro.

Ainda sim, a voz do outro se apresenta para ser refutada: *“Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”*. Estes dizeres, opostos ao que foi afirmado na sequência anterior, dentro da própria legenda, produzem o efeito de nulidade desta voz e a deslegitima. Seu discurso já emerge na materialidade negado pelo que foi construído e afirmado anteriormente pelo enunciador, e outorga-lhe a “pecha de mentiroso”. Por conseguinte, os sentidos que se produzem é que não obstante o presidente se apresentar com este discurso, ele está, na realidade, comungando com a falcaturia. O que se percebe, portanto, é que esta indagação de que o enunciador lança mão, nestes moldes, é uma técnica de poder (FOUCAULT, [1971] 1996), como uma estratégia de interpelação dos (e)leitores.

Convém ainda observar a relação do objeto visual com as duas sequências da legenda. Como se afirmou anteriormente, acreditamos ser impossível desvincular a análise da imagem e da palavra neste tipo de suporte. Os sentidos só são possibilitados na junção dessas materialidades (verbais e não verbais). A este respeito, percebemos que os vários televisores aludem às várias facetas da personalidade de Lula. Isso só é possibilitado ao se agregar os dizeres da legenda com a imagem. Caso contrário, a análise da imagem ou do verbal *per si* não possibilitariam a leitura dessa maneira. Essa imagem seria apenas a representação de uma loja qualquer. Por outro lado, o verbal sozinho não teria o mesmo sentido sem a imagem para lhe dar suporte. O recorte que se efetua é sobre o caráter dúbio de Lula.

Em relação ao *layout*, é relevante pensar a disposição do texto e da imagem na página. Em português, a leitura é feita, no geral, de cima para baixo, e da esquerda para a direita. Fotos e imagens, no geral, não obedecem a essa ordem. Os textos, sim. Essas observações são pertinentes no sentido de se observar a voz do presidente “ladeada” de negações. Na materialidade, ao emergir, seus dizeres já estão refutados, negados, como que “sufocados” a partir do espaço discursivo construído. Portanto, para a pergunta *qual deles é Lula?* a resposta já se apresenta respondida: *Na prática, aliança com corruptos*. Lula não é o

do discurso, ele é sim aquele aliançado com corruptos. Assim, o recorte de sua fala, neste espaço, já se materializa contestada.

A NOVA MINISTRA

Ele chamou Dilma de “companheira de armas”: o que é isso companheiro?

Quanta falácia, companheiros (de armas, de charutos). Ou, para reevocar o velho Shakespeare, quanto barulho por nada – que é também uma maneira de ficar seletivamente surdo. Não há complô, e prova disso é que muitas das histórias escabrosas brotam do seio do “governo operário”. Fazer o quê, se foram escolhidas “más companhias”? (A contribuição é do petista Olívio Dutra). Não há, também, movimentos sociais que possam incendiar o Brasil. O mais rebelde deles, o MST, é um bezerro satisfeito, que mama nas tetas do Estado, arregimenta miseráveis urbanos com a promessa de terras e cujos líderes só tiram o traseiro dos assentamentos para arrancar um dinheirinho em Brasília. E, por fim, não há Dirceu. Pelo menos não aquele que se apresenta como Danton. Esse desceu a rampa. Tornou-se um fantasma de contornos fugidios de uma ideia que morreu há um quarto de século. Felizmente.

Percebemos nesses fragmentos, a exterioridade, o discurso do outro no interior do discurso desse sujeito. Nesse discurso, costurado por várias vozes, o sujeito se expõe; evidencia-se a presença do Outro, por meio do retoque dos dizeres do outro, em seu próprio discurso. Não se trata apenas da apresentação do discurso direto de Lula, mas sim, desses dizeres serem retocados e, conseqüentemente, os sentidos serem modificados. Assim, como “toda fala é determinada de fora” (AUTHIER-REVUZ, [1983] 1990, p. 26), o enunciador retoma a expressão *companheira de armas*, utilizada por Lula ao se referir a Dilma, mas acrescenta: [e] *de charutos*. Tal retoque amplia os sentidos do que foi efetivamente falado pelo presidente, e faz alusão aos charutos cubanos comprados por alto preço por certos parlamentares com suposto dinheiro sujo. Daí, o sentido de *companheira de charutos* conduz para “companheira na corrupção”.

O dito shakespeariano, também caracterizando a heterogeneidade marcada desses dizeres, emerge tanto para negar a atitude “incoerente” do partido: *quanto barulho por nada*, como também para demonstrar sua estratégia: *uma maneira de ficar seletivamente surdo*. O *barulho* refere-se diretamente aos militantes petistas embandeirados na Câmara dos Deputados. Mas esse mesmo barulho é “utilizado” para não ouvir a “verdade”, a “realidade”, para, talvez, calar a voz da própria consciência. A afirmação imperativa de que *não há complô* vai contra as alegações do partido de que o escândalo do mensalão foi apenas uma jogada política da oposição para prejudicá-los nas eleições de 2006. O sujeito-enunciador defende, pois, a tese contrária. Já em: *Fazer o quê, se foram escolhidas “más companhias”?*, justifica por si só *as histórias escabrosas [que] brotam do seio do “governo operário”*. Em outras

palavras, o governo operário, a saber, o governo de Lula, é composto por más escolhas, más companhias. Essas declarações são ironizadas pelo fato de *más companhias* ser um dito do próprio político petista e que agora, antagonicamente, é retomado contra o partido.

Essas observações atestam a presença do Outro que “atua como uma forma desviante do domínio do dito”, conforme nota Authier-Revuz (*Ibidem*, p. 34). Não é mais o político quem fala, mas o Outro, constitutivo do sujeito, que retoma essa voz, deslocando-a e evidenciando sua emergência tangível. Ainda sobre Dirceu, segundo o enunciador, *não há Dirceu*. Nesse contexto, o enunciador também afirma: *não há, também, movimentos sociais que possam incendiar o Brasil*. O sujeito revela sua oposição a qualquer tipo de movimento social ou popular. Nesse sentido, ao discorrer sobre o MST, o descreve como um *bezerro satisfeito*, pois *mama nas tetas do Estado*. Seus líderes *arregimentam miseráveis urbanos* e só *tiram o traseiro dos assentamentos para arrancar um dinheiro de Brasília*. Essas observações do sujeito sobre o MST são relevantes no sentido de ser este um grupo de cunho popular-socialista, análogo, de certo modo, à visão do PT na tentativa de governar para o pobre. O PT também apóia o movimento. Em outras palavras, são grupos com interesses comuns. Percebemos, portanto, que ambos ocupam posições contrárias ao sujeito-enunciador revista Veja. Nesse contexto, tanto a saída de Dirceu quanto a ideia dos movimentos sociais “terem acabado” se resumem em uma palavra para o sujeito: *felizmente*, demonstrando aqui qual é sua percepção sobre tais acontecimentos.

É válido ressaltar que embora o escândalo do mensalão envolva outros partidos, como, por exemplo, o PMDB e o PTB, cujo presidente era o deputado Roberto Jefferson, o pivô do escândalo e enfoque principal dado pela Revista Veja nas capas e matérias é o PT. A partir desse enfoque, em outra parte do artigo, o enunciador assumindo o papel de legitimado a falar e incumbido dos interesses individuais propõe a escrita de um *dicionário da crise*. A proposta em criá-lo com os termos recorrentes do mensalão é relevante como forma de demarcar sua posição-sujeito. Isso atesta o desejo pelo poder, conforme pontua Piovezani: “não poderíamos deixar de vislumbrar uma estreita relação entre a busca constante da política pela legitimidade e pelo poder e as incessantes tentativas do discurso político de produzir efeitos de verdade sobre si” (2009, p. 352).



Imagem 2

Nesse contexto, como os elementos não-verbais são indispensáveis na constituição dos sentidos, o tom irônico e motejador que se faz presente no linguístico é corroborado pelo objeto visual exposto ao lado dos primeiros “verbetes”. Há uma charge de um professor, um estereótipo de mestre, erudito, com uma vara na mão, apontando para as expressões dispostas em ordem alfabética, 38 ao todo, das quais selecionamos cinco. O mestre caricato, “legitimado” na área, e cujo papel é ensinar, possibilita a leitura da imagem como: “vamos esclarecer”, “vamos entender melhor”, ou “bem, o que precisamos explicar é que esse termo deve ser compreendido *desse modo*”. Por outro ângulo, na posição do sujeito-enunciador, poderíamos ler “nós estamos em posição de esclarecer a crise”.

Sua posição-sujeito ganha forma ao explicitar, de modo irônico, o que ocorre nos bastidores da crise. Estes discursos são perpassados pela zombaria e ironia. Esta última (a ironia) se faz presente não somente pelo fato destas palavras terem outro significado, mas também pela abordagem com que elas são “definidas”; já a anterior (a zombaria), pois estes discursos são perpassados pelo escárnio, pela ridicularização do partido.

Catarse

Catar para si um dinheiro que esteja passando em algum lugar? Não. Mas tampouco é o que Luis Favre, esposo da ex-prefeita Marta Suplicy, acredita que o PT tenha feito na reunião secreta. Deverá se esclarecer nas próximas etapas, com novos e promissores estados catárticos.

O enunciador primeiramente galhofa com a homofonia entre *catarse* e “*catar-se*”. O tom de deboche suscita o riso: *Catar para si um dinheiro que esteja passando em algum lugar? Não*. Também não é, segundo a crença do político, o que o PT fez *na reunião secreta*. O significado do verbete não é esclarecido, o será *nas próximas etapas, com novos e promissores estados catárticos*. De qualquer modo, se se referisse ao método para aliviar o

doente de desarranjos mentais oriundos do recalçamento, por si só já indicaria existir problemas de sanidade mental nos políticos a que se refere. A opacidade do sentido nesse jogo de significâncias incita a imaginação dos enunciatários.

Impeachment³⁷

No momento, é como sexo: todo mundo pensa a respeito, mas pouca gente fala.

A comparação do *impeachment* com sexo se efetua no sentido de ser este último um tema “tabu”. Tal característica faz com que o mesmo seja pouco explorado, embora não devesse sê-lo³⁸. Os sentidos implícitos neste enunciado leva-nos a lê-lo dessa forma: Todo mundo pensa nesse assunto, mas poucos falam a respeito, portanto *todo mundo pensa no Impeachment, mas poucos falam a respeito*. Esse deslizamento de sentidos produz um efeito de veracidade: a emergência de *todo mundo* produz a ideia de que realmente haja um consenso geral e silencioso sobre o assunto; entretanto, o desejo de propô-lo não é verbalizado. Realizando outra leitura, compreendemos outros sentidos subjacentes: pouca gente fala sobre isso; mas, desejaríamos que o mesmo fosse mais falado. A partir dessas considerações, entendemos que somente um sujeito posicionado contra o partido sente necessidade de, ao menos, debater o possível *impeachment*.

Apurar todas as denúncias

Envolver no rolo o governo anterior para que não se apure denúncia nenhuma.

Ironicamente, *apurar todas as denúncias* significa *não apurar denúncia alguma*. Visto pelo prisma do sujeito-enunciador, a ausência de interesse por esclarecimento do libelo acusatório indica que o PT, mais do que defensor de seus próprios interesses, enreda o partido oposicionista no escândalo. Assim, é da ordem do dado a falta de compromisso do partido com a verdade. A expressão envolvê-lo *no rolo* (o PSDB) pode ser entendida como comprometê-lo, com o intuito de “fazer intriga”. *Para que não se apure* leva-nos a compreender que o principal objetivo do partido, nesse contexto, é que tudo acabe em “pizza”, deixando implícita sua culpabilidade e indo na contramão do que se acredita

³⁷ Respeitando à norma culta da língua portuguesa, este termo deveria estar em itálico. Todavia, expusemo-lo do modo como emergiu na materialidade linguística.

³⁸ Esta última afirmação “embora não devesse sê-lo” pauta-se na ideia de que muitos temas “tabus”, por não serem discutidos, aumentam a ignorância da população e, por consequência, geram efeitos negativos na sociedade. Utilizando o próprio sexo para ilustrar, embora já se esclareça mais sobre o tema, a sociedade em geral, representada pelos pais e professores, tem vergonha de abordar assuntos como, por exemplo, o uso do preservativo. Consequentemente, o que se vê é o aumento da gravidez precoce, a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros problemas.

vulgarmente: “quem não deve não teme”. Convém, pois, ressaltar que essas considerações reforçam a deslegitimidade do PT e, além disso, podemos interpretar, também, certa proteção ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Patrimônio ético

Palavras mencionadas em tom inflamado por quem em geral não entende nada da segunda mas sabe tudo da primeira.

Apesar da opacidade, o autor das *palavras mencionadas em tom inflamado* a que se refere é o sujeito filiado ao Partido dos Trabalhadores. Isso é obviamente deduzido pelos outros verbetes em que se discorre sobre o PT; portanto, por analogia, compreendemos ser este semelhante aos demais. O *tom inflamado* em contraste com o *não entende nada (de ética)* indica a demagogia política, o discurso de fachada constitutivo desse agente. *Patrimônio* é um lexema ligado ao dinheiro, bens e posses. A expressão *sabe tudo da primeira* aponta para a ganância, para a soberba, o enriquecimento ilícito, a corrupção. Já a ausência da segunda (a ética) reforça essa característica de político corrompido, venal. Com isso, como o sujeito político almeja a legitimidade, seu discurso contempla a deslegitimação de seu oponente. Nota-se, de todo o exposto, ser o que se efetua, novamente, nessa sequência.

Tesoureiro

Tesoureiro.

Nessa proposta de escrever um dicionário da crise, o dito irônico, mais uma vez, atravessa o discurso do sujeito por meio desse enunciado. Na análise das sequências anteriores os sentidos se deram na “explicação” do que cada vocábulo significa. Neste, a ironia se revela no fato do vocábulo ser auto-explicativo. Sustenta-se, pois, a obviedade na relação do tesoureiro com o dinheiro. Mas, efeitos de sentido derivam daí. Ora, sendo o tesoureiro aquele que tem a seu cargo as operações monetárias e, observadas as condições de produção em que se discorre, nesse momento, sobre a corrupção “generalizada” que assola o governo Lula, o sujeito-enunciador não apenas explicita a “capacitação” para “guardar” o dinheiro, o tesouro do partido, mas, sim, cuidar da própria riqueza. O não-dito fala: o que se compreende, pelo intradiscurso, é que esse dinheiro provém de negociações ilícitas. Isso é plausível, principalmente se se observar as considerações anteriores em que se discorreu sobre a ligação entre Valério, o pagador do mensalão, e Delúbio, o *tesoureiro* do PT. Desse modo, reforça-se a tese de culpa e chancela das acusações.

Por fim, acreditamos que a seleção desses verbetes já é suficiente. Ainda sim, antes de concluirmos a análise desta matéria, atentar-nos-emos para mais um último enunciado em virtude do mesmo trazer elementos que corroboram com nossas observações finais neste tópico.

"A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT."

Roberto Jefferson, *em entrevista*

Pensando as vozes que ecoam nos discursos desse sujeito, percebemos que quando emerge uma voz “pró-PT” é para refutá-la, como, por exemplo, os dizeres de Lula analisados anteriormente: “*Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo*”. Estes são ironizados e negados, tanto pelo objeto visual apresentado, como pela indagação: “*Qual deles é o presidente?*”, que, somados, incitam a dubiedade quanto a tais declarações. Por outro lado, ao emergir alguma voz “anti-PT”, a mesma é endossada, como se observa nos dizeres de Jefferson, suso anotados: “*A corrupção hoje é maior do que na era Collor, porque está concentrada nas mãos do PT.*” Nesse contexto, a crise atual é “pior”, mais grave do que a outra. A voz de Jefferson, que marca um sujeito em posição de embate com o partido, integra-se à voz do enunciador, que dela se utiliza para endossar sua posição-sujeito: *a corrupção está concentrada nas mãos do PT*. Ainda sim, retoma-se a crise ocorrida na época de Collor. Isso implica alçar os efeitos de memória de então. Todavia, explicitá-los-emos mais apropriadamente na análise da matéria seguinte, cujos fragmentos sobre a era Collor e o *Impeachment* emergem com regularidade.

3.3 As cores da crise

As cores da crise é o título do artigo publicado na edição 1917 em 10/08/2005 e faz referência às cores verde e amarelo presentes nos dois “I”, símbolo das *Diretas Já*, surgido em meados de 1983, que reivindicava a eleição direta a presidente da República em um contexto de recessão econômica, altos índices de inflação e ditadura militar. Este emblema foi, também, utilizado por Collor em sua campanha eleitoral, como forma de caracterização da democracia e de um novo tempo presidencialista no país. Todavia, diante dos escândalos que envolveram seu governo, e de suas estratégias políticas, inicia-se um maciço movimento

em 29 de maio de 1992 clamando por seu *impeachment*. As crescentes manifestações públicas, somadas ao forte engajamento da sociedade, culminam em sua renúncia em 29 de dezembro de 1992.

Segundo Aquino (2004), historiadora da USP, o que caracterizou os *caras pintadas* era que eles almejavam somente a derrocada do presidente, tanto é que, logo após conseguir seu objetivo, este grupo se extinguiu. Na memória social, ficaram atrelados aos caras pintadas e aos riscos verde e amarelo, os gritos, o descontentamento pelo confisco da poupança nacional que reteve o dinheiro dos cidadãos nos bancos levando empresas à falência, e dizeres como “Fora do Planalto” e “*Impeachment* nele”. Assim, respondendo a crimes por enriquecimento ilícito e evasão de dívidas, Fernando Collor teve que deixar o cargo precocemente para não sofrer um processo de impedimento e consequente perda de outros direitos políticos. Do *status* de “caçador-de-marajás” respeitado e aceito, ele se torna “confiscador” e “criminoso”, rejeitado e odiado pela população. Por conseguinte, e paradoxalmente, o emblema bicolor que deveria ser uma sigla da democracia, tornou-se ícone da corrupção.



Capa 3

Mais de uma década depois, em agosto de 2005, o emblema é retomado na capa de *Veja*, em outro contexto político, e inserido em um nome cuja sílaba esperar-se-ia apresentar com apenas um “l”. Assim, a imagem, como operadora de memória, retoma uma constelação de enunciados envolvendo os acontecimentos de 1992. Conforme diz Foucault ([1969] 1995), é preciso buscar na exterioridade de um determinado enunciado as regras de

sua aparição: “A análise do discurso trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, e de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado” (FOUCAULT, [1969] 1995, p. 31). Esse enunciado é povoado por outros enunciados; de suas margens são constitutivas a tensão, o descontentamento, o desejo renhido por mudança. Por consequência, é um símbolo que evoca *facta praeterita*, a saber, o repúdio dos caras-pintadas da época. A comparação implícita e explícita (no artigo sob análise) de “LuLLa” com “CoLLor” sugere a propositura de um novo *impeachment*³⁹.

É relevante, também, o título da matéria “As cores da crise”. Por que as cores da crise? Para Foucault, um enunciado implica uma posição-sujeito ou função exercida por vários sujeitos. Como dito, compreendemos que ao buscar as regras de aparição deste enunciado volta-se para os eventos sucessivos do início da década de 90. Assim, na esteira de Foucault ([1969] 1995, p. 135), este discurso como fragmento na história, como unidade e descontinuidade na própria história coloca o problema não de seu surgimento abrupto no tempo, mas de seus próprios cortes e limites. *As cores da crise* retomam a busca da sociedade pela democracia que se perdeu.

Tomando a noção de policromia e intericonicidade, ao atentarmos para todos os elementos que compõem a capa (os enunciados verbais, as imagens, as posições dos objetos, cor e ângulos), observamos estes elementos que a integram que merecem consideração. A noção de policromia pensa a análise visual pelo próprio visual. Suas contribuições aqui se referem aos elementos que precisam ser considerados no procedimento analítico. Já a noção de intericonicidade remete à memória, faz-nos pensar outras imagens evocadas a partir de dada imagem. Todavia, neste tipo de análise há algo mais complexo, há a fusão de imagens, com elementos verbais, mas não somente. Sob eles ou dentro deles há a junção de enunciados, como a simbiose do nome Lula com o enunciado “Il”, a utilização de determinadas cores como o fundo preto, o tamanho da foto, a diagramação (a disposição da imagem em relação ao texto), o ângulo do rosto do presidente, entre outros⁴⁰ que se fundem formando novos espaços discursivos. Feitas essas observações e, seguindo nesta proposta, acreditamos que, mais uma vez⁴¹, faz-se necessário atentar-se para toda a diagramação, ou

³⁹ Outras considerações sobre esta capa se encontram em Fernandes (2007c, p. 47-67).

⁴⁰ Estamos falando da análise desta capa especificamente, mas pensando nesta arquitetura discursiva, podemos pensar outros elementos como utilização de determinadas fontes, texturas utilizadas, luminosidade, sombra, etc. toda a diagramação produz efeitos de sentido.

⁴¹ Mais uma vez, pois, nas análises anteriores, percebemos a necessidade de se agregar todos os elementos constitutivos da matéria. Em *Nocaut*, tecemos estas considerações sobre a capa e compreendemos, também, a

seja, para como todos os elementos são distribuídos na página impressa. A este respeito, três considerações a respeito da capa ainda se impõem.

Primeiramente, sobre a disposição da foto de Lula. Seu tamanho é proporcional ao tamanho dos “Ls” do seu nome. Seu rosto está cabisbaixo e o semblante é de tristeza e abatimento. O enquadramento de seu rosto, nestes moldes, mira os dois “L”, símbolo da queda de Fernando Collor, conforme pontuamos acima. O sentido que se produz, ao que parece na visão de Lula, é: “eu (Lula) vejo o *Impeachment* diante de mim, mas não posso fazer nada”. Isso atesta a paralisia do governo, possibilitando interpretar implicitamente que as acusações contra o partido são verdadeiras. A coincidência do ângulo de seu rosto, de seu olhar para o *impeachment* – ecoado no enunciado especificado –, só é possibilitada por essa diagramação específica, permitindo essa leitura. Tal organização simétrica desses elementos que compõem a capa explicita a atitude de Lula, ou melhor, sua não reação e simboliza, assim, sua derrota e fim do partido.

A segunda consideração refere-se às cores da capa. O preto, deveras formal, indica luto e morte. Nesse caso, simboliza a *agonia*, a tristeza de Lula, e a “morte” do Partido. O acinzentado, não tão distante do preto, indica seriedade⁴². As cores corroboram para com os efeitos de sentidos desse momento difícil, sério e tenso. O nome *Veja* apresenta-se nessa cor, bem como o enunciado no topo da página que, do mesmo modo, está ladeado por essa coloração. Dispostas um pouco abaixo do centro da página, contrastando com essas duas cores tétricas, o verde e o amarelo prismáticos se destacam. Apesar desse contraste de cores, os sentidos têm correlação uma vez que o símbolo bicolor faz referência à “morte” política de Collor, ao seu fim como presidente da república. Em meio a esse ambiente de luto e tristeza está o líder-fundador do PT.

O DIÁRIO DA CRISE: Os 100 fatos e as mentiras mais absurdas ditas para esconder a corrupção

E, por fim, além da diagramação e das cores, a terceira consideração se refere aos discursos que afluem na materialidade verbal. Se na análise anterior – edição 1911 sobre *O assalto ao Estado* –, *Veja* publicou um *dicionário da crise*, nesta edição destaca-se o *diário da crise* no topo da capa. Neste estão contidos os *100 fatos e as mentiras mais absurdas ditas*

relação direta da indagação presente neste espaço com o título da matéria dentro da revista. Em *O Assalto ao Estado*, verificamos os sentidos produzidos considerando tanto o verbal, quanto o não-verbal. Como se verá adiante, seguiremos nessa proposta.

⁴² Consultando seu significado, o vocábulo “cinza” além de sua relação com “cinzas” e restos mortais, também significa luto, mortificação, dor.

para esconder a corrupção. Estes elementos verbais, analisados individualmente, não explicitam categoricamente quais são os autores da corrupção. Todavia, atentando-se tanto para o tema do enunciado, a *corrupção*, bem como para sua disposição, e considerando os outros enunciados ali presentes, compreendemos a correlação destas afirmações com o Partido dos Trabalhadores⁴³. Assim, agrega-se à imagem de Lula, ao seu nome “LULLA”, à memória de Collor, ao *impeachment* daí evocado, às cores de luto e fim do partido, as *mentiras mais absurdas para esconder a corrupção*. Nesse contexto, o que se explicita é que a corrupção está incrustada no governo petista e o mesmo se utiliza da dissimulação para ocultá-la. Outras observações secundárias podem ser pontuadas. Uma delas se refere ao fato de se “revelarem” as *mentiras mais absurdas* que estão “ocultas”, testificando, de certa maneira, a posição de “conhecedor” produzida e ostentada pelo sujeito político. A outra refere-se à delimitação exata de *100 fatos*, que atesta o aspecto comercial-publicitário em que se inscreve o sujeito, resultando em relatos jornalísticos pouco precisos, pautados em acusações sem profundidade.

Sem ação diante do escândalo que devorou seu partido e paralisou seu governo, Lula está em uma situação que já lembra a agonia da era Collor.

Todas as considerações arroladas até aqui sobre os efeitos de sentidos produzidos pela capa se ensamblam com este último enunciado verbal nela presente. É relevante pensar, também, que os enunciados verbais da capa não apenas *direcionam* sentidos, mas, também, *são direcionados* nessa leitura em que se agregam diferentes elementos.

Por isso, recapitular o desenrolar dos acontecimentos tem dois efeitos importantes. **Primeiro, reativar na memória fatos que, embora tão recentes – e vitais –, parecem superados pela constante avalanche de novas revelações.** Mentiras, desmentiras, acusações que se comprovam genuínas, renúncias e quantidades cada vez mais alucinantes de dinheiro formam uma massa crítica capaz de calcinar tudo o que passa em sua órbita. **Segundo, lançar a luz límpida da realidade sobre os fins da roubalheira sistêmica.** (grifos nossos)

Neste excerto, já constitutivo da matéria dentro da revista, o sujeito se justifica sobre a proposta de escrita do *diário da crise*, enunciado na capa. Seus argumentos para tal se pautam em duas razões. A primeira refere-se à relevância em *manter viva* na lembrança do enunciatário os acontecimentos mais recentes. Diante da efemeridade de novas e constantes acusações, faz-se necessário retomá-los, rememorá-los, de forma que os mesmos não sejam

⁴³ Para complementar, as considerações efetuadas dentro da revista no *Diário da Crise* referem-se diretamente ao PT.

apagados da memória coletiva. Assim, se tais fatos *parecem superados, recapitulá-los* é uma forma de fazer lembrar a imagem da corrupção. Além disso, esses fatos são *vitais* – o que aponta para algo extremamente necessário. Percebemos, nesse discurso, um sujeito inconformado e, de sua posição, o mesmo se incumbe de apontar cada acontecimento. *Lançar a luz límpida da realidade* é outra razão para se escrever o diário. Tal declaração aponta para um sujeito que precisa mostrar a verdade obscurecida. O brilho da *luz* esclarecedora evidencia o que está oculto. Nessa atitude, o fato do enunciador metaforicamente *lançar a luz*, possibilita-nos enxergar sua posição, ou seja, sua presença nesse lugar de verdade. Ao trazer sua *luz límpida* sobre as trevas, expõe o que está encoberto, escondido, e evidencia, portanto, sua ação em desmascarar a corrupção. Em contrapartida, o seu referente habita nas trevas da *roubalheira sistêmica*.

O acompanhamento da evolução das declarações de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise, desde o "olha para a minha cara para ver se estou preocupado", do fim de maio, até o "eles vão ter que me engolir" da quarta-feira passada, mostra um político sem controle, sem capacidade de entender a crise nem de liderar sua gente num momento crítico, sem real compromisso com o país além do palavrório vazio, sem apoios, sem noção, sem compostura. Sem, infelizmente, vergonha.

Nesse cenário apocalíptico-partidário, na ótica do enunciador, Lula mantém uma postura de apatia e descompromisso quanto ao escândalo, como se expõe: *olha para a minha cara para ver se estou preocupado*. Como se verá na matéria seguinte, *A agonia de um partido*, verificaremos o que perpassa os discursos do sujeito sintetiza-se em um Lula mentiroso, corrupto, ladrão, mau-caráter, sem-vergonha. Neste artigo, seus atributos são explícitos: Lula é *sem controle, sem compromisso, sem compostura, sem noção, sem vergonha*. Vislumbra-se, pois, um sujeito completamente indignado. Sua ira e indignação são fortemente marcadas.



Imagens 3, 4 e 5

Várias destas imagens estão dispostas ao lado de determinados “capítulos da crise”, ao longo do *diário*. A forca, simbolizando a “morte”, se liga a algum afastamento, queda ou renúncia de parlamentar. O boneco de nariz comprido, tipo Pinóquio, representa o político mentiroso e, o com nariz quebrado, a mentira descoberta. Tais ilustrações complementam o verbal e incitam o humor. Sua seleção aqui se justifica, também, em virtude

de se perceber a banalização do discurso político. As suspeitas e denúncias tão triviais perderam a referência em um campo onde a desonestidade sobrepuja a honestidade. A leitura desses objetos visuais demonstra implicitamente o descrédito do sujeito político. Por meio destes, a “máscara” do ator político é retirada: a “descoberta” da verdadeira face, ou seja, do ato ilícito e consequente “enforcamento”; a mentira que se revela nas denúncias e mostra quem o político realmente é. Nesse contexto, o sujeito enunciador assume a posição de “revelador”, daquele que mostra a verdadeira face do outro e isso tudo se dá trocistamente.

Se fosse uma ópera – *Turandot*, de Giacomo Puccini, por exemplo –, a crise ética que paralisa o governo Lula estaria naquele estágio em que os personagens menores já cantaram e toda a expectativa se concentra sobre o príncipe-tenor e sua ária definidora do enredo: "*Dilegua, o notte! / Tramontate, stelle! / Tramontate, stelle! / All'alba vincerò! Vincerò!*" ("Dissolva-se, ó noite! / Ponham-se, estrelas! / Ponham-se, estrelas! / Ao raiar do dia vencerei! Vencerei!"). Bem, sendo mais realista, a crise não tem a dinâmica de uma ópera. Lula a está conduzindo mais ao ritmo de cerveja e samba de seu ídolo Zeca Pagodinho: "Confesso que sou de origem pobre / Mas meu coração é nobre, / foi assim que Deus me fez / E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar".

Neste excerto, o sujeito-enunciador além de descrever o outro, mostra-se em posição de “onipotência” ao saber o que o seu referente imagina ou pensa. Os *personagens menores* são os parlamentares filiados ao PT, o *príncipe tenor* é Lula, e a *ária definidora do enredo* é o desfecho do mensalão. Ora, se se coloca a voz de Puccini na primeira pessoa do singular como se fosse a própria voz de Lula – como a mesma não foi por ele enunciada –, ou seja, como não foi verbalizada, supõe-se que estes sejam, no mínimo, os pensamentos dele. Assim, constrói-se pseudo-afirmações de Lula, daquilo que ele fala ou pensa. Na sequência seguinte, há a voz do músico, mas “falada” na voz do sujeito petista, reiteramos, *como se essa voz fosse realmente a dele*. Isso reflete o aspecto irônico, da diluição do outro no um, característica da heterogeneidade mostrada não-marcada do discurso. Nesse caso, o Outro é responsável por esse dito, e esse discurso é resultado dessa diluição segundo os postulados de Authier-Revuz ([1982] 2004).

Assim, a voz desse outro é outorgada a Lula. É um falar *não falado*. Dentre as diferentes vozes podemos destacar, grosso modo, a de três sujeitos: o sujeito-enunciador (A), o sujeito petista (B), e o sujeito sambista/pagodeiro (C). O sujeito A atribui a voz de C a B. Dito de outro modo, a voz de C que *não foi falada* por B lhe é outorgada por A. Esta ilusão de que foi realmente Lula quem falou se reforça com a utilização do lexema *pobre* no verso *confesso que sou de origem pobre* permitindo a ligação à memória ligada ao presidente. Destarte, o que se produz é uma nova voz, formulada pelo Outro constitutivo do sujeito, uma

voz *não-falada* por B, e que se dá pelas posições sustentadas pelo sujeito-enunciador com o intuito de ironizar o seu referente. Ainda em relação à materialidade linguística, *cerveja* e *samba* remetem à descontração, ou seja, novamente usando da ironia, o enunciador atesta o lugar ocupado pelo sujeito como condutor do país: um lugar de descompromisso com a realidade. Sua atitude passiva e descomprometida ao ritmo de seu *ídolo-pagodeiro de origem pobre* opõe-se ao que se espera de sua pessoa diante da crise.

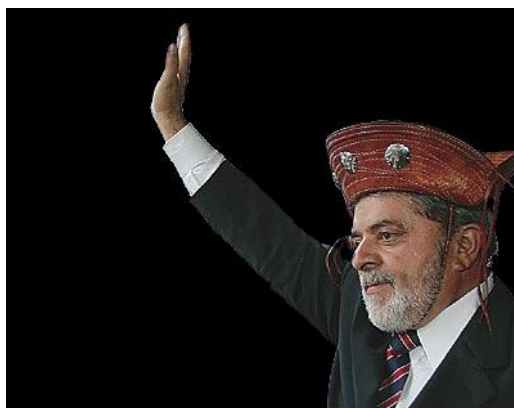


Imagem 6

LONGE DE BRASÍLIA

Lula, de chapéu de cangaceiro: oito discursos em quatro dias – e nem um pio sobre o caixa dois.

As considerações arroladas acima não se aplicam apenas às análises da materialidade verbal, mas no plano imagético, também. Como pontuamos, esse *falar não-falado*, a que nos referimos, é a voz do Outro “irônico” constitutivo do sujeito. Já no não-verbal, se lhe atribui um ato que não foi efetivamente realizado. Há uma imagem em que Lula está com a mão levantada, possivelmente acenando para seu público em algum palanque. Analisando a imagem com *zoom* ampliado percebemos que a mesma sofreu retoque; realizou-se a elisão do fundo e a inserção de um novo fundo preto. Esse tratamento na imagem é justamente para *adequá-la* à leitura que o sujeito faz de seu referente⁴⁴: a de que o presidente está dando um “tchau” para Brasília e, por conseguinte, para os problemas que pululam. O chapéu de cangaceiro, tipicamente nordestino, completa a *mise-en-scène* e, nestes moldes, aponta para a fuga de Lula da capital para sua terra natal. Novamente, há a construção de uma posição não ocupada pelo outro. Neste caso, no plano imagético, o sujeito-enunciador lança mão de uma imagem, de uma montagem fotográfica, em uma situação que não existiu, mas que transmite a ideia de ter existido, pois se encaixa exatamente aos sentidos produzidos no

⁴⁴ Não olvidar a ilusão de regulador dos discursos constitutivo do sujeito.

verbal; ou seja, agrega-se ao que se afirma na legenda da imagem: *Longe de Brasília*.

Portanto, percebemos que, nesse discurso, há uma colagem possibilitada pelos novos *softwares* em que se empregam imagens e se vislumbra, desse modo, a emergência do Outro “irônico”, constitutivo do sujeito. Este explicita tanto outras vozes na boca do seu referente, como também transmuda o corpo deste para um lugar onde não esteve, possibilitando e reforçando determinados sentidos a seu respeito, como, neste caso, a ideia da fuga de Brasília para sua terra natal. É necessário pontuar que essas “reformulações” não constituem uma visão estrábica do sujeito-enunciador em relação a Lula, pelo contrário, são justamente nestes discursos que se evidencia a posição desse sujeito em relação ao político petista.

Se Lula continuar deixando, a vida vai levá-lo aonde ele não quer ir. E aonde ninguém quer que ele vá. Mas paciência tem limite, como desabafou um dos mais comedidos opositores do governo, Tasso Jereissati, senador do PSDB cearense: "O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Exigimos que ele assuma sua responsabilidade. Assuma o papel de chefe. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de farsa!" [...] Caso não leia a mensagem verde-amarela é melhor mesmo deixar a vida levá-lo aonde ela decidir.

No início deste excerto, parece existir certa impessoalidade em relação ao destino de Lula, em especial, com a utilização da expressão *e aonde ninguém quer que ele vá*, sugerindo uma possível adesão do sujeito-enunciador à ideia de não desejar vê-lo em um local onde ele não queira ir. Todavia, como o sentido não está preso à materialidade linguística, esta “impessoalidade” é apenas aparente. No discurso do sujeito enunciador emerge outra voz, a do senador, que indica sua filiação a um lugar de onde se espera uma “resposta à crise”. Nesta posição se aguarda uma reação daquele. O que se espera de Lula é que ele *assuma a responsabilidade* do escândalo. Tais dizeres, a seu turno, apresentam tom de ira e revolta: *Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de farsa!* Estes indicam a atitude de dissimulação e mentira do político e evidenciam sua constante ilegitimidade.

A utilização do lexema *vida*, no verso da música do sambista *deixa a vida me levar* [...], refere-se ao destino, e pela referência intradiscursiva pode se referir, também, às pessoas que determinarão esse destino, ou seja, o desfecho de Lula. Em *é melhor mesmo* que elas decidam, *mesmo* significa *de fato, realmente* e, como partícula adverbial, reforça essa opinião. Como o sujeito-enunciador rememora os dizeres dos caras-pintadas e as tramas ocorridas na década de 90, a referência a estas pessoas sugere implicitamente aceitação a suas atitudes. Assim, compreendendo qual era o único objetivo destas pessoas, conforme

assinalamos acima, o sujeito-enunciador com estes se revela conivente, pois é *melhor mesmo* que o futuro de Lula e do PT seja conduzido para *onde a vida decidir*.

Ao defender a produção do biodiesel, Lula se comparou ao ex-presidente Getúlio Vargas, segundo ele "achincalhado" pela imprensa quando criou a Petrobras. Sugeriu que vai tentar a reeleição. Mas a vida pode estar conduzindo-o para outro lado. Todos os caminhos do escândalo revelados até o momento levam ao Palácio do Planalto.

A comparação de Lula com Getúlio Vargas marca sua posição no interior destes discursos. Ele se defende ao tocar a questão da produção do biodiesel, ponto forte em seu governo, e a relaciona com a Petrobras, cuja criação foi motivo de duras críticas por parte da imprensa da época. A relação que Lula faz com o outro presidente é um forte argumento contra a crítica midiática. Ainda sim, evidencia-se seu alvitre quanto à reeleição. Todavia, a posição do enunciador é demarcada na oposição a esta asserção ao emergir na superfície linguística a conjunção adversativa *mas*, que introduz a sequência enunciativa seguinte: *mas a vida pode estar conduzindo-o para outro lado*. Tais afirmações possibilitam visualizar sujeitos em conflito, em oposição. A sugestão do enunciador em relação à reeleição é enfraquecida, pois o *outro lado* refere-se à não-reeleição, ao *impeachment*. Ademais, a afirmação de que *todos os caminhos do escândalo levam ao Palácio do Planalto* aponta para o fato de que o provável culpado da corrupção é Lula, em virtude do gabinete presidencial estar ali localizado. Dito de modo direto, a corrupção mira Lula.

A repetição de determinados enunciados pelos veículos midiáticos tem poder para imprimir e instituir novas memórias e, conseqüentemente, construir estereótipos. Enunciados precedentes são retomados e resignificados. É a presença do *já-lá* neste processo de resignificação dos discursos. Assim, os acontecimentos na mídia têm força para produzirem mudanças, rupturas sociais. A retomada e repetição (tanto nesta análise quanto nas demais) sobre o *impeachment* parece ser uma estratégia com fins políticos. Destarte, atentando-se para o fato da mídia ser produtora de subjetividades, estes enunciados poderiam ter provocado mudanças no cenário político brasileiro: a de realmente ter provocado o *impeachment* do presidente Lula. Tal problemática continuará a receber grande destaque por parte do sujeito-enunciador, como veremos na análise da edição seguinte.

3.4 A agonia de um partido

Os recortes que se submetem à análise integram a edição 1918, datada de 17 de

agosto de 2005. A capa se nos apresenta com uma imagem do presidente Lula, em um discurso televisivo, seguido dos dizeres:



Capa 4

A LUTA DE LULA CONTRA O IMPEACHMENT,

sendo que esta última palavra está destacada em amarelo em caixa alta. Levando em consideração as palavras de Pêcheux ([1975] 1988) que os lugares ocupados pelos sujeitos não são físicos ou concretos, mas imaginários, os efeitos de sentidos apontam para um acusado em busca de esclarecer os fatos, se justificar, mas tentando encobrir a corrupção. Esta leitura se confirma no enunciado:

Hélio Bicudo “Lula é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete”.

A materialização destes dizeres, em oposição à tentativa do político de se defender, é uma forma de desqualificação dessa defesa. Pelos dizeres que ele *não convence* e *perde o direito de explicar a situação*, o enunciador se opõe a ele e confirma sua chancela a outros sujeitos em posições antagônicas ao governo. Veja, além de produzir um cenário sobre a “defesa” de Lula, enceta sua desqualificação. Ser *mestre* atesta a condição de experiência e domínio em mascarar a “corrupção” que, eufemisticamente, e marcando a heterogeneidade constitutiva do discurso, materializa-se como *sujeira*. Ademais, malgrado a inexistência de qualquer *impeachment*, a veiculação destes enunciados cria a ideia de que o mesmo existe, e reitera o desfavorecimento do enunciador ao governo, sugerindo que o mesmo seja banido do Palácio do Planalto.

Sobre a imagem, verifica-se que a noção policrômica abre novas perspectivas, quer seja a “da possibilidade de falar de implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso)” (Souza, 1998). Pautando-se nesta noção, a cor, como operadora discursiva, colabora na construção de sentidos. Há uma tempestade de acusações e, neste ínterim, Lula luta contra tal *Impeachment*. Este último lexema, em amarelo vibrante, bem como os três enunciados “acusatórios” dispostos no topo da página se nos apresentam, em destaque, sobre um fundo da mesma cor. Os efeitos ideológicos destes enunciados, dispostos ao redor do rosto de Lula, conduzem-no para uma sua correlação com a corrupção. Há uma ligação entre o texto-verbal e o não-verbal; ou seja, as mesmas cores destes enunciados captam o olhar do enunciatário, se destacam na página, e facilitam a correlação do presidente com a velhacaria, como uma simbiose entre Lula, as acusações e o *Impeachment*, construindo subjetividades nesta prática discursiva e que, por sua vez, objetiva os leitores em sujeitos.

Considerando o aspecto de não completude da imagem, pois “o resultado de sua interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal” (Souza, 1998), a foto do presidente semi-boquiaberto como que explicando, falando algo, produz sentidos de que ele está se justificando, se explicando, como ele realmente o fez. No entanto, nega-se seus “dizeres” com a presença de todos os elementos verbais presentes na capa da revista e ladeando sua imagem. Na verdade, é uma estratégia para desqualificá-lo. Os conflitos existentes no social são marcados nestes discursos, neste jogo enunciativo; ou seja, esta disposição de enunciados reflete os embates sociais entre sujeitos que digladiam e buscam o poder. Entretanto, há sobreposição dos “dizeres” do político pelos dizeres do sujeito-enunciador, dizeres estes que, da maneira como foram dispostos, funcionam como que o impedindo de falar, silenciando-o.

Na capa, a ideia que se passa é de uma pessoa sentada em um tribunal como acusado, se defendendo. Esta leitura imagética é possibilitada pela utilização do lexema *defesa*, disposto na sequência abaixo da imagem. O enunciatário visualiza a imagem do político “tentando justificar a crise”, explicando os fatos e é imediatamente interpelado pelos dizeres ali presentes. A disposição do presidente diante de um microfone aponta “dois” sujeitos em interlocução: o locutor (ele próprio) diante de seus alocutários. Todavia, o próprio sujeito-enunciador em posição deslocada e inscrito no lugar daquele que fala em nome dos enunciatários, ou seja, os leitores e a população em geral, não se vê convencido; no ápice da

crise e como se essa fosse a última oportunidade do político se justificar – afinal, já se tem até proposto o “*Impeachment*” –, afirma que *Lula perde a chance de explicar o escândalo*. Este sujeito, portanto, não se convence acerca do que se justifica.

A defesa do presidente na televisão não convence...

Chama-nos atenção a materialização do lexema *defesa* na capa da revista e os deslizamentos de sentidos que a utilização deste termo acarreta. Uma fala do presidente na televisão se torna uma *defesa*. Este termo, bastante utilizado no discurso jurídico, em especial no Direito Penal, faz alusão a um julgamento e é postulada por um réu. Se, por um lado, há um réu, por outro, há uma vítima. Sua utilização permite-nos visualizar outra posição assumida pelo sujeito-enunciador: a de vítima como cidadão-eleitor inconformado com a corrupção e que se mostra incrédulo com a *defesa* televisionada do presidente. A falta de complemento para o verbo *convencer* deixa em suspenso quem não foi convencido, e a ideia que se faz é que sua *defesa* não convenceu ninguém. Assim, o enunciador nessa posição de quem espera uma explicação e não a encontra, o vê como um réu que *não convence*.

e ele perde a chance de explicar o escândalo.

É relevante a tensão que se cria nestes excertos e o efeito de sentidos que se produz como se fosse o fim. Ainda na capa, acima da imagem de Lula há duas sequências em destaque dispostas uma ao lado da outra:

Duda Mendonça diz que a campanha de 2002 foi paga com dinheiro sujo.

E

Preso, Toninho da Barcelona, doleiro do PT, quer contar tudo na CPI

Compreendendo que os sentidos produzidos pelos enunciados não estão presos à materialidade linguística, embora não se negue a importância desta última; a disposição do lexema *preso*, em primeiro lugar no segmento: *Preso, Toninho da Barcelona, doleiro do PT [...]*, atesta certa prioridade, por parte do enunciador, em confirmar esta situação, para então, revelar seu intuito: *quer[er] contar tudo na CPI*. Se as palavras do doleiro podem soar como ameaça ao partido, o enunciador se apropria das mesmas e as utiliza como instrumento de coerção. *Tudo* se refere às artimanhas do governo e, por sua amplitude e obliquidade,

possibilita a instauração de sentidos outros, mas que se restringem a crimes ligados ao partido. Se existe certa deslegitimação por estar *preso* – o que eficazmente produz nele o *ethos* de corrupto –, é exatamente neste lugar, em sua atitude de ameaça ao partido, que há a chancela de sua voz. Assim, o fato do doleiro do PT querer *contar tudo* na CPI denota “verdades” que ainda não emergiram, que ainda não foram reveladas, sugerindo certa expectativa, bem como o endosso do enunciador, ao “dar-lhe a palavra”.



Imagem 7

CÚPULA ESFACELADA

Dirceu e seus companheiros: mesmo com o PT em frangalhos, a velha luta pelo poder

Se algumas décadas atrás era impossível chancelar e/ou adequar as imagens ao que era materializado no plano verbal, hoje parece ser o tempo em que *tudo é possível*. Como exemplo, esta imagem é produção de algum programa como o *photoshop*. Há os rostos de vários parlamentares petistas, sendo que, em destaque, à frente de todos, aparece José Dirceu, o ícone do momento na crise. Atrás deles, há o símbolo do partido, uma estrela de pedra, eminente, rachada ao meio e ruindo, em um cenário onde se o suporte midiático fosse áudio-visual poderia se ouvir o barulho do terremoto. Existe até uma nuvem de fumaça, uma alegoria à ruína do PT. De tal sorte, se o que se enuncia é o fim do partido e não existe mais solução para este, com os olhos voltados para as eleições que se aproximam, percebemos que isto é uma estratégia enunciativa, pois esta imagem, ou melhor, montagem, possibilitada pelas novas ferramentas tecnológicas, serve para reforçar o dito no plano verbal. Assim, o enunciado da legenda vale-se de um “reforço”, da imagem criada para chancelar o que se enuncia no plano verbal. É um tipo de **recurso discursivo** utilizado como estratégia de persuasão.

Ainda sobre esta imagem, enuncia-se na legenda: *Dirceu e seus companheiros:*

mesmo com o PT em frangalhos, a velha luta pelo poder. *Companheiro* é um termo sobejamente utilizado por Lula e que passou a integrar sua pessoa⁴⁵. Assim, como “*sempre sob as palavras outras são ditas*” (Fernandes, 2007a, grifo nosso), sob este lexema há o eco de Lula – *companheiro de Dirceu* – em meio à ruína⁴⁶. Compreendendo que o verbal e o não-verbal se agregam na produção dos sentidos, a materialização deste lexema na legenda traz à memória do enunciatório o presidente Lula e acopla-o indiretamente aos políticos da imagem. A *velha luta* permite compreender, também, que a luta do partido pelo poder é antiga, desde sempre se almeja este poder. O que se constata, também, é que, mesmo nessa situação, em *frangalhos*, o governo continua com o mesmo objetivo, mas *não deveria*. Isso reitera implicitamente a posição antagônica ao partido não apenas nesse momento de crise, mas desde outrora.



Imagem 8

O SONHO ACABOU

As lágrimas dos deputados petistas na Câmara, depois das revelações de Duda: um partido implodido por seus próprios dirigentes. (grifo nosso)

Como se verificou mais acima a respeito das especificidades na circulação da imagem e da legenda, ambas se fundem na produção e direcionamento de sentidos. Na análise da imagem 7, por exemplo, percebeu-se que o “terremoto” ampliou o verbal. Nesta imagem (8), por outro lado, a legenda amplia os sentidos do que se vê na foto; enuncia-se, abaixo da imagem: *as lágrimas dos deputados petistas*. Ora, o “s” como flexão gramatical de número é indicativo de plural e deveria se referir a mais de um agente. Ou seja, mais de um deputado precisaria estar “em prantos” na foto publicada. Todavia, o que se vê é apenas *um* deputado

⁴⁵ Percebemos que é comum em programas humorísticos se utilizarem do termo “*companheiro(s)*” em paródias ou sátiras sobre o presidente.

⁴⁶ É relevante esta colocação, pois até então mesmo Lula sendo pressionado a “falar sobre a crise” e confessar “algo”, no que se refere especificamente à *pessoa dele* não houve nenhuma acusação.

com as mãos no rosto. O clique, no momento exato, produz a imagem do drama. A imprecisão e, ao mesmo tempo, dilatação dos fatos corrobora com a ideia do espetáculo político, espetáculo este em que se busca chamar atenção, apontar para o objeto de vergonha. A ampliação de número, observada no gramatical, faz parte do *show*, da *agonia da cúpula esfacelada*⁴⁷ em que *as lágrimas* e *a implosão* (materializadas na legenda) atuam em conjunto para impressionar a platéia.

Ainda neste excerto, mobiliza-se a palavra *sonho* no título: *o sonho acabou*. Desse modo, os planos partidários e o desejo do partido continuar existindo acabaram. O sonho termina quando alguém acorda. A utilização desta expressão contribui para a ideia de ilusão em que o grupo partidário se encontra e reforça a ideia de *utopia*, analisada anteriormente, bem como da *second-life*, como se verá adiante.

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes – pelo menos enquanto valor universal.

Para alguns, o possível fim do PT representa *uma ameaça à democracia brasileira*. Tal acontecimento prejudicaria o andamento democrático do país. Isto atesta a presença de sujeitos inscritos em lugares sociais que evidenciam apreço pelo partido e, por conseguinte, se demonstram temerosos com a derrocada do mesmo. Todavia, o sujeito-enunciador se coloca contrário a essa posição. De fato, essa ideia é uma *esdrúxula tese*. Verificamos, portanto, que o fim da legenda ou, em outras palavras, o fim do PT, é apoiado pelo sujeito enunciador. Uma das razões desse apoio se pautava no fato de que a *fila anda*, ou seja, *partidos nascem e morrem*. Seu fim é algo natural e qualquer outro partido deverá ocupar sua posição.

É relevante, também, a afirmação: *se ainda existe um espaço importante para a esquerda, ele deverá ser ocupado por outra agremiação*. Em outras palavras, não há mais lugar para o Partido dos Trabalhadores e, mesmo que houvesse, deveria ser ocupado por outra legenda, como já foi observado. Ainda sim, a democracia *nunca foi levada a sério* por seus

⁴⁷ Esta expressão é uma junção do título da matéria: *A agonia de um partido* com o título da legenda da imagem 7: *cúpula esfacelada*.

dirigentes. Estes enunciados condizentes com a inscrição sócio-ideológica do sujeito-enunciador atestam sua posição contrária ao PT. Assim, como a identidade é marcada na sua relação de oposição com o outro, vislumbramos a contestação, o afrontamento desses sujeitos, como bem nota Courtine: “o sujeito político é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou *afrontando-o em uma determinada conjuntura política*” (Courtine, 2006, p. 64, grifo nosso).

Ainda neste excerto, enuncia-se: *a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes*. Atentando-se para as observações acima expostas, nesta relação de oposição entre sujeitos, o “traço da outridade” presente neste discurso (SILVA, 2007, p. 79), indica que os dirigentes petistas não dão a mínima para a democracia. E mais, além das observações sobre os sentidos produzidos, o “tom” desses dizeres é de total desmerecimento.

“O PT tem todo o direito de continuar existindo juridicamente, mas o partido que eu ajudei a construir já morreu. E só participo de debates sobre ressurreição e reencarnação no âmbito religioso.”

Senadora Heloísa Helena (*ex-petista, hoje no PSOL-AL*)

Compreendendo que o sujeito discursivo não é o centro de seu dizer, mas um sujeito fragmentado e descentrado, a emergência de outros sujeitos⁴⁸ evidencia a heterogeneidade mostrada destes discursos, cuja aparição se dá como estratégia de endosso de seus dizeres e demarcação de sua posição. Nas análises dos enunciados que se seguem o enunciador acopla ao seu discurso falas de dois grupos de pessoas: por um lado, há dizeres de petistas pertencentes à ala oposicionista ao governo Lula e, por outro, ex-petistas, ou seja, políticos que já foram filiados ao partido, mas não fazem mais parte da legenda. Entendendo que toda prática de significação envolve relações de poder (WOODWARD, 2007), atentamos para esta mobilização, pois quem parece ser, aos olhos do enunciatário, mais legitimado para diagnosticar a situação do partido do que os próprios petistas ou ex-petistas?

Desta seleção, a primeira voz que analisamos é de Heloísa Helena. Estes dizeres são pequenos fragmentos, certamente recortes de entrevista. A senadora afirma: *o PT tem todo*

⁴⁸ Não afirmamos com isso que há momentos em que não há a presença do outro no discurso. O que pontuamos é a presença de inúmeras vozes na materialidade linguística marcando a heterogeneidade mostrada destes discursos. “Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo discurso do ‘Outro’” (AUTHIER-REUZ, 2004, p. 69).

o direito de continuar existindo juridicamente, mas o partido que eu ajudei a construir já morreu. O fato de ela ter participado da construção do partido certamente atribui-lhe mais legitimidade para opor-se a ele. Suas declarações têm mais peso do que as de políticos filiados a outros partidos. Há o paradoxo existente entre o partido continuar existindo e seu mau agouro. Para ela, o partido *pode até existir juridicamente*, mas isso é irrelevante, pois é um partido que *já morreu*.

Ainda sim, este sujeito em tom irônico afirma: *e só participo de debates sobre ressurreição e reencarnação no âmbito religioso*. Traços constitutivos de sua identidade são esboçados: “as identidades construídas dentro do discurso emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, o produto da marcação da diferença e da exclusão” (HALL, 2007, p. 109). Diante do fato do PT já ser tido como “morto”, este sujeito traz elementos da formação discursiva religiosa como *ressurreição e reencarnação*, como forma de ironizar um possível ressurgimento do partido. Ao afirmar que o PT morreu, visualiza-se, no interior destes dizeres, um sujeito que exclui o outro. E mais do que excluir, desta voz desponta um sujeito que resiste discutir qualquer possibilidade em relação à sua “reconstrução”.

“O PT errou: afastou a militância, pôs burocratas no governo e se entregou às vontades de Lula. E que vontades eram essas? Apenas a do poder pelo poder. Agora acabou. O castelo de areia ruiu.”

Economista e ex-militante petista Paulo de Tarso Venceslau, expulso do PT em 1997

Sua identidade, assinalada na relação com o outro (o PT), com o qual se desidentifica, é reforçada neste excerto que explicita traços identitários do partido. Outra voz mobilizada pelo sujeito-enunciador e que sustenta a ilusão de centro regulatório e organizador de seus dizeres é a de um *ex-militante petista*. Sua primeira asserção é que *o PT errou*, e uma das razões é o partido ter *se entregue às vontades de Lula*. Essas vontades segundo ele *eram apenas a do poder pelo poder*. Sabendo que “em toda parte se está em luta” (FOUCAULT, [1983] 2006, p. 232), a explicitação do desejo de poder do outro conduz à elisão do próprio. Outra afirmação demasiadamente reiterada nas sequências sob análise refere-se ao fim do governo. Suas afirmações de que *agora acabou e o castelo de areia ruiu* indicam a derrocada do partido. Desse modo, a constituição do sujeito-enunciador se evidencia neste jogo de relações com o outro. Estes dizeres, explicitados na materialidade linguística, servem para reforçar o “desejo de domínio do sujeito” (AUTHIER-REVUZ, [1982] 2004, p. 73), pois

através dessas marcas quer seja de “designar o outro *localizadamente*, o sujeito empenha-se em *fortalecer o estatuto do um*” (*Ibidem*, p.74, primeiro grifo nosso, segundo grifo da autora).

Ainda sim, a reiteração de *ex-petista*, conforme assinalado na análise dos dizeres da senadora Heloísa Helena, atesta um deslizamento de posições ocupadas por estes sujeitos reinscrevendo-os em novos lugares político-ideológicos. Neste novo lugar, destacado em itálico na materialidade linguística, a condição de desligamento partidário “*expulso do PT*” evidencia marcas de contestação entre esses sujeitos e os sentidos que se produzem é de sua expulsão ser resultante da não convivência com os erros e as vontades de Lula.

"Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia. Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes."

Ex-dirigente petista César Benjamin, em artigo para a Folha de S. Paulo

Este excerto explicita conflitos entre os dois sujeitos sob análise. Por um lado, Lula representando o PT, afirmando que não tinha conhecimento sobre os esquemas do partido, segundo as próprias palavras do sujeito-enunciador: *Ele garante que nada sabia*. Por outro lado, o enunciador refuta-o e afirma que ele sabia: *Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo*. O conhecimento prévio de Lula a respeito das transações ilegais do partido implica prática imoral e ilegalidade e possibilita abertura de um processo de impedimento eleitoral. Isto posto, como o discurso político é “vulnerável e suscetível às suspeitas, às denúncias, às acusações e aos escândalos” (PIOVEZANI, 2009, p. 279-280), cogitar que o presidente tinha conhecimento dos fatos implica sua ilegitimidade e gera, no mínimo, desconfiança nos enunciatários/eleitores.

A posição-sujeito, antagônica ao PT, é explicitada pelo fato dele não aceitar a posição contrária ocupada por Lula quando este afirma não saber sobre as articulações de seu próprio partido. Os dizeres *do ex-dirigente petista* que emergem na sequência enunciativa marcam a heterogeneidade marcada destes discursos e coadunam com a posição do sujeito-enunciador: *Respeito quem acredita nisso* (que ele não sabia), *assim como respeito quem acredita em duendes*. Esta última colocação “acreditar em duendes” significa acreditar no impossível. Quem confia que Lula nada sabia é tido como parvo, pois é o mesmo que acreditar nessas criaturas do imaginário folclórico. O discurso de Lula é tido como ludibriador. Desse modo, como no discurso político “faz-se necessário uma intensificação nos procedimentos que visam à conquista de credibilidade e à refutação do estigma de mentiroso

carregado por este discurso” (PIOVEZANI, 2009, p. 280), com tom irônico, o que o sujeito-enunciador evidencia é que Lula assume essa posição de auto-defesa, mas, mais do que isso, age assim de forma dissimulada.

Diante das denúncias, os petistas optaram por uma saída jurídica, em detrimento de uma explicação política. Isso só é possível para quem já decidiu abandonar a vida pública. Esse comportamento reduziu as chances de sobrevivência do PT."
Deputado federal Fernando Gabeira (*ex-PT, hoje no PV-RJ*)

Esta sequência, como as anteriores, foi selecionada em meio às “falas” de diversos ex-políticos petistas. Novamente, explicita-se a mudança pela qual o deputado passou: de “*ex-PT*”, para “*hoje no PV-RJ*”, e essa migração de petistas para outras legendas reforça a ideia de abandono e fim do partido. A falta de perspectiva no PT é fortemente marcada. A reiteração de vozes advindas de tal posição, de ser “ex-petista”, revela que os mesmos descobriram a “verdade”, entenderam que “não era isso”, que estavam no “caminho errado”, e agora, neste novo lugar, que lhes atesta certa legitimidade, possuidores de uma visão mais ampla advinda de sua experiência partidária, podem examinar as denúncias com maior abrangência. Assim, os problemas do partido não advêm apenas das acusações externas, mas sim, a partir deste êxodo partidário, a fragilidade petista se evidencia no seu próprio interior. Além do mais, a falta de explicação indica a hipótese de que Lula *já decidiu abandonar a vida pública*, ou, em outras palavras, “decidiu abandonar a presidência”.

"Lula esconde a sujeira"

Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma.

Em uma das seções da matéria, há uma entrevista com o jurista Hélio Bicudo, cujo título é a primeira sequência enunciativa acima exposta (a mesma foi, também, destacada na capa). Realizando tal leitura, alguns apontamentos merecem ser destacados. Primeiramente, refere-se ao título em si, que é um recorte da entrefala. A *sujeira*, como é evidente, representa os procedimentos incorretos, ilícitos. Se ele esconde, é porque as pratica. Ninguém esconde algo sem consciência. Desta forma, se se oculta algo é porque tal agente está bem ciente da responsabilidade que tal atitude acarretar-lhe-ia. Ainda sim, o lexema *mestre* é mobilizado pelo entrevistado, como se expõe no segundo fragmento, em relação à capacidade do político para encobrir a corrupção. Deste enunciado vários outros subjazem, tais como: Lula é mentiroso, Lula é corrupto, Lula é ladrão, Lula é sem-vergonha, Lula é

mau-caráter. A partir destes efeitos de sentidos produzidos, compreende-se que a saída de Lula é, indubitavelmente, a melhor solução para a crise.

Na segunda sequência enuncia-se: *sempre agiu dessa forma*. O que se entende, a partir dessa afirmação, é que o entrevistado conhece Lula muito bem. Se ele *sempre agiu dessa forma*, bem entendido, ele sempre foi mestre em esconder a sujeira, a corrupção. Observa-se, pois, suas ações desde outrora. Assim, emerge novamente na materialidade linguística dizeres que não partem de *qualquer* pessoa, mas de alguém que é petista. O entrevistado se declara filiado ao partido há mais de 25 anos. Nestas afirmações, constrói-se a ideia de que esta não é *mais uma* declaração, ao contrário, ela parte de um partidário extremamente reservado:

Relutou muito antes de decidir manifestar sua opinião sobre o governo Lula e o PT, ao qual é filiado há 25 anos. Decidiu falar incentivado pela família e por alguns amigos, inclusive da base petista. "Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado partícipe do que está acontecendo.

Nesse trecho, disposto na parte introdutória antes da entrevista com o jurista suso explicitado, busca-se desconstruir a ideia de mentiroso e falastrão, constitutivos do sujeito político. Sua hesitação em dar a entrevista à revista é evidenciada pelo uso do verbo *relutou*. A busca por legitimidade é construída pelo sujeito discursivo. Esta se revela ao se evidenciar que até *amigos de base petista* o incentivaram a falar. O sujeito, além de destacar a relutância dessa fala, que traz um “peso” a mais nas considerações de um senhor de 85 anos, também explicita que em meio aos incentivadores há políticos do PT. E ainda observa: *Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado partícipe do que está acontecendo*. Assim, atentando-se para a produção de efeitos de veracidade acerca destas declarações, o entrevistado, petista, jurista, experiente, sério, honesto, tem

UMA CERTEZA

E esta se refere ao fato de que

"é impossível que Lula não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos"

O título e a declaração acima são bastante contundentes: *uma certeza* que se refere

à impossibilidade de Lula desconhecer a corrupção que se passava dentro do próprio partido. O conflito principal entre os dois sujeitos, nesse exato momento sócio-histórico, gira em torno de Lula ter ou não conhecimento sobre o mensalão. Tal anuência implicaria inúmeros desdobramentos. Assim, se por um lado, Lula declara-se inocente, por outro, o sujeito em posição de embate declara o contrário. Essa é a tônica da declaração explicitada anteriormente: *Lula sabia de tudo*. É relevante pontuar que como nessa pesquisa objetivamos verificar como se constitui o sujeito-enunciador ao significar o Partido dos Trabalhadores, quando se apresenta esta voz específica na revista, a de um “petista”, ela é endossada e apoiada pelo fato de se posicionar contra Lula; ou, em outros termos, contra o próprio partido. Mesmo assim, em nenhum momento, há algum tipo de defesa ao PT nas materialidades analisadas. Tal voz emerge já como legitimada para sustentar a mentira do presidente que, ainda, cogita a reeleição.

Isto posto, como as análises do título da entrevista e do fragmento da resposta já são suficientes por sintetizarem o discurso do entrevistado, atentar-nos-emos, nesse momento, para algumas perguntas dessa entrevista. As mesmas estão em caixa alta, assim como se apresentam na revista:

SE1

EM QUE MOMENTO O SENHOR COMEÇOU A PERCEBER QUE O PARTIDO ESTAVA NO CAMINHO ERRADO?

SE2

O PRESIDENTE LULA TAMBÉM QUERIA CHEGAR AO PODER A QUALQUER PREÇO?

SE3

EXISTEM ELEMENTOS PARA QUE SE PEÇA O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE?

Chama-nos atenção na pergunta SE1 e, provavelmente seja esta a consideração mais relevante desta indagação, o fato de se evidenciar que, em dado momento, o partido tomara a direção errada. Se o PT está *no caminho errado* ele está no lugar errado. Na segunda questão (SE2), duas observações são pertinentes. A primeira é que todos os políticos petistas queriam chegar ao poder a qualquer preço. Isso se evidencia pelo uso do advérbio de inclusão *também*, na indagação. Se Lula *também* tinha esse alvitre, subjaz ao questionamento que todos os outros políticos se encontravam no mesmo propósito. Além disso, a indagação SE2 permite compreender que, para o enunciador, Lula poderia desejar o poder a qualquer preço. Se se questiona é porque haveria tal possibilidade. Já no terceiro segmento (SE3), cogita-se

novamente o *Impeachment*. Como dito, só um sujeito que apoia essa ideia, a traz para debate. Ainda sim, reiteramos que o fato do sujeito “dialogar” com um petista não altera sua posição, pois a despeito do entrevistado ainda ser filiado ao mesmo, ele se posiciona contra o partido.

Por fim, verificamos neste artigo a presença de diversas vozes e suas declarações sobre o PT. Estas são legitimadas por serem pertencentes a indivíduos que já passaram pelo partido ou ainda estão filiados ao mesmo. Destacamos algumas expressões que emergiram nessas vozes analisadas: “o PT/já morreu”, “PT/irremediável”, “PT/agora acabou/o castelo de areia ruiu”, “PT/pecado original/fruto da ambição”, “petista/já decidiu abandonar a vida pública”, “PT/levará dez anos para se recuperar”. De tal sorte, a relação do PT ou dos políticos a ele filiados com estes *termos*, neste artigo, reforçam a ideia de seu fim atestando a tese de impossibilidade da recandidatura à presidência da República. O que compreendemos, portanto, é que as causas da *agonia do partido* partem do próprio PT, especialmente de Lula que *é mestre em esconder a sujeira*.

3.5 Da Utopia ao Caos

Levando em consideração os acontecimentos que envolvem o mensalão, em 21/09/2005 na edição 1923, o sujeito-enunciador apresenta em sua capa uma estrela vermelha, de cinco pontas de vidro, com a inscrição “PT”, simbolizando o Partido dos Trabalhadores. Essa estrela está quebrada ao meio, separando as letras P e T. Abaixo dessa imagem há o seguinte enunciado:

...Era vidro e se quebrou - a história de uma tragédia política,

conforme a imagem que se segue:



Capa 5

Tomando como pressuposto o fenômeno da espetacularização da política e a noção de que os lugares que os sujeitos constroem para si e para os outros não são concretos, mas imaginários (PÊCHEUX, [1969] 1990), entendemos que a utilização da estrela de vidro metaforiza a fragilidade e vulnerabilidade constitutivas da identidade petista. A estrela, símbolo do partido, representa, nestas condições, o próprio partido que *se quebrou*, acabou. Estas afirmações confirmar-se-ão nas análises que se seguem e são possibilitadas pelas regularidades que se apresentam.

Observemos o subtítulo da capa *A história de uma tragédia política* que nos convida a conhecer o percurso do escândalo. Levando em consideração o contexto sócio-histórico da crise, bem como tomando por base as capas anteriores de *Veja*⁴⁹, o leitor, ao se deparar com este enunciado, espera que a informação a ser veiculada seja a história da *crise do mensalão* e não do PT. Todavia, o sujeito enunciator lança mão dessa estratégia e realiza uma retomada da história *petista*. Sendo que sob sua ótica, o partido “padece o mal” de ter tido o seu

nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário.

As razões pelas quais o Partido dos Trabalhadores é uma *tragédia política* decorrem de causas bastante óbvias. Uma destas razões é o nascimento equivocado em

⁴⁹ Percebemos que houve certa “gradação” a respeito da problemática do mensalão ao longo das edições publicadas, em especial, concernente aos enunciados presentes em suas capas. Em 10/08/2005 o problema do escândalo leva o partido a ficar *em situação de agonia que lembra a era Collor*. Em 17/08/2005 reaparece Lula *na luta contra o impeachment*. Nesta edição afirma-se: *Era vidro e se quebrou* e se repete a questão do *impeachment*. Estes recortes sob análise reforçam a ideia de fim do partido.

virtude de se pautar em uma base socialista. A outra está no fato deste nascimento ser calcado *no mito do líder operário*. Ora, é evidente que a posição *operário* representa um sujeito inscrito em dado lugar socioeconômico. Com certeza, não se encontraria o enunciado “no mito do líder *médico*” ou “no mito do líder *advogado*”, profissões que retomam uma memória de prestígio e *status* social, antagônicas à memória retomada pela posição *operário*. Pensando os efeitos de sentidos produzidos por este enunciado, uma das razões pelas quais o PT não deveria ter surgido é puramente excludente: a classe econômico-social de Lula não o autorizaria a ocupar a posição de líder de um partido político.

O lugar social ocupado pelo fundador do partido é, portanto, um dos fatores que justificariam a não existência do mesmo e, desse modo, isso representa um discurso autoritário e de exclusão. Tenta-se produzir efeitos de verdade sobre o que é dito, ou seja, no discurso midiático o sujeito-enunciador já em posição de *legitimado* a falar sobre o assunto, a propor uma narrativa da “*história*” dos fatos se coloca como detentor da verdade, como um sujeito “onisciente” que não permite escapar qualquer inautenticidade nos seus dizeres. Em outras palavras, estas reflexões coadunam com a ideia “da ideologia do apagamento da ideologia” (PIOVEZANI, 2009, p. 275) presente no discurso político contemporâneo.

A utilização do sintagma *tragédia*, somada aos efeitos de sentido do não-verbal, *id est*, a estrela partida ao meio, constroem sentidos que apontam para a desqualificação do partido desde o seu fundamento. Como o discurso é um discurso de busca de poder (FOUCAULT, [1971] 1996), a utilização de técnicas de poder, neste suporte, torna-se mais forte e evidente. O sujeito midiático desfruta de uma posição de “onisciência” e “onipotência”. Onisciência, pois, conforme afirmado acima, é um sujeito que propõe contar “a verdadeira história”, “revelar”, “trazer à tona” o que “ninguém conhece”. Onipotência, pois é um veículo que devido às suas particularidades não abre espaço à contestação. Estas observações vão ao encontro de Schwartz ao comparar a mídia com um “segundo Deus” (*apud* LONARDONI, 2006, p. 113).

Do enunciado *era vidro e se quebrou* pode-se depreender, por meio da utilização de reticências precedendo *era*, que já há algo sendo dito e que estes dizeres retomam outros. Nas palavras de Authier-Revuz ([1982] 2004, p. 38), “o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do outro”. Como o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta, ao nosso entender, este enunciado repete o verso e possibilita fazer alusão à popular cantiga infantil:

vamos todos cirandar
vamos dar a meia-volta
volta e meia vamos dar
O anel que tu me deste
era vidro e se quebrou
o amor que tu me tinhas
era pouco e se acabou
[...] (Grifo nosso).

Nessa canção, há rima de *era vidro e se quebrou* com *era pouco e se acabou*. *Quebrou* rimando com *acabou*. Levando em consideração o contexto sócio-histórico pré-eleitoral, assim como as técnicas de poder das quais os sujeitos fazem uso, os efeitos de sentidos que são produzidos possibilitam-nos compreender que o que se constrói é uma imagem denegrída do partido. A construção identitária petista, sob a ótica de Veja, fundamenta-se não apenas na proposta e apoio ao *Impeachment* de Lula⁵⁰, mas também na não candidatura às eleições presidenciais subsequentes.

Na sequência enunciativa, há a presença do verbo *ser* no pretérito-imperfeito do indicativo. Este tempo verbal é utilizado, dentre outros casos, para a descrição de fatos ou estados pretéritos não concluídos. O sujeito enunciador, para afirmar o acontecimento presente, a crise petista, deixa escapar sentidos outros possibilitados pela retomada do que o PT já *era* sob sua ótica, conforme expusemos nos parágrafos anteriores. Olvida-se o acontecimento mensalão e há a aparição ou inclusão do que o partido dos trabalhadores efetivamente é, pois ele não apenas era, mas sempre foi de vidro e agora *se quebrou*. Um fracasso cuja queda ou *quebra* poderia se dar a qualquer instante, pois a fragilidade e vulnerabilidade são, reiteramos, constitutivas deste sujeito⁵¹. O que leva Veja a colocar o PT como frágil e vulnerável é sua inscrição ideológica que aponta a posição-sujeito em seus dizeres. Segundo Hall (2006, p. 109), “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. A estrutura de vidro possibilita-nos enxergar traços da constituição identitária do outro uma vez que o determina. Isso se confirma no enunciado

Da utopia ao caos,

⁵⁰ Segundo análise da matéria publicada em 17/08/2005 constitutiva do *corpus*.

⁵¹ É relevante informar que os comentários em torno destes recortes remontam o ano de 2006, portanto anterior às eleições presidenciais, e se tratam do posicionamento do sujeito Veja. Após a reeleição de Lula, o fracasso, ao qual o sujeito-enunciador alude, não ocorreu.

título do artigo, e cujos fragmentos se apresentam para análise neste tópico. Percebemos, neste enunciado, as condições de surgimento do partido que evidenciam marcas de contestação. A *utopia* demarca esse acontecimento, referindo-se à sua criação, enquanto o *caos* liga-se ao mensalão e aos acontecimentos que se seguem à crise. *Utopia* é algo que se estabelece, nesse caso, referindo-se à criação do PT, e que é tido como impossível ou irrealizável. Em outras palavras, para o sujeito-enunciador a criação do PT foi um plano fantasioso, uma brincadeira – como na canção, algo utópico, e que aponta para uma evidência: o Partido dos Trabalhadores *não* deveria existir. Essa afirmação se reforça na sequência seguinte:

o PT forjou sua derrocada: do nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário ao esfacelamento de seu patrimônio ético e à chegada ao banco dos réus.

Na ótica desse sujeito em análise, constrói-se a ideia de que a crise do mensalão representa a ruína do PT, mas esta foi provocada pelo próprio partido, pelas próprias condições inerentes à sua constituição. A *derrocada* ou *quebra* do partido já é algo estabelecido. Portanto, essa ideia de *derrocada* em que o partido se encontra gera efeitos de sentidos que apontam para um partido em ruínas, sem futuro. Pensando nas eleições que se aproximam e no poder constitutivo dos/nos discursos, compreendemos que o que se afirma objetiva um fim (FOUCAULT, [1982] 1984). Se o *impeachment* já é apoiado pelo sujeito-enunciador (conforme verificamos na análise dos recortes dos outros artigos neste tópico) e, mesmo assim, o PT venha a ter um sucessor, é relevante que se construa a ideia de um futuro comprometido.

O Partido dos Trabalhadores elege neste domingo o grupo que irá determinar os rumos da agremiação nos próximos cinco anos (*se é que o PT durará tanto*).

O sujeito, inscrito em dado lugar sócio-histórico, revela-se por práxis discursivas. Nesse panorama histórico, traços da identidade petista vão sendo formados: um passado marcado pelo nascimento equivocado, mitológico, utópico que dimana em um presente constituído pela fragilidade e que, conseqüentemente, se liga a um futuro pouco promissor.

Ademais, utilizando-se novamente de metáforas e construindo sentidos para o PT, o sujeito afirma que:

a ruína do PT deu-se em tempo recorde. Foram necessários apenas 100 dias para que uma alucinante sucessão de revelações fizesse com que *o partido fosse soterrado pelos escombros do seu patrimônio ético*. Uma edificação não vai ao chão em tão pouco tempo *a menos que seus alicerces estejam podres*. *É o caso do PT*. (Grifos nossos)

O problema do partido não resulta unicamente do desaguar de acusações e *revelações*. A utilização deste último lexema denota “verdades” que são trazidas e são, portanto, incontestáveis. A veracidade daquilo que se acusa nem é cogitada, pois todas as acusações já estão na ordem do crível⁵². Se algo é revelado é porque é veraz e veio à tona. As próprias bases do partido, materializadas linguisticamente como *edificação*, foram ao chão porque os *seus alicerces já estão podres*. Dito de outro modo, não é o “mensalão” o problema, o é sua estrutura política, as bases fundantes constitutivas do partido que já estão decompostas.

Assim, considerando as complexas relações de poder nas quais o sujeito se inscreve, “uma das propriedades mais emblemáticas do discurso político é o sujeito falar de sua própria potência e calar sua debilidade. Daí decorre que a denúncia de impotência de um agente político, realizada por seu adversário, dirige-se não ao seu cargo, mas à incapacidade de desempenho de sua função” (PIOVEZANI, 2009, p. 136).

Quanto à ideia de construção/fundação/surgimento do partido ser frágil, conforme foi explicitado no primeiro recorte, estes sentidos são retomados, o que demonstra as regularidades perpassando o discurso do sujeito enunciador e atestando sua posição-sujeito.

O partido padece de um erro de origem: nasceu assentado sobre dois equívocos. O primeiro foi ter sido criado sob o signo do socialismo quando a ideia já seguia em franca decadência no restante do planeta. [...] o PT, recém-criado, divulgava manifestos pregando “a solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo” e aos “explorados pelo capitalismo”. [...] O segundo equívoco do PT decorre do primeiro. O partido foi formado por uma mixórdia: sindicalistas, militantes egressos da luta armada, integrantes da esquerda católica e intelectuais marxistas.

⁵² No Direito brasileiro, um dos princípios jurídicos instituídos na Carta Magna é o da ampla defesa e do contraditório. Nenhum acusado é tido como culpado até que seja submetido ao devido processo legal.

O erro do partido parte de sua origem. Um dos equívocos é sua base socialista-marxista com a qual o sujeito-enunciador se desidentifica explicitamente. Retomam-se dizeres do PT, do início da década de 1980, para evidenciar que, desde a época de seu surgimento, os mesmos são utópicos e ultrapassados – ultrapassados, pois iam contra a tendência antissocialista no resto do planeta. O segundo equívoco refere-se aos personagens envolvidos nesta empreitada. É um partido fundado por uma *mixórdia*. A consulta ao seu significado indica “mistura desordenada de coisas diversas, confusão embrulhada” (AURÉLIO, 2004, p. 480). Está ligado a algo de má qualidade, adulterado. Em outras palavras, o partido foi formado por um compósito de pessoas. Lembremo-nos de que a mesmidade (ou a identidade) porta o traço da outridade ou da diferença (SILVA, 2007, p. 79), de modo que a identidade do sujeito é sempre marcada na sua relação de oposição com o outro. Portanto, este grupo de pessoas formado por marxistas, sindicalistas, integrantes da esquerda e militantes da luta armada ocupa posições antagônicas a do enunciador. Com isso, o que compreendemos é que o problema do partido reside no fato dele ser constituído por esta balbúrdia, evidenciando-se, nestes excertos, discursos de oposição e resistência ao PT.

O sujeito, inscrito em dado lugar, explicita a trajetória do outro desde sua fundação até o seu fim já “dado como certo”. Os efeitos de sentidos que são produzidos levam-nos a compreender que essa ruína se justifica pelo equívoco de seu surgimento, e um dos equívocos é justamente a posição que o fundador do partido ocupa: ser *operário*.

A dívida oficial da legenda é de 20 milhões de reais, seus principais dirigentes estão sentados no banco dos réus das CPIs, ameaçados de cassação, e as perspectivas para as eleições de 2006 são, na mais otimista das hipóteses, dramáticas.

Como já foi pontuado, o discurso político tem como característica a busca por legitimidade, sendo firmado na confiança e no reconhecimento (BOURDIEU, p. 188). Estes dizeres vão de encontro a tudo isso. O PT é um partido *endividado*, seus principais dirigentes *estão no banco dos réus da CPI* e, somado a estes fatores, *não há perspectivas para o próximo turno eleitoral*. Esta última assertiva merece algumas considerações. Segundo o sujeito enunciador *na mais otimista das hipóteses*, as perspectivas do partido são *dramáticas*. O sujeito se utiliza deste recurso argumentativo, fortemente opinativo, que incide diretamente sobre as eleições seguintes e concorre para a desqualificação de seu referente. Se a busca no discurso político é pela produção de verdades, credibilidade e legitimidade, o sujeito enunciador, neste cenário, e em posição contrária ao PT, encarrega-se de dele subtrair-lhes.

Estes dizeres interpelam os enunciatários-(e)leitores, produzindo nestes desconfiança e insegurança em relação ao futuro do partido.

Este último segmento, sobretudo, encarregou-se de **construir um mito** – o de que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, era o **guia excelso da classe trabalhadora** rumo ao paraíso socialista. Ora, Lula nunca foi socialista. Não se pode nem mesmo dizer que era "de esquerda". Lula era, sim, um líder sindical **forjado no pragmatismo das brigas salariais** entre operários e empresários – como ele mesmo deixou claro em um histórico debate travado com um deputado em 1982. (grifos nossos)

Este excerto apresenta mais elementos que corroboram para o delineamento de traços identitários do partido, elementos estes que estão intrinsecamente ligados ao objetivo principal da pesquisa: demonstrar como se constitui o sujeito-enunciador Revista Veja ao significar o PT. Reiteramos que nas análises propostas, nesta pesquisa, é amiúde impossível desvincular o próprio partido dos políticos filiados a ele, pois, compreendemos serem os políticos constitutivos da identidade petista. Portanto, nestas condições de produção específicas em que se discorre sobre o mensalão, a referência a Lula implica o próprio partido. A este respeito e, à guisa de ilustração, o sujeito-enunciador tem como enfoque principal na matéria, o partido, e quando se refere a Lula como líder e guia sindical, a ideia de criação do PT apresenta-se implícita.

Ao tocar Lula, tenta-se explicitar alguns elementos deste sujeito, como forma de compreender sua constituição. Primeiramente, este *segmento*, que construiu um *guia*, um *líder*, refere-se à *mixórdia*, conforme foi apontado acima, aquele grupo de pessoas composto por marxistas e sindicalistas cujo objetivo é *o poder pelo poder*. A posição de Lula resulta dos esforços dessa classe. A utilização de *excelso* (alto, elevado, sublime) é irônica, pois denota o oposto de seu sentido literal. *Paraíso*, sinônimo de céu, do Éden implica uma ilusão. A afirmação de não ser socialista, nem mesmo “de esquerda”, restringe os sentidos acerca de sua identidade e aponta para uma evidência: Lula (e concomitantemente, o PT) é um *mito*. Estes sentidos são produzidos ao longo da sequência, não em uma leitura linear do início ao fim do texto, mas, sim, em uma leitura vertical (ORLANDI, 2009, p. 62) – e, diga-se de passagem, a alegação de ser um *mito* vem disposta antes destas últimas afirmações.

Neste ínterim, Lula é a construção de um *mito*. Mito é uma ideia falsa, distorcida da realidade que não corresponde a ela. É uma coisa ou situação irreal, fictícia, como uma fábula; relaciona-se a coisas ou seres irreais, imaginários. Lula nunca foi socialista, nem mesmo de “esquerda”. O que ele era então? *Era um líder sindical forjado no pragmatismo*

das brigas salariais entre operários e empresários. A imagem de sindicalistas em bate-bocas e greves reivindicando aumentos salariais é evocada. Outros sentidos são construídos, e aí estão implícitos. Sobre sua formação, por exemplo, as *brigas* evocam a falta de estudos (e de educação *lato sensu*, também), de um sujeito pertencente a uma classe de baixo nível educacional. Lula não foi formado por uma boa faculdade, mas foi *forjado no pragmatismo*, na prática dessas lutas.

Levando em consideração que “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que o toma em sua rede de significações” (ORLANDI, 1995, p. 149), essas regularidades que se estabelecem ao longo do texto são confirmadas pelos fragmentos aqui expostos.

Quando um parlamentar perguntou se ele era “comunista, socialista ou o quê”, Lula respondeu: “Sou torneiro mecânico”. Movido pela ambição pessoal, Lula – numa perfeita simbiose com os intelectuais que viam nele a figura do “líder operário puro” – embarcou gostosamente na aventura leninista. “Os intelectuais achavam que Lula seria um tapete mágico capaz de levá-los à revolução. Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder”, diz o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Hoje, passados 25 anos, já se sabe qual dos tapetes chegou ao destino traçado. Os intelectuais ficaram para trás – a maioria por decisão voluntária, fruto da percepção da realidade.

Este fragmento é constituído por uma pluralidade de vozes, pelas heterogeneidades que, por sua vez, ecoam não-ditos permitidos pelas margens destes dizeres. Segundo o sujeito-enunciador, o início de Lula na política se deu *movido pela ambição pessoal*. A ideia de luta pelo poder incomoda esse sujeito que dele fala e indica resistência a esse local ocupado pelo outro. Os dizeres remetem a um sujeito descompromissado, que parece ter começado na política por *aventura*, que não tem nada a perder, e nem mesmo compreende exatamente se é comunista ou socialista, apenas entende que é um *torneiro-mecânico*. Portanto, evidencia-se sua “ingenuidade” ou mesmo incapacidade técnico-política. Ademais, o enunciador reforça a ideia principal de se conquistar o poder em: *Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder*. Esta mobilização lexical aponta lugares em que se inscreve o sujeito. O vocábulo *tapete* alude à utilização dos acadêmicos como instrumentos de auto-promoção e ascensão social, como um *pathos*⁵³ para se chegar ao lugar pretendido. Ainda no enunciado *os intelectuais ficaram para trás*, sugere-se que Lula os deixou, pois *passados 25 anos, já se sabe qual dos tapetes chegou ao destino traçado*. Lula conseguiu o queria, eles não. Os sentidos implícitos nesta sequência

⁵³ O sentido de *pathos* aqui é o de passagem ou caminho, diferente da acepção grega antiga cunhada por Aristóteles ou, mais recentemente, por Descartes.

apontam para essa ideia, a de que tais intelectuais foram usados. Os outros, por outro lado, ficaram para trás como *fruto da percepção da realidade*. Ou seja, por seu entendimento, pela lógica – que é a correta – sobre com quem estavam lidando, tomaram a decisão acertadamente.

Há, claro, exceções. Na semana passada, a filósofa Marilena Chauí, uma das principais ideólogas do PT, rompeu, da pior maneira possível, o silêncio obsequioso que vinha mantendo até então, a pretexto de "entender a crise". A filósofa declarou ter "descoberto" o motivo pelo qual se tem "tanto ódio ao PT". "Eu sei hoje por quê: é porque nós fomos o principal construtor da democracia neste país. E não seremos perdoados por isso nunca", declarou. Não há, para os que têm na razão e no pensamento a matéria-prima de seu trabalho (como é o caso da filósofa), nada mais deletério do que se deixar levar pela paixão cega. Ao incorrer nesse erro, Marilena Chauí abre mão do título de pensadora para se tornar uma séria candidata à vaga de Velhinha de Taubaté, a personagem recentemente "assassinada" pelo escritor Luis Fernando Verissimo. As declarações da professora da USP não foram, porém, de todo inócuas. Serviram, ao menos, para mostrar que, contrariando todas as expectativas, a imensa arrogância de alguns petistas permanece intocada a despeito dos dólares na cueca e mesmo debaixo dos escombros do furacão da história que destróçou suas teses.

Neste excerto, a posição ocupada pelo sujeito-enunciador é explicitada por meio das vozes que se fazem presentes em sua voz. De um lado, o enunciador discorre sobre a realidade do partido, as acusações e utopias que o envolvem desde a sua fundação. Em contrapartida, a voz de outro sujeito, em posição ideológica antagônica a ele, emerge no fio discursivo. É a voz da filósofa Marilena Chauí. Lembrando que o sujeito em AD não é um indivíduo empírico, mas um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica, os dizeres de Chauí são relevantes, pois ecoam a voz de um sujeito inscrito em dado lugar e, por conseguinte, são demarcatórios de sua posição. A filósofa, movida pela *paixão cega* em defesa do partido, afirma o porquê de se ter tanto ódio do PT: *Eu sei hoje por quê: é porque nós fomos o principal construtor da democracia neste país. E não seremos perdoados por isso nunca*. A crítica e oposição a estes dizeres se apresentam explicitamente na materialidade linguística. Sua fala é tida como deletéria, desmoralizadora por causa de sua *paixão cega*. Suas declarações são tidas como *erro*. Além do mais, sua posição de defesa ao partido, segundo o enunciador, *contraria todas as expectativas*.

O sujeito-enunciador traz o outro para dialogar tensivamente com ele. Os dizeres de Chauí explicitam a voz de dado sujeito, inscrito em lugar de defesa latente do partido, e evidenciam sua posição, conforme o enunciado suso explicitado: *Nós fomos o principal construtor da democracia neste país*. A utilização do dêitico *nós* aponta traços de sua identidade, de sua posição político-partidária, como bem nota Woodward: “a conceitualização

da identidade envolve o exame de sistemas classificatórios em ao menos dois grupos de oposição ‘nós e eles’” (2007, p. 14). Entretanto, a permanência neste lugar de apoio ao PT, sob a ótica do sujeito-enunciador, a diminui, retira-lhe a posição de reconhecimento como pensadora – o que certamente lhe confere certo *status* –, e a rebaixa ao nível da *Velhinha de Taubaté*⁵⁴. Esta mudança de lugares “imaginários”, mas ideologicamente marcados, é decorrente unicamente das posições que este sujeito assume. Assim, compreendendo que “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, p. 110), esta condição de rebaixamento social, na ótica do sujeito-enunciador, se dá por sua demarcação sócio-histórico-ideológica, ou seja, pelas posições que ele assume no interior dos seus discursos.

Considerando que uma das marcas do discurso político é a busca constante de produção de efeitos de verdade, o uso de *todas* é relevante nesta sequência, uma vez que por meio da utilização deste lexema, parece haver o apagamento das expectativas de outro(s) sujeito(s) em posição(ões) contrária(s) a este. Em suma, a posição deste sujeito que apoia o PT é um *erro*, uma *paixão cega*, *contraria todas as expectativas*, o rebaixa e o desmoraliza. Ainda na análise deste extrato, *as declarações da professora da USP não foram, porém, de todo inócuas* indicam que a única coisa que tem valor e não pode ser despercebida é o fato de este sujeito estar em posição de apoio a um partido cuja *imensa arrogância permanece intocada*.

Se em situações menos marcadas pela tensão o discurso já é objeto de desejo e poder, quanto mais no discurso político. Desse modo, quando o enunciador se refere diretamente ao partido, uma marca relevante nas materialidades verbal e não-verbal é o pululamento de termos que evidenciam o espetáculo político constitutivo desses discursos. A mobilização da estrela quebrada, o *caos*, a *podridão*, e termos como *furacão*, *soterramento*, *destróços*, e *escombros* recrudescem os sentidos da *tragédia política* e coadunam com o fenômeno hiperbólico da espetacularização midiática presente no discurso do sujeito-enunciador.

3.6 O candidato dos pobres

Essa análise se efetua a partir de alguns recortes enunciativos extraídos do artigo *O candidato dos pobres – Lula volta a subir nas pesquisas, mas fica dependente do eleitor*

⁵⁴ Personagem criada pelo escritor e humorista Luis Fernando Veríssimo. É famosa por sua crença cega nas promessas e desculpas dadas pelos políticos brasileiros.

mais humilde do país – e num grau jamais visto na história, publicado pela Revista Veja, edição 1.943 em 15 de fevereiro de 2006, e cujo tema principal é a busca do Partido dos Trabalhadores, por meio do presidente Lula, em conquistar votos entre o eleitorado mais pobre. Os recortes foram feitos observando nossas hipóteses de pesquisa: na primeira hipótese afirmamos que os enunciados selecionados e materializados no *corpus* inscrevem-se em lugares de resistência ao PT e a segunda é que o sujeito enunciativo Revista Veja nega sempre qualquer sentido que se volte para a melhoria e o bem-estar de classes menos favorecidas ou propostas políticas que se distanciem dos anseios de uma elite.

Segundo Foucault ([1969] 1995), quando uma análise ou pesquisa é realizada tenta-se seguir uma lei de coerência e reduzir ao máximo as contradições. Embora haja na história uma busca pela coerência e sistematização das ideias, a contradição funciona ao longo do discurso, pois o mesmo é histórico e a história ao ser escrita foge dos limites de sistematicidade, sob o que está visível, há as ambiguidades da gramática, a sobrecarga significativa das palavras, que mascaram tanto quanto traduzem (FOUCAULT, [1969] 1995, p. 172). É uma ilusão pensar o discurso como coerente e óbvio, na verdade, a contradição é sua lei de existência. Lembremo-nos que, como a identidade do sujeito é contraditória (HALL, 2006), o seu discurso também será.

Desse modo, observando a contradição dos discursos, as duas primeiras sequências enunciativas foram dispostas conjuntamente com o intuito de contrastá-las, com vistas a evidenciar a contradição discursiva e, também, para confirmar as hipóteses levantadas.

SE1A

O candidato dos pobres - Lula volta a subir nas pesquisas, mas fica dependente do eleitor mais humilde do país - e num grau jamais visto na história [...] Deu-se pouca atenção, no entanto, ao fato de que o eleitorado de Lula ganhou, nesses meses de escândalo, uma conformação inédita: 85% dos eleitores que hoje desejam a reeleição do presidente pertencem às camadas mais pobres e menos escolarizadas do país.

SE1B

Talvez por isso o governo esteja quebrando a cabeça para preparar medidas que soem como música aos ouvidos da classe média.

Na sequência 1A o sujeito-enunciador afirma que Lula é o “candidato dos pobres” e que o mesmo fica dependente do eleitor mais humilde do país, se tornando *o candidato mais pobre dependente da história eleitoral*. No entanto, é afirmado também que a porcentagem de

eleitores que ganham até cinco salários mínimos no Brasil representa 82% da população, ou seja, a grande maioria. Desse modo, qualquer candidato para ser eleito dependerá obviamente mais dos pobres do que dos ricos, como ocorreu com o presidente anterior Fernando Henrique Cardoso. Se o PT por meio de seu candidato já tem um alto índice de aceitação entre a massa pauperizada, conforme demonstrado na SE1A (e 85% não é qualquer percentual, é o maior da história segundo o sujeito-enunciador), ele fica dependente, na verdade, é de um recrudescimento de votos entre os eleitores das classes média e alta e não da baixa, pois entre estes a sua aceitação já é grande.

A contradição funciona nesses fragmentos, pois quem depende mais dos pobres para ganhar nesse exato momento de acirrada competição política é o candidato peesedebista José Serra que tinha, segundo pesquisa Datafolha, a preferência em seu eleitorado de 49% entre os ricos e 39% entre a classe média, mas somente 33% entre os pobres (contra 85% das intenções de votos petista). Desse modo, quem necessita do aumento de sufrágios entre os eleitores mais humildes do país para ser eleito é Serra e não Lula, contrário ao que afirma o sujeito-enunciador.

Ademais, a contradição é reforçada na SE1B quando se afirma que o governo está em busca de medidas voltadas às classes média e alta com o intuito de conquistar votos dessas camadas sociais. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o sujeito enunciador afirma que o PT é *dependente dos pobres*, ele entra em contradição ao afirmar que o governo está *quebrando a cabeça para preparar medidas que soem como música aos ouvidos da classe média*. Lembremo-nos das palavras de Fernandes (2007a, p. 35-36): “o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição que se negam e se contradizem”. O sujeito afirma que o PT depende dos pobres e busca um maior número de votos entre eles, e que um candidato que tem tão pouca representatividade e aceitação nas classes mais altas dificilmente será eleito, sendo assim, o PT também depende e está buscando o sufrágio das classes mais altas, o que revela o caráter cambiante e instável da identidade do sujeito (HALL, 2006). Compreendemos que essa *dependência da classe baixa*, conforme postula o sujeito enunciador, pode ser explicada pelo fato do partido em questão retomar toda uma memória ligada à classe sindical, fazendo transparecer que ele depende mais dos votos da classe baixa por ter perdido votos entre a classe média. Todavia, para ser eleito, o partido fica dependente é de um alavancar de votos nas classes mais altas, e fica à mercê do aumento destes e não daqueles.

Outro aspecto relevante na SE1A é a utilização do lexema *conformação*: “Por que esse enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, [1969] 1995, p.31). Por que

conformação e não *confirmação*? O uso dessa palavra em lugar de *confirmação* gera efeitos de sentido: a de que o eleitorado pobre, malgrado todos os escândalos envolvendo o partido em questão, *conforma-se* ou aceita Lula como presidente. A posição do sujeito-enunciador se revela quando o mesmo faz distinção entre duas classes sociais, a baixa e a média-alta, mantendo sua posição contra a primeira e posicionando-se em favor da segunda. Considera-se os votos do eleitorado pobre os mais atrasados e ignorantes, sendo estes tachados como um grupo de pessoas influenciáveis, ao passo que a classe média vota pela *moralidade administrativa, pela ética e pela boa condução da economia*, conforme transcrito na sequência a seguir:

E por que Lula se tornou o candidato mais pobre-dependente da história eleitoral recente? A explicação deve ser buscada na confluência de dois fatores. Em primeiro lugar, Lula perdeu um pedaço significativo do apoio da classe média, incluindo aí categorias que eram históricos eleitores petistas, como servidores públicos, profissionais liberais, universitários e até sindicalistas – um contingente que não é expressivo do ponto de vista numérico, mas tem forte capacidade de influência. "Esse eleitorado costuma votar pela moralidade administrativa, pela ética, pela boa condução da economia", diz o cientista político Michel Zaidan, da Universidade Federal de Pernambuco. "Ao falhar na moralidade e na ética, o PT perdeu o grosso desse eleitorado e ficou com os votos mais atrasados e mais conservadores." O outro dado que explica o novo eleitorado de Lula é o empenho que ele tem dedicado no governo para levar o voto dos mais pobres. O exemplo mais claro é o Bolsa Família, programa que distribui dinheiro mensalmente às famílias carentes. Até a eleição, a previsão é que o projeto atenda entre 11 milhões e 12 milhões de famílias.

Ora, quando o sujeito enunciador declara que o partido falhou na moralidade e na ética e, conseqüentemente, perdeu *o grosso do eleitorado* pertencente às classes mais elevadas, afirma-se, implicitamente, que as classes mais baixas, ao votarem, não levam em consideração a moral e a ética e, de modo explícito, que os votos dessa classe são os mais atrasados. Há defesa do lugar onde o sujeito enunciador se encontra, pois como assinalado acima, o mesmo mobiliza formas lexicais determinadas para evidenciar sua tomada de posição. Além disso, irrompe na voz do sujeito-enunciador outra voz, a de um cientista político, marcando a heterogeneidade mostrada do discurso que sustenta sua posição-sujeito, posição essa contrária à classe baixa e a qualquer projeto petista. Os votos desses eleitores, segundo o sujeito em questão e, na sua posição de “verdade”, não levam em consideração as falhas éticas e morais do governo. Em outras palavras, o pobre *atrasado* não considera os escândalos e a corrupção em intensa ebulição nesse momento sócio-histórico do país.

Outro aspecto relevante é o tom de negatividade⁵⁵ apresentado pelo sujeito enunciador em relação ao partido diante dos projetos que beneficiam a classe baixa, como por exemplo, o Bolsa Família e as reduções tributárias para construção ou financiamento de casas populares.

Os acenos para o eleitor pobre não param. Na semana passada, numa solenidade em Brasília, Lula anunciou um pacote de incentivo à moradia popular, liberando recursos para a casa própria e reduzindo impostos sobre material de construção. O anúncio do pacote, realizado no Palácio do Planalto, foi acompanhado por uma claque que gritava: "Lula de novo, moradia para o povo!". Estima-se que, com as isenções tributárias, a construção de um "puxadinho", sonho de consumo das parcelas mais humildes da população, possa ficar entre 15% e 25% mais barata. Com uma paisagem social tão precária, **é até saudável** que um presidente-candidato seja tão sensível às necessidades dos pobres e se empenhe em contribuir para melhorar-lhes as condições de vida. Pena que, no caso de Lula, suas intenções eleitoreiras sejam tão evidentes, como se pode constatar pela **fanfarra dos anúncios** e pela **cronologia das medidas, calculadamente concentradas no calendário de modo a produzir efeito nas pesquisas num ano eleitoral**. Está dando certo. (grifos nossos)

O sujeito-enunciador discorre sobre o trabalho petista voltado às classes menos favorecidas, todavia seu procedimento assim se dá mediante certas estratégias. Dito de outro modo, tudo é estrategicamente calculado para dar resultado nas urnas. Como afirma Foucault, sob as palavras outras são ditas, desse modo, sob a ótica de Veja, o PT (sob o comando de Lula) age de maneira pensada, não para beneficiar os pobres, nem para melhorar suas condições de vida com os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Família, entre outros, mas com o intuito de se beneficiar. Os programas sociais do governo podem até ser necessários, mas isso não importa, *é uma pena*, pois só são realizados para *produzir efeito nas pesquisas*. Ao utilizar a expressão *pena que...* se evidencia a negação de tudo o que foi afirmado anteriormente, remetendo a atenção do enunciatário unicamente para o fato de que o PT trabalha de tal maneira em virtude de suas intenções políticas. As isenções tributárias para construção de casas populares é colocado como sendo uma atitude *até saudável*, todavia a tônica do sujeito é conspurcar o partido, evidenciando sua astúcia eleitoreira⁵⁶.

Ademais, o poder, sob a ótica foucaultiana, está presente em todos os setores sociais, em todos os discursos, sendo que o sujeito, ao enunciar, utiliza-se de técnicas para benefício próprio, como defesa de sua posição, de sua busca pela “verdade”. Desse modo, a

⁵⁵ Negatividade no sentido de denegrir, desmerecer.

⁵⁶ Seria ilusório não considerarmos a existência de intenções eleitoreiras por trás de programas sociais de qualquer partido político, inclusive do governo petista, como o Bolsa Família e Bolsa Escola. Todavia, em momento algum emerge nos textos sob análise qualquer referência a algum benefício social destes programas. Pelo contrário, o apagamento **completo** destes se dá quando se enuncia serem os mesmos uma arma política com o intuito de conquistar votos.

perspectiva de vitória petista soa como algo extremamente preocupante e arriscado para a economia e, até mesmo, para a segurança nacional: Lula pode se tornar um novo Hugo Chaves? Na verdade, há referência do partido com outros presidentes ligados ao regime ditatorial-militar, especialmente com a do ex-presidente cubano Fidel Castro. Em edição anterior, Lula foi colocado como que aliado, amigo “íntimo” do mesmo. Estes enunciados que emergem na materialidade não apenas retomam uma memória, mas também produzem sentidos sobre a imagem do presidente-candidato petista.

Mas, se conseguir vencer, com quem governará? Com as ruas, passando por cima do Congresso? "Há um sério risco de um Lula chavista, um líder populista e carismático dizendo que a direita não o deixa governar, que o Congresso é corrupto e defende as elites, promovendo uma verdadeira luta de classes, com consequências graves para a estabilidade econômica e institucional", avalia o filósofo Denis Rosenfield.

A “preocupação” do sujeito-enunciador chama-nos atenção: *Mas, se conseguir vencer, com quem governará? Com as ruas, passando por cima do Congresso?* A metáfora das ruas passando por cima do congresso denota o povo, a classe baixa prevalecendo sobre a classe alta: fato que, ao se olhar a história, de modo global, percebemos ser incomum. Como via de regra, percebemos ao observar a história que as malhas do poder são exercidas pela classe dominante sobre a classe dominada. A vitória de Lula, ou melhor, sua re-eleição não é apenas a vitória de um partido, mas de um sujeito social oposto a este que dele fala; é a quebra de um paradigma dominante. As *ruas*, ou melhor, o povo ao apoiar tal candidato está passando por cima do Congresso, da casa legislativa que dita as normas que devem ser obedecidas, mas que segundo Veja não estão, o que é preocupante e pode gerar graves consequências ao país.

Como o poder é exercido por “uns sobre outros” conforme diz Foucault ([1982] 1984, p. 242), sendo que este exercício se dá por meio de práxis discursivas, percebemos tal prática na materialidade linguística, nos efeitos de negação ligados às propostas de melhoria econômico-social do partido. A análise deste artigo possibilitou-nos pensar nos “efeitos da palavra” e nos “mecanismos mais ou menos complexos de controle” ([1982] 1984, p. 246) exercidos na negação das propostas petistas.

3.7 *A second-life* do petismo

O último artigo da pesquisa intitula-se *A Second Life do petismo – Pelas ideias delirantes e pela tese de que o mensalão não existiu, o congresso do PT parece coisa do mundo virtual*, publicada em 12/09/2007. Acreditamos ser impossível desvincular a imagem dos políticos petistas daquela do próprio partido. Reiteramos que nesta análise, como nas anteriores, quando se fala em Lula, José Dirceu, José Genuíno, etc. o sujeito enunciador está se referindo ao próprio Partido dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar, faz-se necessário analisar a utilização do lexema

second-life

como forma de colocar os políticos filiados ao partido em um lugar ideologicamente determinado. A mobilização deste neologismo ao referir-se ao PT é bastante relevante em virtude de apontar direções acerca de como o sujeito enunciador se constitui em relação ao seu tema-objeto.

O neologismo supracitado, cujo lançamento se deu em junho de 2003, significa “segunda vida”, advém da língua inglesa e, embora seja recente (ainda não se encontra seu significado em alguns dicionários⁵⁷), já é conhecido por todos aqueles que têm conhecimento das novas tecnologias. É uma espécie de papel virtual que internautas representam em um jogo, sendo que esses jogadores criam uma imagem, um novo ícone de si próprios, os quais se denominam avatares. Os usuários criam esses avatares com qualidades e poderes que não possuem na vida real. Em outras palavras, é uma brincadeira imaginária em que vale tudo, menos ser verdadeiro.

É válido dizer que se estima que em menos de cinco anos após sua criação já existiam cerca de 13 milhões de usuários registrados⁵⁸. Todavia, com o intuito de não apresentar somente cifras, nossa proposta é demonstrar que, com a utilização de tal lexema, o sujeito não somente conspurca a imagem petista, como também o tacha de um partido alienado e descompromissado com as necessidades e problemas reais da sociedade.

Diante dessa contextualização, lembremo-nos das palavras de Pêcheux (PÊCHEUX, [1969] 1990) ao afirmar que a memória refere-se a “um conjunto complexo, pré-

⁵⁷ Esta afirmação é feita baseada em consulta realizada a cinco dicionários, sendo que em todos eles não constava este verbete.

⁵⁸ Esses dados referem-se ao ano de 2008. Atualmente, o número provavelmente é bem maior.

existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices legíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços”. Confrontando essa definição com o fragmento enunciativo, ao observarmos a utilização deste lexema, todo um conjunto complexo, anterior a tal unidade enunciativa é ativado, pois, como se viu, *second-life* faz alusão a um jogo, embora não seja um especificamente, pois não há vencedores ou perdedores, e cujos participantes assumem papéis virtuais. É uma brincadeira com fins de diversão. Eles estão descompromissados com a realidade, com a verdade. Estão ociosos, são virtuais, talvez alienados. As consequências de seus atos no jogo não são relevantes, ou seja, são inconsequentes, e representam personagens irreais.

Isto posto, percebemos que ao utilizar o lexema em análise, todos os demais citados acima e a ele ligados, vinculam-se a toda uma memória que é retomada e constituem um corpo-sócio histórico de traços. Ao elucidar esses traços, Pêcheux ([1969] 1990) esclarece que são ideológicos e referem-se ao “universo de representações e de crenças”. Ora, se esses traços são ideológicos, eles retomam uma multiplicidade de sentidos, heterogêneos, mas que revelam a unidade de uma FD e, conseqüentemente, das ideologias que interpelam o sujeito-enunciador em questão: “o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso ao pressupô-lo vai fazer apelo a sua reconstrução” (ACHARD, 1999, p. 13).

É relevante explicitar que cada sujeito ao enunciar revela-se em posições que são marcadas sócio-histórico-ideologicamente. Ora, estamos falando de ações e atitudes tomadas pelo Presidente da República e seus aliados. A ideia de estarem em um mundo virtual, como o sujeito-enunciador coloca é, na verdade, metafórica, pois o mesmo significa que eles estão sendo avatares políticos na realidade e não simplesmente cibernéticos. Há um deslocamento de lugares do virtual para o real que produz efeitos de sentido: de um jogo imaginário para um jogo político. Nesse sentido, segundo afirma o sujeito-enunciador, os petistas são avatares, jogadores políticos no jogo da vida real. Afinal, eles estão

ocupados apenas com um objetivo: conquistar e manter o poder, se preciso à custa de reinventar a realidade.

A tese de alienação, vinculada ao lexema em análise, é reforçada pelo seguinte segmento:

No campo eleitoral, o mundo virtual petista também colocou em curso uma realidade de faz-de-conta.

Com base nas palavras de Foucault ([1969] 1995, p. 114) ao afirmar que “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências” compreendemos que estar em uma realidade de faz-de-conta é o mesmo que estar alienado às questões que interessam, que realmente importam para a sociedade e o país. Nestes enunciados supracitados, há uma correlação clara dos parlamentares petistas com o descompromisso, a alienação e a inconsequência. Prova disso é a materialização desses elementos lexicais em toda materialidade linguística: há reincidência das palavras *fantasia* e *delirante*, *second-life* aparece três vezes, e os lexemas *avatar* e/ou *avatares* e *virtual* são utilizados quatro vezes cada um. Todos se referindo aos candidatos petistas. Cada uma dessas unidades é carregada de ideologias. Entretanto, lembremo-nos de que não pretendemos com isso realizar uma análise quantitativa de dados, pois “analisar o maior número de marcas e de dados não significa compreender melhor o processo discursivo em questão” (Orlandi, 1989, p. 32). Dessa forma, focamos nossa análise em uma “exaustividade vertical” como definida por Orlandi, que leva “a consequências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações”.

Sendo assim, tomemos o lexema

delirante

como exemplo. É uma palavra ligada à insanidade mental: “O delírio, traduzido da palavra alemã *wahsinn* é uma síndrome constituída por um conjunto de ideias mórbidas que traduzem uma alteração fundamental do juízo, no qual o doente crê com uma convicção inabalável. É frequente em patologias do foro psiquiátrico, neurológico ou metabólico” (1999, p. 303). Pesquisando a história, verificamos que este é um termo advindo da psiquiatria e da medicina:

O delírio na medicina é um estado de confusão aguda na qual o sujeito fica **incoerente, descontrolado, e fora de contato com a realidade**. É frequentemente acompanhado por delusões ou **alucinações**. O delírio pode ocorrer em doenças febris, algumas formas de doenças mentais, doenças cerebrais, e como resultado de intoxicação alcoólica ou de drogas. No alcoolismo crônico, os ataques de delírio são marcados por alucinações, transpiração, tremura, e ansiedade que pode(m) persistir por vários dias⁵⁹. The Hutchinson Encyclopaedia – The Millenium Edition 2000 (1999, p. 303, grifos e tradução nossos)

⁵⁹ Delirium in medicine, a state of acute confusion in which the subject is incoherent, frenzied, and out of touch with reality. It is often accompanied by delusions or hallucinations. Delirium may occur in feverish illness, some forms of mental illness, brain disease, and as a result a drug or alcohol intoxication. In chronic alcoholism, attacks of delirium tremens marked by hallucinations, sweating, trembling, and anxiety, may persist for several days.

Desse modo, ser petista é estar fora de contato com a realidade, é agir incoerentemente, é estar em uma *second-life*.

Ainda vinculando a análise à memória discursiva, o que se retoma é a memória vinculada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula nasceu em Garanhuns no estado do Pernambuco em 1945. Em 1952 viajou com sua mãe e os seis irmãos para a cidade de São Paulo em um pau-de-arara. Lá estudou e concluiu o curso de torneiro mecânico pelo SENAI, em nível técnico, integrando-se ao sindicato dos metalúrgicos posteriormente. Seus pais se separaram pouco depois de chegarem a São Paulo. Morou na periferia e, para sobreviver, vendia tapioca nas ruas. Teve problemas de relacionamento com o pai, o qual foi enterrado como indigente.

Diante desta sucinta exposição, deparamo-nos aqui com a personificação de um indivíduo que reflete um sujeito, vítima de preconceito no Brasil e que coloca em funcionamento toda uma memória sócio-histórico-ideológica: a do homem pobre, nordestino, sem curso superior e, portanto, considerado num certo discurso, *incapaz* de ocupar o cargo de maior importância do executivo. A própria Revista Veja, em artigo publicado no ano de 2002⁶⁰, logo após sua vitória presidencial, declarou que o mesmo venceu “a lógica que condenou tantos como ele à exclusão como o de ter virado de cabeça para baixo o *script* da trajetória política convencional”. Lula é a representação de um sujeito sócio-histórico marcado ideologicamente. Assim, em busca de compreender como o sujeito-enunciador se constitui ao significar o PT e os políticos a ele filiados, chama-nos atenção outro recorte enunciativo. A afirmação de

fantasia travestida de nobreza,

referindo-se à proposta partidária em abrir mão da candidatura própria à Presidência da República em 2010, ecoa a voz de um sujeito que se coloca em oposição ao sujeito descrito no parágrafo anterior: seria Lula um plebeu desejando ser nobre? Ou será que ele já se colocou como nobre (pois já foi eleito), mas não deveria sê-lo? As seguintes declarações parecem reforçar a tese de que ele não tem capacidade, ou as qualidades reais como descrito pelo sujeito em análise, para ocupar tal lugar (ser Presidente da República) devido à sua posição constituída sócio-historicamente:

⁶⁰ Extraído da Revista Veja, edição 1775, publicada em 30/10/ 2002.

O Partido dos Trabalhadores está vivendo um momento, digamos, *Second Life*, aquela brincadeira da internet em que as pessoas criam para si mesmas avatares com as qualidades que elas não possuem na vida real.

Ainda a utilização da locução adverbial *um momento* dá a ideia de temporalidade alusiva à temporalidade de um mandato presidencial.



Imagem 9

Certamente essa ideia de possuir qualidades virtuais é retomada na imagem imbricada à matéria. Há uma imagem dos avatares José Dirceu, José Genuíno, do Presidente Lula e de Ciro Gomes que, embora não sendo do PT, é aliado político, vestidos com terno e gravata em uma tela de computador. Neste ínterim, o presidente e seus companheiros estão diante de um dos símbolos mais importantes da nossa política, sinônimo de respeito e orgulho nacional: o Palácio do Planalto. É exatamente neste lugar que “somente” o presidente-avatar Lula aparece voando, ou seja, tem poderes e qualidades que ele realmente não possui na vida real. A imagem lembra a tela de um *videogame*.

Courtine (*apud* MILANEZ, 2006, p. 168) menciona que “toda imagem se inscreve numa cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Toda imagem tem um eco”. Dito de outra forma, nenhuma imagem é neutra, pois se vincula ao que lhe é exterior, a elementos dispersos no social, ao histórico, está ligada a outras imagens-discursos, é ideológica e ecoa sentidos. Se por um lado, os petistas têm poderes e qualidades neste mundo virtual, na prática, isso não aconteceria. Essa imagem é uma auto-imagem petista esboçada sob a ótica do sujeito-enunciador. É uma virtualidade em conseguir grandes feitos, somente em um mundo imaginário, pois no mundo real isso é impossível, não é verdadeiro. Em outras palavras, a

governabilidade de Lula só ocorreria no mundo virtual.

Esta imagem, somada aos jogos de palavras em tom motejador nas análises aqui apresentadas, produz efeito derrisório⁶¹, que é a associação do dichote com a agressividade. O humor aqui se revela tanto no poder de voar exclusivo de super-heróis como nos traços físicos avantajados: cada rosto proporcionalmente maior do que o normal, quase equivalente ao tamanho do tronco. Tudo isso em um cenário paradoxal, onde o que se espera de políticos vestidos em ternos bem alinhados é que mantenham um perfil policiado e distinto, todavia eles troçam. A caricatura, em contraste com o que a ordem do discurso solicita, subtrai-lhes a legitimidade.

Analizando a construção discursiva, pautados na noção de intericonicidade, compreendemos que os efeitos de sentido são possíveis a partir de uma memória que é retomada, a do sujeito-pobre-nordestino-sem-curso-superior em uma posição que deveria ser ocupada por alguém que não advém de tal conjuntura econômica e sócio-histórica. Segundo Pêcheux ([1975] 1988, p. 51), a imagem é um operador de memória social, sendo que comporta dentro dela um programa de leitura, um percurso escrito em outro lugar. Há ironia e irreverência no antagonismo criado diante do sujeito-capaz virtual *versus* o sujeito-incapaz do mundo real. A ironia é possível pela negação do que é afirmado ao colocar tais declarações no plano virtual, na *second-life*. Essa negação-afirmação perpassada pela memória acontece não somente no plano não-verbal, mas também no verbal, especialmente quando se utiliza de *layout* específico com espaçamento duplo dividindo o texto em duas partes (remontando à passagem virtual-real) separadas pelo enunciado:

Enquanto isso na vida real...

possibilitando esse efeito de sentido. O tom irônico que, na verdade, é constitutivo de embates ideológicos é revelador da posição-sujeito-enunciador.

Em sua *Second Life*, o PT é um partido ético, suas lideranças estão acima de qualquer suspeita e suas propostas têm legitimidade para resolver os grandes problemas do país.

Dito de outra forma: o PT (da realidade) *não* é ético, suas lideranças *são* suspeitas e, por último, suas propostas *não* têm legitimidade alguma para resolver os grandes problemas

⁶¹ Simone Bonnafoous (2003) discorre sobre o conceito de derrisão em *Sobre o bom uso da derrisão* em J. M. Le Pen.

do país. Ademais, quando é enunciado que

o Brasil esperava que o partido, constrangido, no mínimo anunciasse alguma medida contra a corrupção

é relevante a posição assumida pelo sujeito enunciador com a utilização do verbo esperar no pretérito-imperfeito do indicativo, demonstrando uma expectativa frustrada por parte do sujeito-Brasil. Mas, será que o Brasil realmente esperava alguma coisa? Será que os políticos mencionados não ficaram constrangidos? Será que toda a acusação não provada *a posteriori* não deixou ninguém incomodado? O sujeito enunciador fala em nome do país. Afirma que toda a nação se inscreve em uma posição contrária ao PT. Ora, é muito arriscado assumir isso, pois como o nosso país é tão grande, o é também nas diferenças sociais. Logicamente, as diferenças políticas e ideológicas co-existem. As heterogeneidades, sejam elas de qual natureza forem, se revelam no bojo da sociedade. Homogeneizar uma pseudo-opinião em nome de uma coletividade reforça a desidentificação do sujeito-enunciador com toda e qualquer proposta petista.

Outrossim, o enunciador “frustrado” se justifica pela ausência de medidas contra a corrupção. Ele marca e fortalece sua posição ao se colocar como porta-voz de uma coletividade. Não somente um ou outro esperava, mas *todos esperavam*. As posições imaginárias ocupadas posicionam *todos* de um lado, e o PT de outro. Assim, seus argumentos são fortalecidos, e o sujeito, autorizado a falar deste lugar, como aquele que não fala por si, mas que endossa a voz da coletividade, produz efeitos de credibilidade sobre seu próprio discurso e, em contrapartida, sobre seu referente, o descrédito por sua inércia.

EPÍLOGO: POR UMA ILUSÃO DE COMPLETUDE

A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita.

Mário Quintana

Começemos por considerações gerais sobre a pesquisa para, posteriormente, levantarmos pontos mais específicos verificados nas análises. Acreditamos que o próprio escopo teórico da AD não permite falarmos em conclusões, o que suporia um esgotamento de análise. Na verdade, as revisões teórico-metodológicas são constitutivas da disciplina. Afirmamos isso, pois, no desenvolver deste trabalho, percebemos diante do objeto, a teoria se impondo, reclamando procedimentos. Em AD não se fala em teoria pronta, formada. Pelo contrário, a aventura maior em enveredar-se por este percurso é que o discurso é atravessado pelas falhas, opacidades, contradições que lhe são constitutivas, ou, em outras palavras, por suas heterogeneidades.

Fazer análise de discursos não é simples: há a problemática da língua – língua e discurso não estão no mesmo nível –, há a questão da história: língua e história se fundem e são perpassadas pelo inconsciente. Pêcheux inquietava-se, nunca se contentava com o lógico, com o semanticamente estabilizado. Pelo contrário, buscou o caminho mais árduo no estudo dos sentidos dos discursos. Criou, analisou, alterou, apagou, refez, acrescentou, retificou, não concluiu... Neste trajeto, marcado por contradições teóricas diante das fendas permitidas pelas disciplinas, talvez fosse mais cômodo sucumbir e abrir mão do objeto *discurso* e integrá-lo à linguística, à história ou, quiçá, à psicanálise. Mas Pêcheux não se intimidou. Seus trabalhos foram marcados por rupturas e deslocamentos e sua morte o impede de continuar o projeto. A trajetória da AD, que é indissociável de seu fundador, traz à nossa memória as palavras de Guimarães Rosa:

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

(Guimarães Rosa)

A porta ficou aberta para nós. O desenvolvimento da teoria acompanhará os novos objetos que forem analisados, afinal teoria e metodologia em AD são indissociáveis. Ademais, outros estudiosos trouxeram relevantes contribuições para esta área do saber, em especial: Michel Foucault, Jean-Jacques Courtine e Jacqueline Authier-Revuz. Pensadores que definitivamente revolveram as estruturas da AD.

Em nossas reflexões aprendemos que, diferentemente do discurso político *stricto sensu* nas vias de Le Bart⁶² (1998), o sujeito enunciator que analisamos toma um lugar político partidário, não como um homem político, mas como se o fosse, defendendo seu(s) lugar(es) e utilizando-se de estratégias que, como contemplamos, atestam suas predileções partidárias.

Sobre os procedimentos de seleção do *corpus*, os mesmos obedeceram a alguns parâmetros. Primeiramente, a escolha da revista Veja, e então procedemos ao recorte temático que abarcou exclusivamente o escândalo do mensalão e, em segundo lugar, ao recorte temporal equivalente ao período entre junho de 2005 até dezembro de 2007, compreendendo artigos, imagens e capas a eles vinculados, publicados pela Revista Veja. Nas análises, consideramos a relação intrínseca entre os textos verbais e não-verbais que, ao nosso entender, possibilita melhor pertinência nos resultados.

No primeiro capítulo, discorremos sobre as noções de sujeito e sentido sob a perspectiva da Análise do Discurso de vertente francesa, lugar onde nos inserimos teoricamente. Importa, nesta concepção, o sujeito produzido sócio-historicamente. Em vista disso, os conflitos presentes na exterioridade se revelam nas inscrições ideológicas dos discursos dos sujeitos e atestam os lugares ocupados pelos mesmos. Em relação ao sentido, para a AD, o mesmo é tido não como fixo e imanente, mas movente e determinado pelas posições ocupadas pelos sujeitos. Trazemos para a pesquisa, a noção de identidade pautada nos estudos culturais, com o intuito de agregar elementos que coadunam com a noção de sujeito segundo a perspectiva discursiva. A este respeito, Hall (2006) afirma, por exemplo, que a identidade é relacional. A identidade do outro é assinalada tomando a si próprio como referência. Por extensão, compreende-se que o sujeito toma o outro, também, como referência, construindo lugares e posições para si. Neste íterim, a demarcação de “fronteiras” constituídas tanto pelas relações, quanto pelas diferenças, ajudaram-nos a compreender as construções identitárias do sujeito sob análise. A segunda parte deste capítulo destinou-se à caracterização do discurso político, dada a relevância deste tipo de discurso, tanto na fundação

⁶² Conforme pontuamos no capítulo sobre o discurso político, para Le Bart (1998) o discurso político é definido como aquele produzido pelos homens políticos ou mulheres políticas.

da AD como disciplina, como pela temática da pesquisa. Após traçarmos seu percurso, iniciado por Pêcheux no final da década de 1960, e desenvolvido até o início da década de 1980, época de sua morte, avançamos no sentido de observar elementos constitutivos desse tipo de discurso até abicar pesquisas contemporâneas tanto na França quanto no Brasil.

No segundo capítulo, dedicamos o primeiro tópico aos conceitos de história e memória, essenciais em uma pesquisa inscrita nesta visada teórica. Assim, apesar de compreender que muitos trabalhos em AD, especialmente na França, não contemplam o aspecto histórico dos discursos, propusemo-nos seguir os passos deixados por Pêcheux. Os sentidos se deslocam na História, se movimentam, e ativam memórias. Sobre a memória, observamos que a mesma concerne à existência histórica do enunciado e implica a retomada no presente de enunciados produzidos no passado. Mas não somente, ela produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados, conforme pontua Gregolin (2007b, p. 159). Ainda sobre memória, tratamos, no segundo tópico desse capítulo, sobre as imagens. O conceito de intericonicidade foi apresentado e incluímos a noção de policromia que possibilita a apreensão das relações dos operadores discursivos no âmbito imagético. Refletindo sobre as novas tendências, pontuamos acerca da nova forma de discurso político que “deixou de ser prioritariamente verbal” (COURTINE, 2006, p. 84-85). Atualmente, *softwares* de tratamento de imagens usados pelas *media* possibilitam a confecção de qualquer produto visual. Desse modo, como a construção de sentidos nesse suporte midiático não se dá separadamente – imagem e texto se somam na produção dos sentidos –, buscamos contemplar os espaços discursivos criados pelo sujeito-enunciador, atentando-se tanto para o verbal como o visual conjuntamente. Na terceira parte desse capítulo, refletimos sobre a noção de poder sob a ótica de Foucault. O poder, inerente aos discursos, se estabelece nas relações e se revela nas práticas discursivas. Esta noção, essencial nas análises, permitiu-nos verificar algumas das estratégias e técnicas das quais o sujeito-enunciador lança mão ao mobilizar determinados enunciados quando significa o Partido dos Trabalhadores.

No terceiro capítulo, procedemos à análise dos sete artigos que compuseram o *corpus* da pesquisa. Em *Nocaute*, primeiro artigo analisado, vislumbramos a ênfase no fim do partido se construir a partir do título da matéria. Nesses discursos, a competitividade advinda da formação discursiva esportiva – a qual demarca os lugares do vencedor e/ou perdedor de modo claro –, é inserida no discurso do sujeito e atesta, sob essa ótica, a posição ocupada pelo partido no momento. A indolência de Lula diante de uma pretensa reforma ministerial ganha mais espaço do que sua inocência declarada por Jefferson. Somado a isso, a abordagem irônica ao narrar os acontecimentos sobre a saída do “Zé” evidencia a presença do Outro no

discurso do sujeito e aponta suas inclinações partidárias. Todos esses discursos são perpassados pela construção de efeitos de verdade sobre si, e corroboram com a desqualificação de seu referente. No procedimento analítico deste tipo de objeto, percebemos a importância de se considerar todos os seus elementos constituintes. Nesse sentido, a relação da capa – a indagação –, com o título da matéria – já dentro da revista –, tornou-se indispensável para que pudéssemos realizar uma análise mais adequada dos enunciados.

Na análise de *O assalto ao Estado*, percebemos que o enunciador lança mão de uma indagação, mas que soa como estratégia de interpelação dos (e)leitores. Há um questionamento: “qual deles é o presidente?” imbricado a uma imagem. Mas, na própria materialidade linguística o enunciador apresenta a “resposta” – contrária à posição do outro – e, ainda sim, traz a voz do presidente petista para refutá-la, e, por conseguinte, deslegitimá-la. Este recurso discursivo cria a ilusão de diálogo com o enunciatário, e permite-lhe ter a ideia de participação, e de “iniciativa” às indagações propostas pelo enunciador. Posteriormente, percebemos na realização das outras análises que isso se apresentou com certa regularidade. Este direcionamento apresentou-se explícito na materialidade linguística ou foi corroborado por outros elementos não-verbais, dispostos conjuntamente com tais indagações. Ainda sim, na análise imagética, verificamos que certos sentidos só são possibilitados na junção das materialidades verbal e não-verbal. Nessa análise, vislumbramos que os vários televisores representam as várias facetas de Lula. Ainda neste artigo, utilizando um *dicionário da crise* como pretexto para explicá-la, o enunciador marca sua posição-sujeito e seus discursos, permeados pela ironia, concorrem para a desqualificação do outro.

As cores da crise possibilitou-nos verificar que o sujeito enunciador, por meio de suas tomadas de posição, recorre ao passado e, portanto, retoma uma memória discursiva como condição para (re)construção do presente. Assim, como a memória “visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 52), nesses moldes, a crise do mensalão, como acontecimento presente, é avizinjado à crise do governo Collor, e com esta estabelece co-relações. Desse modo, considerando o fato de que todo discurso sempre acontece no interior de outros discursos (GREGOLIN, 2007b), por meio de retomadas tanto no plano verbal quanto no plano imagético, o acionamento da memória sobre a queda de Collor impulsiona a proposta de *impeachment* ao governo Lula na atualidade. Ademais, a presença do Outro se evidencia no tom irônico em que se atribui uma voz que não fora falada por Lula, ou mesmo no plano não-verbal, por meio do retoque da imagem em que o político é deslocado para outro espaço, indicando uma sua fuga proposital da responsabilidade. Nestas reconfigurações em que há a diluição do outro no um, exemplos

de *heterogeneidade mostrada não marcada* nos moldes postulados por Authier-Revuz, explicita-se, concomitantemente, o exercício de poder por parte do enunciador.

É relevante a ligação entre as observações pontuadas nessas análises e o artigo *A agonia de um partido*, publicado em intervalo de apenas uma semana, que ratifica a pressuposição de que Veja se posiciona em um lugar antagônico ao PT e nega suas propostas. Uma vez que o poder é o modo de ação de alguns sobre outros; partindo dessa premissa e tomando-o como centro catalisador das análises, na relação entre o verbal e o visual, chamou-nos atenção a diagramação da capa que possibilita, graças às peculiaridades deste suporte midiático, a ideia de abafamento da voz de Lula. Seu pronunciamento à nação é deslocado e se torna uma “defesa”: construção discursiva possibilitada pelo *layout* empregado pelo veículo de comunicação. Por meio das cores utilizadas – em especial, o amarelo robusto do lexema “*Impeachment*” –, o semblante circunspecto do político, e a própria materialidade linguística, estes discursos regidos por coerções (FOUCAULT, [1971] 1996), cujas acusações ao partido são realçadas, apontam para uma única assertiva: O PT acabou. Compreendemos, também, que a disposição destes dizeres produz outros sentidos. A disposição da imagem do rosto de Lula, ladeada por estes enunciados (bem como seu conteúdo), permitiu-nos compreender a correlação do presidente com a corrupção, o que marca sua posição-sujeito.

A análise de *Da utopia ao caos* possibilitou-nos visualizar traços identitários constitutivos do sujeito-enunciador, cujos discursos são permeados por regularidades em que a debilidade do outro é elemento constituinte. O panorama do partido é projetado: sua criação foi uma *utopia*, o *caos* é a condição em que o mesmo se apresenta, e o futuro pouco promissor atesta sua desqualificação política e corrobora, senão com a ideia de *impeachment* enunciada inúmeras vezes nas edições anteriores, ao menos teria poder de refletir em uma possível falácia nas urnas em 2006. Ainda sim, compreendendo ser o discurso político o lugar onde se exercem os mais terríveis poderes (FOUCAULT, ([1971] 1996, p.10), o enunciador traz a voz de Chauí, militante petista, não somente para contestá-la, como também para desqualificá-la, ironizando-a. Seu forte engajamento possibilita a refutação direta do enunciador a este indivíduo, cujos dizeres atestam sua posição-sujeito, e com o qual o sujeito-enunciador se desidentifica.

Os princípios reguladores que permearam as análises empreendidas até aqui apontaram para a impotência do partido em questão. Em *A agonia de um partido*, enunciados como “esse comportamento reduziu as chances de sobrevivência do PT”, “acabou”, “o PT caminha agonicamente para o fim”, “o PT morreu”, “o castelo de areia ruiu”, “essa situação é irreversível” nortearam os discursos do sujeito. Em *Da utopia ao caos*, o “vidro”, os

“escombros”, os “alicerces podres” emergiram como metáforas acerca da constituição do mesmo. Sobre este último artigo, tais sintagmas irromperam nos discursos do enunciador em um momento em que o mesmo suspendeu a problemática do mensalão para “contar a história” do partido. Os recortes analisados, constituindo recortes do real, possibilitaram-nos compreender o funcionamento destes discursos, seus atravessamentos de cunho ideológico possibilitados pela conjuntura político-social do momento.

As considerações arroladas em *O candidato dos pobres*, penúltima análise da pesquisa, permitiu-nos evidenciar as relações que o sujeito-enunciador estabelece entre as classes alta e baixa. O pobre, para o enunciador, é *atrasado, ignorante*, um grupo de pessoas influenciáveis e que apoiam o partido de Lula. Em contrapartida, a classe alta vota pela *moralidade administrativa, pela ética e pela boa condução da economia*. Nestes discursos, a crítica ao pobre e o encômio ao rico, constroem lugares a partir dos quais o sujeito se posiciona. Ademais, ao tratar de projetos sociais como bolsa-família e bolsa-escola, a crítica permeia os discursos do sujeito. Tais programas só existem como meio de compra indireta de votos.

Compreendendo que o sujeito se constitui pelas posições discursivas que assume, pelos entrecruzamentos com a linguagem, com a memória, e com a história; na última matéria, *A second-life do petismo*, as análises revelaram o sujeito em um lugar de disputas e confrontos. Sua constituição se dá nessa posição de produção de verdades que atesta o aspecto positivo do poder. Estas observações nos remetem novamente a Foucault (1977, p. 172), que afirma:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

O sujeito inscrito em relações de poder, se faz conhecido neste ínterim: a ideia dos *avatares* do jogo político da realidade, o *faz-de-conta*, o *delírio*, a *alucinação* são elementos que permeiam os discursos deste sujeito, em posições onde se afirma o que se nega, cuja negação do mundo real pelo virtual significa estar no mundo real vivendo uma realidade virtual. Compreendendo que as relações de poder são exercidas por meio de práxis discursivas, ou seja, pela “ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 1984, p. 242), esta virtualidade ou, *second-life*, é o espaço onde a identidade deste sujeito alheio aos anseios e necessidades populares é construída. Os elementos verbo-visuais reforçam a ideia de fantasia e, nesse sentido, o sujeito não preexistente ao discurso, mas como construção do discurso, se

encontra em relação de embate, de ridicularização do outro.

Por fim, as regularidades que permearam esses discursos possibilitaram-nos evidenciar aspectos relativos à constituição do sujeito. Diante do *corpus*, chamou-nos atenção, também, a necessidade de novos dispositivos teóricos que possam sustentar futuras análises das materialidades contemporâneas. Desejaríamos arriscar e avançar um pouco mais nesse sentido, especialmente com o material que tivemos em mão, cujas análises revelaram-se prazerosas. Todavia, ativemo-nos ao trabalho exposto em face da delimitação temporal para conclusão desta Dissertação. Ainda sim, sob dada ilusão de completude, acreditamos ter respondido satisfatoriamente às questões de investigação propostas no início desta pesquisa.

REFERÊNCIAS:

ACHARD, Pierre *et al.* **O papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. (Introdução, Memória e Produção Discursiva do Sentido; a Imagem: uma arte de memória). p. 7-47.

ALTHUSSER, Louis P. [1967]. **Aparelhos ideológicos de estado.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 127 p.

AQUINO, Maria Aparecida. 1964-2004: um olhar retrospectivo. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 158, 2004. p. 37-58.

ARISTÓTELES. [384 a.C – 322 a.C.]. **A política.** São Paulo: Editora Martins Fontes. 2006, 348 p.

AURÉLIO: o mini-dicionário da língua portuguesa. 6. ed. revista e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004. 896 p.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. [1983]. Heterogeneidades enunciativas. Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: **Caderno de estudos linguísticos.** n. 19, Campinas: 1990. p. 25-42.

_____. [1982]. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva – elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade:** um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDUCPUCRS, 2004. p. 11-80.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 314 p.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade.** Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política.** 12 ed. Brasília: EDUnB, 2002.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: Editora Claraluz, 2003. p. 35-48.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. 316 p.

_____; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural (Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura.** 2. ed. São Paulo: Edição Liberdade, 2002. p. 229-253.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A Escrita da História** – novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1992. p. 7-37.

CONTI, Maria Aparecida. **Calabar, o elogio da traição: Drama da memória ou trama na história?** Dissertação de Mestrado, UFU/ Uberlândia, 2007. 119 f.

COURTINE, Jean-Jacques. [1990]. O discurso inatingível: Marxismo e Linguística (1965-1985). Tradução de Heloísa M. Rosário. In: **Cadernos de tradução** – n. 6/jun. 1999. Porto Alegre: 1999. p. 5-18.

_____. [2003]. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: Editora Claraluz, 2003. p. 21-34.

_____. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Editora Claraluz, 2005. p. 25-32.

_____. **Metamorfoses do discurso político**. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006. 157 p.

_____. [1981]. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2009. 250 p.

DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 142 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007a. 110 p.

_____. **(Re)Tratos Discursivos do Sem-Terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007b. 188 p.

_____; SANTOS, João Bôsko Cabral dos (Org.). A noção de enunciado em Foucault e sua atualidade na AD. In: **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 47-67.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1997. 93 p.

FONSECA, Márcio Alves da. [1995]. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2003. p. 21-38.

FOUCAULT, Michel. [1982]. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica** – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p. 229-249.

_____. [1969]. A Escrita de Si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagem, 1992. p. 129-160.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. [1982]. As técnicas de si. In: **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. v. IV, p. 783-813, por Wanderson Flor do Nascimento e Kátia Neves. Disponível em www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault.

_____. [1969]. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995. 239 p.

_____. [1971]. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79 p.

_____. [1982]. Subjetividade e verdade. In: _____. **Resumo dos cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 107-115.

_____. [1972]. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 407 p.

_____. [1983]. “Outros Espaços”. In: MOTTA, M. (Org.). **Michel Foucault: Estética: Literatura e Pintura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos v. III).

_____. [1979]. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 296 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____ (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2003. p. 9-20.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso** – Diálogos e Duelos. São Carlos: Editora Clara Luz, 2004. 220 p.

_____. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006. p. 19-34.

_____. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. SANTOS, João Bôsco Cabral dos (Org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007a. p. 23-46.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007b. p. 155-168.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

INDURSKY, Freda. Da ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: ____; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do**

Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. 1999. p. 173-188.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? Trabalho apresentado durante o II SEAD, Porto Alegre, 2005. Disponível no site:

<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/freda.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2010.

LE BART, Christian. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1998.

LONARDONI, Marines. O Discurso da ascensão, auge e queda de Antônio Palocci, na ótica das capas de Veja. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006. p. 109-128.

MACHADO, Roberto. [1979]. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 296 p.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 68-92.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de Leitura**. Da história no discurso. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997. p. 15-28.

_____. [1990]. **A Inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas, IEL/UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado.

MENEZES, William Augusto. **Evento, jogo e virtude nas eleições para presidência do Brasil - 1994/1998**. Fale/ UFMG. Tese de Doutorado, 2004.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago – memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudo do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006. p. 153-179.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis; SARGENTINI, Vanice (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Editora Claraluz, 2004. p. 97-130.

NAVARRO, Pedro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia – a cultura do espetáculo**. São Carlos: Editora Claraluz, 2003. p. 111-124.

_____. O Pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: ____ (Org.). **Estudo do texto e do discurso – mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006. p. 62-92.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: Discurso na Cidade e no Campo**. São Paulo: Editora Cortez, 1989. 151 p.

_____. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1995. 184 p.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcineli Orlandi *et al.* Campinas: EDUNICAMP, 1988. 317 p.

_____. [1969]. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990. p. 311-318.

_____. [1983]. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. [1983]. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. 68 p.

_____. [1981]. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2009. p. 21-26.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 367 p.

_____. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 243-257.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004. V. 3, p. 353-392.

PRADO FILHO, Kléber. Ontologia e ética no pensamento de Michel Foucault. In: Zanela, A. V. (Org.). **Psicologia e práticas sociais**. 1. ed. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2005. p. 68-77.

QUINTANA, Mário. **Do caderno H**. São Paulo: Editora Globo, 1973.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 2. ed. Trad. Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 72 p.

ROBIN, Régine. **História e Linguística**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973. 328 p.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963. 508 p. (citação na p. 57)

SARGENTINI, Vanice. A Descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: _____. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.) **M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77 - 96.

_____. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 35 - 44.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1971. 279 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 133 p.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. **Discurso e imagem**: perspectivas de análise do não-verbal. In: Ciberlegenda - Revista eletrônica da UFF. n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm> [Comunicação apresentada no 2º Colóquio Latino-americano de Analistas Del Discurso, La Plata em Buenos Aires, agosto/1997].

THE HUTCHINSON ENCYCLOPAEDIA: The Millenium Edition. Helicon Publishing, 1999. p. 303-304.

VEJA. Carta ao leitor. In: **Revista Veja**. Edição: 1891, 16/07/2003. São Paulo: Editora Abril, 2003.

_____. Nocaute. In: **Revista Veja**. Edição: 1910, 22/06/2005. São Paulo: Editora Abril, 2005.

_____. O assalto ao Estado. In: **Revista Veja**. Edição 1911, 29/06/2005. São Paulo: Editora Abril, 2005.

_____. As cores da crise. In: **Revista Veja**. Edição 1917, 10/08/2005. São Paulo: Editora Abril, 2005.

_____. A agonia de um partido. In: **Revista Veja**. Edição 1918, 17/08/2005. São Paulo: Editora Abril, 2005.

_____. Da utopia ao caos. In: **Revista Veja**. Edição 1923, 21/09/2005. São Paulo: Editora Abril, 2005.

_____. O candidato dos pobres. In: **Revista Veja**. Edição 1943, 15/02/2006. São Paulo: Editora Abril, 2006.

_____. *A second-life* do petismo. In: **Revista Veja**. Edição 2025, 12/09/2007. São Paulo: Editora Abril, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 7-72.

Sites pesquisados:

BBC de Londres. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/radio4/history/inourtime/inourtime_20050714.shtml Acesso em 02 de outubro de 2009.

MAQUIAVEL. http://www.classicitaliani.it/machiav/mac64_let_05.htm. Acesso em 1º de julho de 2010.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Disponível em: http://file:///site/livros_gratis/manif_esto_comunista.htm. Acesso em: 14 de junho de 2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: http://www.pt.org.br/portalpt/index.php?option=com_content&task=category§ionid=21&id=183&itemid=319. Acesso em: 16 de março de 2009.

REVISTA VEJA. Disponível em: <http://vejaonline.abril.com.br/notitia/servlet/newstorm.news.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1>. Acesso em: 20 de abril de 2009.

WIKIPEDIA. Disponível em: www.pt.wikipedia.org. Acesso em: 30 de abril de 2009.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ONOMÁSTICO:

- A** ACHARD, Pierre, 19, 50, 123
ALTHUSSER, Louis, 18, 19, 33, 39, 61, 62
AQUINO, Maria Aparecida de, 85
ARISTÓTELES, 40, 44, 114
AUTHIER-REVUZ, Jacqueline, 17, 19, 24, 29, 33, 35, 36, 37, 61, 79, 80, 90, 100, 101, 108, 130, 132
- B** BAUMAN, Zigmunt, 19, 28, 29
BOBBIO, Norberto, 44
BONNAFOUS, Simone, 127
BOURDIEU, Pierre, 15, 19, 43, 45, 112
BURKE, Peter, 19, 52
- C** CONTI, Maria Aparecida, 32
COURTINE, Jean-Jacques, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 66, 76, 100, 126, 130, 131
- D** De CERTEAU, Michel, 19, 53
- F** FERNANDES, Cleudemar Alves, 15, 19, 28, 32, 47, 54, 69, 70, 98, 118
FIORIN, José Luiz, 56
FONSECA, Márcio Alves da, 62
FOUCAULT, Michel, 14, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 75, 77, 78, 85, 86, 101, 108, 110, 117, 118, 120, 121, 124, 130, 131, 133, 134
- G** GREGOLIN, Maria do Rosário, 19, 33, 37, 41, 42, 52, 55, 61, 131, 132
- H** HALL, Stuart, 16, 19, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 67, 72, 73, 101, 109, 116, 117, 118, 130

I INDURSKY, Freda, 19, 36, 41, 56,

L LE BART, Christian, 40, 43, 130

LONARDONI, Marines, 108

M MACHADO, Roberto, 62

MALDIDIER, Denise, 19, 37, 38, 41

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa, 41

MENEZES, Willian Augusto, 54

MILANEZ, Nilton, 17, 42, 54, 55, 126

N NAVARRO, Pedro Luis, 19, 27, 42, 57

O ORLANDI, Eni, 19, 20, 21, 49, 56, 57, 66, 113, 114, 124

P PÊCHEUX, Michel, 13, 15, 16, 19, 21, 24, 25, 26, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 50,

51, 53, 57, 59, 61, 68, 69, 94, 107, 122, 123, 127, 129, 131, 132

PIOVEZANI, Carlos, 19, 42, 43, 45, 46, 56, 80, 102, 108, 111

POSSENTI, Sírio, 50

PRADO FILHO, Kléber, 32

Q QUINTANA, Mário, 129 (citação)

R ROBIN, Régine, 40

ROSA, João Guimarães, 129 (citação)

S SARGENTINI, Vanice, 42
SAUSSURE, Ferdinand de, 16, 30, 31, 32
SILVA, Tomaz Tadeu da, 19, 30, 100, 112
SOUZA, Tânia Conceição Clemente de, 17, 19, 24, 54, 57, 58, 60, 95

W WOODWARD, Kathryn, 29, 100, 115

ANEXOS

ÍNDICE DOS ANEXOS

1	<i>Nocaute</i> Edição 1910 publicada em 22/06/2005.	I
2	<i>O assalto ao Estado</i> Edição 1911 publicada em 29/06/2005.	XIX
3	<i>As cores da crise</i> Edição 1917 publicada em 10/08/2005.	XXXII
4	<i>A agonia de um partido</i> Edição 1918 publicada em 17/08/2005.	L
5	<i>Da utopia ao caos</i> Edição 1923 publicada em 21/09/2005.	LXII
6	<i>O candidato dos pobres</i> Edição 1943 publicada em 15/02/2006.	LXVIII
7	<i>A second-life do petismo</i> Edição 2025 publicada em 12/09/2007.	LXXII

ANEXOS:

1. Edição 1910 publicada em 22/06/2005.



Nocaute

Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé", José Dirceu deixa a Casa Civil

.....
Otávio Cabral

Lula Marques/Folha Imagem



A DECISÃO MAIS DIFÍCIL

Os companheiros Lula e Dirceu: o presidente diz que aceitar a saída do ministro foi sua "decisão mais difícil" em trinta meses de governo

Há trinta meses, José Dirceu de Oliveira e Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto e, fiel à sua história de militante cassado e exilado, fez de seu notável triunfo político um emocionado tributo aos que tombaram na luta contra a opressão. Na quinta-feira passada, José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos, saiu do Palácio do Planalto pela porta dos fundos, sob o peso da acusação de comandar o mensalão, apelido da mesada de 30.000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados. No discurso de despedida, ecoando o lamentável estilo dos políticos ortodoxos flagrados com a boca na botija, José Dirceu disse que saía de "mãos limpas" e "cabeça erguida". O anúncio da demissão do ministro foi ainda precedido por uma cena melancólica. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, pediu a demissão de Dirceu. "Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula." E, olhando para a câmara de televisão, aduziu: "Rápido, sai daí rápido, Zé!". Cinquenta horas depois disso, o que aconteceu? O Zé saiu. Informado da demissão por telefone, Jefferson deu gargalhadas.

Veja também

NESTA EDIÇÃO

- ▶ O homem da mala dos petistas
- ▶ A ópera de Jefferson no Congresso

A cronologia da demissão de Dirceu sugere que o governo, ao mesmo tempo em que tenta desqualificar Jefferson e suas denúncias, não consegue esconder que o deputado exerce algum poder sobre o próprio governo e os petistas mais estrelados. Ao depor no processo de cassação de seu mandato, Jefferson procurou comportar-se como se fosse um, digamos assim, gigante da baixa política: confessou crimes que ele próprio cometeu, desmentiu mentiras que ele próprio contara antes e distribuiu acusações abertas a cinco ministros e sete deputados. Fez questão de inocentar o presidente Lula – "um homem de bem, honrado, simples, correto" – e acusar o que chamou de "cabeça do PT", composta, além de José Dirceu, pelo presidente José Genoíno, pelo secretário-geral Silvio Pereira e pelo tesoureiro Delúbio Soares. Apontou ainda o suposto operador do mensalão, o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, que seria responsável por transitar com malas de dinheiro ([veja reportagem](#)). Numa das várias tentativas de purificar-se banhando-se em sua própria lama, Jefferson contou que a bancada do seu honrado PTB chegou a votar –

votar! – se queria ou não receber o mensalão de 30.000 reais.

Celso Junior/AE



Ed Ferreira/AE



AS EVIDÊNCIAS

Reunião da CPI dos Correios e o deputado José Janene (à esq.): sinais cada vez mais evidentes de que havia, sim, mensalão

Seus petardos mais devastadores, no entanto, foram dirigidos contra José Dirceu e José Genoíno. Jefferson admitiu que mentira quando desqualificara uma reportagem publicada por VEJA em setembro de 2004, na qual se informava que a bancada do PTB estava irritada com o governo por razões financeiras. A revista noticiara que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas entregara só parte do dinheiro. Na semana seguinte à publicação, Jefferson desmentiu a reportagem "veementemente", mas agora confessou: o acordo existia, chegava a 20 milhões de reais e só 4 milhões foram pagos. Ele explicou que só desmentira tudo antes para "não atrapalhar a candidatura de Marta Suplicy", que então concorria à reeleição para a prefeitura de São Paulo. Ao fazer a confissão, Jefferson comprometeu a si próprio e a Dirceu e Genoíno. Sobre Genoíno, disse que, ao receber malas de dinheiro do PT, indagou como esquentariam a grana. Genoíno, despreocupadamente, teria dito que tudo seria acertado mais tarde com uma manobra contábil entre os dois partidos. Sobre Dirceu, contou que o ministro reclamara que o PT estava na penúria porque a Polícia Federal, "meio tucana", prendera dezenas de doleiros e "a turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil".

Ao encerrar seus trinta meses de governo acossado por denúncias de corrupção, José Dirceu assumiu seu posto como **uma glória do governo**, mas saiu de lá como sua tragédia. Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP – e, ao executar sua estratégia, produziu um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão. "José Dirceu acabou vítima de si próprio", analisa o filósofo Roberto Romano, professor de ética política da Universidade Estadual de Campinas. "Procurou Roberto Jefferson, que jamais cairia naturalmente no colo de um governo petista, e acabou destruído por ele. Era uma aliança nos moldes da máfia, que não tinha como acabar bem." Na Casa Civil, a **turma de Dirceu** ficou conhecida como o pedaço mais contaminado do governo. Waldomiro Diniz, um de seus principais assessores, responsável pela negociação de cargos e emendas com deputados e senadores, caiu em fevereiro do ano passado ao ser pilhado num vídeo em que pedia propina a um empresário de jogos. Marcelo Sereno, seu assessor especial, deixou o governo sob a acusação de que fora alertado sobre as tramóias de Waldomiro Diniz e nada fizera para contê-las.

Cristiano Mascaro

Agora, cai o próprio José Dirceu, também com água até o pescoço em um mar de suspeitas. E vai juntar-se a seus aliados mais fiéis dentro do PT, todos igualmente sob a mira das denúncias de ajuda financeira eleitoral clandestina e pagamento de mensalão: José Genoíno, Silvio Pereira e Delúbio Soares. A seus interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito embora pontuada por atritos e divergências, foi "a decisão mais difícil" de seus trinta meses de governo. É até compreensível que tenha sido assim devido tanto à dificuldade do presidente em demitir quem quer que seja – pior ainda quando a demissão é um corte na própria carne – quanto à importância que Dirceu assumiu dentro do governo desde o momento da posse. "O Dirceu foi a pessoa mais importante do governo", diz o líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, escalado para o delicado cargo de presidente da CPI dos Correios. "Ele não tinha crise de consciência, segurava o PT, mostrava ao partido claramente o ônus e o bônus de ser governo. Se a dissidência foi tão pequena foi graças ao Dirceu."



OUTRA ORIGEM
Dirceu, quando militava no movimento estudantil, antes do exílio em Cuba: diferente de Lula

Com a saída de José Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: **salvar seu governo e preservar sua biografia**. Até agora, não apareceu uma prova da existência do mensalão. Mas os indícios de que o troca-troca partidário na Câmara era movido por impulsos pecuniários não param de pipocar. O deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás, por exemplo, é um dos acusados por Jefferson de receber o mensalão. Mabel nega com veemência, mas, coincidentemente, em março passado, demitiu seis funcionários de seu escritório político em Goiânia – cada um recebia cerca de 5.000 reais. Dois dos demitidos contaram a VEJA que o deputado, ao dispensá-los, alegou que a fonte de onde vinham os recursos secara. José Janene, do PP do Paraná, também nega ter embolsado mensalão, mas até o ex-tesoureiro de seu partido, Benedito Domingos, sentiu-se à vontade para vir a público e dizer que um "zunzunzum" dá conta de que o mensalão era distribuído no apartamento de Janene. "A casa do Janene era chamada de pensão", disse Benedito Domingos em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Já apareceram indícios de que o mensalão também circulava dentro do honrado PTB, aquele partido cuja bancada – nunca é demais lembrar – levou a voto a proposta da mesada. Em maio de 2003, três deputados filiados à época ao PSDB foram avisados pelo então presidente do partido, José Aníbal, de que poderiam ser expulsos da legenda porque vinham votando com o governo. Os três pediram socorro a José Dirceu. Não se sabe o que aconteceu na Casa Civil, mas o fato é que, no mês seguinte, os três procuraram os líderes tucanos e disseram o seguinte: topariam ficar no PSDB, e não votar mais com o governo, se recebessem o mesmo que lhes foi oferecido para bandear-se para o PTB: 30.000 reais por mês mais uma quantia entre 300.000 e 500.000 reais para honrar dívidas, além de um cargo na hidrelétrica de Furnas. VEJA confirmou a história com três líderes tucanos. Os deputados negam. "Quem falou isso é um irresponsável", diz Jovair Arantes, filiado ao PTB desde 7 de agosto de 2003. "É uma tremenda acusação falsa", diz Salvador Zimbaldi, no PTB

desde 7 de agosto de 2003. Osmânio Pereira não foi localizado por VEJA. Ele filou-se ao PTB em 7 de agosto de 2003.

Além do escândalo do mensalão, o governo de Lula, agora que tenta inaugurar uma nova fase, também terá de lidar com a suspeita crescente de que permitia que os aliados se locupletassem em cargos públicos. Em seu depoimento, Jefferson confessou abertamente que os partidos só exigem cargos no governo com o objetivo de levantar dinheiro – e não, como diz o discurso da hipocrisia, para "ajudar o Brasil". Ele também admitiu, confirmando outra reportagem de VEJA, que realmente pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a extorquir uma gorda mesada ao PTB dos clientes da estatal. Essa confissão tem um significado especial, pois revela os métodos delinquentes do PTB – e quem mais? – para financiar suas campanhas e confirma o que dizia Maurício Marinho no célebre vídeo da corrupção nos Correios. Rememorando: Maurício Marinho dizia, no que depois chamou de "bravatas", que o PTB fazia indicações para cargos federais com o objetivo de arrecadar dinheiro. É precisamente o que Jefferson confirmou ao depor na semana passada em relação ao IRB. Era só no IRB?

É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada. "E agora, como é que fica meu governo?", comentou com interlocutores próximos. Lula está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso voltar a cortar na própria carne. Quer recuperar sua autoridade. Na semana passada, ele deixou evidente seu desgosto com a forma como vem sendo retratado em charges de jornais e em programas de humor – com desrespeito, em sua opinião. Em pleno choque de perder um auxiliar como Dirceu, Lula voltou a ameaçar desistir da reeleição. "Eu não sou Collor. Não sou Fernando Henrique. Não vou sujar minha biografia por causa de uma reeleição", desabafou. O complicado é que Lula **tem sido enfático apenas nas palavras**. Em seu programa quinzenal de rádio, disse que estava "indignado" com as denúncias de corrupção e prometeu que não sobrarão "pedra sobre pedra". Mas dois dos sete diretores afastados do comando dos Correios sob denúncias de corrupção foram contratados como "consultores" da nova diretoria sem que se tenha colhido um único indício de que ambos sejam inocentes. Na sexta-feira, voltaram a ser exonerados.

Com a saída de Dirceu, o presidente aproveitará para fazer uma reforma ministerial – panacéia que aparece em todos os momentos de dificuldade, mas que, até agora, **nunca saiu do papel**. Os meandros da reforma não estão decididos – há especulações variadas em torno de nomes e cargos, mas a direção das mudanças está definida. Lula quer aproximar-se da oposição, com a qual Dirceu queimou todas as possibilidades de dialogar. Para tanto, o presidente cogita trazer para o governo, ou colocar em cargos vitais, gente com bom trânsito nas hostes oposicionistas. É nesse contexto que surgiu na semana passada o nome do empresário Abílio Diniz, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, que seria convidado para um ministério – ora o Desenvolvimento Social, ora a Fazenda. Abílio Diniz é um freqüente interlocutor dos tucanos. "Estive com o presidente na terça-feira, mas não recebi nenhum convite", mandou dizer Abílio Diniz, por intermédio de sua assessoria de imprensa. Ele diz que, na conversa com Lula, apenas prometeu contribuir com o governo na condição de empresário.

Para enfrentar os tormentosos dias que virão, o presidente Lula também quer o que todo presidente sempre quer: reforçar sua base de apoio no Congresso Nacional. Para isso, Lula está tentando atrair o PMDB, que já tem dois ministérios no governo.

Mas, para o constrangimento de Lula e num sinal eloqüente da gravidade da situação, esse PMDB, celebrizado por sua voracidade fisiológica, começa a achar que, em vez de entrar ainda mais no governo, talvez seja a hora de sair inteiramente dele. A outra opção do presidente para reforçar a base parlamentar é despachar de volta para o Congresso alguns ministros que têm mandato parlamentar e podem exercer alguma influência na Casa. São cinco: Ricardo Berzoini (Trabalho), Aldo Rebelo (Coordenação Política), Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), Eunício Oliveira (Comunicações) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social). O desafio é quem colocar no lugar deles. Até a semana passada, o presidente não decidira se a nova equipe ministerial teria um perfil marcadamente político, para ajudar nas votações no Congresso, ou se seria preponderantemente técnica, para azeitar setores emperrados da máquina administrativa.

Entre os maiores conselheiros do presidente, a saída de José Dirceu não provocará alterações significativas. Os mais influentes tendem a permanecer sendo dois ministros. Um é Antonio Palocci, cujo festejado desempenho no comando da política econômica tem ampliado consideravelmente sua influência junto ao presidente. O outro é Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação, certamente o ministro que mais priva da intimidade de Lula. Em seus trinta meses de governo, José Dirceu vinha perdendo espaço para ambos. Não era um conselheiro influente, pois a área sob a qual tinha responsabilidade – a política num primeiro momento e, depois, a gerência administrativa do governo – não vinha exibindo os resultados desejados. E, além disso, não perdia uma oportunidade para fustigar a política econômica de seu colega Palocci. No início do governo, Dirceu simplesmente bombardeava a orientação econômica de Palocci. Agora, em seus derradeiros meses, vencido pelo sucesso da política econômica, pedia apenas correções pontuais nas metas de inflação ou na taxa de juros. Sua saída talvez traga mais tranquilidade à equipe econômica. Na sexta-feira, depois do anúncio de sua demissão, o mercado reagiu com total serenidade.

Ao contrário de Luiz Gushiken, José Dirceu nunca teve uma relação de amizade com o presidente Lula. Os dois são de origens distintas. Dirceu começou a militância política no movimento estudantil, presidiu a União Estadual dos Estudantes, foi exilado, treinou guerrilha em Cuba, fez cirurgia plástica para viver clandestinamente no Brasil da ditadura militar. Já o presidente entrou na política pelo meio sindical, sempre foi mais pragmático, nunca viveu na clandestinidade e, em vez de ficar absorvido pela burocracia partidária e pelas articulações de bastidores, sempre preferiu o contato com a massa e sua posição de liderança popular. Entre eles há respeito, admiração – mas há, sobretudo, hierarquia. Agora, de certo modo, Dirceu volta à sua origem. Ao reassumir seu mandato parlamentar, também volta a lidar com a burocracia partidária como membro da cúpula do PT. E Lula mantém-se o homem das massas. Na semana passada, ele recebeu uma boa notícia nesse terreno: as primeiras pesquisas de opinião pública feitas depois dos escândalos não afetaram sua popularidade. Lula conserva, por enquanto, o respeito popular que conquistou. Mas o estrago na imagem imaculada está feito. Tem conserto?

Os altos e...

1º de janeiro/2003

Roberto Castro/AE



ALIANÇA ANTIGA

José Dirceu com Lula: a relação é antiga, mas sempre foi pontuada por atritos e discordâncias

ASCENSÃO

Na posse do presidente Lula, José Dirceu sobe a rampa do Palácio do Planalto, ao lado do general Jorge Felix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, momento que define como "o mais importante" de sua carreira política.

Junho/2003

O SUPERMINISTRO

Tem sob controle quase 20 000 cargos de confiança na administração federal, coordena os ministérios e cuida da articulação política.

Dezembro/2003

CAÇA AOS INFIÉIS

Comanda a expulsão da senadora Heloísa Helena, que votou contra a reforma da Previdência. Também são banidos os deputados federais Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e Babá (PA).

...os baixos de Dirceu

Janeiro/2004

PODERES LIMITADOS

Na primeira reforma ministerial do governo, por sugestão do ministro Luiz Gushiken, Dirceu perde o comando da Coordenação Política para Aldo Rebelo. Passa a ser apenas o "gerentão" do governo.

Fevereiro/2004

CASO WALDOMIRO DINIZ

O braço-direito de José Dirceu é flagrado em um vídeo pedindo propina durante a campanha eleitoral de 2002. Pela primeira vez, o governo cogita a demissão do ministro.

Maio/2005

ESCÂNDALO DOS CORREIOS

VEJA revela uma rede de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. O deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, é apontado como o líder do esquema.

6 de junho/2005

MENSALÃO

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Roberto Jefferson denuncia o mensalão e diz que José Dirceu tinha conhecimento do esquema.

16 de junho/2005

Joedson Alves/AE



PELOS FUNDOS

José Dirceu, ao anunciar sua saída do cargo: contraste agudo de quem chegou pela rampa e saiu pela porta dos fundos

A QUEDA

Cinqüenta horas depois do depoimento de Roberto Jefferson

ao Conselho de Ética da Câmara, 33 dias após a primeira denúncia de VEJA e 898 dias depois de ser empossado ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu deixa o cargo.

As confissões



Na semana passada, o deputado Roberto Jefferson confessou ter mentido ao desqualificar o conteúdo de duas denúncias publicadas por VEJA. A confissão é a mãe de todas as provas. Seu valor é ainda maior quando o confessor não se exime de culpa, imputando a si próprio uma acusação criminosa. É o caso de Jefferson nas duas confissões em que, agora, confirma o que antes desmentira em relação às reportagens de VEJA. Na primeira, ele confessa um crime eleitoral, que pode lhe render até três anos de cadeia, por omitir informação à Justiça Eleitoral. Na segunda, ao pressionar um servidor público a extorquir clientes, Jefferson pode ser acusado de tráfico de influência, cuja pena máxima é de cinco anos de prisão.

O QUE VEJA PUBLICOU

Na edição de 22 de setembro de 2004, VEJA publicou reportagem na qual denunciava que o PTB estava se rebelando contra o governo por falta de dinheiro. A revista

informou que o PT comprara o apoio do PTB por 10 milhões de reais, mas só entregara parte do dinheiro. A reportagem dizia ainda que o acordo fora negociado por Jefferson com: José Genoíno, presidente do partido, e o então ministro José Dirceu, da Casa Civil.

O DESMENTIDO

Em nota oficial, o deputado Roberto Jefferson disse que a denúncia eram "maldosas insinuações" e garantiu que "não houve qualquer acordo financeiro entre o PT e o PTB, especialmente envolvendo o apoio às candidaturas de um ou outro partido. O acordo foi político".

A CONFISSÃO

Em seu depoimento ele confessou que mentiu: "Naquele momento, essa informação prejudicaria violentamente a campanha de Marta Suplicy". Jefferson disse que a mentira foi combinada com José Genoíno, presidente do PT. "Falei para o Zé Genoíno: 'Deixa que eu mato no peito isso'". Jefferson revelou que o valor do acordo era de 20 milhões de reais, e não de 10 milhões, como VEJA noticiara, mas o PT só pagou 4 milhões de reais.

O QUE VEJA PUBLICOU

Na edição de 25 de maio passado, VEJA publicou reportagem mostrando que Jefferson pressionara Lídio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a repassar 400 000 reais mensais ao PTB. O dinheiro deveria ser extraído em operações irregulares na estatal. Depois de um bom tempo sendo pressionado, por Jefferson e seu preposto, o corretor de seguros Henrique Brandão, Lídio Duarte resolveu deixar o cargo.

O DESMENTIDO

Jefferson fez silêncio sobre a acusação, mas o ex-presidente do IRB, Lídio Duarte, ao depor na polícia, negou tudo. Na semana seguinte, a edição de VEJA de 4 de junho traz as transcrições da gravação em que Duarte contava detalhes do esquema. "O partido (PTB) tem despesas com os diretórios, com as festas, com os jantares, com não sei o quê. Cada indicado tem que colocar 400 000 reais por mês", dizia Duarte.

A CONFISSÃO

Na semana passada, Jefferson admitiu que pressionava Lídio Duarte a arrancar dinheiro de clientes do IRB. Disse que esse fora um compromisso assumido por Duarte quando ganhou o cargo. "Ele disse que sentaria na presidência do IRB e ajudaria o PTB, que ele ia juntar de cinco a seis brokers, cada um daria 60 000 reais ao PTB, todo o mês. Nunca cumpriu a palavra que empenhou, mas eu assumo isso de público", disse Jefferson.

O pagador do mensalão

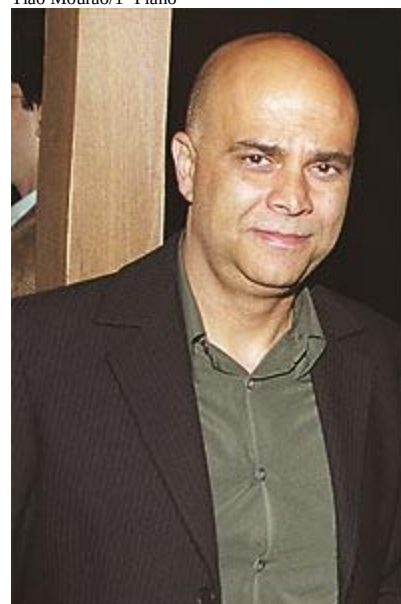
Quem é e como atua o lobista mineiro Marcos Valério, amigo do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Revelado por Roberto Jefferson, ele promete contra-atacar

.....
José Edward e Felipe Patury

O presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson, trouxe à luz na semana passada o nome de quem seria o pagador do mensalão para os partidos da base aliada do governo: o empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Jefferson disse que Marcos Valério era o operador do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, desde o início do governo. Ele distribuiria o mensalão com a ajuda do líder do PP, deputado José Janene. Em depoimento na Câmara, Jefferson deu mais detalhes. Contou que fechou um acordo pelo qual o PT daria ao PTB dinheiro para financiar sua última campanha municipal, como VEJA havia revelado em reportagem publicada em setembro do ano passado. Valério, "um carequinha falante", segundo Jefferson, teria levado malas recheadas com notas de 50 e 100 reais etiquetadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Rural. Em duas viagens, ele teria dado 4 milhões de reais ao presidente do PTB e prometido fazer mais quatro entregas iguais. Depois, teria acertado com o presidente do PT, José Genoino, uma forma de legalizar o dinheiro, o que nunca aconteceu.

Na última semana, Valério refugiou-se em sua casa em Belo Horizonte. Orientado por seus advogados, evitou a imprensa. Procurado por VEJA, declarou, por intermédio de um assessor, que Jefferson mentiu o tempo todo em seu depoimento: "Todas as acusações que o deputado me imputou são mentirosas. Vou desmascarar uma por uma no Congresso ou nos tribunais, que são os foros adequados". Valério antecipou a amigos parte de sua linha de defesa. Garante que estava nos Estados Unidos no período em que, segundo Jefferson, teria entregue 4 milhões de reais ao PTB. Para provar sua versão, ele dispõe de cópia das passagens aéreas e do voucher do hotel Hilton Times Square, em Nova York, onde teria se hospedado entre 9 e 17 de julho de 2004.

Tião Mourão/1º Plano



O LOBISTA VALÉRIO
Suas relações com o vice José Alencar e o deputado Virgílio Guimarães lhe abriram as portas da cúpula do PT

Veja também

NESTA REPORTAGEM

[As boas relações de Marcos Valério](#)

DOS ARQUIVOS DE VEJA

[Reportagens sobre corrupção](#)

Até o depoimento de Jefferson, Valério era um personagem conhecido apenas nas sombras dos ministérios. Apresentava-se e era apresentado como publicitário. Uma pesquisa mais aprofundada sobre sua vida, contudo, mostra que ele comprou participações em agências publicitárias sem nunca ter sido publicitário, e sim lobista do sistema financeiro. Valério compensava sua falta de experiência no ramo com a aptidão para a criação e o atendimento. **Criação de negócios e atendimento a poderosos, bem entendido** – nada a ver com aquelas duas áreas estratégicas da propaganda propriamente dita. Aos 48 anos, casado, pai de dois filhos, ele começou a vida como balconista de farmácia. Deu-se melhor no Bemge, o antigo banco oficial de Minas Gerais. Entrou na instituição como contínuo, chegou a gerente e a conselheiro da distribuidora de valores do mesmo banco. No fim dos anos 80, desembarcou em Brasília para trabalhar como "assessor informal" do então presidente do Banco Central, Elmo Camões. No organograma do BC, nunca existiu esse cargo. E Camões acabou perdendo o seu depois que se descobriu que seu filho estava envolvido em falcatruas do mercado financeiro. Após a experiência com Camões – por mares nunca dantes navegados, dizem alguns –, Valério passou a se apresentar como consultor do mercado financeiro. Sua tarefa era representar os bancos, principalmente os de Minas, nas suas negociações com o Banco Central. Foi só há nove anos que Valério entrou no mundo da publicidade. Ele descobriu que a SMP&B, uma agência de Belo Horizonte, atravessava dificuldades financeiras. Montou um plano para tirá-la do atoleiro e chamou o atual vice-governador de Minas, Clésio Andrade, do PL, para financiar a empreitada. Em 1997, Valério convenceu Andrade a comprar uma participação em outra agência mineira, a DNA, de propriedade de Daniel Freitas, sobrinho do vice-presidente José Alencar. Nos dois casos, Andrade adquiriu 50% do capital da agência e transferiu 10% para Valério como pagamento pelo seu trabalho. No ano seguinte, Valério comprou as duas participações de Andrade, que temia que as agências lhe trouxessem complicações na sua campanha para vice-governador. Hoje, Andrade se arrepende de sua sociedade com Valério. "Ele é um homem truculento que faz tudo para ganhar dinheiro", diz.



O TESOUREIRO DELÚBIO
Ele usou os serviços de Marcos Valério pela primeira vez na campanha de Lula. Os dois nunca mais se separaram

O vice-governador de Minas é um dos poucos que se queixam de Marcos Valério, que tem amigos espalhados por todos os cantos – um de seus principais talentos é sua habilidade de pular de galho em galho sem cair. Desde a época em que Sarney era presidente, tem se dado bem com qualquer governo. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, construiu uma sólida ponte com o ex-ministro das Comunicações Pimenta da Veiga. Com ele, a agência SMP&B passou a atender aos Correios. Valério permaneceu ligado aos tucanos até o início de 2002, quando o apoio de Pimenta à campanha de José Serra a presidente da República começou a esmorecer. Valério, então, se aproximou de Ciro Gomes, então candidato pelo PPS e hoje ministro da Integração Nacional. Desembarcou da campanha de Serra, mas não abandonou o amigo Pimenta da Veiga. A agenda de sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio, à qual VEJA teve acesso, mostra que o ex-ministro recebeu 50.000 reais do lobista em 2003 ([veja reportagem](#)).



SILVIO PEREIRA

Foi o primeiro contato do lobista Valério no PT. Eles voltaram a atuar juntos na defesa do banqueiro Daniel Dantas

Como Ciro não decolou, Valério procurou uma brecha para chegar ao PT no segundo turno da eleição presidencial. O caminho para a cúpula petista foi pavimentado pela sua sociedade com o sobrinho do vice-presidente José Alencar e por Virgílio Guimarães, para quem fazia de graça a campanha para deputado pelo PT. A campanha de Lula precisava saldar dívidas do primeiro turno. Valério aproveitou a oportunidade e firmou uma intensa amizade com o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Depois da vitória de Lula, Valério usou a agência DNA para fazer a campanha do petista João Paulo Cunha a presidente da Câmara dos Deputados. Ganhou a eleição e a conta de 9,8 milhões de reais da casa para sua outra agência, a SMP&B.

Na sucessão de João Paulo, fez oficialmente a campanha de outro petista, Luiz Eduardo Greenhalgh. Valério conquistou amigos graúdos no governo, mas continuava a recorrer ao amigo Virgílio Guimarães. "Ele é muito insinuante, tem uma maneira própria de nos envolver", diz o deputado. Com a ajuda de Guimarães, levou José Augusto Dumont, do Banco Rural, para uma reunião no Banco Central. Dumont era um porta-voz dos ex-banqueiros Armando Monteiro Filho, do Mercantil de Pernambuco, e Ângelo Calmon de Sá, do Econômico. A massa falida dessas instituições detém títulos públicos que interessam ao Banco Rural. Há cinco anos, eles pedem sem sucesso que o Banco Central autorize a venda desses papéis, um negócio de 5,5 bilhões de reais. O Banco Central não topou.

Em outra operação financeira, Valério e Dumont se uniram ao tesoureiro petista Delúbio Soares. O trio pretendia criar o Banco do Trabalhador, uma instituição que centralizaria a movimentação bancária de todos os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores. Um trabalho de primeira, como se vê. Já tinham até elaborado um projeto que deveria ser encampado por parlamentares petistas, como João Paulo Cunha e o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho. A idéia foi abandonada em abril do ano passado, quando Dumont morreu num acidente de automóvel. Delúbio compareceu ao enterro com um séquito de sindicalistas. Entre o fim de 2003 e o início de 2004, Valério e Delúbio tentaram colocar em prática outro plano ousado. Valério pretendia tocar um plano de campanha para as prefeituras pequenas e médias às quais o PT estivesse concorrendo. Elas teriam caixa único e uma estratégia comum. O plano chegou a ser implementado em algumas cidades do interior de São Paulo. O governo Lula foi generoso com as agências de Valério. Os gastos do Banco do Brasil com publicidade saltaram de 153 milhões para 238 milhões de reais entre 2003 e 2004, um aumento de 55%, bem acima do registrado nos anos anteriores. Cerca de 30% desse valor, 71,4 milhões de reais, foi parar nas mãos da DNA. O Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil cujo objetivo é emprestar dinheiro à população de baixa renda, também contratou a agência de Valério e gastou 24 milhões de reais com propaganda.



O ADVOGADO KAKAY
Antônio Carlos de Almeida Castro
convenceu José Dirceu a defender os
interesses de Daniel Dantas no
governo

Apesar de tantas atividades, Valério encontrou tempo para se meter na maior briga corporativa da última década – e hoje credita a isso uma parte dos ataques que tem recebido. Em 2004, a pedido do banqueiro Daniel Dantas, ofereceu-se para azeitar as relações do banco Opportunity com o PT. Dantas, dono do Opportunity, tornara-se inimigo figadal de boa parte do partido em 1998, quando comprou a Brasil Telecom com o dinheiro dos fundos de pensão estatais. Com a vitória de Lula, não queria cair em desgraça e pediu a Valério que o apresentasse a Delúbio. Em troca, a DNA de Valério conquistou as contas da Telemig Celular e da Amazônia Celular, ambas de Dantas. Delúbio encampou as teses de Dantas e passou a bombardear seus opositores no governo. Valério e Delúbio contaram com apoios de peso: do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, amigo do peito do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, e do secretário petista Silvio Pereira. No fim do ano passado, o quarteto quase conseguiu demitir o presidente da Previ, Sérgio Rosa, que comandava a guerra contra Dantas dentro do governo. Eles só não foram bem-sucedidos porque Luiz Gushiken, ministro da Comunicação do governo, impediu. Hoje, Kakay atua como um dos advogados de Dantas.

No ano passado, Valério rompeu com o Opportunity em circunstâncias ainda obscuras. As relações amistosas deram lugar a ameaças. A seus assessores, Valério atribuiu ao Opportunity as gestões para que sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio o denunciasse publicamente. Na semana passada, a revista *IstoÉ Dinheiro* publicou uma entrevista em que Karina revela a ligação de Valério com o governo e confirma as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre as malas de dinheiro do mensalão. "Já vi o boy sair com o motorista para tirar 1 milhão de reais do Banco Rural. Para dividir dinheiro, entendeu?", diz ela. A revista diz ter feito a entrevista em dois momentos. No primeiro, em 2 de setembro de 2004, decidiu guardar a fita e "continuar avançando nas investigações". Depois que Jefferson fez as denúncias, voltou a procurar a secretária para uma nova entrevista. Dessa vez, resolveu publicá-la. Na quarta-feira passada, Fernanda Karina depôs na Polícia Federal. Entregou sua agenda e negou que tivesse visto malas de dinheiro na sede da empresa.



O CANDIDATO GAROTINHO
Valério o acusa de urdir matérias na imprensa para atingir Lula. Ele nega

Valério conta a amigos uma história diferente – e cabeluda – sobre o episódio. Garante ter provas de que a agência de investigações Kroll ofereceu dinheiro para que a secretária falasse no ano passado. A Kroll, para quem não se lembra, é aquela agência de investigações flagrada em 2004 corrompendo funcionários públicos, bisbilhotando autoridades e pagando empregados de empresas privadas para que revelassem intimidades de seus patrões. Tudo a pedido de Dantas, em sua briga (*hoje já encerrada*) com a Telecom Italia pelo controle da Brasil Telecom. À Justiça, na qual é processada por Valério por extorsão, Karina admite ter recebido – e rejeitado – uma oferta de dinheiro em junho do ano passado por meio de um e-mail assinado por "AnaM e equipe". Nele, recebe a seguinte proposta: "Estamos dispostos a ajudá-la financeiramente para que você apenas responda a nossas perguntas sobre as coisas de seu ex-chefe. Pense que vai ser bom para nossa investigação e também bom para você, afinal você continua sem emprego". Valério diz a amigos ter certeza de que "AnaM e equipe" é um nome fantasia usado pelos investigadores da Kroll. Segundo a versão de Valério, o depoimento de Fernanda Karina não veio a público no ano passado porque ele conseguiu convencer a revista *IstoÉ Dinheiro*, pessoalmente, de que os relatos de Karina não tinham consistência. Valério mostrou a amigos o que seria uma cópia da matéria que sairia publicada em setembro. O documento, conforme seu relato, lhe teria sido entregue pelos dirigentes da editora responsável pela revista. Os editores de *IstoÉ Dinheiro* explicaram que deixaram de publicar a reportagem em setembro porque não viram nela relevância jornalística. Só teriam dado importância à entrevista da secretária quando Jefferson revelou a atuação de Marcos Valério no governo petista.

Apesar disso, o empresário, ainda de acordo com relato de amigos, está convicto de que a entrada de um novo personagem, e não uma reavaliação editorial, fez a história de sua ex-secretária renascer. O personagem seria, na hipótese levantada pela defesa de Valério, o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, candidato declarado à sucessão de Lula. Segundo a versão da defesa de Valério, Garotinho descobriu a existência do depoimento da secretária e fez de tudo para que a história viesse a público – em conluio com Roberto Jefferson. Os dois teriam objetivos próprios, mas uma estratégia comum: desgastar Lula. Jefferson ataca o governo para tentar salvar seu mandato. Garotinho quer que o PT chegue esfarrapado às eleições do ano que vem. Hoje secretário de Governo do Rio, Garotinho nega a teoria de Valério. "Eu só soube da entrevista dessa secretária pela TV durante o depoimento do Roberto Jefferson. Não a conheço e não falo com Roberto Jefferson há mais de um ano. Esse Marcos Valério está

delirando." Pode ser ou não um delírio, mas sem dúvida todos esses escândalos são um pesadelo.

O amigo oculto

Até a semana passada, o melhor cartão de visita que se podia ter em Brasília era o de amigo do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Ser próximo do "homem" abria as portas de gente poderosa, como bem sabe o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, especialista em "embargos auriculares", entre outras modalidades que não constam dos manuais jurídicos mais ortodoxos. Um dos que falavam em nome de Dirceu era o empresário paulista Fernando Antônio Hourneaux de Moura. Segundo relatos de três pessoas ouvidas por VEJA, Moura algumas vezes colocava seus



O EMPRESÁRIO MOURA: ele ajudou a escolher diretores de estatais e usou o nome do então ministro Dirceu para fazer negócios

interlocutores para falar com o ex-ministro no celular, ou os deixava ouvir as mensagens gravadas por Dirceu. O empresário passou despercebido no meio político de Brasília – o que não o impediu de fazer negócios fora dele. Muitos negócios.

Moura, reconheça-se, é um exemplo de empresário que conseguiu dar a volta por cima. No fim dos anos 90, ele quebrou. Parou de pagar até o condomínio de seu apartamento. Acabou condenado a dois anos e quatro meses de reclusão por não pagar impostos. Graças à sua amizade propalada com Dirceu, saiu do buraco. Afinal de contas, amigo é para essas coisas. Em 2002, Moura ajudou Dirceu a arrecadar dinheiro para sua campanha a deputado. Cabia à equipe do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, recolher para José Dirceu o dinheiro obtido com a venda dos bônus eleitorais. Moura entrava em cena na fase seguinte, coletando em sigilo as doações feitas diretamente ao candidato. Ficou amigo também de Luis Favre, hoje marido da ex-prefeita paulistana Marta Suplicy. Festejou a posse de Lula num jantar com Dirceu e a mulher do ex-ministro.

Na transição e nos primeiros meses do governo, Moura ajudou Silvio Pereira a entrevistar candidatos para a diretoria de estatais, como a Petrobras, e a nomear gente para postos importantes do governo. Pediu a ajuda do ministro para emplacar um de seus irmãos na área de compras do Ministério da Saúde. Não conseguiu. Pouco depois, passou a informar Dirceu a respeito das negociações da GTech, multinacional americana da área de loterias, com

a Caixa Econômica Federal, em torno de um contrato no valor de 600 milhões de reais. Quando estourou o escândalo envolvendo Waldomiro Diniz, assessor e amigo de Dirceu, em fevereiro de 2004, Moura foi orientado a sumir de Brasília. Mudou seus negócios para o Rio de Janeiro. Desde então, tenta sobreviver como fornecedor da Petrobras. Não vai mal. Já conseguiu um contrato para vender dutos e outro de afretamento de navios. A Petrobras afirma, contudo, que Moura não consta de sua lista de fornecedores.

Mensalão 2 (o de São Paulo)

Helvio Romero/AE



MAIS DENÚNCIA

A ex-prefeita Marta e seu secretário Garreta: 4 milhões para o PPS

VEJA já havia tornado públicas, cerca de um mês atrás, as suspeitas da existência de um mensalão na cidade de São Paulo, que, à semelhança daquele que estaria em vigor na Câmara Federal em Brasília, destinava até 120 000 reais aos vereadores em troca de votos favoráveis à gestão petista. Na sexta-feira passada, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe novos elementos para o caso. Segundo a reportagem, no primeiro semestre do ano passado, dois petistas de alto coturno – o secretário-geral, Silvio Pereira, e o então secretário municipal de Comunicação, Valdemir Garreta – teriam oferecido 4 milhões de reais a dois dirigentes do PPS para que orientassem a bancada do partido a votar de acordo com os interesses da prefeita Marta Suplicy. A proposta, segundo a denúncia, teria ocorrido em duas oportunidades e contaria com a aprovação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O presidente municipal do PPS, Carlos Fernandes, e o tesoureiro do partido, Rui Vicentini, teriam recusado o suborno.

Na ocasião, o PPS tinha dois parlamentares na Câmara: Edivaldo Estima e Myryam Athie. Um levantamento feito por

VEJA, a partir de quatro votações consideradas polêmicas – as taxas de lixo e iluminação, o aumento do IPTU e a Lei Orgânica do Município, que reduziu as verbas para a área de educação –, mostra que, na maior parte delas, ambos deram votos favoráveis aos interesses da prefeita Marta. Essas votações ocorreram antes da suposta proposta feita pelos petistas aos líderes do PPS. O que chama atenção, porém, é a imensa maioria que a prefeita obteve em todas essas disputas. Em média, o governo obtinha, num universo de 44 vereadores – a Câmara tem 55, mas nem todos compareciam às votações –, 34 votos favoráveis e apenas 10 contra. "Essa margem tão elástica de apoio a um governo do PT, ainda mais em votações de pouco apelo popular, como o aumento de taxas, sempre me surpreendeu", diz o ex-vereador Claudio Fonseca, que pertenceu à bancada do PCdoB na Câmara nos quatro anos do governo Marta. A ex-prefeita, por sua vez, voltou a negar as acusações de pagamento e chamou de "tentativa de linchamento do PT" as denúncias publicadas na imprensa. Silvio Pereira e Valdemir Garreta fizeram coro a ela. "Eu nunca sequer apertei a mão desses senhores. Não me reuni com eles nem negocie nada", disse Garreta. Pereira se propôs a submeter-se a uma acareação com Fernandes e Vicentini. As suspeitas da existência de um mensalão na administração de Marta Suplicy haviam suscitado, na semana passada, o pedido de instauração de uma CPI na Câmara Municipal de São Paulo. Dias depois, o prefeito tucano José Serra orientou sua bancada a enterrar a iniciativa. Estranho.

Marcelo Carneiro

*Com reportagem de Marcelo Carneiro,
Ronaldo França, Carina Nucci e Francisco Mendes*

2. Edição 1911 publicada em 29/06/2005.



O assalto ao Estado

O mensalão destrói a imagem ética do PT, mas o problema do país está na ocupação predatória do governo por petistas e aliados

.....
Otávio Cabral

Orlando Brito/Abritonews



ONDE ESTÃO AS DIFERENÇAS?

As galerias da Câmara ocupadas pela claque do ex-ministro José Dirceu: há uma diferença entre o partido e o Estado

Há seis semanas convivendo com a pior crise de seu governo, deflagrada com a divulgação do vídeo da corrupção nos Correios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece ainda distante de corrigir o pecado capital cometido pelo PT: permitir aos aliados e a si mesmo a ocupação predatória do Estado. O vídeo dos Correios trouxe a público a fotografia localizada da corrupção numa estatal, mas as acusações e denúncias subseqüentes sugerem que o assalto ao Estado não se limitou aos Correios, mas esparramou-se por vastos setores da máquina federal – ministérios, estatais, autarquias, fundações. O que foi feito diante da contaminação generalizada? Aprofundaram o erro original. Na sexta-feira passada, o presidente Lula almoçou com integrantes do PMDB, a quem recorreu em busca de respaldo político, oferecendo em troca novos espaços no governo, idioma que o fisiologismo histórico do PMDB entende à perfeição. Naturalmente, é sensato ampliar o apoio político ao governo, mas é um equívoco insistir em fazê-lo à custa do loteamento da máquina pública – que resultará, mais cedo ou mais tarde, em novos casos de corrupção.

Diante de um governo acuado pela crise, a cúpula do PMDB, ainda que sempre cindida entre governistas e oposicionistas, agora faz jogo duro para consumir o matrimônio com o governo. Exige que o casamento não represente compromisso em apoiar Lula à reeleição no ano que vem e quer levar mais dois ministérios. Podem ser o de Minas e Energia, desocupado por Dilma Rousseff, escalada para a Casa Civil, e o da Integração Nacional, hoje sob o comando de Ciro Gomes. Além disso, o PMDB quer os dois ministérios com "porteira fechada", jargão que designa o direito de ocupar com seus apaniguados toda a estrutura do órgão, do ministro ao ascensorista, e não só os cargos de cúpula. O PMDB é uma potência. Tem 23 senadores, 85 deputados, sete governadores e mais de 1.000 prefeitos. Mas o PMDB também é o partido do ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, o responsável pelos Correios. É o partido do ministro da Previdência, Romero Jucá, o processado por desvio de dinheiro público. Eis o aliado que o governo procura na hora em que é acusado de

Veja também

NESTA REPORTAGEM

A voz das ruas

▶ VEJA perguntou: "Depois das denúncias das últimas semanas envolvendo o governo do PT, o que você acredita que é preciso fazer para controlar a corrupção?"

NESTA EDIÇÃO

O vídeo dos Correios é a

▶ **pedra de Roseta da corrupção**

▶ **Marcos Valério fala a VEJA**

▶ **Dirceu volta à Câmara com pose de estadista**

▶ **A ex-mulher complica**

▶ **situação de Valdemar Costa Neto**

▶ **TCM ignora relatório e aprova contas de Marta**

▶ **O dicionário da crise**

DOS ARQUIVOS DE VEJA

Reportagens sobre o governo

▶ **Lula**

permitir a disseminação da corrupção e da falta de ética nos negócios públicos...

Robson Fernandjes/AE



QUAL DELES É O PRESIDENTE?
Lula: no discurso, combate à corrupção. Na prática, aliança com corruptos

O PRESIDENTE
"Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo."
O presidente Lula, em pronunciamento à nação

Ao perpetuar esse ciclo perverso, que começa com a barganha carguista, passa pelo fisiologismo e acaba se degenerando na corrupção, o presidente Lula está perdendo uma oportunidade histórica de reformar antigos hábitos da política nacional. Pior que isso: há sinais de que o governo levou a coisa ao paroxismo. Na semana passada, o funcionário Maurício Marinho, protagonista do vídeo da corrupção, fez a abertura formal dos trabalhos da CPI dos Correios e, num depoimento que durou dois dias, traçou um cenário devastador das roubalheiras na estatal: sugeriu que se investigasse uma penca de contratos e apontou suspeitas em quinze áreas. Os Correios, como se sabe, foram objeto de um escancarado rateio partidário: havia o naco do PTB, o quinhão do PMDB, a seara do PT. A partilha faz ecoar a acusação de Roberto Jefferson: "É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder", disse ele, referindo-se ao mensalão, numa de suas explosivas entrevistas. A ocupação de cargos públicos com autorização implícita de roubar é também uma forma de pagamento – e talvez seja até mais danosa do que o mensalão.

Já apareceram fartos sinais de que o mensalão pode mesmo ter existido no Congresso Nacional, mas, ao contrário do que diz Jefferson, nada surgiu envolvendo o PT. O que apareceu, até agora, envolve o PL e o PP. Na semana passada, a deputada licenciada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, depôs no Conselho de Ética da Câmara e confirmou que recebeu uma oferta de 30.000 reais por mês, podendo chegar a 50.000, mais luvas de 1 milhão de reais por ano, para aderir a outro partido. Mas disse que a oferta lhe foi feita pelo deputado Sandro Mabel, líder do PL, que nega a acusação. Há suspeitas de que a distribuição do mensalão fosse feita na casa do deputado José Janene, que é do PP. Suspeita-se, também, que seu chefe de gabinete, João Cláudio Carvalho Genu, pagava aos deputados do PP um mensalão, que variava de 5 000 a 30 000 reais, cujos recursos seriam recolhidos entre os indicados do PP em estatais como Petrobras, Furnas e IRB. Nada disso compromete dirigentes ou parlamentares do PT, mas, de novo, revela o câncer central do governo: ceder espaço a aliados para a predação da máquina pública –

Petrobras, Furnas, IRB.



As acusações contra o PT no que diz respeito à compra do apoio do PTB por 20 milhões de reais no ano passado estão acompanhadas de detalhes mais críveis. O deputado Roberto Jefferson, que antes negou o acordo pecuniário, admitiu sua existência, disse que apenas 4 milhões foram efetivamente pagos pelo PT e detalhou que o dinheiro lhe chegou em duas remessas: uma de 2,2 milhões e outra de 1,8 milhão de reais, ambas entregues, segundo ele, pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o "operador do mensalão". Na semana passada, Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, voltou à Polícia Federal para fazer um segundo depoimento. Disse que, em seu primeiro interrogatório, se sentiu forçada a mentir, devido a ameaças que recebeu. Na segunda rodada, ela confirmou que o publicitário tinha relações próximas com a cúpula do PT e que de sua agência saíam malas de dinheiro em direção a Brasília, onde supostamente serviam para remunerar deputados. O publicitário nega as acusações, mas admite ter ido muitas vezes ao Palácio do Planalto (*veja reportagem na pág. 72*).

Como homem forte do governo no preenchimento dos cargos e no arranjo da base parlamentar, o ex-ministro José Dirceu tem sido acusado de ser mentor e chefe do esquema de compra e venda de deputados. Na semana passada, Dirceu, de volta à condição de deputado, quase tocou fogo na Câmara ao levar uma claque às galerias para saudá-lo como se seu regresso à Casa fosse um triunfo – e não, como é de fato, uma ameaça de cassação (*veja reportagem na pág. 76*). No dia seguinte, Dirceu depôs a portas fechadas na Corregedoria da Câmara durante quarenta minutos. Negou as acusações com respostas curtas e, a certa altura, tropeçou na soleira da ingenuidade. "Nunca fiquei sabendo de estatal repassar dinheiro para partido", disse, segundo relato de seus interrogadores. As suspeitas em torno de Dirceu decorrem de sua participação na divisão de cargos e no recolhimento de apoio político, mas também de sua concepção leninista de poder, na qual o partido está acima do Estado. Lenin, o bolchevique russo, aplicou essa idéia com sucesso, mas isso foi contra uma ditadura de czares, num país feudal e no início do século passado.

Celso Junior/AE



A DEPUTADA

"Mabel disse que me daria 30 000 por mês. Poderia chegar até a 50 000."

Raquel Teixeira (PSDB-GO), em depoimento

Há dados emblemáticos dessa concepção no governo petista. Uns são quase inofensivos, como aquela imensa estrela de flores vermelhas plantada nos jardins do Palácio do Alvorada, que serviu como um símbolo visual da confusão petista entre o que é o partido e o que é o Estado brasileiro. Outros acontecimentos, porém, têm produzido efeitos bem mais nefastos. É o caso das andanças do tesoureiro Delúbio Soares e do secretário-geral Silvio Pereira, ambos da direção do PT. Os dois foram ativos na distribuição de cargos na máquina federal, mas cumpriram essa tarefa na condição única de "dirigentes partidários", para usar uma expressão empregada por José Dirceu. Eles não exerciam, como não exercem, nenhuma função pública. Ou seja: na visão petista de mundo, está claro que basta pertencer ao partido para ter direitos sobre o aparelho estatal brasileiro. Eis uma explicação possível para o fato de que, hoje, passados dois anos e meio, o governo petista esteja oscilando entre duas chagas: o aparelhismo, reservado aos próprios petistas, e a pilhagem, autorizada aos aliados, aqueles insaciáveis soldados do "exército mercenário".

O outro sinal eloqüente da concepção petista apareceu na catilinária segundo a qual há uma conspiração em marcha contra o governo. O discurso de que se prepara um golpe branco para desestabilizar a administração petista serve para desviar a atenção pública do ponto essencial – a corrupção no governo –, mas também revela o clima partidista em que vivem os mais destacados líderes do PT. Até o presidente Lula embarcou na tese da conspiração ao discursar para uma platéia de agricultores na terça-feira, mas, dois dias depois, em seu pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, corrigiu o rumo da retórica e deixou de ser o general petista para voltar a ser o presidente de todos os brasileiros. Prometeu investigações rigorosas, empenhou sua biografia pessoal no combate à corrupção, elogiou a imprensa, o Congresso, a democracia. Não disse, porém, uma única palavra sobre como acabar com a rapina promovida nos desvãos da máquina pública por petistas e aliados. A crise, seu cerne, só será combatida quando esse tema começar a ser enfrentado. Do ponto de vista imediato, contudo, há questões que não calarão enquanto não forem satisfatoriamente respondidas:

Caio Guatelli/Folha Imagem



O DEPUTADO

"A corrupção hoje é **maior** do que na era Collor, porque **está concentrada nas mãos do PT.**"

Roberto Jefferson, em entrevista

1. O PRESIDENTE LULA FOI OMISSO? Nesta semana, o governador de Goiás, o tucano Marconi Perillo, está escalado para depor no Conselho de Ética da Câmara e promete contar sua conversa com Lula em maio de 2004. Perillo já disse que, nessa conversa, confidenciou ao presidente a existência do mensalão. O Palácio do Planalto já confirmou que Lula foi realmente avisado do mensalão por Roberto Jefferson numa conversa em janeiro deste ano e que, alertado, mandou dois auxiliares investigar o caso. Até agora, porém, o Palácio do Planalto não se manifestou sobre o aviso feito pelo governador Perillo. Há três semanas, VEJA perguntou à assessoria do Planalto qual foi a reação de Lula diante do alerta do governador. A resposta ainda não chegou.

2. JOSÉ DIRCEU ERA O CHEFE DO MENSALÃO? Até o momento, sabe-se apenas que todos os acusados – no governo e no PT – estiveram de algum modo sob o comando do ex-ministro ou sob sua influência. É altamente improvável, até por sua personalidade concentradora, que algo parecido existisse no Congresso e não tivesse o aval – ou, pelo menos, o conhecimento – de Dirceu.

Dida Sampaio/AE



O CORRUPTO

"Cada diretoria da empresa tem um partido por trás. Não sou político. Sou bode expiatório."

O funcionário Maurício Marinho, em depoimento

3. DELÚBIO SOARES E SILVIO PEREIRA AGIAM A MANDO DO PLANALTO? Os dois sempre trabalharam como auxiliares de confiança do então ministro José Dirceu, mas não se sabe se eram convocados apenas porque Dirceu os queria por perto ou se havia orientação superior para que os dois se envolvessem com missões de governo.

Roberto Jayme



ONDE FOI PARAR O VIDRO DAQUI?

Em 1993, a Câmara isolou as galerias com 84 placas de vidro blindex fumê. Em 2004, dizendo que "quem tem medo não faz política", João Paulo mandou tirar tudo. Está fazendo falta

4. O DINHEIRO DISTRIBUÍDO A PARLAMENTARES VINHA DE ONDE? Existem, aqui, apenas duas hipóteses possíveis: ou os recursos que circularam pelas mãos de deputados e caixas dos partidos saíram dos cofres do PT ou eram dinheiro público. Devido aos controles crescentes sobre o Orçamento e a contabilidade de empresas públicas, é difícil que o dinheiro seja diretamente subtraído do Erário. O mais comum, no mundo da roubalheira, é extorquir propina de prestadores de serviço ao Estado e, em troca, oferecer favores na forma de oportunidade de negócios.

Dida Sampaio/AE



O MANDANTE

"O filé mignon dos Correios está nas diretorias de tecnologia e operações."

O empresário Arthur Washek, em depoimento

5. O QUE SE FARÁ PARA DIFICULTAR A VIDA DOS CORRUPITOS? Uma excelente iniciativa seria a redução drástica do número de cargos de confiança, atualmente mais de 20.000. O Ministério do Planejamento está estudando o tema. Há uma idéia de diminuir

os cargos de livre provimento para apenas 1.000. Nesse caso, haveria a supressão de 15.000 cargos de confiança de segundo e terceiro escalões. As secretarias hoje com status ministerial passariam a integrar ministérios que já existem e, por fim, seriam eliminados os cerca de 3.000 cargos que o atual governo criou desde a posse até agora. Se isso acontecer, ficando com 1.000 cargos de confiança, o Brasil se alçará ao patamar de países como a França. O PT, porém, batalha para que a mudança não seja tão brusca. Resiste, por exemplo, à supressão dos 3.000 cargos criados por Lula.

Ronaldo De Oliveira/CBPRESS



O QUE É ISSO?

É a estrela do PT nos jardins do Alvorada: nada mais emblemático da confusão entre partido e Estado

As crises, como se sabe, são grandes encruzilhadas: delas pode-se tomar o rumo do abismo, mas não se pode seguir por ele sem tentar pegar o caminho da superação para melhorar. Não basta, como diria o Lula de outrora, ter vontade política, termo que sempre é sacado da algibeira quando se quer sepultar um assunto. O caso agora é de ter uma política de vontades – vontade de deixar um legado duradouro e positivo para os brasileiros, vontade de alijar os aliados deletérios, vontade de modernizar o Estado e vontade de separar o público do privado e o partidário do público.

Muito barulho por nada

Não há complô das elites, não há movimentos sociais que incendeiem o Brasil. Não há também José Dirceu, o revolucionário, mas um fantasma de uma idéia que morreu



EFEITO

Promovido a povo, Dirceu chega à Câmara cercado por militantes que mataram o expediente na repartição

O ex-ministro José Dirceu, apeado da Casa Civil cinquenta horas depois do ultimato do deputado Roberto Jefferson ("Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula"), reassumiu seu cargo de deputado federal. Promoveu-se a povo não dentro daquele espírito de humildade redentora, tão ao gosto da esquerda romântica. Dirceu fez-se povo, mas de acordo com a definição magistral de William Shakespeare, na peça *Coriolano* – "uma fera de muitas cabeças". De volta à condição de deputado, conclamou seus companheiros de partido e os movimentos sociais a fazer atos nas ruas, nas praças públicas, fábricas, escolas, assentamentos. "Quero, em nome do PT, convocar todas as forças políticas e sociais, não só para defender, mas para discutir os rumos do governo", disse ele. Dirceu parece ter-se livrado das tentações burguesas, do champanhe Cristal (900 reais a garrafa) e do tinto chileno Almaviva (250 reais) que tanto o deslumbravam no poder, e reencontrado, no âmago da sua história pessoal, o fervor incendiário. Chamou até mesmo a ministra Dilma Rousseff, que o substituiu na Casa Civil, de "companheira de armas" – uma licença poética, evidentemente, visto que ele passou o período mais duro da ditadura militar refestelado em Cuba, enquanto ela apanhava nos porões da repressão, na condição de comandante guerrilheira de uma facção esquerdista.

É um novo velho Dirceu este que se reapresenta na Câmara dos Deputados. E com efeitos coreográficos especiais. Na sua estréia, fez-se acompanhar de um contingente de militantes embandeirados, que mataram expediente nas repartições para aplaudir das galerias o discurso do seu Danton. "Dirceu é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo", gritava a turba, com um jeito ameaçador de donos da rua. A sustentar esse coro está o argumento, ao qual se agarram como a uma bóia os caciques petistas com medo de submergir na lama, de que tudo (as denúncias, os esquemas, as entrevistas bombásticas) não passa de um complô contra o "governo operário" – complô das "elites", decerto. As mesmas que mesmerizaram Dirceu com o champanhe Cristal, as canetas Montblanc, as ofertas de mulheres de capa de revista.



A NOVA MINISTRA

Ele chamou Dilma de "companheira de armas": o que é isso, companheiro?

Quanta falácia, companheiros (de armas, de charutos). Ou, para reevocar o velho Shakespeare, quanto barulho por nada – que é também uma maneira de ficar seletivamente surdo. Não há complô, e prova disso é que muitas das histórias escabrosas brotam do seio do "governo operário". Fazer o quê, se foram escolhidas "más companhias"? (A contribuição é do petista Olívio Dutra). Não há, também, movimentos sociais que possam incendiar o Brasil. O mais rebelde deles, o MST, é um bezerro satisfeito, que mama nas tetas do Estado, arregimenta miseráveis urbanos com a promessa de terras e cujos líderes só tiram o traseiro dos assentamentos para arrancar um dinheirinho em Brasília. E, por fim, não há Dirceu. Pelo menos não aquele que se apresenta como Danton. Esse desceu a rampa. Tornou-se um fantasma de contornos fugidios de uma idéia que morreu há um quarto de século. Felizmente.

Brasil

O dicionário da crise

Toda grande crise tem vocábulos próprios e todo político diz coisas que significam exatamente o seu oposto. A crise atual se supera nas duas categorias. O rei do neologismo é Roberto Jefferson, mas outros também colaboram

Vilma Gryzinski

**Aditivo**

Acréscimo monetário em contratos públicos com empresas privadas visando a maximizar a locupletação de todos.

Apurar todas as denúncias

Envolver no rolo o governo anterior para que não se apure denúncia nenhuma.

Assessoria, prestar

Propina que precisa ser subitamente explicada. Ex.: Maurício Marinho, ex-funcionário dos Correios, declara que os 3 000 reais por ele embolsados, conforme se vê em fita divulgada por VEJA, procediam de uma assessoria que prestou.

Base aliada

Atoleiro do qual não se divisa o fundo.

Blindar

Preservar figuras importantes não envolvidas diretamente em denúncias de corrupção; salvar o que ainda é possível; comprar favores ou simpatias. Como no caso dos carros de combate, o risco é que, se atingidos no ponto certo, os blindados provoquem explosão catastrófica.

Bravata

Eufemismo usado por quem precisa assumir que mentiu ao contar verdade comprometedora. Veja *mentira*. Exemplos: Maurício Marinho e Lídio Duarte. No sentido literal, é empregada por quem não quer investigações aprofundadas. "Não vou fazer bravata" equivale a "Vou fazer corpo mole".

Catarse

Catar para si um dinheiro que esteja passando em algum lugar? Não. Mas tampouco é o que Luis Favre, esposo da ex-prefeita Marta Suplicy, acredita que o PT tenha feito na reunião secreta. Deverá se esclarecer nas próximas etapas, com novos e promissores estados catárticos.

Chavismo, chavista

Tudo aquilo que o governo faz para se defender e desagradar à oposição.

Cofre, cofrinho, cofrão

Caixa de metal em que se guardam valores, outrora utilizada para representar simbolicamente o destino de dinheiro obtido ilicitamente e hoje empregada no sentido literal, com o mesmo propósito. São alimentados por malas e esvaziados por pacotinhos (*veja na pág. ao lado*).

Conspiração das elites

Tudo o que incomode os interesses de atuais dirigentes políticos, instalados no topo do poder, detentores das chaves da máquina do Estado, bem remunerados via múltiplos canais, que só se locomovem em carros ou helicópteros oficiais – todos indefesas vítimas de elites pérfidas.

CPI chapa-branca

Cor com que começam as comissões parlamentares de inquérito.

Denúncia vazia

Suspeitas fundamentadas lançadas sobre sua turma às vezes por sua própria turma.

Embarregar

Assumir nomeação alheia. Exemplo: partido da base aliada aceita na "sua" cota indicado do governo para órgão público. Depois, conta tudo.

Expurgo, evitar

Manter nos cargos acusados de corrupção que, se abandonados, possam se voltar contra os companheiros.

Golpismo, golpista, golpe branco

Todas as denúncias de corrupção que impliquem membros do governo, do PT, da base aliada ou da ex-base aliada.

Governo popular

O que o governo vira quando começa a perder popularidade.

Governo que não rouba nem deixa roubar

Oximoro.

Grupo dos cinco

José Dirceu, José Genoíno, Silvío Pereira, Delúbio Soares, Marcelo Sereno. Auto-explicativo.

Impeachment

No momento, é como sexo: todo mundo pensa a respeito, mas pouca gente fala.

Intelligentsia petista

Professores universitários na faixa dos 60 anos hoje divididos em duas alas: a muda, majoritária, e a que continua falando bobagens.

Lobby

Atividade de representante de grupos de interesses econômicos que costumavam pressionar ou seduzir parlamentares, hoje superados por membros do governo que fazem o mesmo com maior eficiência. Lobby de hotel: um dos espaços privilegiados pelo reality show dos corruptos; tal como na casa do *Big Brother*, pode ser gravado e filmado.

Mala

Objeto usado no transporte de dinheiro. Seu portador é o conhecido "homem da mala". Veja *publicitário* e *tesoureiro*.

Matar no peito

Assumir mentira em benefício de aliado até que isso deixe de interessar ao mentiroso.

Mensalão

O mais célebre neologismo da atual crise, todos já sabem o que significa: suborno pago regularmente a deputados corruptos. Variações regionais: cesta básica, conta do jantar, mensalinho. Quando pago esporadicamente, é o pinga-pinga. De uma só vez, para operações específicas, é o pingadão.

Mentira

Verdade comprometedora capturada em gravação que precisa ser publicamente repudiada para evitar problemas político-legais maiores ainda.

Montblanc

Canetas de tradicional marca suíça alçadas a involuntária notoriedade na era Collor; a Montanha Branca, nos Alpes franceses, que evoca na tampa volta a ser salpicada pela lama que jorra dos subterrâneos da política nacional; brinde para amigos especiais.

Movimentos sociais

Grupos de interesse que passam o tempo entre o Fórum Social de Porto Alegre e as críticas ao governo; quando a coisa fica ruim, são convocados como massa de manobra e esquecem as críticas – mas não a conta.

Operar

Agir nos bastidores, em geral para orquestrar todo tipo de atividade irregular, ilícita ou clandestina. Quem opera está no topo da hierarquia; o operador, alguns níveis abaixo.

Reforma política

Medidas que visam ao arrefecimento da corrupção invocado em momentos de recrudescimento da mesma.

Pacotinho

Uma das formas físicas de retirada do mensalão, conforme Roberto Jefferson.

Patrimônio ético

Palavras mencionadas em tom inflamado por quem em geral não entende nada da segunda mas sabe tudo da primeira.

Planície, planalto

Os expelidos deste retornam àquela, em geral de "cabeça erguida", "sem amargura", "com orgulho" e outras manifestações de humilhação pública.

Publicidade

Atividade-meio que, no contexto da atual crise e sem relação com sua homônima legítima, funcionava como duto pelo qual se sugavam recursos públicos com fins ilícitos.

Publicitário

Autodescrição de todo mundo, exceto os publicitários de verdade, que, em não sendo político, está envolvido na atual crise.

Sublimar

Arriscar-se à própria cassação em troca do prazer de desgraçar antigos aliados. Como quando Roberto Jefferson diz: "Sublimei o meu mandato".

Tesoureiro

Tesoureiro.

Unha encravada

Problema legislativo resolvido a golpes de mensalão.

Vossa excelência, vossa senhoria

Tratamento formal usado por legisladores em momentos de tensão, em lugar dos termos deveras informais que lhes perpassam a mente ("O nobre deputado é um grandessíssimo Vossa Excelência").

3. Edição 1917 publicada em 10/08/ 2005.

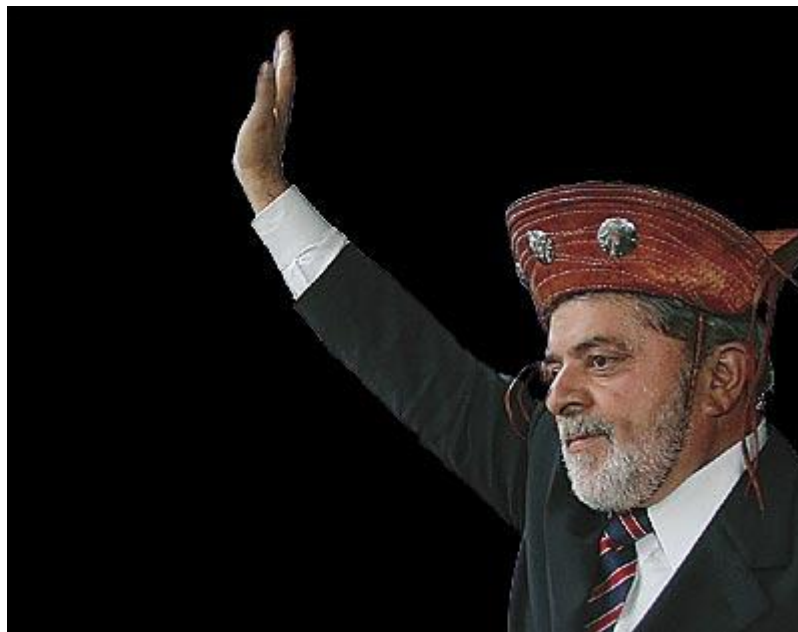


As cores da crise

As duas tiras nas cores verde e amarelo foram o símbolo das Diretas Já, da ascensão e depois da agonia de Collor. Agora elas voltam às ruas. O que Lula fará delas definirá sua presidência

.....
Alexandre Oltramari

Ricardo Stuckert/PR



LONGE DE BRASÍLIA

Lula, de chapéu de cangaceiro: oito discursos em quatro dias – e nem um pio sobre o caixa dois

Se fosse uma ópera – *Turandot*, de Giacomo Puccini, por exemplo –, a crise ética que paralisa o governo Lula estaria naquele estágio em que os personagens menores já cantaram e toda a expectativa se concentra sobre o príncipe-tenor e sua ária definidora do enredo: "*Dilegua, o notte! / Tramontate, stelle! / Tramontate, stelle! / All'alba vincerò! Vincerò!*" ("Dissolva-se, ó noite! / Ponham-se, estrelas! / Ponham-se, estrelas! / Ao raiar do dia vencerei! Vencerei!"). Bem, sendo mais realista, a crise não tem a dinâmica de uma ópera. Lula a está conduzindo mais ao ritmo de cerveja e samba de seu ídolo Zeca Pagodinho: "Confesso que sou de origem pobre / Mas meu coração é nobre, / foi assim que Deus me fez / E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar".

Se Lula continuar deixando, a vida vai levá-lo aonde ele não quer ir. E aonde ninguém quer que ele vá. Mas paciência tem limite, como desabafou um dos mais comidos opositores do governo, Tasso Jereissati, senador do PSDB cearense: "O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Exigimos que ele assuma sua responsabilidade. Assuma o papel de chefe. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de farsa!" Nos últimos dias, dois movimentos trouxeram a crise para ainda mais perto do presidente. Nas ruas voltaram a aparecer bandeiras, pichações e rostos de jovens pintados com as cores verde e amarelo, aquelas duas pinceladas paralelas que tanto simbolismo carregam na vida política nacional recente. Foram em 1984 o emblema do movimento diretas já, pela volta da eleição direta para presidente. Seis anos mais tarde, o símbolo foi apropriado por Fernando Collor em sua vitoriosa campanha presidencial. Em 1992, as ruas se encheram de estudantes caras-pintadas com o mesmo emblema bicolor, dessa vez em repúdio a Collor e suas manobras. As pinceladas verde-amarelas são agora apenas um aviso do grau de ebulição da crise e da inutilidade de o presidente tentar uma saída populista para seus problemas. Lula testou essa hipótese arriscada na semana passada. Falou que o país será obrigado a engoli-lo de novo e prometeu em palanque no Nordeste "mudar a economia e baixar juros". Ora, se fosse possível baixar juros por vontade pessoal e por decreto, ele já teria feito isso. Todo governante faria logo no primeiro dia de governo. Lula não acredita em mágicas na economia. É preocupante, portanto, que diga o contrário em palanque. Quando começa a falar coisas nas quais não acredita apenas para agradar à platéia, um político se diminui.

Um presidente some. As pinceladas verde-amarelas nas ruas são um aviso, mas podem ser também uma via de mão dupla para Lula. Se ele interpretar corretamente os anseios das ruas, se salvará como o príncipe Calaf de *Turandot*. Caso não leia a mensagem verde-amarela é melhor mesmo deixar a vida levá-lo aonde ela decidir.

Lucas Lacaz Ruiz/AE



MARCHA DA INDIGNAÇÃO

Sindicalistas protestam contra Lula no interior de São Paulo: seu nome aparece com "II" e as cores da bandeira

Embora Lula relute, a crise está entranhada em seu governo. Em momentos assim, o mínimo que se espera do governante é serenidade. Na semana passada, enquanto a crise subia a rampa do Planalto, Lula continuava seu giro, iniciado há vinte dias, pelo interior do Brasil. Foram oito discursos em apenas quatro dias. Ao defender a produção do biodiesel, Lula se comparou ao ex-presidente Getúlio Vargas, segundo ele "achincalhado" pela imprensa quando criou a Petrobras. Sugeriu que vai tentar a reeleição. Mas a vida pode estar conduzindo-o para outro lado. Todos os caminhos do escândalo revelados até o momento levam ao Palácio do Planalto.

Em depoimento à Câmara na semana passada, o deputado Roberto Jefferson disse ter participado pessoalmente de uma reunião em que se discutiu com o ex-ministro José Dirceu uma estratégia para o PT e o PTB embolsarem 24 milhões de reais da multinacional Portugal Telecom ([veja reportagem](#)). Onde foi a reunião? No Palácio do Planalto. Na mesma sessão, Jefferson falou de outro encontro entre ele, José Dirceu e a cúpula do PTB para tratar da indicação da diretoria de Furnas. O objetivo do PTB, segundo Jefferson, era arrecadar 4 milhões de reais da estatal para o caixa de seu partido. Onde foi a reunião? Na sala do presidente Lula. As duas acusações foram desmentidas pelo Palácio do Planalto. Ocorre que existem outros pontos de convergência. Na lista de sacadores das contas do publicitário Marcos Valério, que se imaginava servirem apenas para subornar deputados, apareceu o nome de Marcio Lacerda, secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, comandado por Ciro Gomes. Lacerda, que consta na lista como beneficiário de 457.000 reais, pediu demissão. Para onde foi o dinheiro? Ele contou que foi usado para pagar os serviços da empresa New Trade, responsável pela redação das propagandas de Lula no segundo turno da eleição presidencial.

Na lista de Valério também surgiu, como a maior beneficiária dos 55 milhões do caixa dois apurado até agora, a empresária Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, responsável pelo marketing da campanha do presidente Lula. Ela recebeu 15 milhões de reais. E para onde foi esse dinheiro? Duda Mendonça ainda não respondeu. Há duas semanas, quando apareceu a primeira transferência, no valor de 500.000 reais, o publicitário reuniu seus principais colaboradores no escritório de sua agência, em Brasília, e disse que ainda iriam aparecer muitos outros repasses a sua agência. Segundo ele, foi o pagamento pela campanha presidencial de 2002. "Eu

trabalhei e recebi. De onde veio o dinheiro eu não sei. O problema é que *nego* é burro. Precisa roubar, pô? Eu não roubava quando era pobre. Não vai ser agora que eu sou rico que vou fazer isso", desabafou. Duda disse aos funcionários que tem notas fiscais atestando o serviço e que recolheu todos os impostos devidos. "Eu tô limpo. *Nego* que se vire para explicar." Resumindo a história: uma parte da campanha do presidente foi paga com dinheiro repassado por Marcos Valério, que, é bom lembrar, tem contas de publicidade em várias empresas do governo.

Ao contrário da versão que os petistas tentaram montar – a de que os recursos repassados por Marcos Valério eram oriundos de empréstimos que tinham o objetivo de sustentar as campanhas municipais –, as investigações demonstram que o dinheiro, além de bancar parte da própria campanha de Lula, era um grande e multifuncional caixa do PT administrado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, um assíduo freqüentador do Palácio do Planalto. Na lista dos sacadores, apareceu o escritório do ex-procurador da República Aristides Junqueira, que ficou conhecido por atuar no processo contra o ex-presidente Fernando Collor. Os advogados sacaram 545.000 reais, segundo eles, referentes a pagamento de honorários pela defesa de petistas no caso de corrupção na prefeitura de Santo André. À medida que a CPI avança, os caminhos do dinheiro apontam com mais precisão para o Palácio do Planalto. "...E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar..."

A história em verde-e-amarelo

Nos últimos vinte anos, a política brasileira foi marcada por grandes manifestações populares em defesa da democracia e contra a corrupção. Nelas as cores verde e amarelo sempre foram marcantes – nos apoios e nos protestos.

Orlando Brito



A CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ

O ex-deputado Ulisses Guimarães foi o líder de um dos momentos mais fortes da política recente: a luta por eleições diretas

Oscar Cabral



AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A consolidação da democracia levou os brasileiros às urnas duas décadas depois da ditadura: vitória de Collor

André Penner



OS CARAS-PINTADAS GANHAM AS RUAS...

Os estudantes se rebelam contra a corrupção no governo, promovem manifestações e pedem a saída do presidente

Jefferson Benardes/Preview.com



...E, TÍMIDOS, AMEAÇAM VOLTAR

Na semana passada, neocarapintadas de verde-e-amarelo começaram a se manifestar contra o governo Lula

Brasil

100 fatos

O ritmo da crise provocada pela exposição da mais espantosa e abrangente máquina de corrupção já montada no país é de tirar o fôlego. Muitas vezes, são tantos os desdobramentos que parecem ultrapassar a capacidade de acompanhá-los. Por isso, recapitular o desenrolar dos acontecimentos tem dois efeitos importantes. Primeiro, reativar na memória fatos que, embora tão recentes – e vitais –, parecem superados pela constante avalanche de novas revelações. Mentiras, desmentiras, acusações que se comprovam genuínas, renúncias e quantidades cada vez mais alucinantes de dinheiro formam uma massa crítica capaz de calcinar tudo o que passa em sua órbita. Segundo, lançar a luz límpida da realidade sobre os fins da rouboalheira sistêmica: sustentar o PT em suas múltiplas necessidades, comprar aliados em massa, cobrir gastos de campanhas passadas e montar o caixa de eleições futuras. Tudo isso feito pelos mais importantes colaboradores do presidente – hoje conhecidos, resumidamente, como "a quadrilha". O acompanhamento da evolução das declarações de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise, desde o "olha para a minha cara para ver se estou preocupado", do fim de maio, até o "eles vão ter que me engolir" da quarta-feira passada, mostra um político sem controle, sem capacidade de entender a crise nem de liderar sua gente num momento crítico, sem real compromisso com o país além do palavreiro vazio, sem apoios, sem noção, sem compostura. Sem, infelizmente, vergonha.

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE

► [A cronologia da crise](#)



14/MAI 1. O fato fundador de toda a crise vem à tona na reportagem de VEJA sobre o esquema de corrupção nos Correios. Num vídeo gravado secretamente, o chefe do departamento de contratação e administração de material dos Correios, **Maurício Marinho**, relata a roubalheira generalizada. "Se pode roubar de tudo nos Correios", especifica, numa frase antológica. Marinho diz que atua em nome do PTB e do deputado Roberto Jefferson: "Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado". No fim da conversa, num gesto gravado na memória nacional, embolsa um maço de 3 000 reais, a título de adiantamento de propina.



15/MAI

2. Marinho é afastado do cargo.



16/MAI

3. Caem o diretor de administração dos Correios, Antonio Osório Batista, e seu assessor imediato, Fernando Godoy.

4. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, nega ter conhecimento de qualquer esquema nos Correios e entoa um desmentido clássico: "Este é um governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção".

18/MAI

5. Maurício Marinho diz que fez tudo sozinho e foi vítima de armação.

6. Os Correios cancelam licitação para a compra de 61 milhões de reais em medicamentos, processo comprometido citado explicitamente por Marinho num trecho da gravação.



18/MAI

7. Oposição pede a criação de uma CPI dos Correios.



21/MAI

8. VEJA reporta a pressão de Roberto Jefferson para obter mesada de 400 000 reais para o PTB em outra estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O pedido foi feito a Lídio Duarte, então presidente do IRB, que posteriormente se demitiu.



24/MAI

9. Em depoimento à Polícia Federal, Maurício Marinho diz não ter ligações com Jefferson, nega a existência de um esquema de corrupção nos Correios e afirma de novo que foi vítima de "armação". Os 3 000 reais que embolsou eram pagamento de um "trabalho de consultoria". É indiciado por crime de corrupção passiva e fraude à licitação.

26/MAI

10. O governo tenta impedir a criação da CPI dos Correios liberando 12 milhões de reais em emendas para parlamentares da base aliada. A CPI é aprovada.

28/MAI

11. VEJA publica denúncia do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) de esquema em andamento nos Correios para favorecer a Novadata – empresa de um amigo de Lula – em licitação milionária.

30/MAI

12. Técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) encontram "indícios de irregularidades generalizadas" em licitações dos Correios. Todos os contratos viram objeto de escrutínio – o resultado desse trabalho ainda não foi divulgado.

"Olha para a minha cara para ver se estou preocupado", o presidente, a respeito da criação da CPI dos Correios, que o governo tentava sabotar

31/MAI

13. Tropa de choque desfecha "operação abafa" para torpedear a CPI. Exponentes: os deputados petistas João Paulo Cunha e Paulo Rocha e José Janene, do PP, cujos nomes voltarão a aparecer em contexto mais comprometedor. Eles fracassam.



2/JUN

14. Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, depõe na Polícia Federal e qualifica de "fantasiosa" a reportagem de VEJA que dizia que o IRB arrecadava 400 000 reais por mês para o deputado Roberto Jefferson.



4/JUN

15. VEJA divulga fita com entrevista na qual Duarte conta detalhes sobre a arrecadação mensal ilícita feita a instâncias de Jefferson.



16. É o dia D do mensalão. Considerando que as denúncias que o envolvem são parte de uma conspiração para desestabilizá-lo, o deputado Roberto Jefferson dá a entrevista explosiva ao jornal *Folha de S.Paulo* na qual lança as acusações que crescerão como bola de neve. Fala pela primeira vez sobre a existência do suborno mensal de 30 000 reais feito a deputados da base aliada, em especial do PP e do PL. Nomeia seu principal operador: Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Diz que relatou o fato ao presidente Lula e a ministros.

17. Por intermédio de terceiros, Lula confirma que de fato teve a reunião com Jefferson na qual o deputado falou sobre o mensalão.

18. O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), revela que também havia denunciado o mensalão, acrescido de um bônus por troca de partido, a Lula.



19. Os líderes do PT, PP e PL negam tudo. O petista José Genoíno: "O relacionamento do PT com outros partidos da base aliada se assenta em pressupostos políticos e programáticos"; Valdemar Costa Neto, do PL: tudo não passa "de invenção"; Pedro Corrêa, do PP: "Nunca soube" de deputados de seu partido recebendo o mensalão.



20. Citado por Maurício Marinho no vídeo da corrupção dos Correios como sendo um "homem-chave" do esquema de arrecadação de Jefferson, Roberto Salmeron deixa a presidência da Eletronorte.



7/JUN

21. Cai toda a diretoria dos Correios e do IRB.

"Não vamos acobertar ninguém, seja lá quem estiver envolvido. Cortaremos na própria carne, se necessário", a declaração mais positiva de Lula sobre a crise

8/JUN

22. No Conselho de Ética do Congresso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, cava a própria e futura cova ao pedir a cassação do mandato de Roberto Jefferson, alegando que a denúncia do mensalão foi um ato de quebra de decoro parlamentar.



23. Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro de Jefferson, pede demissão do cargo de assessor da Eletronuclear.

9/JUN

24. Instala-se a CPI dos Correios. O governo briga e leva os dois postos-chave: a presidência e a relatoria.

25. A Polícia Federal prende por alguns dias os quatro acusados de ter gravado o vídeo da corrupção dos Correios, feito por encomenda de um empresário contrariado. Até hoje, foram os únicos presos de toda a crise.



12/JUN

Ana Araujo



26. Na segunda entrevista-bomba à *Folha de S.Paulo*, **Roberto Jefferson** amplia o ataque. O dinheiro do mensalão, termo já consagrado, vinha de estatais e empresas privadas e chegava a Brasília em malas. As negociações se davam numa sala ao lado do gabinete do ministro José Dirceu, onde ficava instalado o secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Pela primeira vez, cita o nome do personagem que se tornaria o símbolo da crise: o publicitário mineiro Marcos Valério, apontado como operador do mensalão. Informa ter negociado com o PT uma ajuda de campanha "por fora" de 20 milhões de reais em cinco parcelas, mas só recebeu a primeira, de 4 milhões.



27. Os acusados refutam todas as acusações de Jefferson. José Janene, líder do PP, diz que ele é "louco, canalha e maníaco-depressivo"; José Dirceu, que "quer se transformar em vítima, mas é réu"; Genoíno nega que Marcos Valério seja operador de mensalão. Todos ameaçam processar o deputado.

13/JUN

28. A goiana Raquel Teixeira, deputada licenciada do PSDB, afirma que recebeu oferta em dinheiro para trocar de legenda, mas não conta de quem partiu a proposta.



14/JUN

29. Em histórica sessão do Conselho de Ética da Câmara, Jefferson faz picadinho dos adversários. Confirma todas as denúncias, assume que recebeu (e guardou) 4 milhões em caixa dois, reitera que José Dirceu era o comandante do esquema do mensalão. Como um anjo vingador de camisa lilás, profere: "Dirceu, se você não sair daí rápido, vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula". Cita nominalmente como beneficiários do suborno José Janene (PP), Valdemar Costa Neto (PL), Pedro Corrêa (PP), Sandro Mabel (PL), Bispo Rodrigues (PL) e Pedro Henry (PP). Todos negam.

30. Dirceu descarta demissão ou afastamento do cargo.

31. Silvana Japiassu, secretária particular de João Paulo Cunha (PT), diz ter ganho passagens aéreas e hospedagem de Marcos Valério e que este era visto com frequência no gabinete do deputado.

Paulo Filgueiras/Ag. O Globo



32. Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, diz em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro* que viu malas de dinheiro saírem das agências do publicitário e que seu patrão viajava para Brasília em jatinho do Banco Rural. O empresário mantinha contatos com José Dirceu, Delúbio e Silvio Pereira. A entrevista é maculada pela origem suspeita, mas as informações conferem com o perfil operacional de Marcos Valério que começa a se consolidar.

33. É pedida a instauração de mais uma CPI, a da Compra de Votos – popularmente, a do Mensalão.

15/JUN

34. Secretário-geral do PP, Benedito Domingos é o primeiro a confirmar o mensalão. A distribuição do dinheiro, diz, era feita no apartamento do deputado José Janene.

16/JUN

35. Cai **José Dirceu**.

17/JUN

36. Roberto Jefferson se licencia da presidência do PTB.

18/JUN

37. Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do deputado Valdemar Costa Neto, diz que ele agia em estreita sintonia com Delúbio Soares. Menciona uma contribuição ilegal do governo de Taiwan para a campanha de Lula.

21/JUN

"Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país", inaugura a longa série de tautologias e auto-elogios em que embarca o presidente

22/JUN

Celso Junior/aE



38. Mais uma CPI: o Supremo Tribunal Federal determina ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), que nomeie os senadores para compor a CPI dos Bingos, efetivamente ordenando sua instalação.

39. O TCU (Tribunal de Contas da União) aponta "sobreprego" em dois contratos da empresa Skymaster Airline, sediada em Manaus, com os Correios. Mais uma denúncia de Jefferson ganha contornos de realidade.

40. Em depoimento ao Conselho de Ética, a deputada licenciada Raquel Teixeira diz que recebeu oferta de 30 000 reais mensais mais 1 milhão de luvas para trocar o PSDB pelo PL, feita pelo líder do partido na Câmara, Sandro Mabel. Ele nega tudo e diz que Raquel foi quem o procurou querendo mudar de partido.

23/JUN

41. Anunciada a saída de Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política, vítima da reforma ministerial com que Lula pretende recompor o chão que lhe some sob os pés.

42. Em seu primeiro depoimento desde o início da crise, na Corregedoria da Câmara, José Dirceu nega todas as acusações feitas por Roberto Jefferson e diz que conhece Marcos Valério de passagem, tendo conversado com ele algumas vezes por telefone.



25/JUN

43. Marcos Valério afirma em entrevista a VEJA ter feito saques de quantias vultosas em dinheiro para comprar gado: "Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque". José Dirceu? Esteve "quatro ou cinco vezes na ante-sala" do ex-ministro para discutir política com Sandra Cabral, assessora-chefe da Casa Civil. As sucessivas visitas à sede do PT em Brasília haviam sido para "tomar um cafezinho com meu amigo Delúbio. Discutíamos futilidades e um pouco de política".



30/JUN

44. Roberto Jefferson relata à *Folha de S. Paulo* o desvio de 3 milhões de reais mensais da estatal Furnas Centrais Elétricas. Aponta como fonte o diretor de engenharia da estatal, Dimas Toledo. Divisão do butim: 1 milhão para o PT nacional, 1 milhão para o PT de Minas e o milhão restante era rachado entre a diretoria de Furnas e um pequeno grupo de deputados.

45. Caem Dimas Toledo e mais dois diretores de Furnas.

Dida Sampaio/AE





46. Em discurso em Goiás, **Delúbio Soares** chora e diz: "Imaginem se o PT ia comprar voto de deputado, se ia carregar malas de dinheiro". Segundo ele, por trás de tudo está um movimento de direita que almeja o impeachment do presidente. "E vou dar nomes: a revista VEJA, o *Estado* e a *Folha de S.Paulo*", acusa.

1º/JUL

47. Constata-se que os saques feitos por Marcos Valério no Banco Rural e no Banco do Brasil coincidem com o troca-troca partidário para PL, PTB, PT e PP, partidos da base aliada do governo. Segundo o Coaf, entre agosto e outubro de 2003 Valério sacou 6,4 milhões de reais.



2/JUL



48. Aparecem as **assinaturas** comprometedoras: VEJA revela que Marcos Valério foi avalista, junto com Delúbio e Genoíno, de um empréstimo ao PT de 2,4 milhões de reais no BMG, em Belo Horizonte, em 2003. Consultado, Genoíno nega.

49. À noite, Genoíno volta atrás e admite tudo – mas diz que assinou "sem ler".

3/JUL

50. Reportagem da *Folha de S. Paulo* mostra que pelo menos cinco fundos de pensão ligados a estatais têm contratos com a Globalprev Consultores Associados, de dois ex-sócios do ministro da Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.



4/JUL

51. Silvio Pereira pede afastamento do PT. É o início do massacre de julho, quando rolam cabeças sem parar.

5/JUL

52. José Borba, que antes dizia conhecer Valério apenas *en passant*, renuncia à liderança do PMDB na Câmara.

53. Delúbio Soares também rola.

6/JUL

54. Marcos Valério define-se na CPI dos Correios como "um brasileiro normal". Os vultosos saques eram para "pagar a fornecedores". Mensalão? Desconhece. Tampouco foi favorecido em concorrências públicas. Admite: "amizade" com Delúbio Soares ("Ele é bicho do mato, como eu"), o aval ao empréstimo já comprovado de 2,4 milhões de reais para o PT e intermediação de contatos do partido com os bancos BMG, Rural e Opportunity.

"Estão querendo mexer na minha vida privada. Isso é uma baixaria, um golpe baixo, um desrespeito", Lula, sobre as reportagens mostrando a extraordinária evolução de seu filho Fábio, sócio de uma pequena empresa de games na qual a Telemar investiu 5 milhões de reais

9/JUL

55. Cai José Genoíno.

56. Cai Marcelo Sereno, secretário de Comunicação do PT e braço-direito de Dirceu.

57. José Adalberto, o homem-cueca, é demitido pelo deputado Guimarães

12/JUL

58. Luiz Gushiken é rebaixado. A Secretaria de Comunicações perde o status de ministério.



14/JUL

59. Relatório do Coaf mostra que o auxiliar Luiz Eduardo Ferreira da Silva, a serviço da Previ, sacou 326 660,67 reais da conta da DNA Propaganda, de Valério, numa agência do Banco Rural. Silva diz que nunca fez saque desse valor. No dia seguinte, diante de um grupo de auditores da Previ, lembrou-se de ter buscado um pacote para o então diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, que comprou um apartamento de 400 000 reais em Copacabana pouco mais de um mês depois da retirada.

60. Cai Pizzolato.



15/JUL

61. Em entrevista ao *Jornal Nacional*, Marcos Valério desfecha o que se tornaria conhecido como a Operação Paraguai: admitir vultosos empréstimos ao PT, a título de pagamento de despesas de campanha. O esquema de corrupção ficaria assim confinado ao campo dos deslizes eleitorais.



16/JUL

62. Apesar do descrédito generalizado, Delúbio Soares embarca na mesma operação: assume o caixa dois. Tudo iniciativa exclusivamente dele, jura.

17/JUL

63. Em desastrosa entrevista a uma jornalista brasileira na França, levada ao ar pelo *Fantástico*, Lula segue o mesmo tom: o PT não fez nada além do que "é feito sistematicamente" – financiar campanha com o caixa dois.



19/JUL

64. Silvio Pereira diz à CPI dos Correios que nunca ouviu falar em mensalão e não era próximo de Valério. Perguntado sobre um Land Rover de sua propriedade, afirma: "Tudo o que tenho está quitado, está no imposto de renda".

65. À noite, o *Jornal Nacional* mostra que o Land Rover Defender verde-escuro foi comprado pela empreiteira baiana GDK e registrado em nome de Pereira. A empreiteira tem contratos de 272 milhões de reais com a Petrobras.

66. Documentos obtidos pela CPI dos Correios relacionam quem sacava quanto e para quem nas agências do Banco Rural em Brasília e BH: pessoas ligadas ao ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, ao ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), aos deputados Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), José Janene (PP-PR) e Bispo Rodrigues (PL-RJ). O ex-tesoureiro nacional do PL Jacinto Lamas sacou 200 000 reais. Adauto admite que recebeu uma "ajuda" do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para saldar dívidas de campanha. Josias Gomes foi o único a comparecer, na agência de Brasília, para fazer duas retiradas de 50 000 entre agosto e setembro de 2003. A mulher de João Paulo Cunha, Márcia Milanésio Cunha, aparece com 50 000, e a assessora do líder do PT na Câmara, Anita Leocádia, sacou, no total, 320 000. Caem por terra desculpas como "consulta neurológica" (Rocha), "pagar conta da TV a cabo" (Cunha) e outras extravagâncias sobre as visitas suspeitas à agência do Rural.

08/JUL

Mauri Melo/AE



67. O homem-cueca estréia na política nacional com grande estrépito. O cearense **José Adalberto Vieira da Silva** é preso pela Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com quase 450 000 reais em dinheiro vivo – 200 000 reais em uma mala e 100 000 dólares na cueca. Ele é assessor parlamentar de José Nobre Guimarães, deputado estadual e líder do PT na Assembleia Legislativa do Ceará e irmão do presidente nacional do PT, José Genoíno.



20/JUL

68. Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, que fez a campanha presidencial de Lula, aparece como sacadora de 250 000 reais da conta da SMPB em abril de 2003. Em nota, ela informa que a empresa CEP (Comunicação e Estratégia Política), da qual é sócia, recebeu 500 000 reais do PT como pagamento por serviços.

69. "Tinham me falado que não iria aparecer nada", diz João Paulo Cunha ao explicar por que mentiu, atribuindo a ida de sua mulher à agência do Rural a um pagamento de TV a cabo.

21/JUL

70. O vice-presidente da empreiteira baiana GDK, César Oliveira, admite que comprou o Land Rover para Silvio Pereira, "de amigo para amigo".

71. Luiz Gushiken é rebaixado de novo: deixa a Secretaria de Comunicação, que é desmembrada, e se torna "assessor" de Lula.



72. Sai nova lista do valerioduto: saques chegam a 25 469 500 reais.

22/JUL

73. Silvio Pereira admite que levou o **Land Rover** na faixa e pede sua desfiliação do PT. E ainda ressalva: "Nada ofereci ou me foi pedido em troca".

"Neste país pode ter igual, mas não tem mulher nem homem que tenha coragem de me dar lição de moral e de honestidade"



23/JUL

74. Manobra de Marcos Valério é revelada em reportagem de VEJA: em contato com João Paulo Cunha no dia 9 de julho, ameaçou "estourar tudo". Em troca de colaboração, exigiu não ser preso e 200 milhões de reais em dinheiro legalizado. Cunha avisou Delúbio e Dirceu. Posteriormente, Valério concordou com a manobra de atribuir a dinheirama apenas a despesas de campanha.

75. O deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), relator da recém-criada CPI do Mensalão, aparece em reportagem da revista *Época* como beneficiário de dois depósitos, não contabilizados, como diria Delúbio, das empresas de Marcos Valério, no total de 150 000 reais. "Não há conflito algum. Estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para votar com o governo", diz o deputado.



26/JUL

76. Reportagem de *O Globo* revela que Marcos Valério tomou um empréstimo de 11,7 milhões de reais no Banco Rural em 1998 para financiar a campanha à reeleição do então governador mineiro Eduardo Azeredo, atual senador e presidente nacional do PSDB, e de aliados seus. O empréstimo não foi pago, o banco executou a dívida e em abril de 2003 aceitou receber 2 milhões de reais para liquidar o débito.

77. Depoimento da senhora Valério, Renilda Maria Santiago de Souza. Notavelmente desinformada sobre todo o conjunto da vida financeira do casal e das empresas das quais é sócia, lembra-se de um único fato relevante: José Dirceu "sabia dos empréstimos" e participou de reunião para discutir o problema com diretores dos bancos Rural e BMG no ano passado.

28/JUL

78. Delúbio Soares fala à Procuradoria-Geral da República: relata dois empréstimos no total de 5,4 milhões de reais contraídos pelo PT e avalizados por Marcos Valério que foram usados para custear despesas do partido na transição de governo e até as festividades de posse de Lula. O Planalto nega.

79. O presidente regional do PSDB de Minas Gerais, Narcio Rodrigues, admite a existência de um esquema "paralelo" de financiamento de campanha na eleição estadual de 1998, em que Eduardo Azeredo e aliados foram beneficiados. Diz que o comando do partido não participou do esquema.



29/JUL

80. O deputado Professor Luizinho (PT-SP) admite que José Nilton dos Santos – antes um "homônimo" –, listado num saque de 20 000 reais do Valerioduto, é mesmo seu assessor. Aparecem outros três deputados envolvidos nos saques: Romeu Ferreira de Queiroz (PTB-MG), João Magno (PL-MG) e Vandeval dos Santos (PL-SP).

81. João Cláudio Genu, assessor do PP, diz na PF que pegava dinheiro mandado por Valério ao Rural de Brasília, orientado pelos deputados José Janene e Pedro Corrêa. Levava-o em malas "tipo 007" para a sala do partido no Congresso Nacional. Total confirmado dos saques: 850 000 reais.

82. O irmão do ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, Antônio de Pádua Lamas, aparece como sacador de 350 000 reais em 7 de janeiro de 2004. Na época, era assessor da liderança do PL na Câmara.



30/JUL

83. VEJA revela que Roberto Marques, citado na lista de repasses das empresas de Marcos Valério como autorizado a sacar 50 000 reais, é amigo e colaborador de Dirceu. Chovem desmentidos.



1/AGO

84. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP), renuncia ao mandato de deputado depois de admitir que recebeu um dinheiro do PT ("Fui induzido ao erro"). Mas era só para pagar dívidas de campanha, ressalva, nadinha de mensalão. Como não pode mais ser cassado, fica livre para disputar as próximas eleições.

85. Maria Ângela Saragoça, uma das ex-senhoras Dirceu, conseguiu via Valério e Rural: a) um emprego de meio período; b) um empréstimo para comprar um apartamento; c) vender seu antigo imóvel. Comprador: Rogério Tolentino, sócio de Valério. Exposta pelo jornal *Estado de Minas*, disse que se sentiu "usada por este senhor".

86. O total do dinheiro sacado pelos beneficiados por Valério, segundo lista entregue pela diretora financeira Simone Vasconcelos, atinge a marca dos 55 804 000 reais. Maior beneficiária, com 15 milhões: Zilmar Fernandes, sócia numa agência de Duda Mendonça, o publicitário de Lula.



2/AGO

87. O grande duelo Jefferson versus Dirceu parece modorrento até que vem a bomba. Segundo Jefferson, o ex-ministro articulou uma viagem a Lisboa de Valério e de Emerson Palmieri, ex-tesoureiro do PTB, para "negociar" com a Portugal Telecom. O objetivo era resolver reclamações financeiras do PTB (os assombrados 20 milhões prometidos e não pagos pelo PT). O dinheiro seria gerado pela transferência de 600 milhões de dólares do IRB (aquele que aparece lá no começo da crise) para o Banco Espírito Santo, acionista da Portugal Telecom. Jefferson também envolveu Lula pela primeira vez ao dizer que Dirceu intermediou uma visita do presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa.

88. "Não é verdade, não é fato. Nunca tive relação com a Portugal Telecom. Trata-se de uma mentira", retorquiu Dirceu. Marcos Valério? "Esteve na Casa Civil acompanhando a direção do Banco Rural, umas duas vezes."

89. E **Valério** diz que foi a Portugal tratar de negócios envolvendo suas empresa. Palmieri, um "amigo", estava estressado e foi junto para repousar.

90. A lista de beneficiários das verbas repassadas por Marcos Valério inclui Márcio Lacerda, secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, cujo titular é Ciro Gomes.

2/AGO

91. Lacerda diz que os 457 000 reais que recebeu pagaram dívidas da campanha de Lula à Presidência.

92. É exonerado.

93. O escritório de advocacia do ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira esclarece: os 185 000 reais recebidos via Valério em 2003 pagaram honorários por serviços prestados no caso do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. O contratante era o Diretório Regional do PT.



3/AGO

Jefferson Coppola/Folha Imagem



"Se eu for, com ódio ou sem ódio, eles vão ter que me engolir outra vez."

Lula, lançando a candidatura à reeleição

94. A agenda da Casa Civil, disponível no site, registra: no dia 11 de janeiro – treze dias antes da viagem a Portugal – José Dirceu recebeu Valério e Ricardo Espírito Santo, do banco homônimo.

95. Divulgada reportagem do jornal *Expresso* na qual o ex-ministro português António Mexia diz que em 2004 se reuniu em Lisboa com Marcos Valério, que se apresentou como "consultor" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

96. Cai o presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, um dia depois de seu nome ser sugado pelo lamaçal, com saques de 2,7 milhões de reais e pelo menos sete encontros documentados com Valério.

97. O deputado José Nobre Guimarães, irmão de Genoíno e ex-chefe do homem-cueca, admite ter passado no valerioduto. Montante: 250 000 reais. Motivo? Dívida de campanha, claro. E a história dos dólares escondidos naquele lugar? Nada a ver.

4/AGO

98. Jefferson volta atrás nas acusações contra Lula. "Não posso dizer se o presidente soube ou não do encontro do José Dirceu para tratar do esquema Portugal Telecom". Outra: "O Dirceu não teria condições de fazer tudo sozinho. Para mim, passa por José Dirceu e pelo Gushiken, tem inteligência do governo".

99. Na CPI dos Bingos (lembra-se?), diretores da multinacional GTech, que opera as loterias da Caixa Econômica Federal, reafirmam que sofreram tentativa de extorsão no valor de 6 milhões de reais no início do governo Lula. Acusados: Rogério Buratti e Waldomiro Diniz, ex-assessores dos ministros Antonio Palocci e José Dirceu, respectivamente.

5/AGO

100. "Algum banqueiro daria aval para Delúbio e Valério? Os bancos só deram aval porque sabiam que por trás tinha um conforto, uma garantia", diz Valério em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, na qual confirmou, por fim, o esquema do mensalão. "Além do Dirceu, toda a cúpula do PT sabia." E mais virá: "Vou contar tudo o que sei, mas não de uma vez. Vou contar devagarinho e vou fazer um estrago, um barulhão".

4. Edição 1918 publicada em 17/08/ 2005.



A agonia de um partido

**Na semana em que novas denúncias
estranhadoras sobre o PT levam
deputados do partido às lágrimas,
José Dirceu manobra para garantir
a sobrevivência de Delúbio Soares
na legenda**

.....
Marcelo Carneiro

Fotos Ana Araujo; Dida Sampaio/AE; Luludi/Ag. Luz; Joedson Alves/AE; Celso Junior/AE



CÚPULA ESFACELADA

Dirceu e seus companheiros: mesmo com o PT em frangalhos, a velha luta pelo poder

Enredado em cuecas recheadas de dólares, malas de dinheiro, empréstimos suspeitos e, agora, depósitos milionários em paraísos fiscais, o PT caminha agonicamente para o fim. Na quinta-feira passada, o publicitário Duda Mendonça cravou o que pode ter sido a estaca mortal no coração do partido ao admitir ter recebido dele, como pagamento por campanhas eleitorais, 10,5 milhões de reais repassados via caixa dois para uma offshore nas Bahamas. Enquanto o marqueteiro falava, parlamentares de estrela vermelha na lapela choravam no plenário da Câmara. Eram lágrimas de luto por um quase finado partido – explodido pela realidade dos fatos e implodido pelas dinamites que ele mesmo plantou em suas entranhas. Entre elas: o desprezo pela democracia, a promiscuidade na relação com o governo e o personalismo do mais notório de seus dirigentes, o ex-ministro José Dirceu.

Veja também

NESTA EDIÇÃO

- ▶ **Choque de realidade**
- ▶ **Duda, a verdade que arrasa**
- ▶ **Ele quer contar tudo**
- ▶ **Uma reforma-tampão**
- ▶ **Molecagem no Plenário**
- ▶ **Recado para Lula**

DOS ARQUIVOS DE VEJA

- ▶ **Reportagens sobre o governo Lula**

Há anos, Dirceu comanda o Campo Majoritário (bolchevique, em russo), facção que, na briga fratricida de tendências pela hegemonia no partido, até hoje conseguiu reinar soberana. O Campo Majoritário controla quase 70% das vagas do Diretório Nacional – versão ampliada da Executiva Nacional, o politburo petista que decide os destinos da legenda. Embora as denúncias do mensalão tenham derrubado os quatro principais nomes da Executiva, todos ligados ao Campo Majoritário, seu comandante insiste em não assinar a rendição. Prova disso foi a performance que exibiu no sábado 6, na reunião do Diretório Nacional em São Paulo. Ignorando o presidente interino do PT, Tarso Genro, Dirceu, por meio de uma série de manobras, impediu a aprovação de qualquer medida que significasse uma punição aos dirigentes e parlamentares petistas envolvidos na lama do mensalão.



O SONHO ACABOU

As lágrimas dos deputados petistas na Câmara, depois das revelações de Duda: um partido implodido por seus próprios dirigentes

VEJA ouviu cinco petistas que participaram da reunião do diretório e reconstituiu a queda-de-braço entre o grupo de Dirceu e as alas da esquerda. O ex-chefe da Casa Civil não fez uso da palavra, como é de seu costume nessas reuniões. Manteve uma postura discreta, limitando-se a comandar rodinhas de, no máximo, duas ou três pessoas. Mas teve participação decisiva nos três episódios fundamentais da reunião: a recusa em levar ao Conselho de Ética do partido os dirigentes acusados de envolvimento no esquema do mensalão, a manutenção da legenda para os parlamentares apontados como sacadores do valerioduto que renunciarem ao mandato a fim de escapar da cassação no Congresso e – essa nem Lenin ousaria – a não-expulsão de Delúbio Soares, barganhada por uma suspensão da filiação do ex-tesoureiro, acusado de ser o operador do esquema do mensalão.

Até o último momento, Dirceu, por meio de interlocutores, tentou negociar com as lideranças da esquerda do partido uma pena mais branda para Delúbio. Quando ficou claro que os petistas não abririam mão da expulsão do ex-tesoureiro, os aliados de Dirceu – sob sua orientação – passaram a, deliberadamente, atrasar a reunião. Enquanto isso, dois emissários do deputado foram à casa de Delúbio para convencê-lo a assinar uma carta com o pedido de suspensão de sua filiação. A carta chegou no fim da tarde. Delúbio conseguiu ser suspenso "a pedido" e a expulsão não foi adiante.

Dida Sampaio/AE



O HOMEM DO VALERIODUTO

Delúbio Soares: apontado pelos próprios pares como a encarnação

Para vencer batalhas como essa, Dirceu usou toda a maldade acumulada ao longo dos quinze anos à frente dos principais cargos de direção do partido. Nesse período, notabilizou-se, entre outras coisas, pelo gosto pela prática da intimidação. Episódio ocorrido no encontro de sábado ilustra esse estilo. Em uma conversa com membros do Campo Majoritário, Dirceu voltou-se para o senador Aloizio Mercadante – que, em entrevistas à imprensa, vinha cobrando punições aos dirigentes do partido – e insinuou que ele deveria administrar melhor seu comportamento. Fez uma menção velada a alguns outdoors espalhados por São Paulo, que estamparam o nome do senador. A ameaça surtiu efeito sobre Mercadante. O senador ajudou a barrar ao menos uma das propostas que desagradavam a Dirceu: a de que os parlamentares que comprovadamente haviam sacado dinheiro no valerioduto fossem levados imediatamente ao Conselho de Ética do partido.

Outro elemento, mais prosaico e (demasiadamente) humano, contribuiu para o desmanche do PT: o deslumbramento de alguns de seus principais representantes, que, diante do banquete do poder, lançaram-se sobre os pratos como porcos magros. Silvio "Land Rover" Pereira coroou os 25 anos de serviços prestados ao partido no constrangedor episódio envolvendo a GDK, empresa prestadora de serviços ao governo e fornecedora do "presente" recebido pelo ex-secretário-geral do PT. Delúbio "Charutos Cohiba" Soares e suas fazendas de origem nebulosa, pela profusão de elementos disponíveis, dispensam comentários, da mesma forma que o ex-presidente da Câmara, João Paulo "50.000" Cunha. Hoje, porém, já se sabe que o surgimento do nome de outros petistas nas listas do valerioduto causou pouca surpresa entre representantes do partido. O Professor Luizinho, ex-líder do governo na Câmara, por exemplo, agraciado com 20.000 reais pelo valerioduto, era famoso entre seus pares pela desenvoltura com que pedia vinhos de quatro dígitos em restaurantes da capital federal e pela generosidade que exibia durante jantares com companheiros de legenda. "Fazia questão de pagar a conta de todo mundo, ainda que ela desse 300 reais por cabeça", lembra um companheiro.

O desmantelamento ético do PT é tamanho que o deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, teve de renunciar à vice-presidência da CPI do Mensalão porque, a mando de Dirceu, divulgou uma lista falsa com os nomes de 128 políticos de outros partidos que teriam recebido dinheiro do valerioduto. Uma vergonha, esse PT. Uma vergonha, esse Dirceu.

A derrocada de um partido historicamente identificado com os ideais que ele agora afronta levou às lágrimas parte de seus representantes. Imagens de parlamentares como Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Chico Alencar (PT-RJ) chorando no momento em que Duda Mendonça detalhava o modus operandi oculto da legenda resumiram o sentimento de petistas e militantes idealistas diante da sucessão de revelações estarrecedoras acerca do partido e seus dirigentes. "O golpe político é terrível, mas o golpe pessoal é muito doloroso também. É duro perceber que, durante todos esses anos, convivemos com um partido paralelo", disse Santiago.

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes – pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje

pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia – assim como a ética – jamais foi um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder – tem um valor "estratégico". "O PT nunca fez, de verdade, a conversão que os partidos de esquerda da Europa foram forçados a fazer, aceitando a democracia representativa e a economia de mercado", diz o filósofo Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É possível que a passagem do PT pelo cenário político brasileiro, portanto, nem sequer deixe um legado digno de respeito. Pelo contrário: é mais provável que os livros de história se dediquem a contar às futuras gerações o efeito deletério da oposição petista na última década, quando o partido tentou barrar propostas fundamentais para a modernização do Estado brasileiro – como a quebra do monopólio das telecomunicações e a reforma da Previdência –, apenas para retomá-las a partir do primeiro minuto do governo Lula.

Uma semana depois que tomou posse como novo presidente do partido, Tarso Genro reconheceu que o PT teve, no poder, um comportamento "um pouco arrogante" e tentou ser "monopolista da verdade". Algumas semanas convivendo com as entranhas da máquina montada por Dirceu e seu grupo foram suficientes para convencer o ex-ministro da Educação da necessidade de subir o tom das autocríticas. Na semana passada, ele admitiu que o partido se transformou "praticamente em uma extensão do governo", funcionando "como uma espécie de ministério sem pasta". O reconhecimento talvez tenha vindo tarde demais. Tarso, agora, tenta juntar os cacos do PT, recorrendo às alas que foram alijadas da direção do partido pela quadrilha de Dirceu. Essa turma "limpinha", no entanto, tem um pecado de origem: a falta de conexão com a realidade, fruto de sua crença messiânica no socialismo.

O PT, sob o comando de Dirceu, colocou em prática um pragmatismo que conjuga o pior tipo de patrimonialismo, aquele que "sacramenta" o direito à apropriação de recursos públicos em benefício privado, com o mais empedernido leninismo, representado pelo aparelhamento do Estado em favor dos interesses do partido. Escondidos sob o manto da dicotomia "conservadores versus progressistas", os petistas que encabeçavam o tal Campo Majoritário espertamente evitaram a diferenciação que, de fato, interessa no momento de escolher os que lidarão com o bem público: o que separa a honestidade da desonestidade, o certo do errado. Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista.

Brasil

Ressaca moral

O que ex-petistas e petistas desiludidos dizem hoje a respeito do partido e de Lula

Wilton Junior/AE



"O PT tem todo o direito de continuar existindo juridicamente, mas o partido que eu ajudei a construir já morreu. E só participo de debates sobre ressurreição e reencarnação no âmbito religioso."

Senadora Heloísa Helena (ex-petista, hoje no PSOL-AL)

Anderson Schneider/Versor



"Diante das denúncias, os petistas optaram por uma saída jurídica, em detrimento de uma explicação política. Isso só é possível para quem já decidiu abandonar a vida pública. Esse comportamento reduziu as chances de sobrevivência do PT."

Deputado federal Fernando Gabeira (*ex-PT, hoje no PV-RJ*)

Joedson Alves/AE



"O partido confundiu-se com o governo, tornou-se aparelho do Estado e acreditou que os fins justificavam os meios. Agora, só há salvação se os responsáveis por tudo isso forem punidos."

Deputado federal José Eduardo Cardozo (*PT-SP*)

Orlando Brito/OBRITONEWS



"O PT foi atingido de forma irremediável. Do ponto de vista do patrimônio da lisura e da ética, acabou jogado na vala comum. E essa situação é irreversível."

Deputado federal Antônio Carlos Biscaia (*PT-RJ*)

José Paulo Lacerda/AE



"O PT levará, no mínimo, dez anos para se recuperar. Nos anos 90, elegeu a ética como razão de existir, mas a ética deve ser intrínseca ao partido, e não uma causa."

Senador Cristovam Buarque (*PT-DF*)

Vidal Cavalcante/AE

"O PT errou: afastou a militância, pôs burocratas no governo e se entregou às vontades de Lula. E que vontades eram essas? Apenas a do poder pelo poder. Agora acabou. O castelo de areia ruiu."

Economista e ex-militante petista Paulo de Tarso



Venceslau, expulso do PT em 1997

Clayton de Souza/AE



"O PT cometeu o pecado original. Comemos a maçã proibida, o fruto da ambição. Foram muitas mentiras. E o pior é que o PT só está querendo achar culpados individuais. Não quer assumir o grande equívoco que cometeu com a nação."

Deputado federal Paulo Delgado (PT-MG)

Felipe Varanda/Folha Imagem



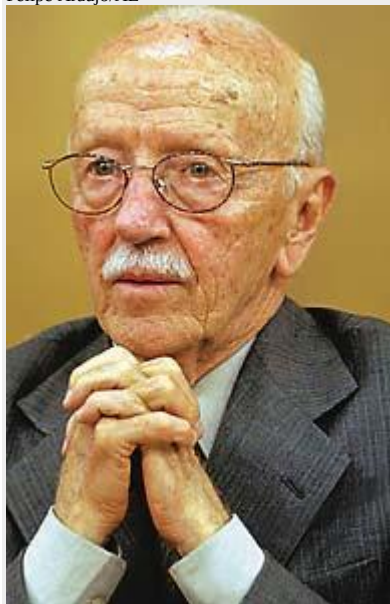
"Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia. Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes."

Ex-dirigente petista César Benjamin, em artigo para a Folha de S.Paulo

"Lula esconde a sujeira"

O jurista Hélio Bicudo, de 83 anos, tem uma longa militância em favor dos direitos humanos, na qual se destaca o combate à ação do Esquadrão da Morte paulista, no fim dos anos 60. Relutou muito antes de decidir manifestar sua opinião sobre o governo Lula e o PT, ao qual é filiado há 25 anos. Decidiu falar incentivado pela família e por alguns amigos, inclusive da base petista. "Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado partícipe do que está acontecendo", disse Bicudo à editora de VEJA Lucila Soares, a quem concedeu a seguinte entrevista.

Felipe Araujo/AE



UMA CERTEZA

Hélio Bicudo, petista há 25 anos: "É impossível que Lula não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos"

O SENHOR ACREDITA QUE O PRESIDENTE LULA SABIA DOS FATOS QUE ESTÃO VINDO A PÚBLICO?

Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

POR QUE O PRESIDENTE NÃO TOMOU NENHUMA ATITUDE PARA IMPEDIR QUE A SITUAÇÃO CHEGASSE AONDE CHEGOU?

Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma. Lula manteve a postura de que não faz parte disso e não abre espaço para uma discussão pública.

HÁ OUTROS EXEMPLOS DESSA CARACTERÍSTICA?

Há um muito claro. Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele. O único punido foi o Paulo de Tarso Venceslau, autor da denúncia. Ainda que não existisse

necessariamente um crime, havia um problema sério, ético, político, que tinha de ter sido discutido e não foi. Essas coisas todas vão se acumulando e, no final, acontece o que se vê hoje.

ESSES MESMOS SINAIS ESTÃO PRESENTES NO ASSASSINATO DO PREFEITO DE SANTO ANDRÉ, CELSO DANIEL?

A história de Santo André ainda não está clara. Houve uma intervenção do próprio partido para caracterizar o crime como crime comum, do que eu discordo. Houve a eliminação do Celso, ou porque ele não concordava com a corrupção ou porque ele quis interromper o processo num determinado ponto.

O SENHOR FOI VICE-PREFEITO DE MARTA SUPPLY. COMO FOI PARTICIPAR DE UM GOVERNO PETISTA?

O que me realizou na prefeitura foi constituir a Comissão de Direitos Humanos do município. Fora isso, tudo passou ao largo do meu gabinete, por opção de Marta. E, em dezembro de 2004, já no fim do governo, quando assumi interinamente a prefeitura e houve uma chuva muito forte, com graves prejuízos à população, pude verificar que os serviços públicos estavam totalmente omissos. Convoquei uma reunião do secretariado e apareceram dois ou três. Para mim foi uma experiência extremamente negativa.

EM QUE MOMENTO O SENHOR COMEÇOU A PERCEBER QUE O PARTIDO ESTAVA NO CAMINHO ERRADO?

Quando a direção passou a tomar a frente das campanhas políticas. No início a militância era a grande força eleitoral. Isso foi mudando na medida em que o partido começou a abandonar os princípios éticos. A partir da campanha eleitoral de 1998, instalou-se definitivamente a política de atingir o poder a qualquer preço.

O PRESIDENTE LULA TAMBÉM QUERIA CHEGAR AO PODER A QUALQUER PREÇO?

Sim. Mas ele quer a representatividade, sem o ônus do poder. Ele dividiu o governo como se estivéssemos num sistema parlamentarista. É o chefe do Estado, mas não do governo. Nisso há, aliás, uma clara violação da Constituição, que é presidencialista. A consequência foi o aparelhamento do Estado, um governo sem projeto e essa tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional.

O EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU ERA O PRINCIPAL NOME DESSE GRUPO A QUEM LULA DELEGOU O PODER. QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE ELE?

Dirceu é um trator. Ele é um homem que luta, sem restrição a meios, pelo poder. Está impregnado desse objetivo. Ele é o melhor representante de um grupo que aspirava ao poder pelo poder, não para fazer as reformas que sempre defendemos. O PT chegou ao governo sem projeto. Se Lula

quisesse transformar o sonho petista em realidade, poderia ter se cercado de gente que o ajudaria nisso. Pessoas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fábio Konder Comparato, Maria Victoria Benevides, Paulo Nogueira Batista Junior trabalharam no programa e foram depois pura e simplesmente deixadas de lado. Foi uma escolha. Que continua. Em vez de buscar as pessoas autênticas, que comungam do ideal que acho que ainda é dele também, Lula se reúne com o Chávez (*Hugo Chávez, presidente da Venezuela*). Para quê?

O SENHOR TAMBÉM SE CONSIDERA DEIXADO DE LADO?

Eu entrei no PT porque achei que devia entrar, ajudei o Lula em vários momentos porque achei que devia ajudar e nunca pedi nada em troca. Ele é que, espontaneamente, me disse que eu assumiria uma posição. Um dia, o ministro Celso Amorim mandou seu chefe-de-gabinete me oferecer um lugar de conselheiro da Unesco. Eu pedi que me explicasse o que representava exatamente essa posição. A resposta foi: "É formidável. Três viagens por ano a Paris". Ou seja, estavam me oferecendo uma mordomia. Eu não aceitei.

EM ALGUM OUTRO MOMENTO O SENHOR FOI CHAMADO A COLABORAR COM O GOVERNO?

Sim. O então presidente do PT, José Genoíno, me pediu ajuda para convencer meus amigos deputados federais do PT a retirar seu apoio à formação da CPI dos Correios.

EXISTEM ELEMENTOS PARA QUE SE PEÇA O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE?

Os fatos podem vir a caracterizar crime de responsabilidade e, portanto, motivar um pedido de impeachment. Mas eu gostaria de lembrar que as primeiras pessoas que pediram o impeachment de Fernando Collor foram o Lula e eu. O pedido foi engavetado. Só quando houve pressão popular é que se concretizou um processo. Se você não tem apoio popular, isso cai numa discussão de juristas que não leva a nada, a não ser ao prejuízo da democracia.

COMO O SENHOR VÊ O FUTURO DO PT?

Depende muito de como esse processo vai prosseguir. Se continuarmos com uma direção chapa-branca, não vamos chegar a lugar algum – a não ser no "desfazimento" de um partido que poderia ter chegado ao poder para realizar as reformas necessárias, mas só conseguiu promover um grande isolamento do Lula.

O enigma do empréstimo a Lula

Raphael Neddermeyer/AE



AMIGÃO

Paulo Okamoto: o ex-tesoureiro diz que pagou o empréstimo de Lula com dinheiro do próprio bolso. Pois é

Da enorme lista de histórias mal explicadas que povoam as CPIs, uma delas é especialmente intrigante: quem pagou uma dívida de 29 436 reais de Lula para com o PT? A dívida teria sido contraída em 2002, quando Lula ainda era candidato. Teria pago gastos com viagens e passagens aéreas da hoje primeira-dama, Marisa Letícia. Há três semanas, durante o depoimento de Delúbio Soares à CPI dos Correios, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) perguntou ao ex-tesoureiro petista se o pagador do débito teria sido o empresário Marcos Valério. Delúbio se limitou a dizer: "Não vou me pronunciar sobre esse assunto". O débito foi quitado em quatro parcelas, em uma conta do PT, entre 2003 e 2004 – ou seja, quando Lula já era presidente e Marcos Valério o operador das finanças do partido.

À pergunta sobre a identidade do pagador, o PT respondeu com um prolongado silêncio. Na semana passada, no entanto, depois que uma planilha encaminhada pelo Banco do Brasil à CPI dos Correios apontou Lula como depositário da dívida, apareceu uma outra explicação. Paulo Okamoto, ex-tesoureiro da campanha de Lula em 1989 e atual diretor-presidente do Sebrae, afirmou ter sido ele o pagador do débito. A informação foi divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Embora contradiga a planilha do banco, a versão de Okamoto foi endossada pelo PT. Okamoto é amigo do presidente. É ele quem administra as contas da família Lula. Para isso, contaria com a ajuda de outro grande amigo do presidente, o empresário Antoninho Marmo Trevisan. Trevisan participou da negociação que resultou no investimento de 5 milhões de reais feito pela Telemar na Gamecorp, empresa que tem como sócio Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente.

A versão de Okamoto, publicada uma semana depois de ele ter viajado com Lula para Garanhuns (PE) – num vôo durante o qual os dois conversaram longamente –, não foi suficiente para decifrar o enigma do empréstimo. Primeiro,

porque carece de lógica. Na planilha do Banco do Brasil, Lula aparece como o pagador. Okamoto, no entanto, diz que pagou a dívida, e do próprio bolso. Mais: que não informou nada a Lula e que não se lembra da forma como fez os depósitos. Segundo, porque a explicação se choca com uma declaração do ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Em nome de Lula, Wagner afirmou que o presidente não tinha débito algum com o partido. Ora, bolas: então, Okamoto pagou um débito que não existia? E Lula aparece numa planilha pagando uma dívida que não tinha? Quando se fala em PT, dinheiro e dívidas, perguntas lógicas quase sempre carecem de respostas idem.

Juliana Linhares

5. Edição 1923 publicada em 21/09/2005.



Da utopia ao caos

Como o PT forjou sua derrocada: do nascimento apoiado no equivoco socialista e no mito do líder operário ao esfacelamento de seu patrimônio ético e à chegada ao banco dos réus

.....
Marcelo Carneiro e Juliana Linhares

Joedson Alves/AE



ONTEM, HOJE

Luiz Gushiken, Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu, em foto de 1984; acima, os três pouco antes da eclosão da crise

O Partido dos Trabalhadores elege neste domingo o grupo que irá determinar os rumos da agremiação nos próximos cinco anos (se é que o PT durará tanto). Da disputa – da qual sairão os nomes dos presidentes dos diretórios nacional, estadual e municipal – participam, além do candidato do Campo Majoritário, o grupo liderado pelo ex-ministro José Dirceu que tenta se manter no poder, nove correntes da esquerda do partido. A última eleição desse tipo no PT ocorreu em 2000. Naquele ano, vencê-la significava conquistar o controle de uma formidável máquina partidária com 1 milhão de filiados e um caixa azul como céu de brigadeiro. O PT tinha então 187 prefeituras, reputação de "partido ético" e chances reais de conquistar pela primeira vez a Presidência da República. Hoje, a situação é bem diferente. A dívida oficial da legenda é de 20 milhões de reais, seus principais dirigentes estão sentados no banco dos réus das CPIs, ameaçados de cassação, e as perspectivas para as eleições de 2006 são, na mais otimista das hipóteses, dramáticas. A cientista política Lúcia Hipólito estima que as bancadas do partido na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas dos estados devam minguar em, pelo menos, um terço.

Veja também

NESTA REPORTAGEM

- ▶ **Quadro: Os 120 dias que abalaram o PT**
- ▶ **Quadro: Os "antitudo"**
- ▶ **Quadro: Do sonho ao pesadelo**

NESTA EDIÇÃO

- ▶ **Severino culpou até o filho morto, mas não convenceu**
- ▶ **A imunidade e a impunidade parlamentar**

EXCLUSIVO ON-LINE

- ▶ **Em Dia: O PT no poder**

À chapa vencedora das eleições deste domingo, portanto, restará pouco mais do que a melancólica missão de administrar uma massa falida.

Na semana passada, sete petistas – incluindo José Dirceu e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha – conseguiram fazer com que o Supremo Tribunal Federal (STF) lhes concedesse liminar impedindo temporariamente a abertura de seus processos de cassação. O episódio – somado à resistência do partido em apoiar o pedido de cassação do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (*veja reportagem*) mais a inacreditável manutenção do ex-tesoureiro Delúbio Soares nos quadros da legenda – dá mostras de que os dirigentes petistas já abandonaram a luta no terreno político para dedicar-se à exclusiva missão de salvar a própria pele – e a dos aliados que puderem lhes garantir alguma sobrevivência. A ruína do PT deu-se em tempo recorde. Foram necessários apenas 100 dias para que uma alucinante sucessão de revelações fizesse com que o partido fosse soterrado pelos escombros do seu patrimônio ético (*veja quadro*). Uma edificação não vai ao chão em tão pouco tempo a menos que seus alicerces estejam podres. É o caso do PT.

O partido padece de um erro de origem: nasceu assentado sobre dois equívocos. O primeiro foi ter sido criado sob o signo do socialismo quando a idéia já seguia em franca decadência no restante do planeta. Dois anos antes da fundação do PT, em 1980, a China já havia iniciado o processo de descoletivização da sua agricultura. Começara a estimular a entrada de capital e tecnologia estrangeiros e a instalação de multinacionais no país. Em 1985, o então presidente russo Mikhail Gorbachev dava início à perestroika (o processo de abertura da economia soviética) e, em 1989, o Muro de Berlim caía, revelando ao mundo o assalto ao Estado protagonizado pelos partidos comunistas do Leste Europeu e fazendo desabar com ele a utopia marxista. Enquanto isso, o PT, recém-criado, divulgava manifestos pregando a "solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo" e aos "explorados pelo capitalismo". Do ponto de vista ideológico, portanto, o PT já nasceu póstumo. "Ele foi no contrafluxo da esquerda", reconhece Roberto Schwarz, crítico literário e um dos primeiros intelectuais a apoiar a legenda, à qual ainda é filiado.

O segundo equívoco do PT decorre do primeiro. O partido foi formado por uma mixórdia: sindicalistas, militantes egressos da luta armada, integrantes da esquerda católica e intelectuais marxistas. Este último segmento, sobretudo, encarregou-se de construir um mito – o de que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, era o guia excelso da classe trabalhadora rumo ao paraíso socialista. Ora, Lula nunca foi socialista. Não se pode nem mesmo dizer que era "de esquerda". Lula era, sim, um líder sindical forjado no pragmatismo das brigas salariais entre operários e empresários – como ele mesmo deixou claro em um histórico debate travado com um deputado em 1982.

Quando um parlamentar perguntou se ele era "comunista, socialista ou o quê", Lula respondeu: "Sou torneiro mecânico". Movido pela ambição pessoal, Lula – numa perfeita simbiose com os intelectuais que viam nele a figura do "líder operário puro" – embarcou gostosamente na aventura leninista. "Os intelectuais achavam que Lula seria um tapete mágico capaz de levá-los à revolução. Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder", diz o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Hoje, passados 25 anos, já se sabe qual dos tapetes chegou ao destino traçado. Os intelectuais ficaram para trás – a maioria por decisão voluntária, fruto da percepção da realidade. Há, claro, exceções. Na semana passada, a filósofa Marilena Chaui, uma das principais ideólogas do PT, rompeu, da pior maneira possível, o silêncio obsequioso que vinha mantendo até então, a pretexto de "entender a crise". A filósofa declarou ter "descoberto" o motivo pelo qual se tem "tanto ódio ao PT". "Eu sei hoje por quê: é porque nós fomos o principal construtor da democracia neste país. E não seremos perdoados por isso nunca", declarou. Encerrou seu discurso com o grito de "no pasarán!", a palavra de ordem celebrizada por Dolores Ibárruri Gómez, líder dos comunistas espanhóis que ficou conhecida como "La Pasionaria". Não há, para os que têm na razão e no pensamento a matéria-prima de seu trabalho (como é o caso da filósofa), nada mais deletério do que se deixar levar pela paixão cega. Ao incorrer nesse erro, Marilena Chaui abre mão do título de pensadora para se tornar uma séria candidata à vaga de Velhinha de Taubaté, a personagem recentemente "assassinada" pelo escritor Luis Fernando Verissimo. As declarações da professora da USP não foram, porém, de todo inócuas. Serviram, ao menos, para mostrar que, contrariando todas as expectativas, a imensa arrogância de alguns petistas permanece intocada a despeito dos dólares na cueca e mesmo debaixo dos escombros do furacão da história que

Celso Junior/AE



QUEM DIRIA

Do senador Pedro Simon para José Genoíno, no banco dos réus da CPI: "Nunca imaginei ver o senhor aí"

destróçou suas teses.

Ao atribuir ao PT o mérito pela construção da democracia no Brasil, Marilena Chaui não só comete, na melhor das hipóteses, um evidente exagero como passa por cima do fato de que, para o PT, a democracia sempre teve um valor meramente estratégico: nunca passou de "uma concessão ao regime burguês" para chegar ao poder. O desprezo pela democracia representativa está no DNA do partido. Foi ele que, em 1986, elegeu dezesseis deputados constituintes para, em seguida, ensaiar um ato de recusa à assinatura da nova Carta. Um documento oficial da agremiação, divulgado na ocasião, justifica assim a recusa (mais tarde trocada por um "voto de protesto"): "O PT, como partido que almeja o socialismo, é por natureza contrário à ordem burguesa, sustentáculo do capitalismo. Disso decorre que ele rejeita a Constituição burguesa que vier a ser promulgada, da mesma forma que a Constituição vigente". Foi também o PT que, pouco antes, em 1985, decidira expulsar de seus quadros três deputados que, contrariando as diretrizes da legenda, participaram do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves, um dos principais episódios que marcaram o fim da ditadura. Foi também seu mais importante dirigente, Lula, quem deixou escapar o desprezo pelo Legislativo ao chamar o Congresso, em 1993, de "palco de 300 picaretas". Picaretas com os quais, aliás, ele conviveu entre 1987 e 1991, sem jamais esconder seu tédio e sua falta de entusiasmo pela função.

Lula, ao contrário do que tenta demonstrar, tem imensa responsabilidade pela derrocada do partido que ajudou a criar. A ambigüidade com que fez sua estréia na sigla, a manutenção da esquizofrenia ideológica ao longo dos 25 anos de existência da legenda e a nomeação de José Dirceu como líder do apparatchik que proporcionaria aos petistas um reinado de 1.000 anos, para ficar só em alguns exemplos, foram escolhas de ninguém menos do que o próprio Lula. Os resultados são os que hoje se vêem. A adesão meramente tática à democracia se refletiu recentemente nas tentativas de censurar a imprensa, amordaçar o Ministério Público, controlar a produção cultural e impor normas ao pensamento acadêmico. A máquina montada por Dirceu funcionou a serviço do suborno e da corrupção (tudo supostamente "lavado" com o sabão da causa nobre – a perpetuação no poder para o bem do povo) e produziu cenas insólitas como a protagonizada por José Genoíno na semana passada. O ex-presidente do PT foi, nos anos 90, um dos integrantes da tropa formada por parlamentares petistas que cerraram fileiras pelo impeachment de Fernando Collor e pela cassação dos anões do Orçamento. Na terça-feira, o mesmo Genoíno surgiu balbuciando argumentos implausíveis no tribunal em que antes estivera como acusador – situação que lhe rendeu um aparentemente sincero comentário do senador Pedro Simon (PMDB-RS): "Nunca imaginei ver o senhor em uma situação como essa". Por fim, a eterna dicotomia cultivada pelo PT entre os ideais socialistas e o mundo real fez com que o partido deixasse de cumprir aquele que poderia ter sido o seu papel – contribuir para a consolidação de um sistema político em que os rótulos de esquerda e direita não cabem mais. "A idéia de que há um pacote ideológico, representado por essa divisão, que dê respostas a todas as questões não faz sentido no mundo em que vivemos hoje", afirma o filósofo José Arthur Giannotti. "Cada problema tem de ser pensado nos seus próprios termos. E isso dá mais trabalho", diz.

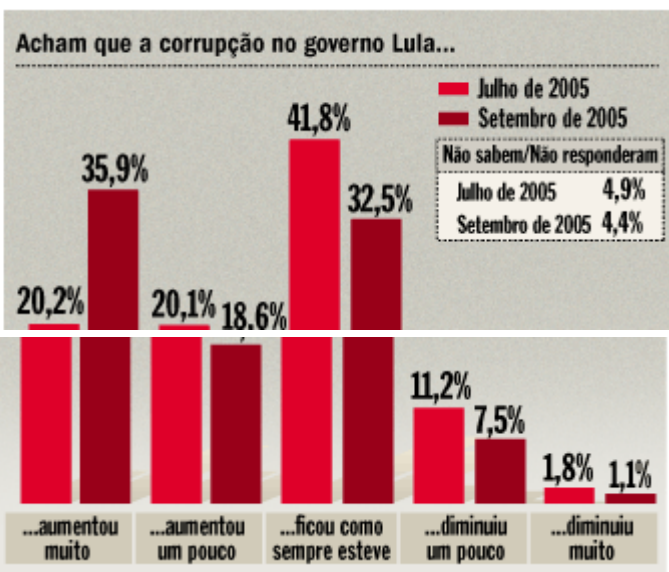
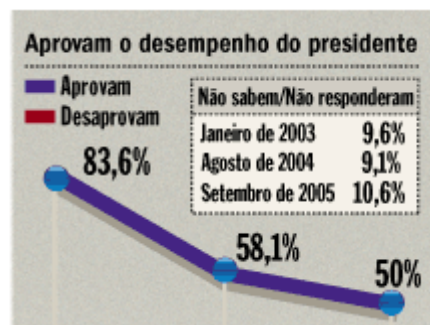


A PASSIONÁRIA DA USP

Para a filósofa Marilena Chaui, a Justiça é uma idéia socialista e o PT atrai ódio porque "construiu a democracia". Faltou discorrer sobre os dólares na cueca

Ao recusar-se a assumir a tarefa de pensar e agir com honestidade, o PT se viu obrigado a seguir o caminho trilhado pelos partidos tradicionais de esquerda que hoje ilustram minguiadas páginas dos livros de história como experiências fracassadas. O sociólogo alemão Robert Michels já descrevia esse percurso em 1911, no livro *Sociologia dos Partidos Políticos*. Segundo Michels, faz parte do código genético dos partidos de esquerda a tendência à burocratização e à formação de uma elite que, no lugar dos velhos anseios socialistas, passa a administrar apenas sua própria sobrevivência política. "O PT repetiu o destino comum a esses partidos: um grupo assume o comando, torna-se hegemônico e toma de assalto o Estado", diz Giannotti. Foi o que aconteceu no México, onde o Partido Revolucionário Institucional (PRI) comandou a política do país por sete décadas até ser banido, no fim dos anos 90, quando a corrupção entre os quadros dirigentes da legenda atingiu níveis escandalosos.

As eleições para o Diretório Nacional do PT, neste domingo, reúnem seis chapas com alguma chance de romper a hegemonia que os bolcheviques (ou Campo Majoritário, em português), o grupo de Dirceu, detêm há dez anos. A julgar pelas propostas apresentadas pelos candidatos até agora (*veja quadro na pág. 48*), é certo que, não importa o resultado, ele estará longe de significar uma promessa de ressurreição do partido. Se os bolcheviques prevalecerem, o mais provável é que o PT vá a pique num prazo recorde, com a intensificação da debandada nas hostes petistas. Ela já é grande. Desde a eclosão dos escândalos, os soviets (diretórios, em português) municipais foram definhando de tal forma que hoje, nas cidades com menos de 30.000 habitantes, em vários deles não há quem atenda o telefone nas sedes locais do partido. No caso de uma das correntes de extrema esquerda radical ganhar, o cenário só é um pouco menos desastroso – estima-se que a legenda encolherá de maneira substancial, passando a contar com cerca de 10% a 15% do eleitorado. Não é muito – é uma taxa que quase coincide com a prevalência de outro mal endêmico do Brasil, o analfabetismo (10%). Mas a crise do PT, qualquer que seja o seu desfecho, pode oferecer algo de positivo ao país. Desfeita a idéia de que o petismo, hoje transformado em distopia, representava a única opção política "verdadeiramente virtuosa", o eleitor poderá entender melhor cada problema do país em seus próprios termos – e não como um feixe de questões a ser resolvido mediante a consagração de uma oposição detentora de soluções mágicas. "Não amadureceríamos se não queimássemos as ilusões petistas", diz Giannotti. Nesse sentido, a gangue que tomou de assalto o PT não poderia ter facilitado mais o trabalho.



6. Edição 1943 publicada em 15/02/2006.

O candidato dos pobres - Lula volta a subir nas pesquisas mas fica dependente do eleitor mais humilde do país – e num grau jamais visto na história



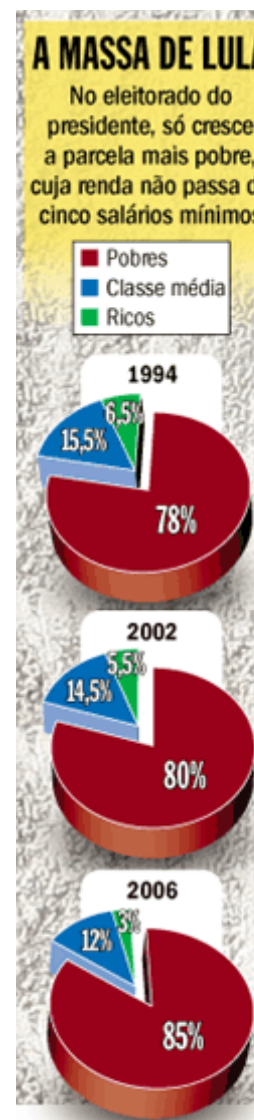
Lula, em canteiro de obras: buscando entre os pobres os votos que perdeu na classe média

Depois de nove meses caindo nas pesquisas eleitorais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a reagir, beneficiado pela trégua nas denúncias de corrupção. Na semana passada, o instituto Datafolha informou que Lula cresceu 4 pontos nos últimos dois meses, chegando a 33% das intenções de voto – apenas 1 ponto porcentual atrás de seu adversário mais provável, o tucano José Serra. No Palácio do Planalto, os números da pesquisa foram recebidos com euforia. Lula tornou a sorrir e a fazer piadas, e seus assessores voltaram a exibir um ar de confiança. Deu-se pouca atenção, no entanto, ao fato de que o eleitorado de Lula ganhou, nesses meses de escândalo, uma conformação inédita: 85% dos eleitores que hoje desejam a reeleição do presidente pertencem às camadas mais pobres e menos escolarizadas do país (*veja quadro*). Desde que o Brasil fez seu primeiro pleito presidencial direto pós-ditadura, em 1989, nunca um candidato viável se apoiou tão pesadamente na massa mais pauperizada do país. "Nem Collor, que tinha os descamisados, era tão dependente dos pobres", diz o sociólogo Mauro Paulino, diretor-geral do Datafolha.

No Brasil da desigualdade social, os pobres, assim qualificados os que ganham até cinco salários mínimos, formam 82% do eleitorado total. O restante divide-se em 12,5% de classe média e 5,5% de ricos, cuja renda familiar é superior a dez salários mínimos. Nessa paisagem, é óbvio que qualquer candidato sempre terá, em números absolutos, mais pobres em seu eleitorado do que ricos ou remediados – a menos que seja um candidato de nicho. Em 1994, o eleitorado de Lula era formado por 78% de pobres. Em 2002, o número subiu para 80%. Agora, saltou para 85%. Há, porém, outro dado. Até 2002, Lula tinha um desempenho mais ou menos homogêneo nas diversas camadas sociais. Uma pesquisa do Datafolha feita na véspera do primeiro turno de 2002 mostra

que, entre os pobres, Lula tinha 45% de preferência. Na classe média, ficava em 50% e, entre os que habitam o topo da pirâmide social, contava com 48%. Na última pesquisa, Lula tem 34% da preferência entre os pobres, 32% na classe média e apenas 16% entre os ricos. José Serra mantém desempenho um pouco mais equilibrado: 33% entre os pobres, 39% na classe média e 49% entre os ricos.

E por que Lula se tornou o candidato mais pobre-dependente da história eleitoral recente? A explicação deve ser buscada na confluência de dois fatores. Em primeiro lugar, Lula perdeu um pedaço significativo do apoio da classe média, incluindo aí categorias que eram históricos eleitores petistas, como servidores públicos, profissionais liberais, universitários e até sindicalistas – um contingente que não é expressivo do ponto de vista numérico, mas tem forte capacidade de influência. "Esse eleitorado costuma votar pela moralidade administrativa, pela ética, pela boa condução da economia", diz o cientista político Michel Zaidan, da Universidade Federal de Pernambuco. "Ao falhar na moralidade e na ética, o PT perdeu o grosso desse eleitorado e ficou com os votos mais atrasados e mais conservadores." O outro dado que explica o novo eleitorado de Lula é o empenho que ele tem dedicado no governo para levar o voto dos mais pobres. O exemplo mais claro é o Bolsa Família, programa que distribui dinheiro mensalmente às famílias carentes. Até a eleição, a previsão é que o projeto atenda entre 11 milhões e 12 milhões de famílias.



Família em galpão do Bolsa Família, no Maranhão: o programa social é a maior obra eleitoral do PT

Sabendo que a corrupção enxovalhou sua imagem diante da classe média, Lula voltou-se para o eleitorado mais pobre, menos escolarizado e concentrado no Nordeste – a única região do país, aliás, onde ele vence José Serra com folga desde o primeiro turno. O eleitorado nordestino de Lula tem sido reforçado à base de investimentos importantes. "O governo fará uma refinaria em Pernambuco, a Ferrovia Transnordestina, a duplicação da BR-101, a transposição do Rio São Francisco, a exploração de petróleo na Paraíba. É uma série de boas notícias que reforça o prestígio do presidente na região",

analisa o deputado Eduardo Campos, do PSB de Pernambuco, ex-ministro da Ciência e Tecnologia. Além disso, em seu governo, para agradar ao eleitorado mais humilde, Lula congelou o preço do gás de cozinha e reduziu os impostos dos produtos da cesta básica, duas medidas de alto impacto para as camadas de menor renda, e acaba de anunciar com barulho que o novo salário mínimo será de 350 reais, sofrendo assim um aumento real de 13% – o maior dos últimos dez anos.

Os acenos para o eleitor pobre não param. Na semana passada, numa solenidade em Brasília, Lula anunciou um pacote de incentivo à moradia popular, liberando recursos para a casa própria e reduzindo impostos sobre material de construção. O anúncio do pacote, realizado no Palácio do Planalto, foi acompanhado por uma claque que gritava: "Lula de novo, moradia para o povo!". Estima-se que, com as isenções tributárias, a construção de um "puxadinho", sonho de consumo das parcelas mais humildes da população, possa ficar entre 15% e 25% mais barata. Com uma paisagem social tão precária, é até saudável que um presidente-candidato seja tão sensível às necessidades dos pobres e se empenhe em contribuir para melhorar-lhes as condições de vida. Pena que, no caso de Lula, suas intenções eleitoreiras sejam tão evidentes, como se pode constatar pela fanfarra dos anúncios e pela cronologia das medidas, calculadamente concentradas no calendário de modo a produzir efeito nas pesquisas num ano eleitoral. Está dando certo. "Lula é um líder com um traço popular e populista forte, que se comunica muito bem com as classes C, D e E, tanto pelo discurso quanto pelos projetos", analisa o filósofo Denis Lerrer Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A grande dúvida é saber se um candidato consegue eleger-se – e governar – sem contar com respaldo na elite e na classe média e sem ter, ainda por cima, maioria no Congresso Nacional, como sempre acontece nas eleições brasileiras. O passado político informa que isso é difícil. "Não há na história recente um presidente que tenha sido eleito sem forte apoio na classe média", diz o cientista político Rogério Schmitt, da Tendências Consultoria. "Caso o eleitorado de Lula se restrinja às camadas mais pobres, ele terá apoio suficiente para chegar ao segundo turno, mas dificilmente vencerá", aposta ele.

Mas, se conseguir vencer, com quem governará? Com as ruas, passando por cima do Congresso? "Há um sério risco de um Lula chavista, um líder populista e carismático dizendo que a direita não o deixa governar, que o Congresso é corrupto e defende as elites, promovendo uma verdadeira luta de classes, com consequências graves para a estabilidade econômica e institucional", avalia o filósofo Denis Rosenfield. O que talvez afaste esse risco é que a situação política do Brasil é bastante diferente do caso da Venezuela de Hugo Chávez. "O sistema político brasileiro não passa por um momento de crise tão grave e radical como o que o venezuelano enfrentou nos anos que antecederam a chegada de Chávez ao poder. Aqui a democracia está mais consolidada e a clivagem entre pobres e ricos não é tão radical", diz Rogério Schmitt. Para Lula, apoiar-se de forma tão pesada no eleitorado pobre talvez não seja uma boa estratégia, já que essa parcela da população é realmente numerosa mas é também a mais influenciável, que muda o voto com mais facilidade. Talvez por isso o governo esteja quebrando a cabeça para preparar medidas que soem como música aos ouvidos da classe média. É a eleição governando o país.



O prefeito José Serra, provável candidato do PSDB: apoio maior entre os eleitores ricos

7. Edição 2025 publicada em 12/09/2007.

A Second Life do Petismo

Pelas Idéias delirantes e pela tese de que o mensalão não existiu, o congresso do PT parece coisa do mundo virtual.



A SECOND LIFE DO PETISMO

O Partido dos Trabalhadores está vivendo um momento, digamos, *Second Life*, aquela brincadeira da internet em que as pessoas criam para si mesmas avatares com as qualidades que elas não possuem na vida real. Em sua *Second Life*, o PT é um partido ético, suas lideranças estão acima de qualquer suspeita e suas propostas têm legitimidade para resolver os grandes problemas do país. O avatar José Dirceu é saudado como o herói que volta de renhida batalha e os deputados acusados de corrupção são vítimas de uma grande conspiração, um certo "mensalão", que nunca existiu. O PT virtual pensa no futuro com magnanimidade, admitindo até apoiar um candidato de outro partido para a sucessão presidencial. No 3º Congresso Nacional do partido, encerrado na semana passada, em São Paulo, a vida vicária dos petistas atingiu seu delírio máximo. Criou-se ali um ambiente imaginário em que se aclamam virtudes que não existem e se aniquilam problemas que podem trazer algum tipo de constrangimento. No avatar petista, o passado recente foi expurgado e as perspectivas de futuro construídas em cima de teses delirantes, como a reestatização de empresas, a convocação de uma assembléia constituinte para fazer a reforma política e a extinção do Senado. Foram três dias de debates em que o petismo tentou recriar a realidade. Parecia a tela de um computador.

O congresso do PT aconteceu na mesma semana em que o Supremo Tribunal Federal decidiu aceitar a denúncia contra os quarenta acusados de integrar a maior e a mais bem organizada quadrilha já descoberta agindo na estrutura de governo. Como se sabe, entre os acusados, nove tinham posição de destaque no PT. O deputado José Genoíno, processado por corrupção ativa e formação de quadrilha, era o presidente do partido. Além dele, foram denunciados o ex-tesoureiro Delúbio Soares, o ex-secretário Silvio Pereira, o ex-ministro Luiz Gushiken, o ex-deputado José Dirceu, Professor Luizinho e João Magno e os deputados João Paulo Cunha e Paulo Rocha.

Enquanto isso, na vida real...

O Brasil esperava que o partido, constrangido, no mínimo anunciasse alguma medida contra a corrupção. Mas o PT, como resposta, decidiu apenas adotar um código de ética para seus filiados, ainda assim somente a partir do ano que vem. Ética pode esperar. Até o presidente Lula incorporou seu avatar e deixou registrada uma contribuição para reforçar a fantasia petista sobre os mensaleiros: "Sabemos que alguns companheiros nossos foram indiciados pela Suprema Corte. Mas eu queria que os petistas tivessem em mente uma coisa: até agora nenhum deles foi inocentado, mas também nenhum deles foi culpado. É verdade que podemos ter cometido erros, e os erros estão sendo apurados como precisam ser. Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que nosso partido". O que Lula quis dizer? Para o mundo real do petismo, foi uma moção de apoio aos mensaleiros. Parece mesmo, mas também foi virtual.

No campo eleitoral, o mundo virtual petista também colocou em curso uma realidade de faz-de-conta. O partido aprovou uma proposta na qual admite abrir mão da candidatura própria à Presidência da República em benefício de aliados, como Ciro Gomes, do PSB. É outra fantasia travestida de nobreza. O PT quer sim ter seu próprio candidato à sucessão de Lula. O problema é a falta de uma liderança. Nomes apontados como possíveis sucessores de Lula, candidatos em potencial a governador, senador ou prefeito de capital, caíram em desgraça e saíram do jogo político. No mensalão, ou "erro", como os petistas preferem, naufragaram José Dirceu, José Genoíno e João Paulo Cunha. Ao quebrar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci se inviabilizou. Na compra do dossiê contra os tucanos na eleição de 2006, Aloizio Mercadante e Ricardo Berzoini foram atingidos. Já neste ano,

Marta Suplicy e Marco Aurélio Garcia sucumbiram à crise aérea. A primeira ao aconselhar os passageiros a "relaxar e gozar" nas longas esperas nos aeroportos. O segundo pelo famoso "top, top, top".

Na semana passada, ao comentar algumas das decisões do congresso do partido, Lula, desta vez no mundo real, admitiu que o PT jogou para a platéia. Segundo o presidente, o plebiscito para a reestatização da Vale do Rio Doce era uma maneira de fazer média com os movimentos sociais historicamente ligados ao partido. Ele garantiu que o governo não quer a reestatização nem pretende discutir a idéia. Para quem ainda não compreendeu, no mundo ideal o PT se diz um partido de esquerda, preocupado com as injustiças sociais, cioso da ética e empenhado em implantar o "socialismo sustentável", seja lá o que isso queira dizer. No mundo real, o PT tornou-se uma agremiação política como outra qualquer, estrelado por deputados acusados de corrupção e ocupados apenas com um objetivo: conquistar e manter o poder, se preciso à custa de reinventar a realidade.